

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 02

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 4 de janeiro de 2007

Tribunal de Justiça do Estado

Presidência: Des. Fausto Freitas

AVISO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 174/2006, publicada no Diário do Poder Judiciário do dia 11/09/2006, ASSA:

1 - O Plenário Julgatório Permanente do 2º grau funcionará na Biblioteca do Palácio de Justiça, tendo por telefone oficial o número 3474-0222.

2 - No mês de janeiro, o Plenário Julgatório será dividido, em Seções Civil e Criminal, respectivamente, pelas seguintes composições:

MINISTROS	SEÇÃO
Alexandre Figueiredo Pinheiro - Des. Humberto Inácio Galvão	06 a 15/01/2007
André Viana Pires Rosa - Alvaro Herman Barbosa de Aguiar Neto	16 a 24/01/2007
Claudio Frederico Gonçalves de Moraes - Sérgio de Azeiteiro	25 a 31/01/2007
Fabio Eugênio Santos de Oliveira Lima - Roberto Ferreira Lima	01 a 03/02/2007

3 - De acordo com a supracitada Resolução, exceto em caso de competência do Desembargador Plantonista o comparecimento à Presidência a apresentação de petição de suspensão de execução (recurso de Segurança, Habeas Corpus, Antecipação de Tutela de Urgência, Ação Civil Pública ou Popular e Recurso de Segurança).

Recife, 02 de janeiro de 2007

Des. FAUSTO VALENÇA DE FREITAS
Presidente

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DES. FAUSTO VALENÇA DE FREITAS, EXARCA EM DATA DE 07, 11, 15, 19, 23 E 27/01/2007, OS SEQUENTES DESPACHOS:

Ofício nº 2006-0806-003103 (11415/2006) - Des. Maria das Graças Senise Costa - ref. Concessão de 08 (oito) dias de gozo de férias. A DREI, após a informação supra, defiro o gozo de 08 (oito) dias de gozo de férias, relativos ao 1º período, no período de 02 a 09/01/07.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11778/2006) - Des. Edvaldo José Pinheiro - ref. Transferência das férias de janeiro/07 para janeiro/07. A DREI, após a informação supra e considerando a justificativa apresentada, defiro, excepcionalmente, a antecipação do gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11985/2006) - Des. Otaviano César Nogueira - ref. Solicita férias relativas ao 1º período/2007, para gozo

no mês de fevereiro/07. A DREI, defiro o gozo das férias relativas ao 1º período agosto/2006, para o mês de fevereiro/07.

Petição (11074/2006) - Des. Antônio Francisco Costa - ref. Antecipação das férias para o mês de janeiro/07. A DREI, após a informação supra e considerando a justificativa apresentada, defiro, excepcionalmente, a antecipação do gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Petição (11074/2006) - Des. Robinson José de Albuquerque Lima - ref. Gozo de férias para janeiro/07. A DREI, após a informação supra e considerando a justificativa apresentada, defiro, excepcionalmente, a antecipação do gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11736/2006) - Des. Fernando Cordeiro Norberto dos Santos - ref. Férias para gozo nos meses de julho e setembro/07. Defiro o pedido, na forma requerida. A DREI, para os devidos fins.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11920/2006) - Des. Jonas Figueiredo Almeida - ref. Férias para o mês de maio e setembro/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos do exercício de 2007, para os meses de janeiro e setembro/07. A DREI, para os devidos fins.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11985/2006) - Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima - ref. Férias para o mês de janeiro e julho/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos do exercício de 2007, nos meses de janeiro e julho de 2007.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11904/2006) - Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo - ref. Férias para janeiro e julho/07. A DREI, defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos do exercício de 2007, nos meses de janeiro e julho de 2007.

Ofício nº 47-0206-003103 (11920/2006) - Des. Romero de Oliveira Andrade - ref. Férias para o mês de janeiro e outubro/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e outubro/2007.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11920/2006) - Des. Marco Antonio Cabral Magalhães - ref. Férias nos meses de janeiro e outubro/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e outubro/2007.

Ofício nº 1792006-003103 (11920/2006) - Des. Alberto Nogueira Virgílio - ref. Férias nos meses de janeiro e julho/07. A DREI, defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e julho de 2007.

Ofício nº 123 a 124/2006-003103 (11920/2006) - Des. Fernando Figueiredo Pereira - ref. Férias nos meses de janeiro e outubro/07. A DREI, defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e outubro/2007.

Petição (11920/2006) - Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves - ref. Férias no mês de janeiro/07. A DREI, defiro o gozo das férias relativas ao 1º período/07, no mês de janeiro/07.

Ofício nº 1116-003103 (11920/2006) - Des. Marmelo Vitor Pinheiro, Secretário de Administração - ref. Férias do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves nos meses de janeiro e julho/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 2º período/07, para o mês de julho/2007.

Petição (11920/2006) - Des. Jovildo Nunes Gomes - ref. Férias para o mês de janeiro/07. Defiro o pedido, na forma requerida. A DREI, para os devidos fins.

Ofício nº 0506-003103 (11920/2006) - Des. João Manoel Simões de Melo - ref. Férias nos meses de janeiro e outubro/07. Defiro o pedido, na forma requerida. A DREI, para os devidos fins.

Petição (11920/2006) - Des. Eduardo Augusto Paes Farias - ref. Férias nos meses de janeiro e julho/07. Defiro o gozo das

férias relativas aos 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e julho/07. A DREI, para os devidos fins.

Ofício nº 2006-0806-003103 (11920/2006) - Des. Fernando Figueiredo Pereira - ref. Férias nos meses de janeiro e julho/07. A DREI, defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e julho de 2007.

Ofício nº 146-003103 (11920/2006) - Des. Milton José Neves - ref. Férias no mês de janeiro e julho/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e julho/07. A DREI, para os devidos fins.

Recife, 02 de janeiro de 2007

MARCELO GUTIERRES HOLLA
Secretário Judiciário Adjunto

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DES. FAUSTO VALENÇA DE FREITAS, EXARCA EM DATA DE 07, 11, 15, 19, 23, 27 E 30/01/2007, OS SEQUENTES DESPACHOS:

Ofício nº 2006-0806-003103 (11920/2006) - Des. Genivaldo Teodoro Pinto - ref. Antecipação das férias. A DREI, após a informação supra e considerando a justificativa apresentada, defiro, excepcionalmente, a antecipação do gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Ofício nº 2102006-003103 (11920/2006) - Des. Lúcio Geraldo de Gouveia - ref. Antecipação de férias. A DREI, após a informação supra e considerando a justificativa apresentada, defiro o gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Ofício nº 1112006-003103 (11920/2006) - Des. Nelson Carlos Carvalhal - ref. Férias para janeiro/07. "Autocessa".

Ofício nº 2006-0806-000054 (11322/2006) - Des. José Carlos Patrício Medeiros - ref. Férias para janeiro e julho/07. Defiro o gozo das férias relativas ao 1º e 2º períodos de 2007, nos meses de janeiro e julho de 2007.

Ofício nº 1112006-003103 (11920/2006) - Des. José Ivo de P. Sales e Silva e Des. José André B. Barbosa Faria - ref. Férias para

janeiro e agosto/07 a março e julho/07, respectivamente. Em face da informação prestada pelo Secretário Judiciário, defiro o pedido formulado. Excepcionalmente o Des. de Recursos Humanos para os devidos fins.

Petição (11322/2006) - Des. Maria Rosa Vieira Santos - ref. Férias para janeiro/07. Após as informações apresentadas pelo magistério requerente e a justificativa apresentada, defiro, excepcionalmente, a antecipação do gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Petição (11322/2006) - Des. Humberto Costa Vasconcelos Junior e Des. Maria do Rosário Siqueira de Brito Alves Vasconcelos - ref. Férias para janeiro/07. "Autocessa".

Ofício nº 1112006-003103 (11920/2006) - Des. Adilson Alves de Lima - ref. Férias para o mês de janeiro/07. A DREI, após a informação supra e considerando a justificativa apresentada, defiro, excepcionalmente, a antecipação do gozo das férias relativas ao 1º mês do período agosto/2006/2007, para o mês de janeiro/2007.

Petição (11404/2006) - Des. Sérgio José Vieira Lopes - ref. Concessão do dia 09/01/2007. A DREI, considerando a petição dos magistrados requerentes no Ministério do Trabalho e da Conciliação, defiro a concessão com o expediente do dia 04 de janeiro de 2007.

Petição (11004/2006) - Des. Antônio de Vasconcelos Silva - ref. Férias para o mês de agosto/07. Férias concedidas, uma vez que o juiz requerente compareceu ao trabalho no dia 04 de agosto/07, no mês de março/07, relativos ao 1º período/2007. A DREI, para os devidos fins.

Petição (11214/2006) - Des. Adriano Caires Colliho - ref. Gozo oportuno das férias designadas para janeiro/07, em virtude da licença maternidade. Pedido providenciado, em virtude do término das férias concedidas. A DREI, para os devidos fins.

Recife, 02 de janeiro de 2007

MARCELO GUTIERRES HOLLA
Secretário Judiciário Adjunto

AS IDÉIAS QUE
CONTINUAM VIVAS,
NUM MUNDO QUE
AINDA NÃO
VENCEU O DRAMA
DA FOME.



Companhia Editora
de Pernambuco



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Fausto Freitas

Vice-Presidente:

Des. Antônio Camarões

Corregedor-Geral:

Des. Uziel Wilson

Assessor de Comunicação:

Angelo Cavaleiro Branco

Divisão de Jornalismo:

Sérgio Marcos Freitas

Divisão de Imagem:

Marcelo Costa

Seção de Reportagem:

Ubaldo Pires Ribeiro

Arquivo de Imagem:

André Lima

Estagiários:

Carolina Vasconcelos, Colina Araújo, Célia Perini,

Manoela Viana, Mariana Menezes e Rodrigo Guedes

Voluntária:

Marcelle Adria

Diagramação:

Mariane Moraes e Rodrigo Guedes

Endereço:

Palácio de Justiça - Rua da República, s/nº

Santa Antônio - Recife-PE

Fone: (81) 3424.1361 Fax: 3429.5251

e-mail: aces@tjpe.br

Novo endereço no Internet

http://www.tjpe.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 03

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 5 de janeiro de 2007

Oitava Câmara Cível zera processos

Reportagem:
CELINA ARAGÃO

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com competência especializada em Direito Público, finalizou suas atividades no ano de 2006 julgando todos os seus processos. Nesse período, 885 ações foram apreciadas pelo colegiado composto pelos desembargadores Ricardo Paes Barreto, Francisco Baneira de Mello e Josué Fonseca de Seria, que

substituiu Antônio Cumaroti, atual vice-presidente do TJPE. Também participaram dos julgamentos os desembargadores Fernando Martins, Antônio de Melo e Lima e Antenor Cardoso.

"Instituir enunciados com a finalidade de uniformizar a jurisprudência e identificar os casos similares foram procedimentos que contribuíram para acelerar os julgamentos", destaca o presidente da 8ª Câmara, desembargador Ricardo Paes Barreto. O magistrado ainda salientou a dinâmica do

grupo como fator imprescindível à conclusão dos processos. "A confiança mútua entre os membros do colegiado foi de grande importância, pois foi criado um laço de envolvimento entre todos", acrescentou o magistrado.

A Câmara pretende repetir em 2007 os resultados alcançados em 2006, julgando todos os processos em pauta. "A tendência é que, a cada sessão, todas as ações sejam julgadas, evitando o acúmulo de processos", destacou Paes Barreto.

A 8ª Câmara Cível

recebe as ações envolvendo o Direito Público de todos os municípios do estado, inclusive os processos de fundações, autarquias públicas e previdência. Os procedimentos utilizados na agilização dos julgamentos foram instituídos desde julho de 2005.

O presidente da câmara, desembargador Paes Barreto espera alcançar os mesmos resultados em 2007



Nelson Santiago e Alexandre Aquino recebem homenagem póstuma

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está preparando uma homenagem aos desembargadores falecidos no ano passado. As duas salas de sessões do Palácio da Justiça receberão os nomes de Nelson



A sala de sessões das Câmaras Cíveis receberá o nome de Santiago Reis

Santiago Reis (1943-2006) e de Alexandre Aquino (1956-2006). A iniciativa partiu do desembargador Cândido Saraiva, em proposta apresentada na Sessão do Pleno do dia 15 de dezembro. Os magistrados presentes aprovaram a sugestão por unanimidade.

"Cada sala receberá o nome do desembargador que trabalhava nela. A do primeiro andar, das câmaras cíveis, terá o nome de Santiago Reis; a do segundo andar, das câmaras criminais, será chamada de Alexandre Aquino", explica Saraiva. Tão logo estejam prontas as placas, cuja confecção já foi autorizada pelo Pleno, será realizada uma solenidade para a afixação.

O desembargador Nelson Santiago Reis faleceu



Alexandre Aquino será o nome da sala de sessões das Câmaras Criminais

no dia 16 de janeiro, vítima de um enfarte fulminante. O desembargador Alexandre Aquino já vinha sofrendo há quase dois anos com um câncer cerebral, que terminou por causar sua morte em 19 de outubro do ano passado.

FAUSTO FREITAS AVALIA PRIMEIRO ANO DE GESTÃO

A próxima Reunião de Gestão da presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) será realizada no Recife Palace Hotel, no dia 24, às 17h. O encontro será seguido da palestra *Madança Institucional: Ameaças e Oportunidades*, proferida por Carmem Cardoso da TGI Consultoria em Gestão.

Além de todo o corpo

administrativo do TJPE, também foram convidados para a reunião os desembargadores do Tribunal. Na oportunidade, o presidente do Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas, avaliará o primeiro ano da sua gestão, apontando os objetivos que já foram alcançados e aqueles que serão desenvolvidos em 2007.

ESMAPE FAZ HOMENAGEM A PAULO BONAVIDES

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e o Instituto Urbano Vitalino promoverão o Congresso Nacional de Direito Constitucional e Direito Administrativo, entre os dias 12 e 14 de abril, no Teatro da Universidade Federal de Pernambuco.

Durante o evento, as entidades homenagearão o constitucionalista brasileiro Paulo Bonavides, considerado um

dos grandes juristas da atualidade. Dentre as personalidades convidadas, já confirmaram presença os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau, Carlos Ayres Brito, Carlos Mário da Silva Velloso e Carmem Lúcia Antunes Rocha.

Esses e outros encontros, que serão realizados em 2007, irão marcar a comemoração dos 20 anos da Esmape, que aniversária em agosto.

Freitas recebe governador Eduardo Campos

REPORTER: MARIANE MENEZES

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, recebeu, na última segunda-feira, dia 8, o governador do estado, Eduardo Campos. Na sua primeira visita protocolar a um Poder, o novo chefe do Executivo estadual foi recepcionado no Salão Nobre do Palácio da Justiça, com a presença de desembargadores, juízes e autoridades administrativas estaduais.

O presidente do TJPE

ressaltou a tradição de bom relacionamento mantida entre o Judiciário e o Executivo pernambucanos. "Reconheço a predisposição do novo mandatário do Executivo em preservar essa boa convivência", destacou Freitas.

Depois dos cumprimentos formais, o presidente falou sobre os projetos judiciais mais recentes que estão em andamento, como as duas novas varas do Fórum Rodolfo Aureliano e o processo de revisão do Código de Organização Judiciária de Pernambuco (Coje-PE), a ser repassado à Assembleia Legisla-

tiva ainda este mês. "O novo código representa

uma grande modernização do Poder Judiciário, já que o anterior foi editado na década de 70", explicou.

O chefe do Poder Judiciário também destacou a preocupação do TJPE com a questão da violência. Para o magistrado, as responsabilidades na resolução desse distúrbio social "não se restringem ao Executivo. É um problema do Estado. Nossa primeira obrigação é com a melhoria da prestação jurisdicional, mas não podemos ignorar as questões sociais, e vemos em ações conjugadas a melhor estratégia de combate", disse.

Como exemplo, Freitas citou a cooperação entre a Defesa Social e a Assessoria Militar do TJPE



O presidente Fausto Freitas foi o primeiro chefe de Poder a receber visita de Eduardo Campos (D). O governador foi recepcionado no Salão Nobre do Palácio da Justiça (acima)

contra a criminalidade ao redor do Fórum Rodolfo Aureliano, que começou em outubro do ano passado. "Desde então, não houve relatos de assaltos na área", comemorou o presidente.

"Esse é mais do que um ato protocolar. Queremos demonstrar nosso apreço e respeito pelo Judiciário pernambucano. Reconhecemos seu esforço por

modernização, por aproximação do povo e por profissionalização de pessoal", disse Eduardo Campos. "Temos aqui uma parceria fundamental para fazer frente ao quadro grave de Defesa Social em que Pernambuco se encontra, para fazer justiça à população. Contamos com a compreensão do Tribunal para executar esse projeto", destacou o governador.

Após o encontro, Judiciário e Executivo discutiram sobre a necessidade de exposição do plano estratégico de gestão para a população, para que "a sociedade possa cobrar as ações", de acordo com Campos. "Na luta pela transparência, o governo do Estado pode contar conosco", completou o chefe do TJPE.

Servidor receberá por hora extra

REPORTER: CELINA ARAÚJO

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) serão remunerados pelas suas horas extras de trabalho. O benefício está previsto na Instrução Normativa nº 15, de 19 de dezembro de 2006, que regulamenta o serviço extraordinário no âmbito do Judiciário estadual. "A nova regra veio a estender o direito ao pagamento pelas horas extras a todo servidor do TJPE, inclusive aqueles que

estão à disposição, adequando-se às exigências da Constituição Federal", esclarece o assessor especial da presidência, juiz Ruy Patu.

A Normativa anterior (nº 9/2005) limitava o pagamento de horas extras aos servidores do Tribunal do Juri, caso as sessões se estendessem além das 20h. Com a Instrução vigente, apenas os servidores que ocupam cargos comissionados e os que recebem função gratificada não serão pagos pelas horas a

mais de trabalho.

Para que o servidor tenha direito ao benefício, o responsável pelo setor ou departamento deve informar oficialmente ao presidente do Tribunal a necessidade do pagamento extra. A solicitação será feita através de um documento eletrônico, a ser incluído na Intranet do TJPE no link da Diretoria de Recursos Humanos (DRH). A chefe da DRH, Valéria Pragana, informou que o ofício eletrônico estará disponível nos próximos dias.

"Estamos apenas aguardando a inserção do documento na rede pela Diretoria de Informática", ressaltou Pragana.

As horas extras serão pagas com um acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, que é calculada através da divisão do valor da remuneração mensal pela quantidade de horas da jornada mensal de trabalho (180 horas). O limite para o serviço extraordinário é de 30 horas mensais e de 4 horas diárias.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL NA UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) está com inscrições abertas, até o dia 19, para o III Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Civil e Empresarial. As aulas começam dia 2 de fevereiro e estão sob a responsabilidade do Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPE.

O curso tem 60 vagas e a carga horária será de 360 horas. As aulas serão realizadas quinzenalmente, sendo nas sextas-feiras das 18h às 22h e aos sábados das 8h às 12h45. As disciplinas a serem ministradas são: Teoria Geral do Direi-

to, Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil, Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie, Direito de Empresa, Direito das Coisas, Direito de Família e Sucessões e Metodologia do Trabalho Científico.

A coordenadora do curso é a professora Fabíola Albuquerque. Mais informações podem ser obtidas no prédio da Pós-Graduação em Direito, que fica na Rua do Hospício, 371, Bloco C, 1º andar, bairro da Boa Vista, Recife, no horário das 14h às 17h.

O telefone e o e-mail para contato são (81) 3222-6276 e zaraider@hot-mail.com.





Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
DO JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 09

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 13 de janeiro de 2007

Operação conjunta do TJ e MPPE desmonta ação de estelionatários

Em entrevista coletiva concedida, na última quinta-feira, em seu gabinete, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, deixou claro que o Poder Judiciário estadual não será tolerante com atos criminosos, mesmo quando envolvendo seus próprios integrantes. No encontro com a imprensa, foram expostos detalhes da segunda etapa da Operação Mãos Dadas, que investiga as ações de estelionatários que atuavam em vários estados do Nordeste com a cumplicidade de advogados, empresários e magistrados.



A entrevista coletiva foi realizada no gabinete do presidente Fausto Freitas

Deflagrada conjuntamente pelo TJPE e o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Operação Mãos Dadas resultou, em sua segunda etapa, em nove prisões dos 14 citados na denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da Justiça estadual. No Estado, foram presas quatro pessoas, entre elas o juiz estadual Antônio de Pádua Casado. Com a prisão do juiz da 1ª Vara Cível de Jaboatão, André Rui de Albuquerque, realizada em setembro do ano passado, na primeira investida da Operação Mãos Dadas, já são dois magistrados pernambucanos presos. Albuquerque, que será julgado na próxima segunda-feira (15), às 14h, em uma ação disciplinar que responde junto à Corte Especial do TJPE.

Segundo o relator do processo, desembargador Bartolomeu Bueno, que decretou prisão dos 14 indicados, a Operação Mãos Dadas é apenas a primeira de uma série de ações que estão sendo deflagradas para salvaguardar o Poder Judiciário.

"Essas ações conjuntas do Tribunal de Justiça com o Ministério Público es-

tadual são de resgate da própria respeitabilidade do Judiciário, que não pode ser maculada, principalmente por juízes, que têm obrigação de serem probos. Para de quem partir, não serão admitidas ações que venham a comprometer essa respeitabilidade. Se necessário cortaremos a própria carne para extirpar qualquer ação maligna que comprometa o Judiciário e a magistratura pernambucana", declarou Bueno.

OPERAÇÃO MILITAR

Dos cinco réus residentes em Pernambuco, apenas um não foi preso. José Henrique Mesquita Junior, economista carioca com residência no Recife há vários anos, não foi encontrado. O serviço de inteligência da Assessoria Policial Militar do TJPE afirmou que ele já se encontrava ausente desde o final de dezembro. "Mesmo assim, efetuamos as buscas e apreensões de material e documentos encontrados na residência e em um endereço comercial do procurando, em conformidade com a determinação judicial", obser-

vou o assessor policial do TJPE coronel Sebastião Gondim, que comandou a operação policial.

Além do juiz Antônio de Pádua Casado, foram detidos o representante comercial Carlos Fernando Cordero de Melo e os advogados João Bosco de Souza Coutinho e Henrique José Félix de Lima. Por determinação do desembargador-relator, todos os citados foram alvo de busca e apreensão de materiais probatórios e quebras de sigilo fiscal e telefônico.

As prisões foram iniciadas no final da tarde do dia 10, em Salgueiro, a 510 km do Recife, quando foi dada ordem de prisão ao juiz Casado. Para evitar que a notícia da operação se espalhasse, pondo em risco o êxito das demais prisões, o deslocamento do preso de Salgueiro para a Capital foi realizado em marcha lenta, permitindo que o comando da operação chegasse com bastante antecedência aos endereços onde seriam realizadas as demais prisões.

Os cuidados para que

não vazasse informações foi ressaltado inclusive pelo chefe do Ministério Público estadual, procurador Paulo Vazêjo. "Eu só soube da operação hoje (quinta-feira), pela imprensa", declarou o procurador-geral, apesar de toda a operação ter sido acompanhada pelo procurador Humberto Graça, responsável pelas investigações.

O coronel Gondim também ressaltou o apoio estratégico do comando da PM estadual. "O comandante geral, coronel Harbison Agostinho, deu total apoio. Além das viaturas e do policiamento diretamente envolvido, tivemos uma viatura sobressalete em observação, apoio da Rádio Patrulha e da Companhia Independente de Operações Especiais (Cioe)", explicou o assessor policial. A PM também disponibilizou os espaços para as prisões de caráter especial. Os juízes encontraram-se presos no regimento Dias Cardozo, no Bairro do Bongô, e os advogados, no 6º Batalhão, em Jaboatão.

Quadrilha atuava em vários estados

Os réus que tiveram prisão preventiva decretada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) são acusados de integrar uma quadrilha com ramificação nos estados do Pará, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Entre os acusados, aparecem membros da Justiça, como os juízes Antônio de Pádua Casado, André Rui de Albuquerque e a juíza pernambuca Maria José Corrêa Ferreira, aposentada.

A vítimas dos golpes aplicados geralmente eram empresas públicas. Um dos crimes de que a quadrilha é acusada trata-se de uma tentativa de fraude contra a Petrobrás superior a R\$ 89 milhões. Em 2003, o juiz Antônio de Pádua Casado, atuando em exercício cumulativo na comarca de São José do Belmonte, concedeu uma liminar em favor de um homem com residência em Goiás, autorizando o resgate de 229 títulos ao portador, emitidos entre os anos de 1955 e 1957.

Segundo o MPPE, a decisão foi tomada sem que o autor da ação tivesse apresentado os documentos originais. O próprio juiz emitiu cartas precatórias para pagamento dos títulos dispensando o serviço do cartório de São José do Belmonte. Segundo o despacho de Casado, os R\$ 89 milhões deveriam ser retirados de uma conta do Banco do Brasil em agência localizada no Recife. Contudo, a carta precatória seguiu para a Comarca de Jaboatão, cidade da região Metropolitana do Recife.

O golpe foi interceptado pelo TJPE e o juiz da 1ª Vara Cível de Jaboatão, André Rui de Albuquerque, que mandou cumprir a carta precatória expedida por Casado, também se encontra preso, desde setembro do ano passado, quando foi deflagrada a primeira etapa da Operação Mãos Dadas.

As prisões foram efetuadas em uma ação simultânea da Assessoria Policial Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Polícia Civil do Pará. As ações foram acompanhadas de perto pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O presidente da OAB-PE, Jaime Afiora, afirmou, durante a coletiva realizada no Palácio da Justiça, que em Pernambuco as prisões foram realizadas com total respeito aos preceitos constitucionais.



Os indicados respondem por oito crimes

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 11

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 17 de janeiro de 2007

TJPE pune juiz com afastamento definitivo

Por unanimidade, os quinze membros da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aposentaram compulsoriamente o juiz André Rui Albuquerque, já afastado das funções e cumprindo pena de prisão especial. Na sessão realizada na tarde de segunda-feira, o chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas, decidiu tornar a sessão pública, o que foi ratificado por nove dos desembargadores presentes. O fato é inédito na história do Tribunal, já que a legislação brasileira determina que os processos disciplinares contra juízes sejam julgados em sessões fechadas ao público.

Os membros da Corte seguiram o voto do relator do processo administrativo 121/2004, em que



Inédito: Freitas torna a sessão pública

o representante de Smil Sinder aponta André Rui como autor dos crimes de estelionato, falsificação de documentos públicos, corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica e formação de quadrilha. O advogado do réu chegou a alegar cerceamento de defesa no processo, o que foi rejeitado também pela maioria dos magistrados.

Segundo o desembargador-relator Jones Figueiredo, "a pena máxima de aposentadoria compulsória, aplicada a magistrados na esfera administrativa, se

justifica pela instrução judicial errônea do magistrado na ação, lançando medidas cautelares de arresto de bens e outros atos sem embasamento jurídico, afrontando o princípio constitucional da eficiência da administração pública". Nas quinze páginas de seu voto, Figueiredo definiu a atuação do juiz Albuquerque como "exercício anormal da jurisdição".

No final da sessão, o presidente Freitas declarou que o TJPE, com esse julgamento, "dá provas de sua autonomia e seriedade ao punir juízes que manchem a tradição da magistratura pernambucana". Ele adiantou que levará a integral do voto do desembargador Jones

Figueiredo para a próxima reunião dos presidentes dos tribunais estaduais e para conhecimento da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie.

Histórico

André Rui de Andrade Albuquerque, 48 anos, 27 anos como magistrado, atuava na 1ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes. É acusado de falsificar sentenças judiciais para facilitar um golpe de R\$ 980 mil, aplicado em 2004 contra o aposentado Smil Sinder, já falecido, cuja fortuna era disputada por herdeiros.

Além do processo julgado na Corte Especial, no Tribunal de Justiça ele responde a mais duas

ações penais e a uma administrativa pelos mesmos crimes. No Brasil, é no âmbito penal que pode ser aplicada a pena de demissão ao magistrado, resultando, neste caso, na perda da aposentadoria compulsória e da condição de vitaliciedade do cargo de juiz.

O juiz foi preso na primeira etapa da Operação Mãos Dadas, comandada pelo TJPE e pelo Ministério Público estadual. A iniciativa foi deflagrada em setembro passado, quando começou a ser desbaratada uma quadrilha que atua em nove estados e pode ter dado golpes que somam até R\$ 1 bilhão.

por Izabela Raposo

CURSOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA SERVIDORES E MAGISTRADOS

Fevereiro e março serão meses dedicados a quem quiser se aperfeiçoar em questões de ordem pública. A Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECP-BG) divulgou, na última quinta, dia 11, o cronograma de cursos que irão abordar desde a administração de controle interno a finanças públicas.

Voltados essencialmente para servidores e magistrados, os sete cursos da escola do Tribunal de Contas do Estado terão uma carga horária de 20 horas/aula cada. Serão três cursos em fevereiro e

quatro em março.

Os cursos de licitação, orçamento público e previdência própria serão iniciados ainda em fevereiro, a partir do dia 5. Já a modalidade de licitação pregão, controle interno, finanças públicas e gestão de fundos de previdências municipais serão cursos ministrados em março.

As inscrições podem ser feitas na internet, através do endereço www.tce.pe.gov.br/escola. Os cursos custam R\$ 200,00 cada. Mais informações podem ser obtidas no telefone 3221-3417.

FÓRUM RODOLFO AURELIANO

Reforço policial zera registro de ocorrências

O reforço de policiamento em torno do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, já contabiliza mais de 90 dias de segurança para os transeuntes. Desde a implantação da

iniciativa, em outubro do ano passado, a Assessoria Policial Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) não registra investidas criminosas, numa área com histórico de violência.

"A contagem é feita através do relato das vítimas, que retornam ao Fórum para receber assistência e serem encaminhadas à delegacia", explica o chefe da Assessoria Militar, tenente-coronel Sebastião Gondim. Segundo ele, antes do reforço policial, cerca de duas a três ocorrências eram registradas por semana.

O reforço policial no Rodolfo Aureliano foi elaborado depois de um levantamento sobre a violência no local. "Feito esse estudo, reabrimos as vias de acesso ao Fórum, estabelecendo o perímetro de segurança", diz Gondim.

Até outubro de

2006, a vigilância era responsabilidade exclusiva do 16º batalhão da Polícia Militar (PM). A parceria com o Poder Judiciário propiciou um policiamento mais dinâmico. "Isso quer dizer que existe movimentação da patrulha de acordo com a necessidade", esclarece o assessor militar adjunto, capitão Giovane Albuquerque.

Através dessa parceria, o TJPE disponibilizou 20 policiais extras, duas viaturas, quatro motocicletas, coletes à prova de balas e radiocomunicadores. "O policiamento é realizado em oito pontos estratégicos, como semáforos e praças, das 8h às 20h", diz o capitão. O horário pode ser estendido caso haja prolongamento de expediente no Fórum, ou em caso de solenidades.

por Mariane Menezes



Os arredores do Fórum são policiados em oito pontos estratégicos

Tribunal altera Plano de Cargos e Carreiras

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores do Poder Judiciário estadual sofreu diversas alterações que irão garantir ao servidor maior mobilidade na máquina pública judiciária. O projeto de Lei nº 1454 de 2006, a que se refere as modificações, foi aprovado pela Assembleia Legislativa ano passado, dia 13 de dezembro.

Dentre as principais mudanças, está a unificação dos grupos judiciário e administrativo. A partir dessa lei, os cargos de analista, técnico e auxiliar judiciário daqueles grupos integrarão o Grupo Jurídico-Administrativo. Dessa forma, os servidores que trabalham nesses cargos poderão ora trabalhar no setor administrativo, ora no ju-

dicário, diversificando assim suas atividades.

"Sob a perspectiva de uma administração moderna, o servidor deve ser um profissional dinâmico e multifacetado com uma alta capacidade de adequação a novas situações", destacou o assessor especial da presidência, juiz Ruy Patu. Ele salienta ainda que, com a automatização e virtualização dos processos, não é necessário que os servidores do Grupo Jurídico-Administrativo sejam graduados em Direito. Agora, com a Lei nº 13.170/2006, de 26.12.2006, o cargo de Analista Judiciário será ocupado por profissionais que concluíram qualquer curso superior.

Além da unificação dos grupos, o Projeto de Lei ampliou

os cargos de analistas judiciários em 32, que antes eram cargos de Técnico Judiciário de Plenário, e criou 40 funções gratificadas de mediador, a serem ocupadas por servidores públicos efetivos. Eles atuarão em Juizados Especiais e Centrais de Conciliação.

Dentre as mudanças substanciais, os Técnicos Judiciários PJ-II, antes ocupantes do cargo de Atendente Judiciário da 3ª Entrância, irão receber retroativamente a 2004, ano em que se efetuou o reequadramento. "Eles receberão porque não foram contemplados pelos benefícios concedidos aos demais cargos, que tiveram retroatividade no enquadramento a partir de agosto de 2004", esclareceu Patu.



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas (E), recebeu no último dia 16, em seu gabinete, o procurador-geral do Estado, Tadeu Alencar. O procurador, empossado dia 5 deste mês, garantiu a Freitas que prestará todo o apoio necessário para ações de interesse público promovidas pelo Poder Judiciário.

Artigo



Confira, na página dois, o artigo O "Bode Expiatório": a Justiça, de autoria do juiz de Serânia, Gilvan Macedo dos Santos. No texto, o magistrado faz uma breve explanação do percurso entre a ocorrência do crime e o seu julgamento, falando dos entraves do procedimento e das responsabilidades das partes. Também são apre-

sentadas, no artigo, possíveis soluções para o fim da violência em Pernambuco.

O livro *Rudimentos de Latim*, do juiz substituto Rafael Cavalcanti Lemos está a venda apenas no site www.bibliotecaforense.com pelo preço de R\$ 60. A obra faz uma introdução à língua latina e traz 150 exercícios de tradução.

Esclarecimento

O voto de desembargador Jones Figueiredo, na última sessão da Corte Especial, que ensejou a aposentadoria compulsória do juiz André Rui de Andrade Albuquerque, resultou em um documento de 45 páginas e não 15, como foi registrado na matéria "TJPE pune com afastamento definitivo", publicada na edição de 17 de janeiro, quarta-feira.

Justiça estadual inicia instalação do Juizado da Mulher

Pernambuco irá contar com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com estrutura e corpo funcional de vara judicial. A criação do Juizado foi regulamentada através da aprovação do projeto de lei 1448/2006 remetido pelo TJPE à Assembleia

Legislativa de Pernambuco, no final do ano passado. Essa lei segue recomendação da "Lei Maria da Penha" (nº 11.340), aprovada em agosto de 2006 pelo Congresso Nacional.

Para instalar o novo órgão, o presidente do TJPE, desembargador

Fausto Freitas, instituiu uma comissão (ver quadro) no início de janeiro.

O CIC conta com um Juizado Especial Cível, um criminal - para crimes que recebem penas de até dois anos de reclusão -, um Núcleo de Mediação de Conflitos, uma Central de Medidas e Penas

Alternativas e um Centro de Referência de Serviço Social, sendo os dois primeiros coordenados pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos e o último, pela Secretaria de Serviço Social da Prefeitura do Recife. O CIC fica na Rua da Glória, 301, Boa Vista.

JUIZADO SURTIU DA LEI Mª DA PENHA

A "Lei Maria da Penha" é uma homenagem a Maria da Penha Maia, 60 anos, hoje líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima de violência doméstica. Ela ficou tetraplégica após seu ex-marido ter tentado matá-la duas vezes. Nove anos depois, o agressor foi condenado a oito anos de prisão. Através de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Foi solto em 2002.

A Lei Maria da Penha trata com mais rigor o agressor. Antes ele era apenas obrigado a doar cestas básicas e pagar multa. Agora, ele pode ser preso em flagrante ou ter sua prisão preventiva decretada pelo juiz.

Quando necessário, a vítima tem direito a licença de seis meses do trabalho, entre outros benefícios.

por Marcella Asfóra

COORDENADOR DO CIC
DES. JONES FIGUEIREDO
COORDENADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO
DES. FERNANDO CERQUEIRA
COORDENADOR JUÍZADOS ESPECIAIS
JUIZ LUIZ MÁRIO MOUTINHO
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
VALÉRIA PRASANA
DIRETORA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
ROGÉRIA MAGALHÃES
DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA
HENRI DOMINGOS SANTOS
DIRETOR DE INFORMÁTICA
FLAVIO AUGUSTO COSTA



1. Considerações Iniciais

a. O Crime

O termo crime emana do latim, *crimen*, acusação. É a ação ou omissão ilícita, culpável, tipificada em norma penal, que ofende valor social preponderante em determinada circunstância histórica. O crime é, também, a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal.

b. Propagação de notícias sobre a onda de violência

A Imprensa Brasileira, de modo geral, tem divulgado notícias aterradoras sobre a onda de crimes que vêm sendo perpetrados em Pernambuco e em todo o País. Destacam-se como manchetes de jornais e de programas de rádio e televisão: "A cada 10 segundos um brasileiro sofre algum tipo de violência"; "A cada 10 minutos um brasileiro é assassinado"; "No Rio de Janeiro, de cada 10 crimes, 2 processos chegam à Justiça"; "Cinco estados mais violentos do Brasil (2005): Pernambuco..."; Recife: a capital brasileira com mais mortes"; "Pernambuco registrou um dos mais violentos feriados prolongados dos últimos tempos (7 de setembro de 2006)"; "Quatro mulheres são exterminadas em Pernambuco (três de uma só vez - triplo homicídio)"; "Sobre este ano (2006), 288 mulheres foram mortas em Pernambuco"; "Canaragibe (Pernambuco) é a cidade mais violenta do Brasil"; "Recife (Pernambuco) a Capital onde se mata mais jovens"; e "Delegacias (em Pernambuco) - Estruturas são criticadas".

c. Insegurança da População

A evidência está a demonstrar que tais fatos e notícias vêm refletindo negativamente perante os cidadãos brasileiros, gerando, com isso, grave insegurança na população. O povo vive com intenso medo e pavor.

O pior de tudo é que, inabitavelmente, há um sentimento de impunidade, por parte de pernambucanos e brasileiros, mormente no que tange à apuração dos crimes e consequente condenação.

A grande maioria está certa que essa violência decorre da ausência de punição.

2. Como é apurado um crime de latrocínio (matar para roubar) logo que ele ocorre.

a. Conhecimento do Crime.

A Autoridade Policial (Delegado de Polícia) logo que tiver conhecimento do crime deverá dirigir-se ao local (art. 6º do Código Processo Penal) providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até chegarem os peritos criminais. Deverá, também, apreender os objetos que tiverem relação com o fato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do ocorrido e suas circunstâncias, relacionando testemunhas, procedendo ao reconhecimento de pessoas, além de outras providências iniciais.

b. Inquérito Policial

O Delegado de Polícia (Estadual e Federal), cumpridos esses procedimentos, sobretudo nos "crime de ação pública", como o latrocínio, deverá instaurar o tão discutido Inquérito Policial. De ressaltar que, essa medida independe de "queixa" ou "representação" na Delegacia de Polícia ou mesmo do conhecimento da autoria do crime. Basta tão somente a "notitia criminis" (noti-

cia de que ocorreu o crime).

É durante o Inquérito Policial que o Delegado de Polícia vai apreciar, objetivando ao esclarecimento do crime, todas as provas colhidas e, principalmente, ouvir as testemunhas do fato.

c. Inquérito Policial: Base Fundamental e imprescindível para a punição do criminoso pela Justiça

Do latim, *quaerere*, inquerere, inquirir, indagar, o Inquérito Policial: "É o conjunto de diligências realizadas pela Polícia Judiciária (Delegacia de Polícia) para apuração de uma infração penal e sua autoria, para que o titular da ação penal (Promotor ou Procurador de Justiça) possa ingressar em Juízo (Justiça) pedindo a aplicação da Lei ao caso concreto". Óbvio é que o Inquérito Policial tem por objetivo precípuo levar até o Ministério Público, os informes sobre o crime, para a promoção da Ação Penal, mediante o oferecimento da "Denúncia".

d. Provas

Do latim, *probari*, convencer, tornar crível, estabelecer uma verdade, comprovar.

Em sentido amplo, prova "é todo meio suscetível de demonstrar a verdade de um argumento". No Direito, em sentido objetivo, é "todo meio lícito empregado pela parte ou interessado na demonstração daquilo que se alega. Assim, por fim, prova pode ser definida como todo meio lícito e suscetível de convencer o Juiz da verdade sobre o crime".

Conquanto preconiza o art. 6º da Lei Processual Penal, o Delegado de Polícia, logo que tiver conhecimento da prática de um crime, deverá, dentre outros aspectos: "...coletar todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias".

Evidente é que essas provas irão traduzir-se nos principais componentes do Inquérito Policial e, por conseguinte, deverão fornecer todos os meios necessários ao Promotor de Justiça para a promoção da ação penal, mediante o oferecimento e apresentação da denúncia à Justiça (Poder Judiciário).

E se essas provas, levantadas no inquérito policial, forem deficientes, frágeis? E se a principal prova, que é a testemunhal, foi malproduzida? E se não foi obtida das testemunhas a verdade dos fatos? e se as perícias não foram estruturadas com eficiência plena? E se a polícia judiciária (Delegacia de Polícia) não for extremamente eficiente na implementação do inquérito policial? Resposta: Fica impeditivo, inquestionável, que a Justiça puna o criminoso.

Não é difícil de entender. Se no inquérito policial não forem levantadas as mínimas provas, sobretudo testemunhas, jamais a Justiça poderá condenar qualquer criminoso.

É de bom alvitre asseverar que o Ministério Público deverá ser rigoroso na promoção da Justiça. Para tal, deve exercer o múnus de inspecionar, fiscalizar e acompanhar o andamento do inquérito policial de forma efetiva, para que possa promover a justiça com eficácia e segurança jurídica.

Não aceitar, simplesmente, o inquérito policial da forma que for recebido, ou seja, com o indiciamento contido no relatório da autoridade policial, principalmente, quando não ocorre indiciamento.

Em ambos os casos, o promotor de justiça deve analisar com profundidade e abrangência, as provas indiciárias levantadas, solicitando, sempre novas diligências.

3. Cenário atual da Polícia Judiciária (Delegacia de Polícia Estadual ou Federal)

Não se constitui factível assumir juízos de valor quanto ao trabalho implementado pela Polícia Judiciária (Delegacia de Polícia) na condução e consecução dos Inquéritos Policiais. No entanto, um juiz somente pode ter preceitos exuberantes para punir um criminoso com base, principalmente, em diligências policiais e no inquérito policial.

De salientar que, a Polícia Judiciária Pernambucana defronta-se com graves problemas de ordem administrativa e operacional. Senão vejamos:

a. Salários não condizentes com o cargo de Delegado de Polícia. Até agora não foi implementada a equidade desses profissionais;

b. Delegacias de Polícia, sobretudo no Interior do Estado, fechadas às segundas-feiras e em feriados e fins-de-semana;

c. Inquéritos Policiais conduzidos por Escrivães, quando a competência de fazê-lo é exclusiva do Delegado de Polícia. Apresento, a título de ilustração, o fato de um Inquérito Policial ter sido elaborado no mês de maio de 2006, em uma Delegacia de Polícia da Região Metropolitana de Recife, em face de um grave acidente de trânsito, cujas testemunhas foram ouvidas pelo Escrivão, sem a presença do Delegado de Polícia. O crime foi grave. E o Escrivão fez o registro de fatos, na assentada, que testemunhas não haviam afirmado, sendo exigida por elas (testemunhas) que fizesse constar os verdadeiros depoimentos. É factível que em um Inquérito Policial mal-elaborado, o criminoso possa se transformar em vítima e vítima em criminoso.

d. Procedimentos (Inquéritos Policiais, TCO's e outros) existentes nas Delegacias de Polícia que se encontram sem andamento há meses e anos. Como exemplo, podemos citar uma Delegacia de Polícia, no Sertão Pernambucano, que detém mais de 150 procedimentos desses tipos, sem andamento, gerando a prescrição punitiva estatal, redundando em plena impunidade. Esse fato foi comunicado a Corregedoria Geral de Polícia da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. Imaginem em outras delegacias como está esse cenário?

e. Delegacias de Polícia sem viaturas com reduzidíssimo contingente de Agentes de Polícia, de Escrivães e de Delegados de Polícia;

f. A não realização de perícias. Há uma deficiência, em Pernambuco, de material e técnicos para a realização de Perícias Sexológicas, Tanatoscópicas, Cadavéricas, inclusive de DNA, podendo esta elucidar crimes com extrema segurança;

g. Delegacias de Polícia funcionando em prédios, cujas instalações encontram-se em situação de extrema precariedade. De salientar, a questão de funcionários de outros Órgãos, que estão à disposição de delegacias, registrando queixas, quando esse trabalho é do Agente de Polícia;

h. Deficiência, de modo geral, em Recursos Humanos. Existe um número não compatível com a demanda de trabalho, de Delegados de Polícia, de Agentes, de Escrivães, de Peritos e outros...;

i. Salários não condizentes com o trabalho da Polícia Judiciária;

j. Estrutura conceitual (Corregedoria Geral de Polícia) carente de um maior número de corregedores e de auxiliares, além de uma tímida estrutura, redundando numa fraca apuração de atos de indisciplina

e de irregularidades, porventura praticados no âmbito das Delegacias de Polícia.

k. Número precário de Cadeias Públicas. Muitas Cadeias Públicas não possuem a menor condição de funcionamento, merecendo interdição.

O pior de tudo é que o crime organizado e os criminosos conhecem e sabem dessas deficiências.

4. Como a Justiça pode punir sem provas? Tudo depende do inquérito policial

A evidência tem apresentado inúmeras absolvições de criminosos, por parte da Justiça, por falta de provas.

Tecnicamente, o Juiz tem como parâmetro probatório o depoimento da testemunha no Inquérito Policial. Se a mesma negar, em Juízo, o depoimento que prestou na Delegacia de Polícia, o Juiz poderá suscitador o crime de falso testemunho. É como se fosse um alibi, uma base para que o Juiz exija a verdade da testemunha. O Magistrado, por ocasião da audiência de oitiva das testemunhas de acusação, poderá levantar, com mais segurança, a verdade sobre o crime, em face daquele depoimento prestado pela testemunha, logo após a ocorrência do fato. Se o depoimento contido no Inquérito Policial não for eficaz, de nada adiantará a prova pericial, redundando em absolvição.

Repetir-se: a prova testemunhal levantada no Inquérito Policial constitui-se, essencialmente, na base para o levantamento seguro da prova judiciária oral e, por conseguinte, para a condenação do acusado, pelo Juiz.

Se essa prova é falha, malfeita, ímproba, desestruturada, o Juiz, obrigatoriamente, terá de absolver o acusado.

Muitas vezes, a Justiça leva a culpa pela impunidade, quando na maioria dos casos de absolvição resultam da falta de provas que deveriam ter sido levantadas pela autoridade policial, ainda sob a égide do calor do crime.

5. Controle e fiscalização do Inquérito Policial pelo Ministério Público

Pragmaticamente, no âmbito federal, esse procedimento vem tendo um pequeno avanço. Em crimes que vêm sendo perpetrados, sobretudo do "colarinho branco", o Ministério Público tem encetado uma atuação eficiente, junto a Polícia Federal.

Assim, está no momento de serem traduzidas Reformas de Ordem Constitucional e Infraconstitucional, com o objetivo precípuo de tornar mais eficaz, o controle e fiscalização do Ministério Público na elaboração dos Inquéritos Policiais. Inclusive, em alguns casos, pelo Poder Judiciário. É mister que, o "Parquet" acompanhe, rigorosamente, desde a ocorrência do crime, o andamento do Inquérito Policial, até o seu desfecho final. Caso contrário, configura-se impossível, do ponto de vista legal, reduzir a criminalidade em Pernambuco e no Brasil.

De qualquer modo, enquanto não forem implementadas tais reformas, deve o Ministério Público analisar, com profundidade e abrangência, o inquérito policial, fiscalizando-o e requisitando, se for o caso, novas diligências, oitiva e reiteração de oitiva de testemunhas. Na ocorrência de não apuração dos fatos, resultando em não indiciamento de envolvidos no crime, mais que nunca, o Ministério Público, deverá requisitar a realização de novas apurações até ficar plenamente convencido de que se constitui inquestionável, impossível, tal indiciamento.

O Juiz de Direito, também, ao receber o



Inquérito Policial, antes de conceder vista dos autos ao Ministério Público, para a denúncia, deverá analisá-lo com judiciousidade e, se for o caso, determinar, adrede, a realização de novas diligências, objetivando uma apuração segura da veracidade dos fatos.

6. Estratégia para reduzir a criminalidade em Pernambuco e no Brasil

De que vale os adianta um aparato policial fortemente armado, com carros blindados, prender assassinos e logo mais à frente eles serão absolvidos por falta de provas? As estruturas criminosas sabem que isso é factível. Têm conhecimento que a impunidade é fácil de ser conseguida pela leniência do trabalho inquisitorial, ou seja, deficiente apuração de provas por ocasião do Inquérito Policial.

Quantas absolvições implementadas porque o Inquérito Policial não apresentou provas contundentes, que venham a fortalecer a instância criminal (ouvidas de testemunhas) na Justiça?

Hodiernamente, nos países mais desenvolvidos, o Ministério Público, por força de Lei, acompanha o andamento e conclusão dos Inquéritos Policiais.

Por que no Brasil não pode ser assim?

7. Situação do infrator logo após a prática do crime

A experiência tem demonstrado que o criminoso, logo após a prática do crime foge do distrito da culpa, com o fito de, precipitadamente, livrar o flagrante delito. Em outros casos, o infrator foge para São Paulo ou para outro Estado da Federação, objetivando a escapar da aplicação da Lei. O pior, por vezes, é o caso do criminoso retornar ao local do crime e vendo que não pode ser preso, fica "fazendo pouco" da família da vítima e, em muitos casos, volta, novamente, a delinquir, ou seja, a praticar novos crimes. E como fica a Polícia e a Justiça nesses casos?

8. Número de crimes que são apurados pela Polícia Judiciária cujos Inquéritos Policiais conseguem chegar à Justiça.

Do ponto de vista estatístico, não existe

um número preciso de crimes que são praticados em Pernambuco, tanto contra a vida (homicídios etc.), quanto contra o patrimônio (latrocínios, assaltos à mão-armada etc.), que são apurados, definindo-se a sua autoria, e que são remetidos para julgamento pela Justiça.

É importante aduzir os casos de crimes contra a vida, como o homicídio, por exemplo, que são julgados pelo Tribunal do Júri.

O certo é que se fizermos um levantamento, certamente, serão encontrados centenas de Inquéritos Policiais, sem andamento, nas delegacias das Delegacias de Polícia, como também processos criminais que carecem de andamento na Justiça.

9. Conclusões

a. No Brasil, afigura-se imprescindível, o controle, acompanhamento e fiscalização, logo que ocorra o crime até o final, de todos os Inquéritos Policiais, pelo Ministério Público e, em alguns casos, pelo Poder Judiciário. Para tal, devem ser realizadas reformas, a curtíssimo prazo, nas normas Constitucionais e Infra-Constitucionais Brasileiras;

b. O trabalho da Polícia Judiciária (Delegacia de Polícia) deve ser objeto, consoante manda a Constituição Federal, de um rigoroso controle externo do Ministério Público;

c. O Promotor de Justiça deverá analisar, com amplitude e abrangência, o Inquérito Policial, logo que chegue em suas mãos e sempre requisitar diligências, somente denunciando quando toda a apuração estiver esgotada no âmbito policial.

Quando o IP for apresentado sem indiciamento, razão maior para tais requisições.

d. Deverão ser implementadas correções efetivas e constantes, pelas Corregedorias-Gerais de Polícia e de Justiça, exclusivamente, no que tange ao andamento e desfecho dos respectivos Inquéritos Policiais e Processos Criminais;

e. Alocação dos recursos na Corregedoria Geral de Polícia, possibilitando, assim, a atuação de grande número de corregedores de extrema confiabilidade e técnica, como também a dotando de estrutura compatível com a importância do trabalho correccional, mormente no que tange a prática de irregularidades e indisciplina por

parte dos policiais.

f. Unificação, efetiva e imediata das polícias em Pernambuco;

g. Ampliação, urgente, do contingente de Policiais Cíveis e Militares;

h. Efetivo funcionamento das Delegacias de Polícia, obedecendo-se aos seguintes critérios:

1) operacionalização da Delegacia de Polícia todos os dias da semana, sem exceção;

2) a prova testemunhal deverá ser considerada como a essência do Inquérito Policial, devendo os depoimentos e interrogatórios serem efetivados com a aplicação da mais ampla técnica de levantamento de provas;

3) o Inquérito Policial deverá ser conduzido, rigorosamente, sob a presidência do Delegado de Polícia, cumprindo-se as formalidades da Lei;

4) dotações orçamentárias, sem qualquer permissão para a alocação de recursos materiais e humanos para as Delegacias de Polícia e a estrutura policial como um todo;

i. O Inquérito Policial constitui-se na base fundamental para a promoção da Justiça e, sobretudo para a aplicação da Lei e punição dos criminosos pelos Juízes;

Um Inquérito Policial mal elaborado e dotado de provas íscas, certamente, redundará em arquivamento do processo criminal e, por via de consequência, em impunidade;

j. Implementação, pela Corregedoria-Geral de Polícia, de um levantamento, amplo e abrangente, em todas as Delegacias de Polícia de Pernambuco, dos Inquéritos Policiais, TCO's e outros procedimentos que estão íscas, sem andamento.

Pelo exemplo que temos de uma Delegacia de Polícia no Sertão, onde estão parados mais de 150 Inquéritos Policiais, TCO's e outros, serão encontrados centenas os milhares desses procedimentos, gerando, com isso, impunidade. E as vítimas e seus familiares como ficam?

k. Realização diária de um trabalho estatístico dos crimes ocorridos, fazendo o acompanhamento das suas apurações até chegar o procedimento ao Ministério Público e, por via de consequência, na Justiça. Para tal, pode ser criado um setor somente destinado a cuidar desse trabalho na Corre-

gedoria-Geral de Polícia.

l. O processo criminal na Justiça depende, para a sua eficácia plena, e, sobretudo, para um julgamento justo, do eficiente trabalho da Polícia Judiciária e de um excelente e eficaz Inquérito Policial.

m. É importante asseverar que, além da Polícia Judiciária, o Ministério Público de Pernambuco e de outros Estados da Federação, apresenta deficiências em recursos humanos, nos seus quadros, redundando no fato de Promotores de Justiça serem designados para acumularem, simultaneamente, outras Comarcas do Estado. É óbvio que, com isso, audiências criminais e cíveis, são implementadas sem a presença do representante do "parquet", além da suscetibilização de demora na oferta de denúncias, de pareceres e de autos, por Promotores de Justiça.

É preciso que fique claro que grande parte dos processos em andamento na Justiça (Poder Judiciário) depende, por força de Lei, da efetiva e rápida atuação dos Promotores de Justiça (Ministério Público), como também, de advogados. No caso dos Inquéritos Policiais, depende da Polícia Judiciária (Delegacia de Polícia).

Diante desse cenário, configuram-se impraticável responsabilizar somente a Justiça, pela impunidade que vem grassando em Pernambuco e outros estados brasileiros.

Pragmaticamente, em face do número reduzido de Juízes, tem sido humanamente impossível o julgamento dos processos existentes na Justiça brasileira.

Configura-se imprescindível a nomeação, urgente, mediante concurso público, de mais Juízes e Promotores de Justiça.

Que se faça justiça à Justiça!

a. Implementação pelos Municípios, Estados e União, em curto prazo, de medidas rigorosas e eficazes, objetivando a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade de vida, educação, saúde, lazer, segurança, de todos os brasileiros;

10. "A violência é a filha bastarda da impunidade".

Como se pode depreender, é muito fácil reduzir a criminalidade: é só uma questão de decisão política, muito trabalho, técnica e cumprimento do dever!

Email: gilyan.m.santos@bol.com.br



O MÁXIMO QUE ELE DEVERIA ENTENDER DE MILHO É QUE VIRA PIPOCA.

Trabalho infantil é crime. Denuncie.

O Brasil tem cerca de quatro milhões de crianças e adolescentes trabalhando em regime forçado, 60% deles na área da agricultura. Por isso, cabe a pergunta: até quando vamos permitir que o futuro desses meninos seja enterrado junto com as sementes?

Fotos: Sergio Schneider



TJPE define prioridades para 2007

Até o final deste ano, as comarcas de Olinda, Canuará e Gravata receberão fóruns novos, munidos de modernas instalações e espaços suficientes para abrigar as atuais e futuras varas judiciais. Essas e outras metas foram anunciadas como prioritárias pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, durante reunião do corpo diretivo do Poder Judiciário estadual, na qual foi discutido o plano estratégico da gestão 2007-2008.

O encontro, realizado na última quarta-feira, na sala de convenções do Palace Hotel, teve como objetivo avaliar as ações promovidas durante o ano passado e redirecionar os planos para 2007. Entre as metas definidas por Freitas para seu segundo ano de mandato, incluem-se a conclusão e o início de obras indispensáveis ao



Entre as metas prioritárias para o segundo ano de sua gestão, o presidente **Fausto Freitas** anuncia a entrega de novos fóruns, a contratação de servidores e a centralização dos juizados especiais da Capital

bom funcionamento da Justiça no estado de Pernambuco, priorizando comarcas pólo com grande número de

demandas processuais.

Na mesma preocupação com a melhoria da prestação jurisdicional, estão em curso projetos

de capacitação e contratação de pessoal para compensar as carências de servidores em todo o Estado. Para isso, até a

primeira metade do mês de março, o TJPE realizará as provas do concurso público, em data ainda a ser precisada pela Fundação Carlos Chagas, responsável pela aplicação das provas. O plano de gestão também inclui uma revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, corrigindo distorções e revisando a política salarial em vigor.

As metas apontadas também contemplam aspectos relativos à infraestrutura. Até o final de sua gestão, Freitas pretende informatizar todas as comarcas do Estado, munindo-as com os programas Judwin e o Judwin remoto.

ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

No projeto de reorganização da administração judiciária, o chefe do Judiciário estadual pretende aprovar o novo Código de Organização Judiciária (COJE) até o final do ano. Também deverá ser lançada a súmula do Tribunal, iniciado o processo de virtualização dos juizados - que dispensa o uso de papel - e implantadas novas unidades jurisdicionais, entre elas uma vara especializada em ações do crime organizado.

Continua na página 2

Juizados Especiais serão centralizados

A reorganização da administração judiciária também está recebendo atenção especial do presidente Fausto Freitas. Ainda este ano, será promovida a centralização dos Juizados Especiais (JEs) do Recife, que serão todos transferidos para o centro da cidade. Os JEs da Capital vão funcionar no antigo prédio do

Jornal do Commercio. A compra do edifício, anunciada pelo TJPE há mais de dois anos, foi efetivada no ano passado, por determinação do desembargador Fausto Freitas.

"A concentração dos juizados especiais em um único endereço, resultará em economia para os cofres públicos, à medida que o tribunal de Justiça se des-

vencilhará de aluguel de cada um dos atuais prédios. Além disso, teremos economia nos gastos com manutenção e segurança. Cerca de 50 soldados deverão ser dispensados da guarda dos prédios que abrigam os atuais juizados", justificou o desembargador Fausto Freitas.

Ainda segundo o presidente do TJPE, o

cidadão comum também terá menos despesas para chegar ao futuro endereço dos JEs. "Para chegar à Rua do Imperador, vindo de qualquer parte do Recife, basta um ônibus. No entanto, em muitos casos, o cidadão pega mais de um ônibus para ir de um endereço a outro dentro do mesmo bairro", argumentou.



No entendimento da GTI Consultoria, que presta serviços ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, o ano de 2006 foi marcado por muitos aspectos positivos para o Poder Judiciário estadual. Entre outros aspectos, observou-se uma maior aproximação com a sociedade. "O Judiciário estadual foi mais divulgado, com a presença efetiva de magistrados na mídia", constatou a consultora em gestão, Carmem Cardoso. Na opinião da representante da GTI, esse fato pesa positivamente na imagem do TJPE diante da sociedade, passando a mensagem de que a Justiça não tem nada a esconder.

Na explanação que fez durante o encontro de avaliação, na última quarta-feira, Carmem Cardoso destacou que ocorreu um visível movimento para a modernização

da gestão do TJPE, durante o ano passado. A preocupação com a qualidade dos serviços prestados, a partir da maior capacitação, bem como o rompimento com o corporativismo, foram aspectos também enfatizados pela consultora.

"O recente episódio em que o TJPE afastou o magistrado envolvido em irregularidades teve efeitos muito positivos junto à opinião pública, porque rompeu com a tradição corporativa presente na sociedade brasileira. O recado final é o de que os juizes também estão submetidos à lei", destacou Carmem Cardoso.



Carmem Cardoso vê maior aproximação entre Judiciário e sociedade em Pernambuco

Na opinião do presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, a adoção de medidas alternativas para solução de litígios, como os mutirões realizados pelos Juizados Especiais, também contribuiu para uma avaliação positiva do seu primeiro ano de gestão. "Neste segundo ano de nossa administração, daremos ainda maior ênfase para os instrumentos da conciliação e mediação", anunciou o presidente.

Outro aspecto avaliado positivamente pelo chefe do Poder Judiciário estadual foram as ações realizadas em parceria com órgãos afins. "Com o Ministério Público, realizamos a operação Mãos Dadas, com duas etapas bem-sucedidas. Com a Secretaria de Defesa Social, firmamos uma parceria de sucesso para pôr fim à insegurança ao redor do Fórum Rodolfo Aureliano. Agora, o cidadão que necessita dos serviços da Comarca da Capital já pode circular nas imediações daquele Fórum com tranquilidade", concluiu o presidente.

Fórum do Recife ganha duas novas varas do Júri

O Fórum Rodolfo Aureliano será contemplado com mais duas varas do júri.

A lei que cria as 3ª e 4ª Varas do Tribunal do Júri, com suas respectivas secretarias, já foi aprovada na Assembleia Legislativa

e sancionada pelo Poder Executivo. A numeração e a quantidade de Tribunais do Júri correspondem aos das respectivas Varas a que se vinculam e funcionário em instalações já existentes no Fórum Thomaz de Aquino.

Com as novas Varas foram criados também cargos e funções gratificadas a serem preenchidas pelos aprovados no concurso que está na eminência de ocorrer.

As Varas do Tribunal do Júri possuem competência

para processar os crimes dolosos contra a vida. "Essas novas Varas visam desafogar o trabalho das 1ª e 2ª Varas e seus respectivos Tribunais que juntos acumulam 8.618 processos", disse o assessor especial da presidência, juiz Ruy Patu.



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas (C) recebeu na tarde do último dia 25, o embaixador da França, Antoine Paillette (D) e do Cônsul Geral da França, Jean Claude Leclair.

O desembargador falou sobre a importância da aproximação de países para solucionar problemas comuns. Foram discutidos problemas so-

ciais como violência, desemprego e carências do sistema público de saúde. "Grandes países como os nossos estão confrontados exatamente com o mesmo problema", afirmou o embaixador.

Freitas destacou a criação dos Juizados Especiais, que facilitam a tramitação dos processos, a exemplo dos Juizados do Torcedor, idoso e da mulher.

- por Cícilia Pereira

Carta do Rio

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunido na cidade do Rio de Janeiro, no período de 18 a 20 do corrente mês, decidiu:

- 1- recomendar aos Tribunais de Justiça a criação e instalação de varas especializadas no processamento e julgamento de delitos praticados por organizações criminosas;
- 2ª) manifestar irrestrita solidariedade ao Ministro Sepúlveda Pertence, vítima de despropositada insinuação de quem ignora seu vertical passado de cidadão e de magistrado;
- 3ª) proclamar a indissolúvel unidade dos Tribunais de Justiça, determinados a lutar por sua autonomia administrativa, constitucionalmente assegurada, e pelo respeito ao regime federativo, que reconhece as diversidades regionais.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2007



Presidentes participantes do encontro do Rio de Janeiro

Judiciário estadual se antecipa à lei 11.441

Sancionada no início de janeiro, a lei permite que separação, divórcio, inventário e partilha não litigiosos sejam realizados em cartório, desafogando varas. Grupo de trabalho irá publicar instrução normativa até março



Menos burocrática, a solução consensual via cartório será mais rápida, segundo Leopoldo Raposo

REPORTER:
MANUELA VERAS

Inventário, partilha, separação e divórcio consensuais poderão ser realizados em cartórios, dispersando a necessidade de um processo judicial, segundo a Lei Federal nº. 11.441, sancionada no último dia 4. Para se antecipar às controvérsias da nova regra, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) vai publicar, em cerca de 60 dias, uma instrução normativa que dará aplicabilidade à norma, disciplinando seus procedimentos notariais. O texto será elaborado por um grupo de trabalho (ver quadro) cuja composição foi anunciada pelo corregedor-geral da Justiça de Pernambuco interino, desembargador Leopoldo Raposo, na última sexta-feira, dia 26, quando assinou a Portaria nº. 01/2007.

A medida foi anunciada no gabinete de

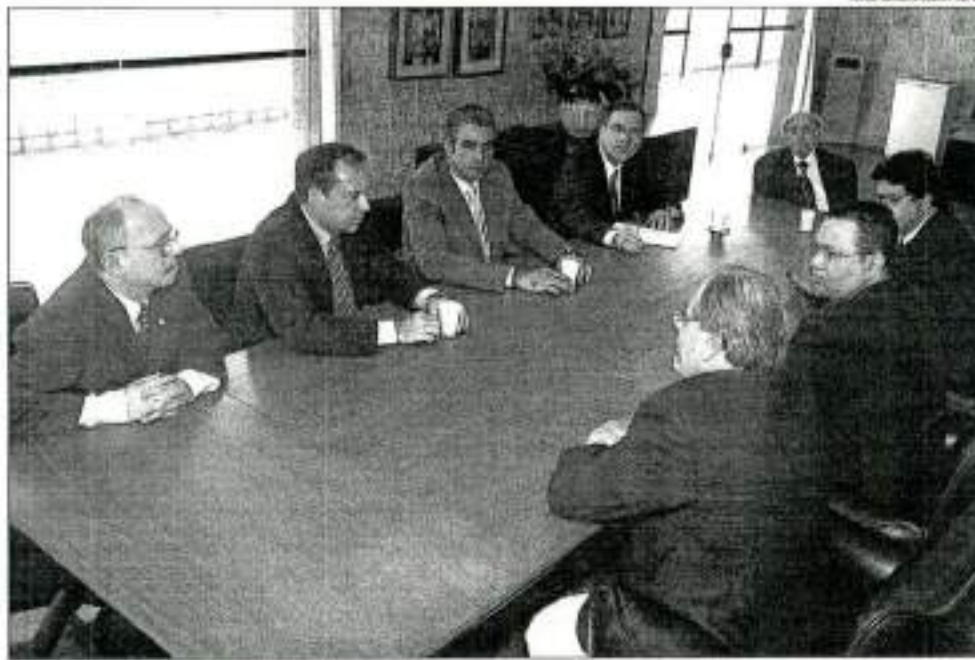
CONTROVÉRSIAS - A Lei 11.441 - que se aplica somente se a partilha for amigável, se no inventário não houver testamento nem interessado incapaz e se o divórcio e a separação forem consensuais - a princípio suscita três polêmicas. A primeira e talvez a principal delas se refere às custas extrajudiciais. A nova legislação se omite em relação aos valores a serem cobrados pelos cartórios e isso impede a sua aplicação. Por isso, esse será o tema de um projeto de lei que o grupo de trabalho pretende elaborar após a análise da norma.

Outra questão é se o herdeiro terá que pagar o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* na ocasião da lavratura da escritura da partilha extrajudicial ou se no ato do registro dessa mesma escritura, no cartório.

A terceira dúvida se refere ao procedimento para que os herdeiros recebam os saldos bancários do falecido. O grupo de trabalho irá analisar a possibilidade de a apresentação da escritura de partilha ser suficiente para substituir o alvará judicial, documento até hoje requerido pelos bancos para liberar as quantias deixadas pelo morto.

GRUPO DE TRABALHO

O grupo que irá estudar a Lei 11.441, com a finalidade de elaborar uma instrução normativa que discipline a sua aplicação, será composto pelo(a): corregedor geral da justiça substituto, desembargador Leopoldo Raposo (presidente); assessor do corregedor geral da Justiça, juiz Silvio Romero Beltrão; juiz-corregedor auxiliar da 3ª entrância Saulo Fabiane; juiz corregedor auxiliar para o extrajudicial Alexandre Assunção; juiz diretor do Foro da Capital Fábio Eugênio; representante a OAB-PE, o advogado Leonardo Carneiro da Cunha; o presidente do Colégio Notarial do Brasil, Carlos Alberto Roma; juizes das varas de Sucessão e de Família, Heriberto Galvão e Valéria Rúbia, respectivamente.



A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco pretende se ajustar à lei federal em 60 dias. Para isso, o corregedor geral interino, Des. Leopoldo Raposo, anunciou a formação de um grupo de trabalho, em audiência com auxiliares e representante da OAB

Fórum de Olinda tem obras aceleradas

A Concrepoxi, empresa responsável pela construção do novo Fórum de Olinda, está trabalhando para antecipar a conclusão da obra em pelo menos um mês. A informação foi repassada, ontem, por um representante da construtora, durante visita do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, ao local das obras.

O término da construção está previsto para outubro de 2007, de acordo com o planejamento estratégico da Presidência do TJPE. Contudo, o responsável técnico da obra, o engenheiro Luiz Arnaldo de Melo, informou que o número de operários foi ampliado de 115 para 210 homens, o que aumenta as chances de antecipação dos trabalhos. "Estamos fazendo uma laje e meia por mês, sendo que cada laje tem 1.600m². Em março vamos demolir o antigo fórum e construir o anexo", adiantou o engenheiro.

O chefe do Poder Judiciário parabenizou a equipe da construtora Concrepoxi pelos esforços que vêm sendo empregados na agilização da obra. "A finalização dessa obra é vital para a sociedade de Olinda, não apenas pelos serviços, mas até mesmo pela questão de segurança tanto dos servidores quanto das pessoas que buscam na Justiça solução para seus problemas judiciais", concluiu o presidente.

O novo prédio - que contará com 7.413,70 m² - vai abrigar 25 Varas, quando antes atendia apenas a 18. Quatro elevadores com capacidade para 10 pessoas cada e estacionamento para 247 veículos também constam no projeto. A nova instalação terá sistema de prevenção e combate a incêndio, sistema de proteção contra raios, circuito fechado de TV e gerador.



Fausto Freitas (E), visita o novo Fórum de Olinda, acompanhado pelo responsável técnico da obra, engenheiro Luiz Arnaldo de Melo. A nova instalação contará com 7.413,70 m² e poderá abrigar mais sete salas varas

DRH define cursos de capacitação para 2007

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) já definiu os cursos que atenderão à demanda de capacitação dos servidores em 2007. Para os próximos meses, estão previstos cursos de Excel, Autocad, Desenvolvendo as Relações Interpessoais, Eficácia no

Atendimento, Prática Forense, Prática para Oficial de Justiça, Desenvolvimento Gerencial e de Equipes, Desenvolvendo Negociações Eficazes, Empregabilidade e Bem-Estar.

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) irá divulgar as datas para inscrição

nos próximos dias. As aulas serão ministradas pela Instrutoria Interna do TJPE.

INSTRUTORIA INTERNA

Desde o seu início, há seis anos, o programa de Instrutoria Interna - desenvolvido pela DRH - já promoveu a capacitação de 1.117 servidores. Com a ênfase da atual gestão do

Judiciário estadual para as ações relativas ao desenvolvimento humano, a DRH vem promovendo cursos nas áreas comportamental, gerencial, jurídica e de informática, os quais têm sido realizados tanto na capital quanto no interior do Estado.

Os cursos são definidos mediante o Levantamento das Necessidades de Treinamento

(LNT) feitos nas unidades do TJPE, o que geralmente garante sua boa aceitação. "Tive oportunidade de participar do curso Desenvolvendo as Relações Interpessoais, ministrado por duas instrutoras internas. A opinião do grupo participante foi unânime quanto à competência do pessoal e qualidade do treinamento oferecido, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional dos participantes", observa a servidora Elizabeth Lucena Cunha.

A Instrutoria é integrada por cerca de 70 servidores, que atuam como facilitadores de aprendizagem. "Uma das grandes vantagens do programa é que seus instrutores são pessoas que têm o conhecimento da realidade da instituição, fazem parte dela e, portanto, estão inseridas no mesmo contexto dos aprendizes. Outra vantagem é a economia em relação às capacitações contratadas externamente", explica a diretora

de RH, Valéria Prigana.

Para a diretora, "o desenvolvimento humano é o maior investimento que o Tribunal pode fazer, um programa de educação continuada, apoiado pela presidência do TJPE, que representa a qualificação profissional dos servidores com foco na melhoria da prestação jurisdicional".

DESAFIO

Na visão da instrutora Luciana Muniz, participar do quadro de instrutores é um desafio. "O instrutor interno é alguém que tem que se obrigar a olhar de fora do contexto para propor novas atitudes e procedimentos dentro da organização. É alguém que tem que estar atestado com o mundo, e, principalmente, alguém que não pode parar de se auto-avaliar".



O curso Desenvolvendo Equipes Eficazes (E) foi ministrado em setembro do ano passado, e o curso de aperfeiçoamento de magistrados em fase de vitaliciamento foi realizado em maio de 2006



Foto: Rosalva / TJPE



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 22

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 1º de fevereiro de 2007

ASSEMBLÉIA PÚBLICA DISCURSOS DE FREITAS

A Assembleia Legislativa de Pernambuco prestou homenagem ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, com o lançamento dos Anais da Casa, Triunfo da edição de todos os pronunciamentos do então deputado estadual Fausto Freitas, que lá atuou de 1986 a 1993, e de outros oito parlamentares. O documento foi entregue na última terça-feira, dia 30, pelo presidente da Assembleia, deputado Romário Dias, no plenário da casa.



Nunes se torna cidadão de São José do Egito

TEXTO:
SÉRGIO M. FEITOSA

Embora nunca tenha exercido a magistratura na comarca de São José do Egito, o juiz da 1ª Vara das Execuções Penais, Adelão Nunes, foi agraciado com o título *Cidadão Egípcio*. A proposição dos vereadores Ronaldo Leite e Roberto Sampaio foi aprovada por unanimidade. Entre as justificativas para a homenagem, inclui-se a ligação poética do magistrado com a cidade conhecida como "celeiro de poetas". Nunes tem três livros de poesias publicados, nos quais enaltece a terra de Rogaciano Leite, Jó Patriota, Lourival, Otacílio e Dinias Batista, entre outros.

Nascido na cidade parai-
buna de Teixeira, a 18 km

de São José do Egito, o magistrado conheceu e conviveu - desde 1970 - com muitos dos representantes daquela modalidade poética que tão bem traduz a cultura e alma do povo acedestino. Contudo, os méritos enxergados pelos egípcios em Adelão Nunes não se restringem à sua identidade poética. Foram igualmente determinantes seu modo de ser e agir como cidadão, ser humano, além do magistrado que sempre honra a prerrogativa que lhe foi confiada pelo Judiciário para julgar e dirimir litígios.

Na cidade de Gravata, por exemplo - comarca



Adelão Nunes: ligação poética

onde atuou antes de ser promovido para a capital -, o juiz ainda é lembrado e recebido com carinho pela comunidade quase 10 anos depois de ter sido transferido. Isso se deve ao modo como sempre conciliou a dupla condição de magistrado e cidadão. A magistratura não lhe torna distante do cotidiano e inacessível à comunidade onde atua, assim como sua acessibilidade não desvirtua sua condição de julgador.

Mas, mesmo que ele queira, em São José do Egito não há como dissociar o magistrado Adelão Nunes do amante de poesia. "Quando estudante de Direito, costumava passar minhas férias em São José, ouvindo cantorias de viola e muita declamação de sonetos de Rogaciano Leite, Cincão e Augusto dos Anjos", lembra o homenageado. E foi com a influência dessas lembranças que o novo cidadão egípcio agradeceu. (Ver quadro).

FREITAS RECEBE PREFEITO DE POMBOS E APÓIA ADMINISTRADORES MUNICIPAIS



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, recebeu na tarde do último dia 30, o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), prefeito de Pombos, Josué Lins. O prefeito veio conhecer o Palácio junto com Roberto Moraes, procurador da Associação, e sua diretoria. A Amupe é uma entidade civil sem fins lucrativos formada por um grupo de prefeitos que buscam apoio, colaboração e especialmente orientações administrativas para o melhor funcionamento das prefeituras municipais do Estado. "Escutamos os problemas dos administradores municipais e vamos apoiar no que for necessário", afirmou o presidente Fausto Freitas.

Agradecimento (trechos do discurso)

Terra das luas minguantes
Das tardes ensolaradas
Das ventos em caracol
Nuvens no céu
Das vezes em silêncio
Das noites de cantoria
Que marinha fez sonada

Nas noites de cantoria
Poesias em voo
Flutuando a mente sua
De enorme festival
Declamação de sonetos
Provenientes de quartetos
Nos versos de Lourival

Vi o sol brilhando firme
Servindo de exemplo
As águas do Pajeú
Derramando trocadilhos
As vozes da pastoreira
Contemplando a namorada
Pelos risos de Otacílio

Vi as flores perfumadas
Acalentando a manhã
As rimas de Inácio
Os gemidos da cunha
As amarguras da vida
Dispersadas, sem guarida
Nos sonetos de Cícero

Vi as pedras no caminho
Um anam branco alito
Fragorais em fileiras
Nas campas de agito
Vi a voz do sobel
Um curió aqutur
Na terra santa do Egito

Depois de ter todo encanto
Que existe neste mundo
Me vejo envidado
Por tamanho grãdio
Por amando em lugar
Só me resta ressaltar
O título de cidadão

Agradeço a São José
A Roma e a Brasília
Sou filho nio do Egito
E me sinto enobrecido
Por pertencer ao seu povo
Sou sim o filho mais novo
Deste lugar destemido

À Câmara Municipal
Saibam seus vereadores
Que honrarei este título
Imprimido os seus valores
Por demais agradecido
Deveras envidado
Agradeço seus leuiores

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 23

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 2 de fevereiro de 2007

CARUARU

Novo Fórum permitirá instalação de outras varas



Em visita a Caruaru, o presidente Fausto Freitas apresenta o projeto básico aos magistrados daquela comarca.

A conclusão do Fórum de Caruaru é uma das prioridades do segundo ano da gestão do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas. "Caruaru vem crescendo muito por ser um pólo comercial de destaque em Pernambuco. Por conta disso, a sua atual estrutura física se tornou obsoleta, não comportando adequadamente toda a demanda processual. Daí a importância da construção desse novo Fórum, que será o mais moderno do Estado", justifica Freitas.

Segundo a Diretoria de Engenharia (DEA) do TJPE, o prédio ficará pronto em outubro deste ano. Para isso, a construtora responsável pela obra mobilizou um efetivo médio de 115 trabalhadores. O novo fórum terá uma área de 7.600 m², distribuídos em três pavimentos e irá abrigar as 14 varas já existentes e duas novas varas de Família, cuja criação está prevista no

Código de Organização Judiciária de Pernambuco (COJE-PE). Além disso, a estrutura contará com dois elevadores, estacionamento para 118 veículos, sistemas de prevenção e combate a incêndio, pára-rios, circuito fechado de TV e gerador.

Para o juiz da 3ª Vara Cível de Caruaru, Damiano Severino de Sousa, a construção do Fórum irá resgatar a qualidade na prestação jurisdicional da comarca, que é pólo da 6ª Circunscrição Judiciária. "Nós tivemos que restringir o acesso da população ao Fórum por falta de espaço. Os familiares dos réus, por exemplo, ficam esperando os julgamentos do lado de fora do prédio porque as salas de audiência são muito pequenas. Além disso, os casamentos são celebrados nos corredores", informou.

Com o término da obra, essa situação será abolida e o Fórum atual será recuperado. O prédio antigo funcionará especificamente para abrigar os Juizados

Especiais - que hoje funcionam numa casa alugada pelo Tribunal - para a celebração de casamentos e realização de capacitações dos servidores e estagiários, em conformidade com os preceitos da gestão participativa postos em prática pela atual gestão.

OUTRAS METAS

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do TJPE tem como meta para 2007 a conclusão do Fórum de Olinda (ver reportagem na edição do DO de 31/02/2007) e de outras obras em andamento, como o elevador panorâmico do Palácio da Justiça e o ambulatório do TJPE. Além disso, estão em fase de elaboração os projetos do Fórum da Comarca de Pesqueira e de Fernando de Noronha. A DEA também está dando atenção especial aos projetos de reforma do antigo prédio do Jornal do Comércio, que vai acomodar todos os juizados da Região Metropolitana do Recife.



O andamento das obras do Fórum de Caruaru está sendo acompanhado passo a passo pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura. A conclusão está prevista para outubro.

Servidora do TJPE é premiada pela ABL

A servidora judiciária Suzana Guimarães Farias é uma das autoras premiadas no concurso anual de redação para professores promovido pela Academia Brasileira de Letras (ABL). A solenidade de entrega do prêmio ocorrerá no próximo dia 7, na sede da

ABL, no Rio de Janeiro. A composição de Suzana - que trabalha na Vara da Infância e Juventude - concorreu com um total de 18.175 textos e ficou entre as cem selecionadas para integrar uma coletânea. Em cada ano, a ABL define um tema. Em

2006, o assunto foi *A importância do livro no Brasil do século 21*.

"Arrumo tempo para escrever porque não consigo evitar o ímpeto", diz Suzana, justificando a paixão que a acompanha desde os oito anos de idade. Suzana, que também é mestra

em Matemática, já havia sido reconhecida, no mesmo concurso, em 2003 e 2005.

Publicação - Suzana Guimarães pretende finalizar, em março deste ano, seu mais novo projeto: um livro de poemas e prosa, intitulado *Natureza sem fim*.



O trabalho de Suzana concorreu com mais de 18 mil textos.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 24

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 3 de fevereiro de 2007

Freitas prestigia posse de deputados

Os 49 deputados estaduais eleitos em outubro do ano passado foram empossados anteontem, dia 1º de fevereiro. A solenidade foi realizada no Palácio Joaquim Nabuco e contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, e do vice-presidente do TJPE, desembargador Antônio Camarotti.

Durante a cerimônia, os deputados confirmaram o compromisso de manter e defender a Constituição Federal e promover o bem coletivo. Logo após, eles assinaram o livro de posse.

A solenidade foi coordenada pelo presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado Romário Dias. A mesa também foi composta pelo secretário da Casa Civil, Ricardo Leitão (representando o governador Eduardo Campos), pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador federal Francisco



O presidente Fausto Freitas (D) compôs a mesa, ao lado de Romário Dias

de Queiroz Cavalcanti, pelos deputados Guilherme Uchoa e João Negromonte, pelo vice-prefeito Luciano

Siqueira e pelo presidente do TJPE, Fausto Freitas.

Por Celina Aragão



VESTIA - O presidente Fausto Freitas (D) recebeu, ontem, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, o deputado estadual Geraldo Coelho

ESMAPE INICIA PREPARATÓRIO PARA CONCURSO

"Deveríamos fazer mais do que é justo e menos do que é obrigatório". Com essa afirmação, atribuída ao senador grego Plenides (400 a.C.), o juiz titular da 11ª Vara do trabalho da 6ª Região, Paulo Dias de Alcântara, iniciou a aula inaugural para 120 alunos do curso de preparação para concursos de juiz, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape).

Expondo o tema *Metodologia de Estudo Superior no último do século XXI*, na noite da última quinta-feira, Alcântara enfatizou que, para ser aprovado em concursos atuais, o candidato a carreira de juiz não deve se ater apenas ao estudo de códigos legais, mas também "ter uma formação cultural diversificada e saber em que contexto sócio-político está o Poder Judiciário que ele vai representar".

Leitura clássica e contemporânea, obras de filosofia e conhecer outras áreas científicas evitam que os estudantes apenas decorrem "dogmas legais", segundo o professor. Segundo essa perspectiva, para se alcançar rendimento satisfatório nos estudos, o magistrado foca sua conferência em três aspectos: motivação, método (hora e local determinado para estudar diariamente, por exemplo) e cuidado com a saúde.

LANÇAMENTO - Durante o evento aconteceu o lançamento da Revista Esmape, número 24, volume 11, que reúne artigos jurídicos de professores e estudantes. "Em

1996, nossa iniciativa foi pioneira no mercado editorial do país, o que incentivou que todas as escolas de magistraturas tenham hoje sua revista", enfatizou o supervisor da Esmape, juiz Jorge Américo. Atualmente, a Esmape produz duas revistas por ano, lançadas sempre na abertura do semestre letivo do curso de Preparação à Magistratura. Os interessados podem adquirir seu exemplar na biblioteca da escola por R\$ 25,00.

Além do palestrante e do supervisor da escola, a mesa de honra no evento foi presidida pelo diretor em exercício da Esmape, desembargador Eduardo Pinheiro Peres, e formada pelo coordenador de Estudos Penais, desembargador Marco Maggi, e pelo juiz e coordenador do curso de preparação, Sérgio Paulo Ribeiro. O auditório da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) foi gentilmente cedido para sediar o evento.

Com 20 anos de existência, as aulas de Preparação para a Magistratura e demais Carreiras Jurídicas da Esmape é dirigido a bacharéis de Direito. Fazem parte do corpo docente do curso desembargadores, juízes e procuradores, por exemplo. A grade curricular tem 810 horas-aula de duração, dividido em três semestres, com aulas de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h. A próxima seleção de estudantes será no mês de julho. Inscrições podem ser obtidas através do telefone 3224.0086.

Por Izabela Raposo



O juiz Paulo Dias de Alcântara ministrou a aula inaugural para 120 alunos do curso de preparação para concursos

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



BIBLIOTECA
PERNAMBUCO

PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA

Ano LXXXIV • Nº 25

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 6 de fevereiro de 2007



Esmape vai lançar Manual de Modelos de Decisões Judiciais

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) vai lançar este ano um Manual de Modelos de Decisões Judiciais e Rotinas Procedimentais das Secretarias. A compilação terá dois volumes, um cível e outro criminal. De acordo com o supervisor da Esmape, juiz Jorge Américo, o manual está em fase de revisão. "Outros estados já têm publicações oficiais do tipo, porém essa é a primeira atualizada com as mudanças recentes na legislação processual", enfatiza.

Todos os juizes em atividade no Estado e as secretarias do foro judicial da capital e das comarcas do interior receberão gratuitamente o manual, que terá uma versão impressa e outra eletrônica. "Nossa pre-

tensão é disponibilizar os livros também no mercado nacional para atender a juizes de outros estados, advogados, assim como futuros participantes de concursos da magistratura pernambucana", diz o supervisor da Esmape.

Américo considera o lançamento dos manuais um dos projetos mais importantes lançados pela Esmape. O objetivo da escola é otimizar o acesso a modelos de despachos, ordenações e sentenças para os magistrados. Os temas são os mais comuns em causas judiciais como divórcio, ação de alimentos e cobranças, por exemplo. "Isso vai garantir a agilização processual na medida em que o magistrado, em vez de criar seus próprios modelos, poderá reproduzi-

los, já que contará com a versão em CD-ROM", completa o juiz, que chama a atenção para o fato de que os manuais também serão material didático nos cursos promovidos pela Esmape.

A pesquisa e elaboração do manual duraram seis meses e foram concluídas em janeiro deste ano. Duas comissões foram criadas para realizar estudos e pesquisas. "O modelo aborda as causas mais frequentes", disse Américo. A comissão Cível foi composta pelos juizes Sergio Paulo Ribeiro da Silva, Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque, Felipe Augusto Guimarães e Haroldo



Jorge Américo: livro vai ainda entrar em

Carneiro Leão. Já a Criminal foi formada pelos juizes Blanche Maymon, Teodomiro Noronha, Luiz Carlos Vieira de Figueiredo e Roberta Vasconcelos.

**PENA QUE
NÃO É SÓ A
SEMENTE QUE
ELE ESTÁ
ENTERRANDO.**

**Trabalho infantil
é crime.
Denuncie.**

O Brasil tem cerca de quatro milhões de crianças e adolescentes trabalhando em regime forçado, 60% deles na área da agricultura.

Por isso, cabe a pergunta: até quando vamos permitir que o futuro desses meninos seja enterrado junto com as sementes?

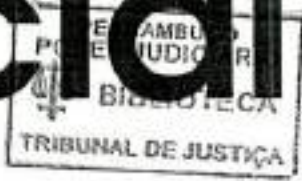
**Quem é você?
Queremos conhecê-lo melhor!**



Diário Oficial



Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 26

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 7 de fevereiro de 2007

Corregedoria Geral da Justiça divulga metas para este ano



O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Ozael Veloso, pretende difundir os feitos da Corregedoria através de um jornal interno

REPORTER: CHERINA ARAGÃO

O Corregedor Geral da Justiça em Pernambuco, desembargador Ozael Veloso, promoveu, na última segunda-feira, a primeira reunião do ano com os seus corregedores

auxiliares e assessores especiais. Estavam presentes também o subprocurador Geral de Justiça, Itabira de Brito, e a médica legista Joyse Breenzinck. Na reunião, foram traçadas as metas para a gestão dos próximos 12 meses e a definição de

como será realizada a inspeção geral na Comarca do Recife. A abertura foi realizada ontem, em solenidade no Fórum Rodolfo Aureliano. "Feito inédito na história da Corregedoria, a inspeção vai consistir numa avaliação de todas as varas da capital, inclusive os juzizados", destacou Ozael Veloso.

O Corregedor Geral também enfatizou a importância de difundir as atividades da Corregedoria, através de um jornal interno. "Ainda é uma pretensão inicial, mas o intuito será tornar conhecidas as atividades da Corregedoria no Poder Judiciário", esclareceu o magistrado.

Requisitar estagiários estudantes de Direito também entrou na pauta da reunião. "Eles farão o levantamento dos processos jurídicos em arquivos nas penitenciárias da capital e os juizes corregedores irão coordená-los", explicou Veloso. A intenção é observar quantos processos já prescreveram.

Simpósios serão realizados simultaneamente

Ainda durante a reunião, foi firmada uma parceria entre a Corregedoria de Justiça de Pernambuco e Associação Pernambucana de Medicina e Odontologia Legal (Apemol) para a realização do 1º Simpósio Internacional em Sexologia Forense e do 1º Simpósio Brasileiro em Direito nos Crimes Sexuais. Os dois simpósios ocorrerão simultaneamente entre os dias 30 de maio e 1º de junho, no Recife. "Será um grande evento voltado a médicos, juristas e estudantes de ambas as áreas", destacou a médica

legista Joyse Breenzinck. Os crimes envolvendo pedofilia e tráfico internacional de mulheres estão entre os principais temas a serem abordados. O presidente internacional de Medicina Legal, Duarte Nuno Vieira, o vice-presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal de Portugal, Francisco Corte Real, e o especialista escocês em sexologia forense Derrick Pounder são presenças confirmadas. Além deles, 15 especialistas nacionais participarão como palestrantes dos simpósios. (C.A.)

ASSESSORIA POLICIAL

Estacionamento será organizado

REPORTER: SÉRGIO M. FEITOSA

Mais de 400 servidores e magistrados se cadastraram para ter acesso a estacionamento nos arredores do Palácio da Justiça, Edifício Paula Baptista e do Fórum Thomaz de Aquino. Juntos, os três locais somam aproximadamente 230 vagas. Para compensar a desproporção entre os números de interessados e vagas disponíveis, a Assessoria Policial Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai recorrer à estratégia de revezamento, limitando o acesso de cada um ao seu horário de trabalho.

"Não é justo que uma pessoa que trabalha no turno da tarde ocupe a vaga também pela manhã - ou vice-versa - enquanto faz compras no Centro da cidade, por exemplo. A prioridade dessas vagas

deve ser dada a quem de fato estiver a serviço do Judiciário", justificou o assessor policial, tenente-coronel Sebastião Gondim. Para estabelecer a política de revezamento, a Assessoria Policial vai utilizar adesivos de diferentes cores, aludindo ao horário específico do seu portador. "Já estamos com o layout pronto, aguardando somente a conclusão do processo burocrático para impressão do material, que está sob responsabilidade da Diretoria de Infra-estrutura", afirma Gondim.

SEGURANÇA

Segundo o assessor policial, esse controle também vai propiciar maior segurança aos veículos de magistrados e servidores. "Na falta de vagas, as pessoas têm recorrido cada vez mais aos flanelinhas, deixando chaves de veículo nas

mãos desse pessoal. Isso é um risco muito grande", adverte o coronel Gondim. De acordo com a Assessoria Policial Militar, já ocorreram reclamações de funcionários do TJPE que tiveram seus carros multados ou arranhados. Houve também caso de veículo que estava 10 quilômetros rodados a mais em relação ao que marcava o contador no momento em que o proprietário chegou ao estacionamento. "É importante lembrar que, em regra, os flanelinhas não são habilitados. Portanto, em caso de acidente, esse condutor pode abandonar o carro, ficando as responsabilidades civis e criminais para o proprietário", alerta. O coronel Gondim também avisa que nenhum flanelinha tem autorização para atuar nas áreas de estacionamento do TJPE.



Mais de 400 servidores disputam 230 vagas de estacionamento no TJPE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 27

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 8 de fevereiro de 2007

TJPE, Ministério Público e SDS debatem violência

SÉRGIO M. FEITOSA

Buscar formas de tornar mais ágeis e eficazes os instrumentos legais de combate à violência. Esse é o objetivo de um encontro que o Poder Judiciário estadual vai realizar, no próximo mês, em parceria com o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e a Secretaria de Defesa Social (SDS). "Essas instituições são igualmente responsáveis pela repressão ao crime. Uma investigação, outra denúncia e uma terceira julgamento. Portanto, são agentes cujas ações preservam uma relação de interdependência", observou o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas.

Em visita ao Palácio das Princesas, na última terça-feira, Freitas convidou o governador Eduardo Campos a participar do evento. O chefe do Executivo confirmou sua presença e declarou que a iniciativa está em sintonia com uma das principais preocupações de seu governo, que é definir políticas eficazes de combate ao crime.

O encontro, que ocorrerá em Gravata, de 15 a 17 de março, fundamenta-se no mesmo princípio da Operação Mãos Dadas, ação conjunta do TJPE e MPPE que já resultou na prisão de uma quadrilha de estelionatários que agiam em Pernambuco e em outros estados. O evento pre-

tende reunir desembargadores que integram as Câmaras Criminais, juízes de comarcas do Grande Recife que atuam em varas crimes, promotores de justiça e delegados de polícia. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE) e a Defensoria Pública serão convidadas e também poderão apresentar suas sugestões. "A Região Metropolitana registra os maiores índices de violência do Estado. Por isso, o público-alvo do encontro é, prioritariamente, magistrados dessas comarcas", justificou Fausto Freitas.

Durante os trabalhos, o presidente Fausto Freitas pretende utilizar dinâmica de grupos mis-



O presidente do TJPE, Des. Fausto Freitas (E) esteve no Palácio das Princesas para convidar o governador Eduardo Campos. O chefe do Executivo estará presente ao encontro em Gravata.

tos, possibilitando a interação entre os diversos agentes públicos. "Não queremos impor nada a ninguém. Serão promovidas discussões multilaterais com a participação de cada um dos responsáveis pela coação à violência. Se as

instituições mantêm uma interdependência em suas ações, isso deve ser administrado de modo a otimizar os resultados dessas ações", esclarece.

Ainda segundo o presidente do TJPE, o Judiciário interessa buscar caminhos que resul-

tem na agilização da prestação jurisdicional. "Se esta agilização depende, por exemplo, da condução do inquérito, nada mais lógico do que debatermos com os responsáveis diretos pela sua elaboração", exemplifica.

Corregedoria fará inspeções na Comarca da Capital

CELINA ARAGÃO

Todas as 92 varas da comarca da capital serão inspecionadas este ano. Juízes corregedores irão, até dezembro, orientar e auxiliar juízes e servidores das varas do Recife, além de verificar a regularidade dos processos. A solenidade de abertura da inspeção foi realizada, na última terça-feira, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano.

A atribuição da Corregedoria de Justiça supervisionar e fiscalizar os serviços da justiça de primeiro grau, conforme previsto no Código de Organização Judiciária. Essa inspeção terá um caráter mais orientador do que de punição, embora essa atitude

possa ser tomada em casos extremos", explicou o corregedor geral, desembargador Ozael Veloso.

"É a primeira vez na história da Corregedoria estadual que todas as varas da capital são inspecionadas num delimitado período", destacou Veloso. Uma equipe composta por oito juízes corregedores será responsável pela inspeção, mas Veloso não descartou a possibilidade de solicitar mais magistrados.

O desembargador Leopoldo Raposo apontou a iniciativa da Corregedoria como positiva. "Além dos magistrados, os servidores do judiciário se sentem estimu-

lados ao serem auxiliados pela corregedoria", reforçou. Ao final da inspeção, os juízes corregedores irão entregar à Corregedoria Geral um relatório com todos os procedimentos judiciais de cada vara.

Além de Veloso e Raposo, a mesa foi composta pelo representante do Ministério Público Sílvio Tavares, pelo Diretor do Foro da Comarca do Recife em exercício, Fausto Campos, pelo corregedor auxiliar da 3ª circunscrição, juiz Saulo Fabiane Ferreira e pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Pernambuco (OAB-PE), Jayme Asfora.



A solenidade de abertura foi realizada no Fórum Rodolfo Aureliano.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 28

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 9 de fevereiro de 2007

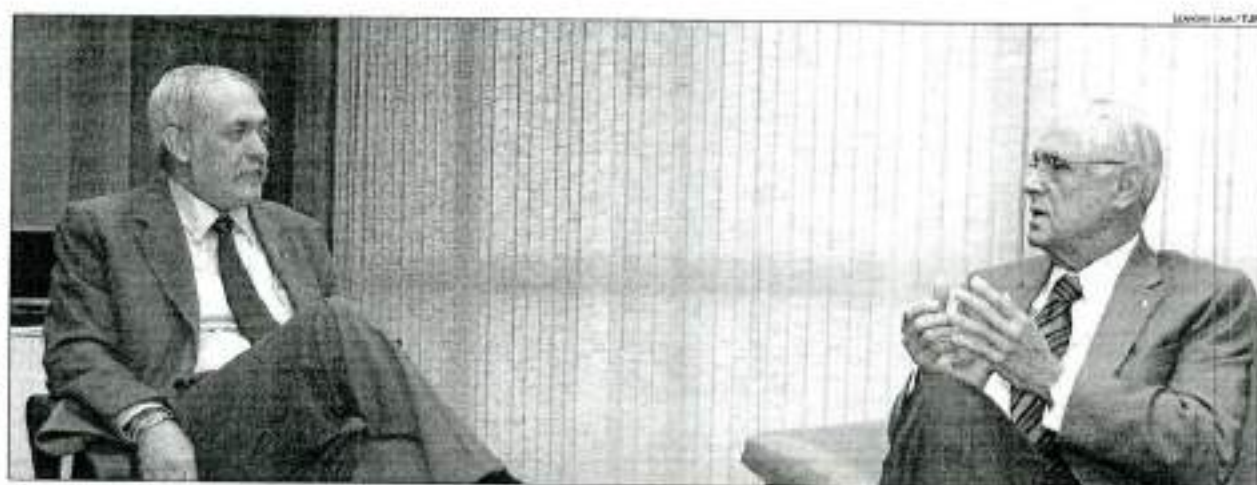
VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS

Juizado do Torcedor vai capacitar infratores

MANUELA VERAS

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lança, dentro de um mês, o Projeto Futebol Cidadão. O objetivo é combater a violência durante os jogos, atuando como aliado do Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor. A repressão será feita através de práticas educativas, com a capacitação de 200 torcedores em Direitos Humanos, Cidadania, Mediação de Conflitos e Estatuto do Torcedor. As aulas serão ministradas pelo Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco (Cemape) em salas disponibilizadas pela Universidade Salgado Oliveira (Universo).

Como os apenados são proibidos pela Justiça de frequentarem os estádios, as aulas de capacitação irão ocorrer no mesmo horário dos jogos. "Cada um desses alunos funcionará como um multiplicador da cultura de paz entre os torcedores", afirma o coordenador dos Juizados Especiais do TJPE, Luiz Mário Moutinho. O magistrado explica que uma das turmas vai funcionar como pena para os infratores julgados no Juizado do Torcedor. A outra, de caráter preventivo, será



O presidente da Chef, Dilto da Conti (E), apresenta o patrocínio de cerca de R\$ 300 mil para o Projeto Futebol Cidadão. A ideia apresentada pelo desembargador Fausto Freitas é dar aulas de Direitos Humanos, Cidadania, Mediação de Conflitos e Estatuto do Torcedor para apenados e membros de torcidas organizadas.

composta por membros das torcidas organizadas, indicados por seus líderes.

A ideia foi apresentada, no último dia 7, pelo chefe do Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas, ao presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Dilto da Conti, que aprovou o patrocínio de cerca de R\$ 300 mil. O encontro ocorreu na presidência da Chesf e reuniu também o juiz Luiz Mário Moutinho, o coordenador do Juizado do Torcedor, juiz Ailton Alfredo de Sousa,

as diretoras do Cemape Regina Melo - presidente - e Fernanda Burba e o vice-presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima), Carlos Eduardo de Vasconcelos.

"A opção ainda adotada para assegurar que os infratores não estão indo aos estádios é enviá-los para um quartel do Exército durante os jogos. No entanto, ao contrário dos cursos, esse controle não provoca a reflexão dos contraventores e é pouco democrático", observa Ailton de Sousa, que

aplica a pena de prestação de serviços na maioria dos casos do 1º Juizado Criminal.

Copa de 2014

Após a implantação do Projeto Futebol Cidadão, o Juizado do Torcedor irá servir, em julho, de modelo para o congresso Violência Urbana nas Praças Desportivas, idealizado pelo Ministério da Justiça. O evento irá reunir representantes de tribunais e entidades futebolísticas de todo o país para discutir as exigências da Federação Internationale de Football

Association (Fifa) para que a copa de 2014 seja realizada no Brasil. "A segurança do torcedor é o principal dos pontos cobrados pela Fifa", informa Ailton de Sousa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

"A violência não é um problema de governo, mas de Estado", apontou Freitas. "Isso significa que todas as instituições públicas e privadas devem unir-se na busca pela paz", considera. Concordando com o magistrado, Dilto da Conti ressaltou a importância da respon-

sabilidade social das empresas e demonstrou entusiasmo com a aprovação do Futebol Cidadão.

Único no Brasil também com competência cível, o Juizado do Torcedor é parceiro de mais de 600 entidades que acolhem os apenados em cumprimento de prestação de serviços. Para Ailton de Sousa, essa modalidade de pena alternativa vem se mostrando eficaz, pois 93% dos contraventores a ela submetidos não reincidem nas infrações registradas na Justiça, segundo pesquisa do 1º Juizado Criminal.

Cultura popular no Fórum do Recife

Na quinta-feira que antecede a semana carnavalesca, dia 15 de fevereiro, o Fórum Rodolfo Arelano se renderá à batida inconfundível do Maracatu Leão Co-

roado. O evento é uma realização do Themis Cultural, programa da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que visa a

fomentar uma maior interação entre os servidores do Judiciário e as manifestações culturais. Patrimônio vivo da cultura pernambucana, o Maracatu Leão Co-

roado irá se apresentar aos funcionários e visitantes do fórum a partir das 17h. A agremiação carnavalesca mais antiga em atividade, com 144 anos de atuação ininter-

rupta, fará uma breve, porém intensa apresentação, próprias do Maracatu Leão Corado", destacou o coordenador do Themis Cultural, Bruno Monteiro.

O maracatu é uma manifestação própria da cultura pernambucana e a agremiação Leão

Corado, sob a direção do mestre Afonso Aguiar, se preocupa em manter a tradição folclórica e transformar o social. "Desenvolvemos um trabalho preventivo, envolvendo os jovens com a cultura e os nossos valores", afirma Afonso.

Fausto Freitas 1 ano de gestão

Luciano Costa / TIPE



Juizado do Idoso

Através de uma iniciativa de Centro Integrado de Cidadania, o desembargador Fausto Freitas inaugurou o Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso da Comarca da Capital, em setembro do ano passado. Para o presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, Edza Pereira, "Agora, os 380 mil idosos no Recife terão suas necessidades cidadãs garantidas".



As metas foram combater a violência, interiorizar o Judiciário, prestar assistência à mulher e ao idoso, promover mutirões e estimular a participação dos servidores.

André Lima / TIPE



Orquestra Criança-Cidadã

Justo com outras instituições, o Tribunal de Justiça de Pernambuco apóia projeto de aulas gratuitas de música para cem merceiros do Coque.

André Lima / TIPE



Paternidade

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco promoveu a campanha "Ele é meu pai" para o reconhecimento voluntário de paternidade.

André Lima / TIPE



Juizado do Torcedor

Para combater a violência durante os jogos, o TIPE criou o Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor. O Projeto Futebol Cidadão, lançado esta semana, pretende educar o torcedor.

Luciano Costa / TIPE



Juizado da Mulher

Novos representantes de entidades voltadas para os direitos humanos e da mulher se reuniram com o chefe do Judiciário em agosto de 2006. Diante da pressão popular, o TIPE criou o Juizado da Mulher, que será inaugurado no dia 8 de Maio - Dia Internacional da Mulher.



Luciano Costa / TIPE



André Lima / TIPE

Fóruns de Olinda e Caruaru

Concluir os Fóruns de Caruaru e Olinda é prioridade no segundo ano da atual gestão. Juntas, as duas estruturas vão contar com mais de 15 mil m². Nove salas serão inauguradas.

Luciano Costa / TIPE



Operação Mãos Dadas

TIPE, em operação conjunta com MPPE, otimiza a investigação das ações de extorsionárias que atuavam em vários estados do Nordeste, não deixando, inclusive, o envolvimento de membros da Justiça e Polícia.



Luciano Costa / TIPE

Gestão Participativa

A presidência do TIPE promoveu em julho de 2006 o Programa de Capacitação em Gestão Participativa, em Gravata. Compareceram cerca de 150 servidores e magistrados oriundos de 27 comarcas do Agreste. Esse foi o terceiro encontro de capacitação - os dois primeiros foram no Recife e em Petrolina. Durante o evento, Freitas debates o Código de Organização Judiciária Estadual (Coje).



Mutirões

Os vários mutirões ocorridos ao longo de 2006 ampararam processos e agilizaram o Poder Judiciário estadual. Somente no Dia Nacional da Coordenação, 8 de dezembro, um total de 3.140 ações foi acordado em menos de dez horas.

Confira também a Página 2



conscientiza FOLIÃO



CAROLINA VANDERLEI

Para que prestadores de serviços, servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) brinquem o carnaval deste ano com mais segurança e responsabilidade, a Diretoria de Recursos Humanos, com o apoio de outros setores da instituição, lança, na próxima segunda, uma campanha de conscientização. A distribuição de folder e de preservativos faz parte da estratégia da ação intitulada *100 anos de frevo. Cuidar-se e cair na folia: esse é o melhor ritmo!* - uma alusão ao centenário do ritmo pernambucano.

Alimentação, ingestão de álcool, hidratação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis são alguns dos temas abordados. Munidos dessas informações, três mil folhinhos serão confeccionados e distribuídos em todos os prédios do Judiciário no Recife, em Olinda e em algumas comarcas do Interior. A Associação e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Estadual patrocinaram a impressão do material.

As informações contidas no folder foram colhidas na internet e a Assessoria Policial Militar e Civil do TJPE e a Coordenadoria de Saúde colaboraram na revisão do conteúdo. O projeto surgiu na Seção de Re-

dequação e Readaptação Funcional (Serad), do DRH, e também contou com a parceria do Programa Saúde Legal.

Está a cargo da Diretoria de Infra-estrutura do Tribunal a entrega dos panfletos no Interior. Já na Capital e em Olinda, os Agentes de Promoção de Saúde, do Programa Saúde Legal, serão os responsáveis por repassar o material aos que fazem o Judiciário. "Além disso, todos poderão ter acesso às dicas de saúde e segurança pelos sites do TJPE, da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), da Associação e do Sindicato dos servidores", informa o chefe da Serad, Sandro Passos.

ACMEPE

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) também participará da campanha, ficando responsável pela distribuição de panfletos do Ministério da Saúde sobre DST's e dois mil preservativos para os prestadores de serviços do TJPE. Os materiais foram doados pela Secretaria de Saúde do Estado.

Essa participação dá continuidade ao projeto da atual Gestão, presidida por Valéria Freitas, que mantém a saúde como prioridade desde o

início. Doação de medicamentos, óculos, realização de exames de saúde, parceria com a Medica e com o Lafape são algumas das ações que foram destaque em 2006. Por isso, no carnaval, não podia ser diferente: "Sempre apoiamos todas as atividades organizadas pelo Ambulatório, da Coordenação de Saúde do TJPE, nossa equipe valoriza o ser humano e saúde é básico", afirma Valéria Freitas.

100 E INTRANETIZAGEM de juizes substitutos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai publicar, dentro de 20 dias, a lista de juizes substitutos atualizada no site www.tjpe.gov.br. Agora, de acordo com a resolução 19/8/2006, publicada em 14 de junho do ano passado, o juiz poderá optar pela área de atuação preferencial, sendo elas: Justiça Cível e Criminal, Juizado Especial Cível

e Criminal e área Geral.

"Além dessa opção, que beneficia tanto magistrados quanto melhora a prestação jurisdicional, a resolução garante que o juiz não será removido aleatoriamente", explica o secretário adjunto Judiciário, Marcelo Piolla. Segundo o secretário, também haverá a certeza de que o juiz não in-

terrompa o julgamento dos processos, implicando em prejuízo para as partes.

A listagem de juizes conta com o nome de cada magistrado, circunscrição, condição de exercício, área de atuação e posição na lista de Antigüidade, e pode ser acessada por quaisquer magistrados e servidor a partir da Intranet.

ELEIÇÃO DE DESEMBARGADORES

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) irá eleger, na próxima segunda-feira, dia 12, cinco novos desembargadores. De acordo com a Secretaria Judiciária, o quadro passará de 34 para 39 membros. A votação será realizada na sessão extraordinária do Pleno do Tribunal, às 9h.

Com o que você sonha?
Gostariamos de saber.



Concurso do TJPE marcado para maio

A Fundação Carlos Chagas já apresentou sugestão de data para realização do concurso do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). As provas devem acontecer no dia 13 de maio.

O novo edital deverá ser publicado ainda em fevereiro, abrindo novas inscrições, que deverão ocorrer em março.

"As inscrições antigas continuam valendo. Apenas será dada uma nova chance a quem perdeu o prazo anterior", esclarece o diretor adjunto de Recursos Humanos, João Carlos Cavalcanti.

Serão contratados 457 novos funcionários para os cargos de nível médio e superior. Os salários variam de R\$ 1.697,06 a R\$ 2.257,48

O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco pretende preencher 457 vagas, distribuídas entre cargos de nível superior e médio. A iniciativa dá sequência às diretrizes traçadas pelo presidente do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Fausto Freitas, logo ao assumir o cargo, em fevereiro do ano passado.

A defasagem no quadro de pessoal do TJPE decorrente de aposentadorias, migração de aprovados em concursos para outras instituições públicas e empresas privadas, e falecimentos

fez do concurso uma prioridade nesta gestão. "Estamos fazendo um mapeamento das necessidades de cada comarca, para melhorar as condições de utilização dos serviços judiciários pela população, que precisa de uma justiça célere e eficiente", afirma Fausto Freitas.

A Fundação Carlos Chagas

vai elaborar as provas objetivas. Também vai exigir, para todos os cargos, conhecimentos da língua portuguesa e do Estatuto do Servidor



O TJPE está mapeando as necessidades de cada comarca para cobrir suas carências

Público de Pernambuco. Os conhecimentos específicos vão depender das diferentes especialidades, uma vez que também serão ofere-

cidas vagas para profissionais com curso superior em áreas como Medicina e Jornalismo. A novidade é que o candidato poderá

se inscrever em mais de um cargo, aumentando as chances de aprovação, desde que o horário de provas não seja coincidente.

CNJ define metas para 2007

O comitê gestor do movimento pela conciliação, formado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reuniu-se no último dia 30, em Brasília, para avaliar os trabalhos realizados e definir metas para 2007. Foram levantadas várias

propostas para serem desenvolvidas ao longo do ano. Entre elas, está uma nova política pública de incentivo à conciliação e um curso permanente de conciliadores em todos os ramos da Justiça.

No último mutirão

nacional de conciliação do CNJ, realizado em dezembro de 2006 (foto), o Tribunal de Justiça de Pernambuco ficou em quinto lugar em produtividade. O Poder Judiciário estadual alcançou a marca de 78% de processos a-

cordados, representando 78% das ações. Além dos 93 magistrados inscritos, cerca de 200 servidores, bem como representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, atuaram voluntariamente no Estado.



ESMAPE PROMOVE PALESTRA e LANÇAMENTO DE LIVRO

IZABELA RAPOSO

Os Embargos do Devedor após as reformas do Código Processo Civil implementadas pelas Leis nº 11.232/2006 e 11.232/2006 é o tema da palestra que será apresentada pelo professor Humberto Theodoro Júnior no auditório do Fórum Rodolfo Auréliano, no dia 5, segunda-feira, às 16h. Para participar dessa atualização sobre Justiça Cível, os interessados devem ligar para a Assessoria de Cerimonial da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), promotora do evento, e inscrever-se gratuitamente.

Em seguida à palestra, será lançado o livro Processo Civil: Aspectos Polêmicos - Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior. A obra é de autoria coletiva, coordenada pelos professores Ronnie Preus Duarte e Bento Herculano Duarte e publicada pela Editora Método. Além da palestra e da homenagem com o livro, o conferencista também receberá a Medalha do Mérito Esmape, Classe Ouro, pelos seus relevantes serviços prestados à cultura do Direito e à causa da Justiça.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 31

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007

CORRESPONDÊNCIA sob controle

Tribunal de Justiça vai controlar gastos com Correios através da internet



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está implantando um programa informatizado para monitorar os serviços da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) nas unidades judiciais de todo o Estado. O Sistema de Controle de Correspondências (Sisco), desenvolvido em parceria pela Diretoria de Infra-estrutura (Diriest), pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e pela Diretoria de Informática (Dinfo), vai permitir o acompanhamento em tempo real dos gastos com cartas efetuados por cada uma das comarcas pernambucanas. O mesmo controle vai ser aplicado nos juizados especiais.

A base do programa é um protocolo eletrônico no qual o servidor responsável pelo movimento de correspondências vai registrar a relação das cartas

enviadas a cada dia. Com essas informações armazenadas em uma central de dados, a Diriest fará o acompanhamento simultâneo dos gastos de todas as unidades jurisdicionais.

Desse modo, o TJPE vai poder, por exemplo, comparar os gastos de comarcas com perfis similares e identificar se, em alguma delas, está havendo desperdício ou mau uso dos recursos. "A

ideia é criar um software para administrar os gastos com correspondência veio da necessidade de um controle mais ágil e de forma ágil, identificando tendências e evitando gastos

excessivos", esclareceu o diretor de Infra-estrutura, Rênio Siqueira Santos. No modelo antigo de liberação das cartas enviadas, o servidor, dependendo do mês, perdia de duas a três horas de trabalho com essa atividade.

O Sisco foi apresentado em cinco comarcas-pólo onde o projeto-piloto será testado durante o mês de fevereiro. "Até o final de março, o Sisco vai ser implantado nos fóruns do

Estado promovendo encontros em comarcas-pólo com representantes de comarcas circunvizinhas. Participam das reuniões os principais responsáveis pelo controle da expedição de correspondências - chefes de secretarias ou outro servidor indicado pelo juiz local.

As orientações são repassadas por membros da Diriest, Dinfo, DRH e dos próprios Correios. Além de conhecerem o programa, os juizes e servidores responsáveis pelo seu gerenciamento também são informados sobre os serviços disponibilizados pela ECT, de acordo com o contrato firmado com o Tribunal de Justiça.

"O Sisco é um programa de fácil manuseio e possibilitará à Diriest controlar os gastos a partir dos relatórios gerenciais e estatísticos que o sistema disponibiliza diariamente", observa o servidor da Dinfo responsável pelo projeto, Romero Inácio.

O envio de correspondências será monitorado para economizar recursos do TJPE e evitar o mau uso dos Correios

Estado inteiro", observa o representante da Diriest.

PROCEDIMENTO

Para garantir o sucesso na aplicação do novo programa, a Diriest e a Dinfo

Política de controle de gastos

O programa Sisco está inserido na política geral de controle de gastos desenvolvida pela atual administração do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O objetivo é a redução de custos e otimização da prestação de serviços. Desse modo, todas as despesas relativas a grandes contratos - telefonia convencional, telefo-

nia móvel, energia elétrica, abastecimento de água, compra de combustível e manutenção de veículos - estão sendo igualmente submetidas a mecanismos de rastreamento em tempo real.

Durante o ano de 2006, todos os fóruns e juizados foram submetidos a uma inspeção com o objetivo de avaliar o gerencia-

mento dos grandes contratos. O levantamento resultou em dados estatísticos que permitem identificar tendências e formular planejamentos com vistas a uma padronização e melhor utilização dos recursos públicos.

"Essa economia poderá trazer benefícios diretos para o próprio servidor,

porque a fonte de recursos desses gastos, assim como de água, energia elétrica e material de suprimento, é a mesma fonte de pagamento de pessoal", explica o diretor adjunto da Diriest, Edvaldo Araújo.

Entre as medidas para redução de despesas estão a intenção de descentralizar as ativida-

des de manutenção, sugerir programas e campanhas de eficiência e racionamento. Para definir estratégias de redução de custos, o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, instituiu um grupo gestor que atuará nas principais comarcas-pólo do Estado.

CELIA ARAÚJO
SÉRGIO MARCOS

TJPE reforça *Liberdade Assistida* no interior

SÉRGIO MARCOS

Estudantes de Direito do agreste vão acompanhar, auxiliar e orientar adolescentes no cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto. Garanhuns será a primeira comarca do interior a adotar o projeto, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) através da Coordenadoria da Infância e Juventude. Para isso, o Poder Judiciário estadual firmou uma múltipla parceria envolvendo a Autoridade de Ensino Superior de Garanhuns (Aesga), o Ministério Público estadual, a Prefeitura de Garanhuns e a Escola Superior da Magistratura (Esmape).

O Projeto Universitário de Medidas Sócio-educativas no Agreste Meridional vai beneficiar, de imediato, cerca de 40 adolescentes infratores de Garanhuns e municípios circunvizinhos. A iniciativa já conta com apoio de 22 voluntários, que são alunos da Faculdade de Direito de Garanhuns, instituição mantida pela Aesga.

O juiz Humberto Vasconcelos, que responde pela Coordenadoria da Infância e Juventude, lembrou que a chamada Liberdade Assistida já é aplicada na comarca de Garanhuns, em acordo com o Estatuto da Criança e

do Adolescente. "Garanhuns já é uma referência no interior do estado. Com o Projeto Universitário, estamos apenas ampliando o trabalho dos juizes da Infância e Juventude, dando retaguarda necessária às medidas sócio-educativas em meio aberto para jovens em conflito com a lei", justificou.

Cerca de 40 infratores serão acompanhados por estudantes de Direito

Ainda segundo o coordenador da Infância e Juventude, a meta é fazer com que universidades gerenciem o projeto de liberdade assistida em todo o estado. "É uma oportunidade de crescimento para todos: os jovens em conflito com a lei e os estudantes voluntários", argumentou Vasconcelos.

PARCEIROS

Na última terça-feira, o presidente do

TJPE, desembargador Fausto Freitas, assinou convênio para viabilizar o projeto. Na ocasião ele chamou a atenção para a necessidade de toda a sociedade se unir pela busca de solução para os problemas que representam ameaça à população. "Não podemos ficar na retaguarda. Precisamos trazer os demais poderes e a sociedade para juntos resolvermos problemas que são de todos", afirmou o chefe do Judiciário estadual.

A solenidade também reuniu no gabinete da presidência do TJPE o coordenador do Serviço Voluntário, juiz Paulo Brandão; a procuradora de justiça Luciana Dantas, representando o Minis-



Na assinatura do convênio, o presidente Fausto Freitas ressaltou a importância de unir forças entre o poder público e a sociedade: "os problemas são de todos".

tério Público; o diretor do Fórum e coordenador do estágio voluntário em Garanhuns, juiz Márcio Bastos; o professor Admilton Correia, representado a

Aesga; o procurador Roberto Falcão, representando a prefeitura de Garanhuns.

A cerimônia foi testemunhada, ainda, por um grupo de estudantes

de Direito da Faculdade Pinto Ferreira, futura parceira do projeto universitário de liberdade assistida destinado a adolescentes do Grande Recife.

Seminário de Atualização

Inventário, Partilha, Separação e Divórcio Extrajudiciais serão os temas debatidos durante o Seminário de Atualização em Direito Processual Civil, a ser realizado às 14h dos dias 22 e 23 de março, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano. O evento é uma realização do Centro de Estudos Judiciários (Cej) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

O seminário faz parte de um ciclo de palestras que será promovido em abril, maio, julho e agosto deste ano, nas comarcas de Triunfo, Pesqueira, Petrolina e Gravatá, respectivamente. Servidores, magistrados e estudantes de Direito interessados podem ligar para o Cej - 3419-3698 / 3730 - para efetuar a inscrição.

O que você sabe fazer?
Contamos com seu talento!



Memorial instala laboratório para conservar processos



O Memorial da Justiça instalou, este mês, um laboratório de conservação preventiva de documentos. A aquisição foi possível graças à parceria firmada entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). A sala é composta por 11 itens, entre aparelhos e mobiliário, incluindo desumidificador de ar ambiente e mesa de higienização.

"O Tribunal de Justiça de Pernambuco foi responsável por 15% das aquisições, enquanto o BNDES financiou 85%", informou a chefe do Memorial da Justiça, Mônica Pádua. Segundo ela, o TJPE vai diminuir gastos com restauração, mais custosa do que a conservação do acervo.

O Memorial concorreu ao financiamento do BNDES em 2004, e teve o projeto aprovado no mesmo ano. Em 2006, foram realizadas as licitações e a compra dos equipamentos.

Anualmente, o Memorial conserva cerca de 60 mil processos históricos. "A preservação desses documentos é o nosso maior objetivo", explicou Mônica Pádua. Dois funcionários e dois estagiários são os responsáveis pela preservação de todo o acervo histórico. "É imprescindível a realização de cursos para que os funcionários aprimorem as técnicas de conservação e aprendam a lidar com os novos equipamentos", ressaltou Mônica Pádua. (Céline Aragão)



O laboratório possui 11 itens, entre aparelhos e mobiliário

CURIOSIDADES HISTÓRICAS

A digitalização dos 60 mil processos históricos contidos no Memorial da Justiça do Poder Judiciário estadual está trazendo descobertas interessantes. O caráter inusitado dos casos arquivados chamou a atenção do Memorial, que pretende torná-los públicos através de uma exposição.

"Ainda estamos em fase inicial, mas a ideia é fazer com que esses processos sejam conhecidos pelo público recifense. Eles são uma verdadeira aula de história brasileira do século XIX", diz o historiador do Memorial da Justiça, Adilson Silva. Curiosamente, alguns *habeas corpus* da época são relacionados à prisão de capoeiristas. "A prática era considerada crime, conforme o Código Penal de 1890, artigo 402", explica o historiador.

A digitalização do acervo do Memorial consiste em resumir o teor do processo, identificá-lo através de uma ficha de inscrição e inseri-lo no *software* de busca. "É um procedimento que requer tempo, mas sempre possibilita essas descobertas", ressaltou a chefe do Memorial, Mônica Pádua.



Adilson Silva reconhece relevância histórica dos processos

Novo sistema para cumprimento de mandado

A partir do próximo dia 26, o sistema de consulta processual do Judiciário estadual - *Judwin* - passa a funcionar seguindo as novas regras de procedimento dos serviços da Central de Mandados do Fórum Rodolfo Aureliano (Cemando). O novo formato foi estabelecido pela Instrução Normativa nº 09/2006, publicada em 29 de agosto de 2006.

"Essa Instrução racionaliza o cumprimento dos mandados, permitindo que os serviços sejam melhores prestados", comenta o diretor do Fórum do Recife, juiz Fábio Eugênio.

Entre as mudanças propostas pela Instrução Normativa, consta a distribuição de mandados por malotes. Com esse novo sistema, a Cemando da Ca-

pital enviará malotes de mandados que devem ser cumpridos pelos oficiais de Justiça das respectivas comarcas. Em seguida, os documentos serão devolvidos para sua comarca de origem. Antes, os oficiais de Justiça do Recife, por exemplo, cumpriam mandados em toda a Região Metropolitana - procedimento que, além de tempo, de-

mandava também despesas adicionais em transportes.

"Por conhecer a localidade em que trabalham, os oficiais de Justiça terão mais agilidade no cumprimento de suas funções", informa Fábio Eugênio. A medida atinge as comarcas que possuem Cemando. Juizes e servidores que irão utilizar o sistema já foram capacitados.

CNJ autoriza eleição

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revogou, nesta quarta-feira (14), a decisão que havia sustado a votação para a escolha de desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pelo critério de merecimento. A nova sessão do Pleno para eleger os três magistrados será realizada no início de março.

A liminar do conselheiro Paulo Lobo deferiu um pedido da Associação

de Magistrados de Pernambuco, que alegava não haver critérios objetivos na escolha de magistrados por merecimento. No entanto, o TJPE já havia publicado, em outubro do ano passado, a Resolução nº 202, que define esses critérios. O CNJ analisou e entendeu que o Tribunal estava apto a realizar a eleição dos desembargadores estaduais, já que os critérios definidos foram considerados democráticos.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 35

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 23 de fevereiro de 2007

Fórum do Recife recebe *Leão Coroado*



O Maracatu Leão Coroado, patrimônio vivo da cultura pernambucana, levou o clima de carnaval ao Fórum Rodolfo Aureliano no último dia 15. O grupo se apresentou no Atrio do prédio, sob o comando do mestre Afonso Aguiar e emocionou uma platéia de cerca de 100 pessoas com seu maracatu de baque virado. O Leão Coroado tem 144 anos e é o mais antigo grupo de maracatu com atuação ininterrupta.

O evento foi organizado pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, através do *Themis Cultural*. Para o coordenador do programa, Bruno Monteiro, "uma apresentação como essa tem também um caráter educativo, pois os servidores têm a oportunidade de entrar em contato com a cultura pernambucana, entendendo suas origens".



Primeira Vara de Execuções divulga calendário de visitas

A 1ª Vara de Execuções Penais divulgou o calendário de visitas às Unidades Prisionais da Região Metropolitana do Recife para o mês de março. As visitas oferecem aos detentos a possibilidade de saber o andamento de sua condenação. A escolha dos presos é responsabilidade do diretor de cada estabelecimento. O número de entrevistas varia de acordo com a lotação de cada penitenciária.

"Na entrevista, levo o processo do preso e analiso a possibilidade de fornecer algum benefício, além de orientar o detento através de uma conversa informal. Assim, ele tem a possibilidade de tirar suas dúvidas", destacou o juiz titular da Primeira Vara de Execuções Penais, Adelfo Nunes. Quase 90% dos pedidos se referem à solicitação da mudança do regime fechado para o semi-aberto.

Os detentos da penitenciária Barreto Campelo e do presídio Aníbal Bruno serão atendidos às sextas-feiras, das 15h às 17h. Sessão 20 presos por unidade. Nessas duas unidades, o detento fala com o magistrado através de videoconferência. "Nos outros locais, ainda não há o aparelhamento necessário. Portanto, as entrevistas são feitas pessoalmente", explicou Adelfo Nunes.

Data	Hora	Unidade	Atendimentos
08	14h	Centro de Reeducação da Polícia Militar (Cred)	30
08	16h	Centro de Observação e Triagem Professor Evaraldo Lana (Cotel)	20
15	14h	Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ)	50
20	15h	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP)	20
22	14h	Presídio de Igarassu (PI)	30
27	14h	Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR)	50

O número de entrevistas varia de acordo com a lotação de cada penitenciária.

TJPE lança cartilha 2007 para gestores

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lança a versão atualizada da Cartilha de Apoio ao Gestor de Fóruns, no próximo dia 13 de março. A Diretoria de Infra-estrutura (Diriest), com o apoio do presidente Fausto Freitas, confeccionou o novo material para orientar e responder as dúvidas mais frequentes dos gestores de fóruns.

A cartilha existe há cinco anos e pontua questões sobre requisições de consertos de aparelhos de ar-condicionado, ampliação de redes de telefonia, eletricidade, água, fornecimento de materiais diversos, entre outras.

De acordo com o diretor da Diriest, Henio Siqueira Santos, o diferencial da cartilha 2007 é o conceito de manutenção preventiva. O objetivo é reduzir custos e agilizar o atendimento às 144 comarcas. "Esse novo concei-

to também está sendo divulgado em palestras com magistrados", reforça o diretor. Os juízes recentemente empossados também foram orientados sobre a gerência das comarcas, durante o curso de vitaliciamento na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. "O juiz também é um gestor, devendo exercer a manutenção preventiva em sua unidade. A presença da Diriest só deve ser solicitada em casos graves. Na maioria dos pedidos, o próprio juiz pode requisitar profissional local", completa. As solicitações por correspondência devem ser enviadas de forma detalhada, para que sejam analisadas pela equipe de manutenção. A medida corta custos com diárias e transporte, além de garantir uma solução rápida para pequenos serviços, como limpeza de caixa d'água, troca de lâmpa-



A presença da Diriest só deve ser solicitada em casos graves, orienta o diretor Henio Siqueira Santos (D)

da, limpeza de filtro de ar-condicionado, etc. A Diriest administra um orçamento de mais de 40 milhões por ano, além de 842 funcioná-

rios terceirizados, 158 veículos e 307 prédios. Recebe cerca de 29 mil correspondências que circulam entre órgãos do Judiciário. "Nosso

orçamento é maior do que o de muitas prefeituras, o que aumenta nossa responsabilidade", comenta o diretor Siqueira Santos.

CONSCIÊNCIA

O diretor adjunto da Diriest, Edvaldo Araújo, destaca a responsabilidade do servidor em relação ao equipamento que utiliza. Um exemplo disso é a utilização dos veículos do TJPE. No procedimento atual, a frota é renovada a cada 40 mil quilômetros rodados, economizando em manutenção. Parte da compra é bancada com o leilão dos carros que já têm essa quilometragem. "Quando o carro é bem-cuidado e tem a manutenção em dia, conseguimos vendê-lo por 15% acima do valor normal de compra em leilões", explica Edvaldo.

Desembargador atualiza SITE

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Luiz Carlos Figueiredo lançou a versão 2007 do seu site. Acessando o endereço eletrônico www.luizcarlosfigueiredo.com, o internauta pode encontrar artigos, livros, palestras e até algumas decisões proferidas pelo magistrado.

Membro da 7ª Câmara Cível desde 2005, Luiz Carlos já atuou em varas Cíveis, de Família e Privativa de Menores Abandonados e Infratores. Essa experiência pode ser conferida nas publicações do site, que tem um espaço aberto para críticas e sugestões.



Juizado do Torcedor define ações

MANUELA VERAS

O Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor de Pernambuco (Jetc) vai combater com firmeza a violência nos estádios. A reunião técnico-operacional ocorreu na última sexta-feira, dia 23, na sede do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O objetivo foi discutir medidas que intensifiquem a atuação do Jetc já a partir do segundo turno do Campeonato Pernambucano de Futebol.

A principal medida será a implementação, em março, do Futebol Cidadão, projeto do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com patrocínio da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Idealizado por Ailton de

Sousa, coordenador do Juizado do Torcedor, o projeto tem por objetivo ministrar aulas de cidadania para os torcedores, disseminando conselhos pacifistas e os preceitos do Estatuto do Torcedor.

Os integrantes do Jetc concordaram, durante o encontro, que é necessário haver maior rapidez na atuação das autoridades policiais. "A lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) deverá ser muito breve para garantir o julgamento da ação ainda no estádio", considera o juiz. As penalidades para os reincidentes serão mais duras, incluindo a possível restrição de liberdade do torcedor.

O procurador geral da Justiça de Pernambuco,

Paulo Virejão, abriu o encontro. Participaram o presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Carlos Alberto Oliveira; o secretário de Esportes do Estado, Nelson Pereira, além de promotores, defensores públicos, representantes dos clubes Náutico, Santa Cruz e Sport e jornalistas. Para Carlos Alberto, somente com um esforço conjunto será possível buscar a paz nos estádios: "Precisamos, inclusive, contar com a atuação da imprensa para uma maior divulgação do Jetc. Se o torcedor baderna tomar conhecimento das penalidades que já estão sendo aplicadas, isso irá inibir sua conduta violenta".



A reunião decidiu pelo reforço de segurança a partir do 2º turno do campeonato de futebol

LIVRO ABORDA CONCURSO PÚBLICO



pela editora Sarai-va, foi lançado no Rio

Grande do Sul este mês.

No livro, o leitor pode encontrar informações como a origem dos concursos, o conceito, os princípios e, até, os casos de burla e o efetivo controle pela administração pública. Além disso, a obra ainda apresenta um rol de direitos dos candidatos.

O procurador da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz, integrante do movimento *Luta Pela Justiça*, e o juiz federal Márcio Barbosa Maia lançaram obra sobre o instituto do concurso público. O regime do concurso público e o seu controle jurisdicional, publicado

Santa Cruz debate ressociação de jovens

CELINA ARAGÃO

De acordo com o artigo nº 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação do jovem infrator não poderá exceder três anos. Mas, ao completar o período de punição, quais as perspectivas de ressociação? Quais suas reais oportunidades de trabalho e de educação? Diante de tantas dúvidas, a comarca de Santa Cruz do Capibaribe, localizada no agreste do Estado, aposta no trabalho em conjunto entre entidades públicas, setor privado e sociedade. O objetivo maior é favorecer a ressociação do jovem infrator.



O juiz Valdecy Gusmão aposta na soma de forças entre sociedade e poder público

No próximo dia 7, a comarca de Santa Cruz junto com o Conselho Tutelar, representantes da Secretaria de Educação, de Saúde e de

Assistência Social vão realizar uma reunião com as famílias dos internos da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac) e dos jovens em Liberdade Assistida. Também participarão da ação a diretoria Fundac e representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Na ocasião, os familiares serão esclareci-

dos sobre a rede de atendimentos de apoio aos adolescentes.

O encontro ocorrerá no Centro Sócio-educativo Amaro Aleixo de Barros e vai mostrar aos familiares as oportunidades que o jovem tem ao ser reinserido na sociedade. "Programas de ressociação, soluções práticas para questões como acesso ao mercado de trabalho, volta ao ambiente escolar e apoio psicológico serão os principais temas a serem debatidos", explicou o responsável pela comarca de Santa Cruz, juiz Valdecy Gusmão.



Encontro capacita sobre jovens infratores

CELINA ABRAÃO

A importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a articulação de órgãos estaduais e municipais na tentativa de garantir os direitos dos jovens infratores. Esses serão os temas de capacitação entre professores e gestores da rede municipal da cidade de Barreiros, distante 110 quilômetros do Recife. O encontro ocorre a partir de hoje e vai até sexta, dia 2.

Dentre os participantes, está o coordenador da Infância e Juventude, juiz Humberto Vasconcelos (abaixo), que palestra hoje, a partir

das 9h. O magistrado vai destacar a articulação de órgãos como o Ministério Público de Pernambuco, Secretaria de Saúde e Educação, Assistência Social, além do Conselho Tutelar - responsável pela capacitação, na luta pelos direitos da criança e do adolescente.

A psicóloga da Infância e Juventude Elsa da Mata aprofunda, entre os docentes, a questão da drogadição, que significa aderir ao consumo de drogas. "O enfoque principal será na prevenção e em como o educador deve manter uma postura de atenção e firmeza no combate às drogas no meio escolar", explicou a psicóloga.

A capacitação ocorrerá na Escola Agrotécnica Federal de Barreiros.



Mônica Costa/PAF

Dinfo e Diriest se encontram para mapear dificuldades de rotina



A Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) e a Diretoria de Informática (Dinfo) fizeram ontem uma reunião no auditório da

Comissão Permanente de Licitação. O objetivo foi mapear dificuldades na execução das atividades de rotina. Um dos assuntos tratados é a parceria para tornar mais barato e atual o controle de gastos dessas atividades. A execução de programas específicos é uma prioridade da gestão 2007. A alimentação do sistema de controle será realizada pelos próprios solicitantes e os gastos serão enviados às diretorias em tempo real.



O diretor da Diretoria de Infra-estrutura Henio Siqueira Santos (E) e o adjunto da Diretoria de Informática Luis Eduardo Câmara comandaram a reunião.

O que você gosta de fazer?
 Seu bem-estar nos interessa!



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

ANO LXXXIV • Nº 39

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 1º de março de 2007

PRISMA expande Liberdade Assistida em PE

RODRIGO GUEDES

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos pretende fazer parte do projeto *Prisma*, criado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (ver box). "O *Prisma* é o meu sonho para a

ressocialização do jovem infrator", resumiu o secretário Roldão Joaquim, após apresentação do projeto, realizada na manhã de ontem. "Essa é a política que eu quero imprimir na Fundação Pernambuco não dispõe de um programa

de ressocialização. Recentemente, a unidade do Cabo foi incendiada", afirmou. Para o secretário, o projeto pode servir de modelo também para os presídios.

Roldão agendou para hoje, às 10h, uma visita ao ensaio geral da *Orquestra Meninos do Coque*. Ele pretende levar diretores da Fundação para conhecer o trabalho da Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), da qual o TJPE é parceiro. O presidente da associação, desembargador Nildo Nery, acredita que o *Prisma* é a única opção para reduzir o problema de segurança pública no Estado.

A apresentação do projeto ao secretário de Justiça e Direitos Humanos foi a primeira de uma série de visitas que a equipe do *Prisma* pretende realizar. "Temos as secretarias de defesa social, cultura e educação, entre outras, para viabilizar políticas públicas



A reunião marca o envolvimento do Poder Executivo no projeto

para a execução do projeto", explicou a coordenadora, Fátima Brito Alves.

O desembargador Nildo Nery pediu que o secretário de Justiça e Direitos Humanos designe um funcionário para acompanhar as atividades relacionadas ao *Prisma*, comparecendo às sessões do conselho. Segundo o magistrado, o projeto precisa da integração de todos os poderes. "O presidente do Tribunal, desembargador Fausto Freitas, tem dado apoio completo ao *Criança Cidadã*", lembrou Nery.

para a execução do projeto", explicou a coordenadora, Fátima Brito Alves.

O desembargador Nildo Nery pediu que o secretário de Justiça e Direitos Humanos designe um funcionário para acompanhar as atividades relacionadas ao *Prisma*,

comparecendo às sessões do conselho. Segundo o magistrado, o projeto precisa da integração de todos os poderes. "O presidente do Tribunal, desembargador Fausto Freitas, tem dado apoio completo ao *Criança Cidadã*", lembrou Nery.

Saiba Mais

O projeto *Prisma* é uma expansão do programa *Liberdade Assistida* do TJPE. O objetivo é reintegrar o jovem à sociedade, prestando assistência jurídica, psicológica e social, inclusive preparando o infrator para o mercado de trabalho, com capacitação técnica e profissionalização. "Nossa ação também vai dar enfoque à saúde, orientação e reabilitação oral. Os adolescentes vão se formar cabeleireiros, técnicos em eletrônica ou auxiliares de pedreiro, dentre outras habilidades", diz a coordenadora Fátima Brito Alves.

Atualmente, acontece de o infrator ser condenado e voltar às ruas depois de três meses. O jovem beneficiado pelo projeto

estará sob vigilância por mais tempo, contando com dez advogados do departamento jurídico, e poderá participar do *Prisma* até completar 21 anos", destaca. "Para que o projeto aconteça, precisamos estabelecer parcerias com instituições e aproveitar os instrumentos de que elas já dispõem", conclui.

A gerente do *Prisma*, Helen Lúcia, salientou que o projeto é de especial interesse do Estado, porque trata de jovens em conflito com a lei. "O piloto foi desenvolvido com 12 meninos, em parceria com as Faculdades Integradas Barros Melo (Aeso) e resultou em 12 ressocializações de sucesso. Precisamos ampliar esse atendimento", apontou a gerente. (R.G.)

Juizados Especiais agilizam 2.957 processos

CICÍLIA PEREIRA



Juiz Luiz Mário Moutinho; o mutirão vai reverter uma agenda lotada, com pautas marcadas para até 2009

A Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai realizar audiências para agilizar julgamentos nos dias 7, 8 e 9. Dos 2.957 processos, 1.836 estão na fase de instrução e julgamento e 1.121 na fase de conciliação. Durante o mutirão, as etapas dos processos vão ser antecipadas, desafogando, assim, os juizados e otimizando os julgamentos.

Todos os processos tratam da discriminação

detalhada dos pulsos na conta da Empresa de telefonia Telemar, também conhecidos como "pulsos além da franquia". Segundo o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Luiz Mário Moutinho, o mutirão tenta reverter uma agenda lotada que já chegava a ter pautas marcadas para o ano de 2009. "Durante a audiência, as partes poderão apresentar suas contestações e documentos, sempre no formato padrão. Depois o processo volta para que o juiz pro-

fira uma sentença padronizada, já que os pedidos são idênticos", explica.

Para adiantar a fase de instrução e julgamento dos processos, as partes devem entregar antecipadamente sua contestação, documento comprobatório e manifestação. Assim é encerrada a fase instrutória, passando imediatamente para os autos conclusos e a sentença. O mesmo procedimento é adotado nos processos de conciliação. Contudo, por exigência processual, a audiência será se-

guida de instrução e julgamento. Logo após, o processo é encaminhado para a sentença.

As partes serão recebidas por 44 turmas, divididas nos horários de 8h às 12h e das 14h às 18h50. As turmas estarão disponíveis nos auditórios dos dois Tribunais do Juri, localizados no primeiro andar do Fórum Thomaz de Aquino. Para facilitar o atendimento, as equipes foram organizadas pelos advogados e escritórios responsáveis pelos processos.

Programa de controle de gastos será implantado

CÉLIA ARAGÃO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco está elaborando um novo programa de computador. O objetivo é que os servidores das comarcas do interior vão poder fazer solicitações de suprimentos via internet. O programa vai tornar mais fácil a aquisição de materiais de consumo no interior. Vem também auxiliar na redução de despesas com correspondência, já que as solicitações não serão mais feitas através de ofício.

A Diretoria de Informática (Dinfo) é a responsável pelo desenvolvimento do aplicativo. "A estimativa é de que o sistema esteja em pleno funcionamento até o mês de abril", desta-

cou o diretor adjunto da Dinfo, Luiz Eduardo Saraiva. Já o acompanhamento, o controle, a avaliação e o gerenciamento das solicitações serão feitos pela Diretoria de Infraestrutura (Diriest).

"Hoje, o procedimento para adquirir materiais de consumo é via ofício. O servidor envia, pelos Correios, suas solicitações e a Diretoria verifica a disponibilidade em estoque", explicou o responsável pela Diriest, Hênio Siqueira Santos. A partir de abril, o servidor irá requerer suas necessidades de consumo através do programa via on-line.

Na reunião entre Dinfo, Diriest e che-

fes de Divisões, ocorrida nesta última quarta, dia 28, foi posta em prioridade a criação do sistema de aquisição de materiais de consumo. "Todas as sugestões são passíveis de acolhimento. Temos servidores capacitados para trabalhar na criação dos aplicativos", destacou Luiz Eduardo Saraiva.

Outros programas de controle, solicitação e monitoramento serão criados no decorrer deste ano. Chefes das divisões de Transportes, Serviços Gerais, Manutenção, Patrimônio e Administração Predial, além de Suprimentos, deram suas sugestões para a criação de aplicativos para o TJPE.

Pró-Lazer inscreve servidores do TJPE

CICÉLIA PEREIRA

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) podem fazer sua carteirinha do Pró-Lazer gratuitamente. O Programa proporciona descontos em clubes, parques, viagens, dentre outros, para os servidores das instituições conveniadas. O formulário de inscrição está disponível na intranet do Poder Judiciário no link DRH /

Pró-Lazer - cadastro.

Para quem não tem acesso à intranet, uma alternativa é ir à Central de Atendimento da Diretoria de Recursos Humanos (DRH), localizada no 1º andar do Fórum Paula Baptista, ou no Ponto de Atendimento da Diretoria de Recursos Humanos, no pavimento garagem do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano.

As duas vias do formulário, disponíveis nos Fóruns, podem ser preenchidas e entregues na hora, sem fotos. A carteirinha fica pronta dentro de 15 dias. Cada servidor tem direito a seis dependentes - filhos menores de 21 anos ou universitários até 24 anos, cônjuge ou mãe viúva. Os parentes devem ser comprovados.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Acmepe convida para confraternização



No dia 8 de março, a Associação de Cônjuges de Magistrados de Pernambuco (Acmepe) faz uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A confraternização acontece no térreo do edifício Paula Baptista, às 14h30, com a presença de cerca de 60 convidados.

A atração principal será a palestra *Envelhecer Sem Solidão*, ministrada pela psicóloga, clínica e sanitarista Ester de Oliveira Correia. A programação ainda terá um momento de canto e música com Vicente Mucarvel, um *coffee break* comemorativo e sorteios de brindes.



ACMEPE

CONVITE

A Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco, através de sua Presidente **Dra. Valéria Gueiros Leite de Freitas** e demais membros

convida V. Sa. para a 1ª reunião do ano, no próximo dia 08 de março, às 14:30 horas, na sede desta Associação.

Tema do Evento - Dia Internacional da Mulher.

Palestra "Envelhecer sem solidão"

com a Dra. Ester de Oliveira Correia, Psicóloga Clínica e Sanitarista.

Momento de canto e música com Vicente Mucarvel.

Coquetel comemorativo e sorteio de brindes.

A Diretoria de Recursos Humanos oferece, em março, os cursos de Português Instrumental e Português Dirigido. As aulas acontecem das 8h às 11h, na sala de treinamento do Fórum Thomas de Aquino. Os cursos serão dias alternados. O Instrumental começará no dia 5 e irá até o dia 28. Já o Português Dirigido será no período de 6 a 22 de março.

NOTAS

Já está disponível no site do TJPE (www.tjpe.gov.br) a lista de livros e periódicos adquiridos de novembro de 2006 a janeiro deste ano pela Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A Biblioteca fica no térreo do Palácio da Justiça. Contatos através dos telefones 3419-3283 (3273).

Fonte: Comunicação RH



Sai novo edital para concurso do TJPE

MANUELA VERAS

O concurso público para provimento de cargos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) já tem data definida: dia 15 de maio. O novo edital foi publicado no Diário Oficial da última quarta-feira, em substituição ao edital nº 01 de 2006, que havia sido suspenso pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 6 de novembro do ano passado.

O período para se inscrever vai do dia 14 ao 26 deste mês, pela internet

(www.concursosofcc.com.br), e de 14 a 27 em uma das 43 agências da Caixa Econômica Federal especificadas no Anexo III do edital (leia D.O. de 1º de março de 2007). Os valores são de R\$ 55 para os cargos de técnicos judiciários, que exigem o Ensino Médio completo; e de R\$ 77 para os analistas judiciários e oficiais de justiça, para quem concluiu o 3º grau. As mais de 64 mil inscrições já efetuadas de acordo com o primeiro edital continuam valendo,

o que vai acirrar ainda mais a disputa pelas mesmas 457 vagas.

O Concurso, que será realizado pela Fundação Carlos Chagas, destina-se a selecionar candidatos para provimento de cargos vagos e cadastro de reserva no quadro de pessoal do TJPE. Do total de vagas, 270 foram distribuídas para os cargos de técnico judiciário, 116 para os analistas judiciários e 71 para os oficiais de justiça. Os salários vão de R\$ 1.697,06, para

os cargos que exigem o Ensino Médio, a R\$ 2.257,48, para os de Ensino Superior completo.

CONTROVÉRSIAS

Em novembro do ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia suspenso a validade do Edital nº 01 do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o que gerou frustração e expectativa para os 64 mil candidatos inscritos no concurso. A decisão havia sido motivada por um

pedido da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), por entender que o cargo de analista judiciário do grupo jurídico e do grupo administrativo só poderia ser exercido por bacharéis em Direito, e não por graduados em qualquer área, como constava no edital.

No entanto, com a aprovação de Lei estadual 13.170, de 26 de dezembro de 2006, deixou de ser necessário que os servidores do Grupo Jurídico-Administrativo sejam gra-

duados em Direito. "Sob a perspectiva de uma administração moderna, o servidor deve ser um profissional dinâmico e multifacetado com uma alta capacidade de adequação a novas situações", constata o assessor especial da presidência, juiz Ruy Fátu. "Com a automatização e a virtualização dos processos é possível que o cargo seja ocupado por profissionais que concluíram qualquer curso superior", completa.

OBRAS DO FÓRUM AVANÇAM EM CARUARU

SÉRGIO MARCOS

O futuro Fórum de Caruaru já está com 80% dos serviços de infraestrutura concluídos. Segundo o diretor de Infra-estrutura e gestor da obra do novo fórum, Henio Siqueira Santos, já foram executados to-

dos os trabalhos em terra, relativos a escavações mecânicas e manuais, além das sapatas de fundações da obra. "Inclusive, já foi iniciada a etapa de superestrutura, como pilares e lajes do pavimento térreo", adianta Santos.

Coloca-

da como uma prioridade pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador

Fausto

Freitas, a

construção

do Fórum

de Caruaru

está sendo

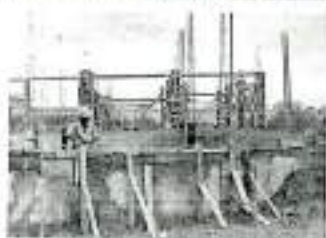
fiscalizada

quase di-

ariamente. "Queremos

garantir que não haja imprevistos e interrupções de qualquer natureza", observou a secretária-adjunta de Administração do TJPE, Paola Gueiros de Freitas, durante inspeção à obra. Em visita na última quarta-feira, dia 28, compareceram ao canteiro de obras o juiz da 3ª Vara Criminal de Caruaru, Gleydson Lima, o secretário de Administração em exercício, Ricardo Lira, além dos engenheiros da construtora responsável pela obra.

O grupo gestor está realizando duas visitas semanais ao local. A equipe de fiscalização, composta por engenheiros e arquitetos do TJPE, realiza outras duas visitas. Quinzenalmente, representantes da SAD também fazem uma visita, resultando em um acompanhamento quase diário", ressalta Henio Santos.



A obra está sendo fiscalizada quase diariamente

Corregedores debatem aplicação de nova lei

CELINA ARAÚJO

A lei nº11.441, que garante a realização de inventários, partilhas, divórcios e separações consensuais sem a necessidade de entrar na Justiça, foi tema de discussão entre os corregedores gerais da Justiça, nos dias 14 e 15 de fevereiro, na sede do Supremo Tribunal Federal (STF). O corregedor geral do Estado, desembargador Ozael Veloso, representou o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Durante a reunião, os corregedores gerais dis-

cutiram formas de aplicação da lei, que visa a tornar mais rápidos e baratos os atos de separação, divórcio, inventário e partilha não litigiosos. Para Veloso, o evento representou um momento de reflexão. "Foi uma grande oportunidade de ouvir a experiência de cada estado e traçar as melhores formas de tornar a nova lei aplicável", ressaltou.

Em Pernambuco, a Corregedoria Geral de Justiça vai publicar, no final do mês, uma ins-

trução normativa que dará aplicabilidade à norma. O texto está sendo elaborado por um grupo de trabalho presidido pelo desembargador Leopoldo Raposo, que também participou do encontro.

Também integraram a comitiva pernambucana em Brasília o assessor do corregedor geral da Justiça, juiz Sérgio Romero Beltrão, e o juiz-corregedor auxiliar da 3ª entrância, Saulo Fabianne. O evento foi realizado pelo Conselho Nacional de Justiça.



PALESTRA NA ESMAPE

O professor de Direito e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Humberto Theodoro Júnior (foto), fará palestra, nesta segunda-feira, dia 5, com o tema "Os embargos do devedor após as reformas do código de processo civil". Após a pa-

lestra, será lançada a obra *Processo Civil: aspectos relevantes* (vol.2). O livro é um estudo em homenagem ao professor Humberto Theodoro, produzido por vários autores. O evento, promovido pela Esmape, ocorre às 16h, no Auditório do Fórum do Recife. Mais informações, pelo telefone 3224.0086.



JUIZADO ITINERANTE visita interior do Estado

MANUELA VERAS

Dez comarcas do interior do Estado serão beneficiadas, até o final deste ano, com o programa Juizado Itinerante, da Coordenadoria dos Juizados Especiais (CJE) do TJPE. As atividades em prol da conciliação iniciam este mês em Custódia. A estimativa é que, ao término do programa, sejam resolvidos 250 processos em cada cidade, ou seja, um total de 2.500 ações.

O objetivo é levar, por três dias, toda a estrutura de um Juizado Especial Cível - dentro de três automóveis - às comarcas que ainda não possuem esse tipo de unidade jurisdicional. No entanto, antes, é preciso preparar as cidades para as audiências, para contemplar o maior número possível de litigantes. Haverá a fase de divulgação do evento, que deve iniciar em uma semana; e, em seguida, a de captação das queixas, que, no caso de Custódia, ocorre entre os dias 21 e 23 próximos. As audiências estão programadas para os dias 11, 12 e 13 de abril.

Uma ação semelhante ao programa Juizado Itinerante foi o Ação Global da Cidadania, realizada pela CJE em parceria com a Rede Globo em novembro do ano passado na comarca de Belo Jardim. Durante um único dia foram feitas quase 100

audiências, das quais 90% resultaram em acordo entre as partes. O coordenador do Juizado Itinerante, juiz Luiz Carlos Vieira, pretende alcançar esse mesmo índice de conciliação nas cidades incluídas no programa.

"Apesar do Ação Global em Belo Jardim ter sido muito satisfatório, encontramos um aspecto que pode e será modificado", garante o magistrado. Nos três dias em que o Juizado Itinerante visitar uma comarca, haverá não só as audiências de conciliação, como também as de instrução e julgamento para os casos em que não for obtido o acordo entre os litigantes. Luiz Carlos explica que os casos não conciliados durante o Ação Global tiveram que ser encaminhados para o Juizado Especial da comarca de Caruaru para serem concluídos.

"Realizando todas as fases do processo na mesma cidade, vamos não só acelerar o seu julgamento, como também excluir qualquer dificuldade que a parte possa ter para se transportar para outra comarca", justifica. Por conta dessa mudança, os réus serão instruídos pelos oficiais de justiça sobre a documentação necessária à sua defesa durante a fase de instrução, caso ocorra.

RECONHECIMENTO

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco Jones Figueiredo (D) e Ricardo Paes Barreto receberam, na tarde do último dia 2, a Medalha do Mérito Frei Caneca Classe Ouro. A homenagem feita pelo Tribunal



Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) agradeceu, além dos magistrados, cerca de 40 personalidades com medalhas nas classes ouro, prata e bronze, dentre elas desembargadores eleitorais, vereadores, deputados e servidores do Tribunal Regional Eleitoral.



BIBLIOTECÁRIA DO TJPE É HOMENAGEADA

CICÉLIA PEREIRA

A servidora **Lais Galvão Laureano**, bibliotecária do Tribunal de Justiça de Pernambuco, será homenageada no próximo dia 13 pela Biblioteca Pública Estadual (BPE). Lais vai receber a homenagem por

ter trabalhado durante 24 anos na BPE, onde ocupou cargos de chefia. O reconhecimento foi proposto pela Secretaria de Educação do Estado em conjunto com a Biblioteca Pública, em comemoração ao

serve a toda comunidade. Tenho a Biblioteca Pública como uma escola, porque foi onde comecei a exercer minha profissão", explica.

A comemoração começa às 17h, no Hall da BPE, com uma mesa redonda que abordará o tema **Valorização profissional: uma questão de atitude**. Também foram convidadas as presidentes do Conselho Regional de Biblioteconomia, Andréa Batista, da Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco, Edlene Silva, e os representantes do sindicato, Fábio Mascarenhas e Hélio Monteiro.



Errata - Concurso TJPE

Diferentemente do que foi publicado na edição de sábado do Diário Oficial, o concurso público para provimento de cargos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) será realizado no dia **13 de maio**.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 43

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 7 de março de 2007

Juizado da Mulher é inaugurado no Recife

CELINA ARAGÃO E RODRIGO GUEDES

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher será inaugurado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco às 9h de amanhã, dia 8, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. O novo juizado irá atender toda a demanda de processos da comarca do Recife em que a mulher seja vítima de agressão doméstica. Com competência civil e

criminal, surgiu da recomendação da Lei Federal nº 11.340, batizada de Lei Maria da Penha (ver box), sancionada pelo presidente da República no dia 7 de agosto do ano passado.

A julgar o novo juizado, Andréa Cartaxo, ressalta que essa é uma vara com competência determinada em razão do gênero. "A iniciativa é muito própria da gestão Paulo Freitas, que busca acompanhar a evolução social e combater o preconceito", considera. "Há bem pouco tempo, a mulher era considerada 'relativamente capaz' pelo Código Civil", lembra a juíza. Cartaxo sempre foi juíza

criminal e se dedicou, em todas as áreas criminais, com a violência contra a mulher.

Cartaxo reconhece, entretanto, que a ampliação do juizado é parte de um esforço coletivo. "O Poder Executivo precisa garantir, por sua parte, a execução da pena imposta pelo Poder Judiciário, para que ela tenha uma função educativa de repressão geral. Além disso, o Juizado da Mulher é restrito à capital e precisa entrar em um plantão em todo o interior do estado, apesar da magistrada.

O coordenador dos Juizados Especiais, juiz Luís Mário Modestino, percebe os mesmos benefícios apontados pela juíza titular. "Essa unidade judiciária vem reconhecer a desigualdade intrínseca aos sexos, principalmente no que diz respeito à violência". Modestino reconhece que os juízes com atuação nessa área que retiram da Lei Maria da Penha uma força que era lhes dada, a fim de bus-

car a paz social.

Para a juíza Maria Tereza Machado, responsável durante dois anos pelo Juizado Especial Criminal com competência em processar e julgar os delitos de violência doméstica e contra a mulher, essa inauguração é um avanço. "No Juizado Especial, julgávamos a partir da Lei nº 9.099, que trata os juizados especiais. Sentíamos falta de uma legislação própria para a causa da mulher, que agora está bem representada através da lei 11.340", ressaltou a juíza. Sobre a instalação do Juizado da Mulher, Maria Tereza ressaltou: "É preciso que haja uma integração entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para que os instrumentos previstos na lei possam ser efetivamente colocados em prática".

A Lei Maria da Penha possibilita que agressoras sejam punidas em flagrante e tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a

integrante da mulher. O pagamento de multas de cestas básicas, como era previsto no Código Penal, acaba e a mulher que corre risco de vida é protegida com o afastamento do agressor no leito da família e a proibição de sua aproximação tanto da mulher agredida quanto dos filhos.

Em Pernambuco, a criação do Juizado foi regulamentada através da aprovação do projeto da Lei 1448/2006, remetido pelo TJPE à Assembleia Legislativa de Pernambuco, no final do ano passado.

O Juizado da Mulher será localizado no Centro Integrado da Cidadania, situado na Rua da Glória, nº 331, no bairro da Boa Vista. O CIC funciona das 7h às 17h. O novo juizado será formado por um juiz titular e dois substitutos, além de psicólogos, médicos e assistentes sociais para tratar especificamente de casos de violência contra a mulher.

Lei Maria da Penha

Maria da Penha Maia lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo de violência contra a mulher. Em 1983, seu marido tentou matá-la duas vezes e ela ficou tetraplégica. Na época, ela tinha 38 anos e três filhos. Nove anos depois, o agressor foi condenado a oito anos, mas, através de recursos jurídicos, cumpriu dois anos de prisão. Hoje, está em liberdade.

Atualmente, Maria da Penha é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) no Ceará.



A juíza Andréa Cartaxo ficará responsável pelo novo Juizado

ACMEPE no Dia Internacional da Mulher

A presidente da Associação dos Conjuges dos Magistrados de Pernambuco, Valéria Freitas, e vice-presidente, Helena Silveira Campos, conjuntamente com a Diretoria Executiva, convidam associados, amigos e colaboradores para uma homenagem à mulher. O evento ocorrerá amanhã, às 14h30, na sede da instituição, e contará com música, coquetel e sorteio de brindes. No mesmo dia, também haverá a palestra "Envelhecer sem solidão", da psicóloga Ester de Oliveira.



HOMENAGEM

Os integrantes da Vara Criminal de Serra Talhada prestam uma homenagem à servidora Maria das Dores Pereira Gama Ribeiro (Dona). Falecida no último dia 2 de março, Dona era técnica judiciária e reconhecida por todos pelo excelente desempenho das suas funções no Poder Judiciário estadual.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 44

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 8 de março de 2007

Palestra abre comemorações dos 20 anos da Esmape

MANUELA VERAS

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) inaugura as atividades comemorativas ao seu 20º aniversário. A palestra *Os embargos do devedor após as reformas do Código de Processo Civil*, ministrada pelo desembargador Humberto Theodoro Júnior, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O evento lotou o auditório do Fórum Rodolfo Aureliano na tarde da última segunda-feira, dia 5.

A abertura do encontro foi feita pelo diretor da Escola, desembargador Jones Figueiredo, que entregou ao professor Theodoro a medalha *Esmape classe ouro*. O coordenador do Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, fez uma introdução sobre o palestrante. O professor Theodoro



O auditório do Fórum Rodolfo Aureliano lotou na 1ª noite das comemorações dos 20 anos da Esmape

sempre teve preferência pela simplicidade - que não exclui a elegância - ao rebuscamento pedante".

Essa linguagem simples pôde ser notada durante a palestra sobre as reformas no Código Processual Civil. Para o magistrado, as mudanças realizadas nos últimos 12 meses - principalmente no que se refere aos embargos do devedor - vêm possibilitando maior rapidez no processo de execução. O professor ainda atacou a cultura acadêmica do Brasil, que "muitas vezes tende a esquecer a finalidade das normas para discutir situações hipotéticas que não ocorrem com frequência".

À noite, houve um coquetel para o lançamento da obra *Processo Civil: aspectos relevantes - estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior*. O livro tem coordenação de Bento Herculano Duarte e Ronnie Preuss Duarte. Os 200 exemplares levados à noite de autógrafos foram esgotados e a obra já está disponível em livrarias pelo preço de R\$ 85.

À noite, houve um coquetel para o lançamento da obra *Processo Civil: aspectos relevantes - estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior*. O livro tem coordenação de Bento Herculano Duarte e Ronnie Preuss Duarte. Os 200 exemplares levados à noite de autógrafos foram esgotados e a obra já está disponível em livrarias pelo preço de R\$ 85.

Mutirão agiliza 2.957 processos contra Telemar



Mais um mutirão dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de Pernambuco começou ontem e termina amanhã, desta vez com o objetivo de resolver 2.957 ações contra a empresa de telefonia Telemar. Os dois primeiros dias foram reservados para audiências de instrução e julgamento, e o último, para conciliações. Os trabalhos estão sendo realizados no Fórum Thomas de Aquino por 44 conciliadores. Algumas audiências resolvidas agora estavam agendadas para 2009.

Rotary no TJPE



O presidente mundial do Rotary International William Bill Boyd foi recebido pelo presidente em exercício do TJPE, desembargador Antônio Camaroti. O rotariano veio acompanhado por Jorge Rosa, governador do distrito 4.500, que corresponde aos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ao final da solenidade, Camaroti entregou a Bill Boyd a medalha de Honra ao Mérito Comemorativo aos 184 anos do TJPE.

Prisma capacita orientadores

CELINA ARAGÃO

O Projeto Prisma - expansão do programa Liberdade Assistida do Tribunal de Justiça de Pernambuco - está capacitando, durante essa semana, futuros orientadores de jovens infratores em regime de liberdade assistida. O projeto, que visa a ajudar no processo de reintegração social do adolescente, conta com a parceria de universidades pernambucanas. Os primeiros orientadores são estudantes de Direito da Faculdade Integrada Barros de Melo (Aeso), primeira instituição a firmar contrato de parceria.

Durante essa semana, os estudantes terão a oportunidade de conhecer o perfil do jovem infrator, além dos trâmites legais do processo de ressocialização. Eles vão executar o trabalho de fiscais junto aos jovens", explicou a coordenadora do Prisma, Fátima Brito Alves. Já os estudantes estão animados com a oportunidade de conhecer a prática jurídica. "Iremos interagir com os jovens e, ao mesmo tempo, aprender com eles. Será uma ajuda mútua", destacou a estudante do 5º ano de Direito da Aeso, Juliana Vasconcelos.

A capacitação come-

çou nesta segunda-feira, dia 5, com a palestra do coordenador da Infância e Juventude, juiz Humberto Visconcelos. O magistrado fez uma reflexão junto aos universitários sobre os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A capacitação ocorreu na Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape). Na terça-feira, foi a vez do delegado de polícia da Gerência de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Ademir Soares de Oliveira, falar sobre a autoridade policial durante a apuração de atos infracionais de menores.

Ontem e hoje, os futuros orientadores foram capacitados no Centro Integrado da Criança e do Adolescente. Lá, através da formação de grupos, a equipe de coordenação do Prisma realizou uma atividade prática para que os estudantes tomassem conhecimento da problemática infracional.

A capacitação termina amanhã, na Aeso. "Nós pretendemos captar a percepção dos estudantes quanto à viabilização das propostas de ressocialização do projeto Prisma", explicou a gerente do projeto, Helen Lúcia.

PERNAMBUCO TEM O PRIMEIRO JUIZADO DA MULHER DO NORDESTE

ROSA MIRANDA

Foi inaugurado ontem e começa a funcionar hoje o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - o primeiro no Nordeste e o terceiro no Brasil, depois dos de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. A nova instalação irá atender toda a demanda de processos da comarca do Recife em que a mulher seja vítima de agressão doméstica.

O juizado é composto, no primeiro andar, por uma área de atendimento, secretaria, sala para atendimento psicossocial, defensoria pública e sala para audiências. No segundo andar existe um espaço para a promotoria e outro para a delegacia da mulher. Além do juiz titular, de dois juízes substitutos e dos servidores, a estrutura vai contar com uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos, médicos legistas e assistentes sociais.

Na solenidade de inauguração, realizada no Dia Internacional da Mulher, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fausto Freitas, destacou que o juizado é "uma resposta do Poder Judiciário ao aumento da violência contra a mulher".

Foto: Legião Lima/TFPE



A quatro mãos - Os desembargadores Fausto Freitas (E) e Jones Figueiredo e as juízas Andréa Cartaxo (E) e Maria Tereza decoraram a planta de inauguração do Juizado da Mulher. À direita, a titular do juizado fala à imprensa

Auxílios, imprensa e organizações não-governamentais, além de vítimas de violência, prestigiaram o evento.

O coordenador do Centro Integrado de Cidadania, desembargador Jones Figueiredo, falou do pioneirismo que caracte-

teriza a gestão 2006-2007 do Tribunal. "As leis não mudam a sociedade, mas é a sociedade que muda as leis", afirmou o magistrado.

A coordenadora de instalação do novo juizado, juíza Andréa Cartaxo, ressaltou que "as

medidas de proteção de urgência são um dos pontos mais importantes da Lei Maria da Penha, na qual se baseia a criação do Juizado da Mulher".

Através dessas medidas, a vítima recebe proteção desde o dia que presta a queixa.

Já a juíza titular do juizado da mulher, Maria Tereza Machado, afirmou que "a instalação desse juizado é o primeiro e grande passo para a redução nos números de violência contra a mulher". Ela também lembrou que a colaboração da polícia, Ministério Público e da sociedade organizada serão essenciais.



Aqui, Freitas dá entrevista à equipe da Justiça na TV. Abaixo, mulheres de destaque recebem homenagem do Tribunal de Justiça

HOMENAGEM

CECÍLIA MERELES

Mulher ao Espelho

Hoje, que seja esta ou aquela, pouco me importa. Quero apenas parecer bela, pois, seja qual for, estou morta. Já fui loira, já fui morena, já fui Margarida e Beatriz, já fui Maria e Madalena. Só não pude ser como quis. Que não fez, esta cor fúgida do meu cabelo, e do meu rosto, se é tudo tinto: o mundo, a vida, a contentamento, o desgosto? Por fora, sou como queira, a moda, que vai me matando. Que me levem pelo e caveira ao nua, não me importa quando. Mas quero vir, tão dilacerada, olhos, braços e sonhos seixos, e morrer pelos seus pecados, falar com Deus. Falarei, coberta de luzes, do ano pensado ao rubro anelido. Porque uns espiram sobre cruzes, outros, buscando-se no espelho.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Serviço
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA (CIC)

Rua da Glória, nº 311, no bairro da Boa Vista. O juizado funciona das 7h às 17h. Os telefones para atendimento à população são: 3222-1449 e 3221-8959.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 46

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 10 de março de 2007



O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas (acima), conduz a eleição dos cinco novos desembargadores na Sala do Pleno (E). Os históricos dos novos membros do 2º grau podem ser lidos na página 2

Tribunal de Justiça elege mais cinco desembargadores

MANUELA VERAS

Alexandre Alcorado Assunção, Antenor Cardoso, Eurico de Barros, José Carlos Patriota Malta e Mauro Alencar. Os mais novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foram eleitos - através de votos abertos e fundamentados - na última quinta-feira, dia 8, durante sessão do Pleno. A reunião solene, que durou mais de seis horas, foi acompanhada por toda a imprensa recifense e estava lotada, com muitos presentes em pé.

Os recém-eleitos irão preencher as vagas deixadas pelos desembargadores Alexandre Aquino, Zamir Fernandes e Ivonaldo Miranda, além de duas outras que foram criadas pela Lei Complementar Estadual nº 88/06. Os cinco magistrados promovidos eram juízes da 3ª entrância e o acesso ao 2º grau foi concedido por merecimento a Alexandre Assunção, Mauro Alencar e Eurico de Barros. Por antiguidade, foram promovidos José Carlos Patriota e Antenor Cardoso (ver histórico dos

novos desembargadores na página 2). A assinatura do termo de compromisso e posse ocorreu ontem, dia 9, no gabinete da presidência do TJPE.

Na eleição por merecimento, os desembargadores do Pleno votam, cada um, numa lista triplíce e em seguida escolhem um entre os três mais votados. No caso de Alexandre Assunção, ele foi o segundo mais votado, mas, como era a terceira vez consecutiva a integrar a lista, a lei lhe confere imediatamente o direito ao acesso. Mauro Alencar e Eurico de Barros, que também integraram por três vezes a lista triplíce, foram eleitos por unanimidade.

Já na escolha por antiguidade, o candidato mais antigo precisa receber dois terços de votos do Pleno contra seu ingresso. Antenor Cardoso, com 28 anos de carreira na magistratura, foi aceito por 100% dos votos. O mesmo entendimento não houve entre os desembargadores na promoção por antiguidade de Patriota. O ma-

gistrado recebeu nove votos contra o seu acesso ao Tribunal, número insuficiente para impedi-lo de ingressar no 2º grau.

O motivo para a discordância foi o fato de Patriota ter sido réu em processos administrativos do TJPE que já foram arquivados. No entanto - assim concordaram 23 dos desembargadores eleitores - "seria inconstitucional negar o acesso do magistrado se não pesa sobre ele nenhuma mácula em termos de processos administrativos ou judiciais, pois não houve a sua condenação em nenhum caso", conforme afirmou o desembargador Gustavo Lima, com entendimento seguido pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.

Como o número de desembargadores aumentou em dois, será criada uma nova câmara criminal. As demais câmaras a que serão destinados os novos desembargadores ainda não foram definidas. Antes, é preciso abrir um edital para que os magistrados eleitos expressem suas preferências.



Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1955, Alexandre Guedes Alconforado Assunção ingressou na magistratura em 02 de janeiro de 1989. Foi titular da 1ª Vara de Família e Registro Civil da Capital desde 1994. Já atuou nas comarcas de Riacho das Almas, Cimbórnio, Taquetinga do Norte e Igarassu. Entre os cargos que ocupou estão:

membro da Comissão de Propaganda Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral, coordenador do Múrito das Varas da Assistência Judiciária da Capital e do Juizado Informal da Família, do qual foi instalado, nos anos de 2001 a 2004.

Foi colaborador da relatoria especial do novo código civil brasileiro, junto à Câmara dos De-

putados, tendo por esse trabalho recebido medalha de mérito legislativo outorgada pelo presidente da Câmara Federal Adão Neves.

No último cargo que exerceu, de juiz corregedor-auxiliar dos cartórios extrajudiciais, Assunção coordenou a campanha de reconhecimento espontâneo da paternidade "Ele é meu pai. Paternidade: Reconheça esse Direito".

Realizada em novembro de 2006, a campanha foi vencedora de prêmio nacional, concedido pela secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Ingressou no Tribunal de Justiça de Pernambuco como desembargador por figurar pela terceira vez seguida em lista tríplice, formada pelos membros do Tribunal Pleno.



DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Antenor Cardoso Soares Júnior, nascido em abril de 1951, formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1978, tendo sido no-

meado juiz de Direito substituto três anos depois. Antes de sua promoção por Antiguidade para o cargo de desembargador em 2007, respondia pela

1ª Vara da Fazenda Pública. Atuou como desembargador substituto no Tribunal de Justiça de Pernambuco nos anos de 1998, 2000 e 2006. Exerceu

a função de juiz auxiliar da Propaganda Eleitoral e de juiz eleitoral da 8ª Zona Eleitoral. Na área acadêmica, ministrava a cadeira de Direi-

to Administrativo na Univer, em agosto de 2002 a fevereiro de 2004, e fez especialização na área de Direito Público. Foi juiz durante 24 anos.



DES. EURICO DE BARROS CORREIA FILHO

Juiz de Direito titular de 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos, Eurico de Barros começou sua carreira pública como escrivão da Justiça Estadual em 1970. Também foi escrivão da 7ª Zona Eleitoral do Recife, no período de 1981 a 1987. Tomou posse como juiz de direito

em 3 de janeiro de 1989 e atuou nas comarcas de Itapetim, Sanguinho, Capoeiras, Passira (1ª Entrância) e Jaboatão dos Guararapes (2ª Entrância), sendo promovido para a capital em 1993. Em 1995 foi removido para o cargo de juiz de Direito titular de 3ª Vara

de sucessões e registros públicos da capital, onde permaneceu até hoje.

Foi diretor do Foro da Capital em 2004 e juiz eleitoral da 7ª zona em 2006. Ainda em 2006, foi designado para a Comissão de Fiscalização da propaganda eleitoral do pleito de 2006, ficando

afastado de suas funções no período de 07 de agosto a 03 de novembro. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPE cursou pós-graduação com especialização em Direito Público e Privado na mesma universidade. É professor da Escola da Magistratura de Pernambu-

co, desde o 2º semestre de 2002. Lecionando atualmente a disciplina de Administração Judiciária. Ingressou no Tribunal de Justiça de Pernambuco como desembargador por figurar pela 3ª vez seguida em lista tríplice, formada pelos membros do Tribunal.



DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

José Carlos Patriota Malta nasceu em Itapetim, em 1947, filho de Manoel Malta Filho e de Expedita Patriota Rocha. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1973, advogado para a Defensoria Pública de

maio de 1982 a março de 1983. Nesse último ano, já como juiz substituto de 1ª entrância, o magistrado assumiu a comarca de Petrolândia.

Antes da promoção para desembargador do Tribunal de Justiça de

Pernambuco, em 2007, pelo critério de Antiguidade, Patriota exercia a titularidade da 6ª Vara Criminal da Capital desde novembro de 2000.

O desembargador tem 22 anos de carreira, sendo 15 como ma-

gistrado na 3ª entrância - Recife. Recebeu várias homenagens, entre elas, o Prêmio Melhores do Ano 2005, concedido pelo Jornal do Commercio; o certificado da secretaria de Defesa Social e a me-

dalha pernambucana do Mérito Policial Militar, outorgada pelo governo do Estado em 2000.

Ingressou no Tribunal de Justiça pelo critério de Antiguidade.



DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

Mauro Alencar de Barros ingressou na magistratura em 1989, ao ser nomeado juiz da comarca de Tabira. Posteriormente representou as comarcas de Afogados da

Ingazeira e Igarassu. Em 1998, foi membro do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Atuou também como juiz assessor da Corregedoria Geral de Justiça em 2004.

Em 2006 se tornou Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na área acadêmica, ministrava a cadeira de Prática Fo-

rense Penal e Direito Eleitoral na Escola Superior de Magistratura (Esmape). É juiz há 18 anos. Ingressou no Tribunal de Justiça de Pernambuco como de-

sembargador por figurar pela terceira vez seguida em lista tríplice, pelo critério de merecimento, formada pelos membros do Tribunal Pleno.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 47

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 13 de março de 2007

Novos desembargadores tomam posse



CICÍLIA PEREIRA

Os cinco novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) assinaram o termo de compromisso e posse no último dia 9. Alexandre Alcoforado Assunção, Antenor

Cardoso, Eurico de Barros, José Carlos Patriota Malta e Mauro Alencar foram recebidos por familiares e amigos no gabinete da presidência.

O termo de posse foi apresentado pelo

Secretário Judiciário, Abraão Joaquim dos Santos, e, em seguida, lido e assinado por cada um dos desembargadores.

O desembargador Antenor Cardoso, representando os magistrados já empossados, falou sobre a satisfação de exercer a 2ª entrância. "Desde

o começo da minha formação, aprendi a exercer a magistratura apaixonadamente. Nesse último capítulo da minha carreira, espero estar à altura de honrar o povo pernambucano e julgar as causas que me forem dirigidas".

O presidente do

TJPE, desembargador Fausto Freitas, desejou sucesso e parabenizou os novos desembargadores. Falou também sobre a necessidade de se compor mais uma câmara criminal. "Fico feliz por receber figuras expressivas da magistratura. Magistrados que hon-

raram a justiça pernambucana na 1ª Entrância. O Tribunal vive um momento de renovação, por isso, precisamos aparelhar melhor o Poder Judiciário para atender os anseios da sociedade, dando à população um pouco de segurança".

MUTIRÃO AGILIZA 2.957 AÇÕES

CAROLINA VANDERLEI

O Tribunal de Justiça de Pernambuco promoveu, entre os dias 7 e 9, no Fórum Thomaz de Aquino, um mutirão para agilizar os processos de pulsos excedentes contra a empresa de telefonia Telemar. O evento contou com 2.957 processos, que correspondem a 40% da totalidade desse tipo de ação.

De acordo com o servidor que coordenou a iniciativa, Fernando Zaezar, as

ações estavam obstruindo a pauta de instrução, deixando os processos com audiências marcadas até para 2009. Cerca de trinta servidores participaram dos três dias de trabalho.

No mutirão, ocorreram as audiências de conciliação e de instrução em um só dia. "Normalmente, há uma audiência de conciliação e depois é marcada outra audiência de instrução". Zaezar também informou

que, como nesses casos não há conciliação entre as partes, esse procedimento é possível. Após essa etapa, os processos serão enviados para o juiz proferir a sentença - o que deve ser feito até maio deste ano.

No próximo mês, está prevista uma reunião entre os magistrados dos Juizados Especiais para planejar estratégias para agilizar a Justiça estadual.





Acmepe comemora o Oito de Março

CICÉLIA PEREIRA

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela Associação dos Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe) com uma tarde de descontração e festa para as associadas. O encontro aconteceu no último dia 8, na sede da Acmepe e contou com a participação do maestro Vicente Mucavel, entrega de presentes, coquetel e palestra.

Para marcar a data especial, as associadas assistiram a uma palestra com o tema *Envelhecer sem solidão*, ministrada pela psicóloga sanitária do Ministério Público do Es-

tado, Ester de Oliveira Correia. Em sua palestra, a psicóloga explicou que a solidão é uma doença que vem da pulsão de morte, retratada pela própria dor e falta. "A solidão é uma doença social do século. Ela causa angústia, dor e favorece a instalação de uma depressão. Devemos mudar nossos hábitos e pensar sempre positivo, porque o negativo vira doença", explicou.

A presidente da Acmepe, Valéria Freitas, agradeceu à palestrante e falou sobre a importância dos encontros realizados pela associação. "Promovemos

ações filantrópicas e momentos de lazer, porque esta é a filosofia da Acmepe. Queremos que o lado social seja sempre enfatizado. Precisamos viver para evitar a solidão."

O Gestor de Trânsito, Mitsuyoshi Fukahori, também foi convidado pela Acmepe para apresentar seu curso, desenvolvido para quem tem medo de dirigir. Segundo Fukahori, o curso é direcionado a pessoas que conseguem tirar a carteira de habilitação, mas não se sentem seguras para dirigir veículos. A confraternização terminou com música e um coquetel.



Projeto Prisma ganha parceria de 2 anos com a Universo

MANUELA VERAS

O Prisma, 1º Projeto Universitário de Liberdade Assistida na Cidade do Recife, ganhou mais um parceiro na tarde da última terça-feira, dia 13. A Universidade Salgado Oliveira (Universo) assinou um convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) que tem por objetivo acompanhar jovens infratores em cumprimento de medidas sócio-educativas, através da orientação de estudantes de Direito da Universo. A Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC) e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) também fazem parte da parceria.

Com o convênio, que terá duração de dois anos, os jovens recebem orientações jurídicas a respeito do cumprimento da liberdade assistida e sobre questões relaciona-

das à sua cidadania, como a emissão de documentos de identificação. Para realizar essa orientação, os estudantes serão capacitados por professores da Esmape, que darão uma abordagem prática às matérias ministradas. Cada estudante ficará responsável por um adolescente.

A Coordenadoria do Serviço Voluntário do TJPE irá se encarregar de admitir os alunos voluntários indicados pela Universo, que deverão cumprir os horários estabelecidos e elaborar relatórios da prestação dos seus serviços. Ao final do estágio, os estudantes receberão do TJPE certificados de conclusão de serviço voluntário de extensão universitária.

OUTRAS PARCEIRAS

O Prisma teve início

em agosto do ano passado, graças a parcerias com o Sport Clube do Recife e com as Faculdades Barros Melo, entre outras. Desde então, 21 jovens foram beneficiados e alguns deles já estão ingressando no mercado de trabalho.

Os juizes da Infância e Juventude Humberto Vasconcelos e Paulo Brandão consideram a orientação dos jovens em liberdade assistida essencial para a não reincidência dos infratores no crime.

Para ampliar o número de jovens beneficiados e alcançar suas metas sociais, o Prisma precisa de mais parceiros. O TJPE e a ABCC já estão em fase de negociação com outras três entidades de ensino interessadas em participar e estão abertos para receber mais propostas.



O convênio foi assinado no gabinete da presidência pelo desembargador **Fausto Freitas**, pelo presidente da Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, **Jefferson Salgado**; pelo presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), **Nildo Nery** e pelo diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), desembargador **Jones Figueiredo**.

Presidente da Alemanha no Brasil



O chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador **Fausto Freitas** (C), recebeu o presidente da Alemanha, **Horst Köhler** (E), sábado passado. O encontro ocorreu no Aeroporto Internacional dos Guararapes, acompanhado por autoridades dos poderes Executivo e Legislativo.

TRF

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Fausto Freitas** (E), recebeu o novo presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador **José Batista de Almeida Filho** (à esq. de Freitas), na última terça, dia 13. O magistrado convidou Freitas para sua posse, que ocorrerá dia 28. Fausto Freitas agradeceu o convite e confirmou a presença. Acompanhando o desembargador federal, estava o diretor do Foro da Justiça Federal em Pernambuco, juiz **Frederico Azevedo** (D). O desembargador **Maurício Alencar** esteve presente à visita.



Advogado lança livro na Esmape

O advogado paulista **Jayme Vita Rosa** virá ao Recife para lançar o livro *Direito em Migalhas: pistas para um novo mundo jurídico*. O coquetel de lançamento será realizado na cobertura da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), às 19h, dia 26 de março. Na obra, editada pela Millenium, o autor reúne artigos publicados em 2005 no site Migalhas, de grande repercussão no mundo jurídico.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 50

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 16 de março de 2007

Tribunal de Justiça e Marista inauguram 7º Fórum Universitário

MANUELA VERAS

Mais um Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começa a funcionar em abril deste ano na cidade do Recife.

O 7º Fórum Universitário foi inaugurado na tarde da última quarta-feira, dia 14, graças a uma parceria entre o TJPE e a Faculdade Marista. O objetivo é solucionar

ações cíveis envolvendo até 40 salários mínimos, previstas na Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais.

Em termos de prestação jurisdicional, um Fórum Universitário é igual a um Juizado Especial, mas há diferenças na sua administração. No caso do Fórum, as despesas para a adaptação da estrutura e custos mensais - como conta de eletricidade e de telefone - são todos arcados pela instituição de ensino superior conveniada. Além disso, nesse novo modelo de parceria, ficou acertado que a Faculdade Marista também irá fornecer todo o material de expediente necessário, como papel ofício, carretos de impressora e CDs.



O Juizado foi inaugurado pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, e pelo diretor-geral da Faculdade Marista, Irmão Ailton dos Santos.



A assinatura do convênio foi testemunhada pelo desembargador Jones Figueiredo (C) e pelos juizes Luiz Mário Montinho (à dir. de Jones) e Humberto Visconcelos (E).

Para o Tribunal, o novo Juizado representa uma forma econômica de garantir mais celeridade na prestação jurisdicional. Já para a Faculdade Marista, trata-se da inauguração de um Núcleo de Prática Jurídica, onde os seus alunos de Direito poderão aplicar os conhecimentos adquiridos durante as aulas teóricas. Os estudantes vão atuar voluntariamente como conciliadores.

Para garantir a qualidade dos serviços prestados, 50 alunos recebem um treinamento específico nas áreas de conciliação e mediação. As aulas estão sendo ministradas pelo Centro de Mediação e Arbitragem do Estado de Pernambuco (Cemape) e foram solicita-

das pelo coordenador dos Juizados Especiais do TJPE, juiz Luiz Mário Montinho. A coordenação das capacitações é da coordenadora do curso de Direito da Marista, professora Dayse Mayer.

ESTRUTURA - A estrutura do 7º Fórum Universitário tem espaço para o gabinete do juiz, uma sala de audiências e quatro de conciliação, Defensoria Pública, Promotoria, atendimento ao público, além de uma área para treinamento dos estagiários voluntários. A adaptação do local já foi finalizada e custou quase R\$ 400 mil.

O Fórum irá funcionar na Rua Gervásio Pires, edifício Brasil Norte, 10º e 11º andares, Boa Vista.

DRH debate gestão de pessoas no setor público

MARCELLA ASPÓRIA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, através da Diretoria de Recursos Humanos, irá participar do Encontro de Gestão de Pessoas no Setor Público - Os Desafios do Setor Público na Gestão de Pessoas. A exposição de casos sobre a Integração Institucional na

Gestão de Pessoas, apresentada pelo diretor adjunto de Recursos Humanos, João Carlos, irá abordar a relação entre as unidades organizacionais.

"O encontro pretende provocar debates sobre as diferentes abordagens da gestão pública e conhecer as ideias e práticas de profissionais que atuam na gestão das pessoas e a organização pública", disse a coordenadora do evento, Cibelli Pinheiro de Almeida.

De acordo com João Carlos, a presença do Tribunal de Justiça no evento será importante para compartilhar experiências. "A forma como um caso foi selecionado poderá nos ajudar em outras instituições do poder público, quando ocorrer situa-

ção igual ou parecida ao TJPE", conclui o diretor adjunto.

O encontro, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos em Pernambuco, será realizado dia 29 de março, no Hotel Recife Palace, e vai contar com a participação de 250 pessoas.

Na programação, além da exposição de casos pelo TJPE e pelo Tribunal de Contas, serão debatidos outros temas, como: "Gestão de Pessoas por Competências na Área Pública", "O Novo Perfil do Gestor Público", com a diretora da Escola do Governo de Alagoas, Célia Leite, e "O Desafio da Gestão Pública", com o ex-Secretário do Trabalho do Governo da Bahia, Edson Santos.

Cinemateca comemora 4 anos

A Cinemateca Desembargador Jones Figueiredo vai comemorar quatro anos no próximo dia 19, às 17h30, na Associação dos Cômicos dos Magistrados de Pernambuco (Acempe). A festa terá direito a bolo, extinção de filme e brindes.

A Cinemateca disponibiliza o serviço de locação gratuita de

filmes para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Conta com 1.230 usuários cadastrados e começa com uma coleção de filmes clássicos, em VHS, doados pelo desembargador Jones Figueiredo. Hoje, possui cerca de 500 fitas VHS e 260 DVDs, todos doados.



A exibição do filme em comemoração à data será na sede da Acempe.



O adjunto do DRH, João Carlos.

COMBATE À VIOÊNCIA

Tribunal de Justiça aumenta número de câmaras criminais

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aprovou, na última quarta-feira, a criação da 4ª Câmara Criminal - um dos projetos prioritários do desembargador-presidente Fausto Freitas para sua gestão.

A votação ocorreu na sessão do pleno do TJPE, contabilizando 26 votos a favor e nove contra. A Secretaria Judiciária (Sejud) publicou hoje no Diário Oficial do Estado os editais 02, 03 e 04/2007 para remoção e inscrição dos desembargadores

interessados em ingressar como membros do novo órgão.

De acordo com o secretário Judiciário, Marcelo Piolla, a previsão é que a 4ª Câmara tenha os três desembargadores defini-

dos até o final desse mês. Atualmente, existem três câmaras criminais e nove magistrados atuando nessa área no TJPE. Com a instalação da 4ª Câmara, esse número aumenta para 12.



No Pleno do TJPE, 26 desembargadores votaram a favor

9ª Vara de Olinda promove audiências de conciliação

CELINA ARAGÃO

A 9ª Vara Cível da comarca de Olinda irá promover, nesta segunda, dia 19, seu primeiro mutirão. Mais de 80 processos entrarão em pauta e a estimativa é de conciliação em 90% deles. A iniciativa vai agilizar o processo de julgamento de pautas acumuladas. "Instituir um dia exclusivo para conciliações vai diminuir o tempo dos processos na Justiça", salientou a juíza titular da vara, Mari-

nês Marques Viana.

Dentre as principais audiências, estão os processos relacionados a divórcio, separação, investigação de paternidade, indenização e pensão alimentícia. "Foram escolhidos os processos que compoem conciliação e que podem ser encerrados no dia do mutirão", explicou a magistrada.

As audiências de conciliação ocorrerão a partir das 11h30, na se-

de do Ministério Público, em Olinda, vizinho ao fórum da comarca, já que a vara está de mudança para outro estabelecimento. Uma equipe formada por mais de oito pessoas atuará nas audiências. Além da juíza titular e da juíza auxiliar, participarão promotores, defensores públicos, estagiários e servidores da 9ª Vara Cível. A juíza pretende retomar a prática a cada dois meses.

Visita de cortesia



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, recebeu, no último dia 15, o comandante geral da Polícia Militar (PM) do Estado, coronel Iturbson Agostinho dos Santos. O coronel está, desde janeiro, à frente do Quartel do Comando Geral, no bairro do Derby, no Recife. Durante a visita, Santos falou que "a PM sempre estará à disposição do TJPE. Sempre trabalhamos em parceria".

Mudança de data

A data de lançamento do livro "Direito em Migalhas", do advogado paulista Jayme Vita Roso, foi transferida para o dia 27 de março de 2007, às 19h, na sede da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, situada à rua do Imperador Pedro II, número 221, bairro de Santo Antônio. O adiamento é em virtude da posse dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a ser realizada no dia 26 de março.

Meio expediente

No próximo dia 23, o expediente do Tribunal de Justiça e do Fórum da Capital será das 8h às 13h. Já os Juizados especiais funcionarão das 7h às 13h. As demais Comarcas trabalharão normalmente - salvo aquelas onde também seja feriado determinado por Lei Municipal. A mudança ocorrerá em virtude da Procissão dos Passos Perdidos.



Página 2

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Jovaldo Nunes tomou posse como membro da Corte do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). A posse aconteceu na noite do último dia 15, na nova sala do pleno da sede localizada na Agamenon Magalhães. (Veja o discurso do desembargador na página 2)



Discurso de posse no TRE

DESEMBARGADOR JOVALDO MUNES

O destino, traçado pelo Divino Mestre, tem sido muito generoso comigo. Fez-me gente; deu-me uma família; fez-me profissionalmente e me deu oportunidade de fazer amigos. E, com a força desse conjunto, me permitiu que aqui chegasse.

Minhas palavras iniciais são de agradecimentos. Primeiramente a Deus, que pavimentou essa estrada, com material de primeira qualidade, para que pudesse eu iniciar a minha caminhada; em seguida, agradeço a minha família, que foi o material utilizado na pavimentação desse caminho; agradeço também aos meus amigos, dentre eles, meus diletos pares do Tribunal de Justiça de Pernambuco, todos, sem exceção.

A generosidade Divina fez-me juiz e me colocou no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Digo sempre, e com sinceridade, que cheguei aonde não merecia. No entanto, ali estou; ali é meu lugar; ali eu completo o meu círculo de realizações, porque me considero um juiz vocacionado. Nada mais devo pedir, exceto saúde, força e coragem para continuar a cum-

prir, dentro de minhas limitações, a nobre missão de julgar que me foi confiada.

Pensava eu que a minha cota de benefícios divinos já tinha se esgotado. Ledo engano.

É que o gesto de bondade para comigo chegou ao Tribunal de Justiça de Pernambuco - minha segunda casa - quando, na sessão plenária de março do corrente ano, aquela Corte me indicou - juntamente com o prezado e dileto amigo desembargador Rivaldavia Brayner - para compor esta Casa de Justiça, em substituição ao eminente desembargador Eloy D'Almeida Lins, que, com brilhantismo, cumpriu o seu biênio nesta Casa. Por mais essa honraria agradeço, de coração, a todos os que fazem o nosso Tribunal de Justiça de Pernambuco, hoje brilhante e competentemente presidido pelo desembargador Fausto Freitas.

Senhores desembargadores, juízes eleitorais e servidores desta Casa, aqui estou. Vim para somar e me integrar a esse conjunto de forças que faz funcionar a Justiça Eleitoral. Pretendo contribuir, quero ajudar; estou disposto

a isso. Nesse desiderato, espero contar com a colaboração de todos.

O trabalho desenvolvido por este Tribunal tem sido alvo de elogios; esse fato é fruto do esforço e dedicação dos senhores magistrados e servidores da casa e dos requisitados. O desembargador Eloy, a quem tenho a honra de substituir, contribuiu para enaltecer esta Casa. O nosso atual presidente, desembargador Og Fernandes, teve e continua tendo papel destacado na realização desse trabalho que vem sendo realizado e aplaudido por toda população do Estado. Lamentavelmente, a exemplo do desembargador Eloy, por força da lei, nos deixará em breve, quando será substituído pelo desembargador Rivaldavia Brayner.

Colaboram de forma decisiva para o êxito da Justiça Eleitoral em Pernambuco, os advogados que militam nesta Casa. Tenho notícias da forma ordeira e respeitosa como agem. Os senhores políticos também têm contribuído para efetivação e a realização desse trabalho. Precisamos da

ajuda de todos. Temos que trabalhar juntos, de forma ordeira, com harmonia e respeito. Assim sempre foi, e, se depender de mim, continuará sendo.

Agradeço ainda, ao meu dileto amigo e agora colega nesta Corte, desembargador Gustavo Paes, pelas suas palavras pronunciadas na sua oração, fruto, evidentemente, de nossa amizade, que teve início no ano de 1971, quando iniciei o meu curso de Direito na querida Faculdade de Direito de Olinda, em cuja casa de ensino recebi ensinamento do seu genitor, o saudoso Dr. José Paes de Andrade, o qual, como o Dr. Gustavo, honrou este Tribunal.

Agradeço a todos os amigos e colegas que vieram prestigiar e abri-lhantar este ato, muitos deles de Olinda - que já visualizei no recinto.

Peço permissão para destacar as presenças dos meus familiares, minha esposa Darci, meus filhos Dayse, Jovaldo Jr e Anne Carolina; minhas irmãs Socorro e Aparecida, meus cunhados, sobrinhos, primos. Eles fazem parte integrante dessa minha trajetória de vida.

Nas bancas

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fone: 0800 81 1201

Ligação gratuita



Companhia
Editora de
Pernambuco

Assinatura e edições anteriores:

e-mail: assinaturas@continentemulticultural.com.br
Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro - Recife - PE



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 52

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 20 de março de 2007

Tribunal de Justiça prioriza obras



Vistoriam o interior da obra o presidente do TJPE, Fausto Freitas, a secretária adjunta da SAD, Paula Freitas, a diretora de Engenharia e Arquitetura, Rogéria Magalhães Silveira, e a adjunta da DEA, Cristiane Conceição Cavalcante.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Fausto Freitas, o desembargador José Fernandes, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), a Secretaria de Administração (SAD) e engenheiros da Construção realizaram na manhã de ontem uma visita às obras do novo Fórum de Olinda. A concretagem da terceira laje e os trabalhos de vedação já podem ser vistos.

Até o final deste ano, as comarcas de Olinda, Caruaru e Gravataá receberão novos fóruns

Para evitar congestionamentos na prestação dos serviços judiciais, um fórum provisório precisou ser montado em 30 dias. "A dificuldade para providenciar um fórum provisório foi o grande desafio. A solução encontrada pela DEA e pela SAD foi a mais econômica e otimizou o processo. Nossa equipe está de parabéns", afirmou Fausto Freitas.

O novo prédio vai ter uma área de 7.413,70 m². Esse espaço será dividido em 25 Varas, vai dispor de quatro elevadores - com capacidade para 10 pessoas cada -

e estacionamento para 247 veículos. A nova instalação terá sistema de prevenção e combate a incêndio, proteção contra raios, circuito fechado de TV e gerador.



A diretora da DEA informa o desembargador José Fernandes sobre o andamento da obra.

AOS SERVIDORES

Pautas de Publicação

O Tribunal de Justiça de Pernambuco solicita aos servidores que as Pautas de Publicação, que saem na parte interna do Diário Oficial, sejam enviadas com seus códigos respectivos. Este também é um pedido da Companhia Editorial de Pernambuco, a responsável pela impressão do Diário. Cada tipo de pauta tem um número específico, bem como a vara de onde ela foi originada.

Os códigos servem para que as pautas sejam publicadas em ordem. "Atualmente, muitos servidores enviam a pauta sem a identificação correta. Com isso, não conseguimos organizar a impressão de forma adequada", informa o chefe da Seção de Apoio à Internet, Cláudia Sanzochi. Os servidores que não souberem os códigos corretos das Pautas de Publicação e de suas respectivas varas podem entrar em contato com a Seção de Internet, através do 3419.3682.

ESMAPE PROMOVE CONGRESSO NACIONAL EM ABRIL

CICILIA PEREIRA

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) promove, nos dias 12, 13 e 14 de abril, o Congresso Nacional de Direito Constitucional e Administrativo. O evento homenageará o professor Paulo Bonavides - Catedrático Emérito da Universidade Federal do Ceará (confira programação ao lado).

O Congresso será realizado no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco. O investimento para os profissionais é de R\$ 150. Já os estudantes e os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco vão pagar uma taxa de R\$ 80.

Os certificados entregues no final do Congresso serão válidos como atividade complementar (20 horas-aula). O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, vai participar da abertura do evento. Também participam os ministros do Superior Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, Carmem Lucia Antunes Rocha e Eros Roberto Grau. As inscrições devem ser feitas através do telefone (81) 3224 0086 ou no site www.esmape.com.br.

PROGRAMAÇÃO

12.04

Presidência de Honra do Congresso:
Des. Fausto Vilanova de Freitas
16h30 - Abertura solene e homenagem ao Prof. Paulo Bonavides.
17h30 - Palestra do Prof. Juarez Freitas (Professor da PUC-RS, Presidente do IBDA)
Tema: "O Controle Jurisdicional da Discricionariedade Administrativa"
18h15 - Palestra do Prof. Luiz Rodrigues Wambier (Professor da PUC-SP)
Tema: "As Garantias Constitucionais do Processo"

13.04

Presid. da Mesa: Des. Fernando Ferreira
9h - Palestra do Prof. Renato Loufio (Professor da PUC-SP e desembargador aposentado do TJSP)
Tema: "Direito Civil e Constituição"
9h45 - Palestra do Prof. Walter Canevara (ex-professor da PUC-SP e advogado)
Tema: "O Direito de Propriedade Imóvel na Constituição"

Presid. da Mesa: Des. Sérgio Pinheiro Marçal
10h45 - Palestra do Prof. Carlos Roberto Siqueira Castro. (Prof. da UERJ, da PUC-RJ)
Tema: "Os Princípios da Proporcionalidade e da Razionalidade"
11h30 - Palestra do Prof. André Ross (Juiz de Direito, Prof. da UFPE e da Esmape)
Tema: "A Constituição a serviço da realização política: a complexa e controversa função dos Tribunais Constitucionais."

Presidente da Mesa: Des. Jayme Aguiar
14h - Palestra de Renato Pimenta Duarte (Advogado, Professor da Faculdade Marista e da Esmape)
Tema: "O Princípio da Máxima Efetividade dos Direitos Processuais Fundamentais"
14h45 - Palestra do Prof. Francisco Queiroz Cavalcanti (Des. Federal do TRF da 5ª Região e Prof. da UFPE)
Tema: "Agentes da Administração Pública e a Proteção dos Direitos dos Usuários de Serviços"

Presidente da Mesa: Des. Paulo Vazirio
15h45 - Palestra da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)
Tema: "Efeito da Declaração de Inconstitucionalidade no STF"
16h30 - Palestra do Prof. Misael Montenegro (Professor da Esmape e advogado)
Tema: "A Responsabilidade Civil do Estado pela Demora na Entrega da Prestação Jurisdicional"
17h15 - Palestra do Prof. Zeno Veloso (Prof. e doulor honoris causa pela Unama)
Tema: "O Controvérsio art. 27 da Lei 9.868/99"

14.04

Presidência da Mesa: Des. Jones Figueiredo
9h - Homenagem ao Instituto Urbano Vitalino
9h30 - Palestra do Ministro Eros Grau (STF)
Tema: "A Construção do Direito: Da Elaboração do Texto à Produção da Norma"
10h15 - Palestra do Ministro Carlos Ayres Britto (STF)
Tema: "A Constituição e o Novo Humanismo"
11h - Palestra do Prof. Jorge Reis Novais (Prof. da Universidade de Lisboa)
Tema: "Direitos Fundamentais: Tensões Constituídas e Maioria"

Seminário do Poder Judiciário discute violência

O evento reúne os três Poderes em Pesqueira nos dias 29, 30 e 31 de março



CAROLINA VANDERLEI

VIOLENCIA

O Poder Judiciário estadual, em mais uma ação para diminuir os índices de violência urbana em Pernambuco, promove o primeiro *Seminário de Promoção da Paz Social*. No encontro, idealizado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, vão estar presentes profissionais que lidam com atividades na esfera da Justiça.

O objetivo do evento - que ocorrerá entre 29 e 31 de março, em Pesqueira, agreste do estado - é elaborar a primeira versão do *Pacto pela Paz Social em Pernambuco*. De acordo com o presidente Fausto Freitas, o seminário serve para ampliar os níveis de inserção e de colaboração da instituição para o com-

bate à violência. "Este é um momento extremamente oportuno, no qual toda sociedade está voltada para a discussão desse tema e vive sob preocupante nível de estresse", opina.

CONVIDADOS - Dentre os convidados de destaque, estão o governador do estado, Eduardo Campos, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa. Ambos integram a mesa de abertura do seminário. Também participam representantes do Ministério Público, OAB, Secretaria de Defesa Social, Secretaria Especial da Mulher, Secretaria Especial de Articulação Social, Defensoria Pública e Polícia Militar.

A imprensa pernambucana integra o encontro não apenas para fazer a cobertura, como também para participar de fato das discussões, representando a sociedade civil. "Como formadores de opinião,

queremos ouvir o que estes profissionais têm a dizer e construir um evento aberto e transparente", coloca o chefe de gabinete do TJPE e co-responsável pelo encontro, Flávio Régis.

O evento será aberto, no dia 29, pelo presidente Fausto Freitas. Em seguida, haverá uma palestra do secretário nacional de Segurança Pública, professor Luís Fernando Corrêa. Na palestra intitulada *Sistema Único de Segurança Pública*, Corrêa disponibilizará informações sobre o atual quadro da violência nacional. O secretário foi escolhido por ser uma das autoridades mais bem informadas a respeito da violência urbana e estratégias para resolver o problema.

Já no dia 30, os participantes serão divididos em pequenos grupos para facilitar o debate. Nas mesas redondas, cada pessoa colocará as atribuições do órgão que representa, com seus respectivos problemas e qualidades, além de soluções para a diminuição da

violência em Pernambuco. Com a interseção de informações, os grupos vão observar onde há desencontros, falhas e sobreposições de tarefas das instituições. O foco das discussões será a atuação do Judiciário e estratégias para tornar seu desempenho mais célere.

Após o final do seminário, no dia 31, será formulado um documento com a síntese dos debates. "A partir disso, traçaremos um planejamento de ação para o combate da violência e um roteiro a ser seguido, com as atribuições de um comitê, que será formado durante o encontro", explica Flávio Régis.

Na organização do evento, estão a Diretoria de Recursos Humanos do TJPE - responsável pelo apoio logístico - e o Instituto de Gestão (INTG), empresa voltada para o estado na área de gestão. O INTG está incumbido da coordenação técnica e sistematização dos conteúdos trabalhados. "Faremos também uma palestra de contextualização do tema", adianta o consultor do INTG, Francisco da Cunha.

Meninos do Coque homenageiam governador

MARIANE MENDES

O compromisso do Poder Judiciário com o social está dando frutos. Em homenagem ao governador do Estado Eduardo Campos, a Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque mostrou progresso depois de apenas sete meses de existência. A apresentação ocorreu na última terça-feira, dia 20, na sede da escola da Orquestra, localizada no 7º Depósito de Suprimentos do Exército.

As 100 crianças participantes receberam o governador cantando o Hino de Pernambuco, para, depois, conduzi-lo ao local da apresentação. O maestro Cusy de Almeida regiu a coreografia, composta por oito músicas folclóricas americanas. Antes da exposição, Almeida apresentou à plateia os instrumentos da Orquestra e alguns

dos pequenos músicos. O maestro também falou sobre a dinâmica da escola, que oferece às crianças três refeições diárias, reforço educativo, psicologia e aulas de domingo a domingo.

Além do governador, várias outras autoridades compareceram à homenagem. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, reforçou que a "missão do Judiciário não é apenas julgar, mas fomentar políticas sociais como essa". O magistrado sustentou a posição cidadã do TJPE apresentando outros programas, como os recentes convênios com faculdades de Direito para acompanhar jovens em regime de Liberdade Assistida.

O presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã -

entidade autora do projeto da Orquestra -, desembargador aposentado Nildo Nery, pediu a "aglutinação de forças no sentido de realizar pactos pelo social", reiterando a posição de Freitas. O coordenador da Orquestra, juiz-corregedor João Targino, assegurou a importância do projeto



Os casais Eduardo e Renata Campos (E) e Fausto e Valéria Freitas aplaudiram os destaques da Orquestra. Abaixo, Freitas fala sobre a missão cidadã do Poder Judiciário estadual

para Pernambuco. "A Orquestra dos Meninos do Coque é, do ponto de vista social, o que Suape representa em âmbito econômico", opinou.

Eduardo Campos disse que a Orquestra é um símbolo e deve ser tomado como referência para a educação no Estado. "Essas crianças aprendem porque têm aulas. É essa dedicação que precisamos levar às escolas", elogiou. Campos também creu no trabalho dispensado às cri-

anças da Orquestra como a melhor forma de sanar a violência do Coque. "Muito já foi debatido sobre a insegurança no perímetro da comunidade, mas cuidar das pessoas é muito mais proveitoso do que se preocupar apenas com o número de vítimas e policiais".

CONVITE

O governador aproveitou a oportunidade para convidar a Orquestra Criança Cidadã para participar do show de abertura da Feira Nacional de Negócios de Antares (Fenarte), a ocorrer em julho deste ano.

Outras personalidades pre-

stigiaram a apresentação, entre eles, o presidente da Chesf, Dilson da Costa; o prefeito de Canuaru, Tony Gel; o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Armando Monteiro; o empresário Aníbal Pereira; o presidente do Cananga Agape, Braga Sá; o representante do prefeito do Recife, a secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, Karla Menezes; a presidente da Associação dos Advogados de Magistral de Pernambuco e esposa do presidente do TJ, Valéria Freitas; e a esposa do governador, Renata Campos.



Fórum provisório garante atividades em Olinda

CELINA ARRAGÃO

Enquanto o novo Fórum de Olinda não é finalizado, as atividades do judiciário olindense continuam a partir do dia nove de abril, em fórum provisório, situado no bairro de Jardim Brasil II. Para casos de urgência, como relaxamento de prisão, mandato de segurança, entre outros, já funciona um plantão

judicial na sede do Ministério Público de Olinda, ao lado do antigo fórum. Até a data que inicia o funcionamento do fórum provisório, os processos com prazos extinguidos serão prorrogados até o primeiro dia útil.

São 16 varas funcionando no fórum provisório, sendo 12 cíveis e

quatro criminais, além de uma sala específica para Tribunal do Juri. A transferência decorreu da necessidade de demolir o fórum antigo para a construção de um mais moderno. O novo prédio passa a funcionar em outubro, de acordo com a previsão da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

Novo Fórum: investimento de R\$ 8,8 mi

A diretora da DEA, Rogéria Magalhães Silveira, explica que o novo fórum vai atender as exigências de acessibilidade aos portadores de deficiência, determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). "O edifício terá rampas de acesso, banheiros adaptados, portas amplas para passagem de cadeirantes, elevador para circulação vertical e vagas de estacionamento para as pessoas especiais", diz Rogéria.

Rogéria explica que o atual Fórum de Olinda foi adaptado para atender às necessidades de um prédio judicial, porém tinha muitas limitações já que sua infraestrutura era de uma antiga fábrica de móveis. Já o fórum em construção, diferentemente do antigo, atende todas as especificidades desse tipo de edifício. Ela também destaca o Tribunal do Juri que terá desníveis no piso para possibilitar uma

melhor visibilidade aos 207 espectadores nos julgamentos. "Procuramos dotar Olinda de um Fórum de Justiça condizente com sua importância e beleza de cidade patrimônio histórico da humanidade". O custo total do projeto é de R\$ 8.896.599,07.

(IZABELA RAMOS)

FÓRUM PROVISÓRIO DE OLINDA:
AV. ANTÔNIO COSTA
AZEVEDO, 540
JARDIM BRASIL II
(PRÓXIMO À AREIA)
FUNCIONAMENTO: DIA 09/04



Diriest controla gastos

Renato Guedes

Servidores e magistrados vão poder acompanhar os gastos em infra-estrutura de cada comarca de Pernambuco via Intranet a partir de abril. A transparência nas contas públicas permitirá a comparação de unidades com o mesmo número de varas que utilizem os mesmos serviços, mas apresentem contas muito diferentes em telefone, energia, água, suprimentos e correspondência. A novidade consta na nova cartilha da Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE),

lançada ontem.

Para evitar o uso da estrutura do Tribunal para pequenos reparos em comarcas distantes - consumindo diárias, combustível e perdendo tempo - a Diriest quer que os gestores de Fóruns façam uma cotação de preços na região para terceirizar alguns serviços. "Não faz sentido deslocar alguém do Recife para trocar uma tomada no interior", afirma o diretor de Infra-estrutura, Henio Siqueira Santos. "O gestor tem autonomia de levantar possíveis prestadores de serviço na circunvizinhança e enviar essa cotação para a Diriest, que, em uma ou duas horas, pode aprovar a terceirização, para pessoas físicas ou jurídicas", explica Siqueira Santos.

De acordo com o adjunto da Diriest, Edvaldo Araújo, a informatização dos pedidos vai "diminuir o custo com pessoas, papel, Correios, consumo de tonner de impressoras e telefone", entre outros. Edvaldo solicita que os servidores ajudem na redução de custos promovida pelo Tribunal de Justiça, seguindo as orientações da nova

cartilha. O documento conta, inclusive, com um catálogo de materiais disponíveis no almoxarifado, para evitar pedidos de produtos inexistentes na divisão de suprimentos.



A equipe da Diretoria de Infra-estrutura apresentou a nova cartilha para o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas

MANUTENÇÃO - Com a publicação da nova car-

tilha, os gestores de Fóruns passam a ter a obrigação de aplicar medidas preventivas de manutenção dos imóveis pertencentes ao TJPE. "O gestor do fórum será cobrado por esse comportamento, para o bom uso do recurso público. A Diriest não po-

de apenas fazer correções", avalia Siqueira Santos. Ao menos a cada 2 meses, a diretoria promete fazer inspeções não-agendadas aos Fóruns e elaborar um ranking no final do ano com as comarcas que melhor utilizam o dinheiro público.

Lei federal prevê informatização de processos



O desembargador Leopoldo Nunes preside o grupo de trabalho

Cristina Araújo

Toda a tramitação dos processos judiciais, inclusive os atos e transmissão de peças processuais, será informatizada. É o que prevê a lei federal nº 11.419, sancionada no final do ano passado pelo presidente da República. A Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco (CCJ-PE) instituiu um grupo de trabalho que irá regulamentar a lei no âmbito estadual e dará aplicabilidade à norma.

Conforme portaria nº 03/2007, a comissão de trabalho, presidida pelo vice-corregedor geral, desembargador Leopoldo Nunes, terá até o final do mês para apresentar à CCJ-PE um relatório conclusivo de procedimentos estabe-

lecidos na legislação e sua adequação ao Estado. "Estamos realizando estudos no sentido de apresentar propostas e sugestões que sirvam de subsídios à regulamentação", destacou Raposo.

Além do desembargador Raposo, o grupo de estudo é composto pelo assessor do corregedor geral da Justiça, juiz Silvio Romero Beltrão; juiz-corregedor auxiliar da 3ª entrância Saelo Fabiane; juiz da 29ª Vara Cível da Capital, Alexandre Pinheiro, além do diretor de informática Flávio Costa e da servidora Ana Carmem Santos. Foram convidadas a participar da comissão a Procuradoria do Estado e a Ordem de Advogados do

Brasil (OAB). Também serão convidados representantes do Ministério Público.

A nova legislação prevê que todos os trâmites processuais sejam feitos através do meio eletrônico. A proposta é que cada Estado desenvolva sua tecnologia. "Ainda estamos em fase de discussão, mas a ideia é que cada Tribunal desenvolva seu sistema próprio, identificando, assim, suas próprias características e peculiaridades", explicou o diretor de informática Flávio Costa.

O Poder Judiciário estadual dispõe de uma ferramenta que armazena informações processuais centralizadas numa única base de dados, o Jud-

win. "Esse instrumento possibilita apenas o acompanhamento do processo, que tramita ainda através de papéis e ofícios", explicou Costa. "Com a aplicabilidade da nova lei, o processo judicial sai do mundo físico para o meio eletrônico", destacou.

Para o corregedor Geral, desembargador Ozael Veloso, o processo informatizado é uma quebra de paradigma. "A lei nº 11.419 muda a imagem da Justiça e a cultura de que o judiciário está fora da realidade tecnológica. Com a criação da comissão de trabalho, o Poder Judiciário de Pernambuco toma uma posição de vanguarda, à frente dos fatos", concluiu.



Seminário sobre Direito Registral

CELINA ARAGÃO

A Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco recebeu na última segunda, dia 19, a visita de representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) de Pernambuco e Advocacia Geral da União. O motivo da reunião foi levar ao

Corregedor Geral, Ozael Veloso, o esboço do evento que irá acontecer no próximo mês sobre Direito Registral. Para Veloso a iniciativa do Incra é necessária. "A Corregedoria está à disposição para apoiar a ideia e fornecer as orientações necessárias", des-

tacou o magistrado.

Durante a reunião foi definido que o encontro, voltado para oficiais de registros de imóveis e juizes estaduais, ocorrerá em abril e será desmembrado em três regiões de Pernambuco: na capital, no

agreste e no sertão. "Dessa maneira, iremos atingir um maior número de magistrados e facilitar o acesso ao evento", explicou a assessora especial da Corregedoria, juíza Nalva Cristina Campello.

Além do desembargador e Nalva Cristina, estavam presentes a superintendente do Incra de Pernambuco, Maria

Oliveira; a ouvidora agrária do Incra, Elizabeth Silva e o procurador federal, Hélio Novoa, representando a Advocacia Geral da União.



Visita do TRT

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas (D), recebeu a presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

da 6ª Região, juíza Josélia Moraes (D, centro). O encontro ocorreu no gabinete de Freitas no último dia 21. A magistrada foi acompanhada pela vice-

presidente Maria Helena Guedes e pelo corregedor Nelson Soares. Os três compõem a nova mesa diretora do TRT e assumiram os cargos no dia 6 de fevereiro.



Videoconferência *reduz custo e tempo*

Roberto GUEDES

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai propor aos participantes da Oficina de Planejamento Estratégico, a ser realizada nos dias 29, 30 e 31 deste mês, em Pesqueira, que as audiências com presos em todo o estado passem a ser realizadas através de videoconferência. A tecnologia torna possível o juiz e o promotor entrevistarem, à distância, o preso e seu advogado. Esse método já é adotado pela Vara de Execuções Penais, e, se ampliado, vai reduzir gastos do Poder Executivo com transporte de apenados e escolta policial, além de agilizar julgamentos hoje expirados pelo não-comparecimento do réu.

Essa e outras propostas deverão compor a Carta de Pesqueira, documento resultado



O desembargador Fausto Freitas, em reunião com a imprensa, destacou que a Justiça usa a tecnologia para garantir celeridade e economia.

das discussões travadas entre os participantes do encontro: poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Imprensa e Polícia Militar. "Os consensos deverão ser seguidos pelas instituições participantes para garantir o esforço coleti-

vo no combate à violência", afirmou o magistrado.

"A promoção da paz social é uma questão de Estado. Vamos depender do Executivo, por exemplo, para construir cabines nos presídios e realizar as videoconferências", pontuou o chefe do Judiciário estadual. "O juiz que preferir po-

der julgar pessoalmente, mas a produtividade dele vai ser baixa em relação àqueles que adotarem a tecnologia", advertiu Freitas.

REALIZAÇÕES

Pernambuco vai ampliar de dois para quatro o número de Varas Privativas do Tribunal do Júri, responsáveis por

julgar presos por homicídio. O Fórum Thomaz de Aquino está sendo preparado para acolher as novas salas, que serão implantadas no início de abril. Na próxima segunda-feira, dia 26, os desembargadores vão fazer a remoção dos titulares das varas, às 9h, na sala do Pleno, localizada no Palácio da Justiça.

Outra ação voltada para o combate ao crime foi a criação da 4ª Câmara Criminal, composta pelos desembargadores Mauro Alencar, Alexandre Assunção e Carlos Patriota. Segundo o desembargador Fausto Freitas, "as câmaras só estavam julgando *Habeas Corpus*, que têm prioridade, e deixando acumular os recursos". Segundo ele, as câmaras estavam se reunindo três vezes por semana para

tentar dar conta do volume de processos, quando deveriam acontecer apenas uma vez na semana.

Fausto Freitas ainda destacou, na reunião feita com a Imprensa, as iniciativas desenvolvidas em sua gestão, como o Juizado Especial da Mulher, o Juizado do Torcedor e o Juizado do Idoso. "Além disso, é importante lembrar que Pernambuco tem dois juizes presos e um desembargador aposentado que pode perder seus vencimentos. Eles formaram uma quadrilha que só pode ser descoberta com uma ação conjunta entre os poderes, principalmente o Ministério Público. Se o crime está organizado, também temos que nos organizar", afirmou o chefe do Poder Judiciário estadual.



Solenidade de Posse

O Tribunal de Justiça de Pernambuco recebe seus cinco novos desembargadores em solenidade a ser realizada na próxima segunda-feira, dia 26. Alexandre Assunção, Antenor Cardoso, Eurico de Barros, José Carlos Patriota Malta e Mauro Alencar tomarão posse no Teatro de Santa Isabel, às 18h. Servidores e magistrados estão convidados.

DOUTORADO

O juiz titular da 1ª vara criminal da comarca de Paulista, Teodomiro Noronha Cardoso (foto), começa este mês a cursar doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco, depois de ter alcançado primeiro lugar na seleção realizada em dezembro do ano passado. Ao longo de 4 anos, o magistrado vai estudar Direito Internacional Penal, tendo como linha de

pesquisa a Teoria da Tutela dos Bens Jurídicos Penais.

Noronha é professor da Universidade Católica de Pernambuco e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, onde fez duas pós-graduações - em Direito Público e em Ciências Criminais. Publicou, em 2005, o livro "Direito



Processual Penal", pela Nossa Editora. Há 12 anos atuando na magistratura, o juiz Noronha quer seguir a carreira diplomática.



Diário Oficial



Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA

Ano LXXXIV • Nº 57

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 27 de março de 2007

SEMINÁRIO DE PROMOÇÃO DA PAZ SOCIAL

ROSA PERANDA

*Confirmadas presenças
e inscrições encerradas*

O Seminário de Promoção da Paz Social - que será realizado nos próximos dias 29, 30 e 31 - acontece em Pesqueira e vai reunir os três poderes para debater o combate à violência no Estado. O evento foi idealizado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, que faz do tema a principal bandeira da sua gestão. O secretário nacional de Segurança Pública, professor Luís Fernando Corrêa confirmou presença. Na palestra que abre o encontro, intitulada Sistema Único de Segurança Pública, Corrêa fará uma apresentação atualizada do quadro da violência nacional. Segundo o co-responsável pelo encontro, Flávio Régis, a experiência do convidado diz tudo: "Ele foi pioneiro na utilização do Relatório Virtual de Investigação

Policial, coordenador da missão especial de combate à grilagem de terras públicas na união e coordenador da equipe de policiais federais que desenvolveu o sistema Guardiã". As inscrições do evento foram encerradas na última sexta devido à limitação dos hotéis: "Nós estávamos esperando 150 pessoas. A procura foi maior. Cerca de 180 pessoas fizeram a inscrição e tivemos que acomodá-las em outras pousadas próximas", afirmou Régis. A escolha de uma cidade fora da região metropolitana mostra a vocação de estudo aprofundado que o encontro não quer perder. Para isso vai contar com o apoio da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), Diretoria de Recursos Humanos e do Instituto de Gestão (INTG). Uma apresentação lúdica do poeta regional Jessé Quirino

também acontece no primeiro dia para dar as boas-vindas aos participantes. O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, também confirmou presença e faz o encerramento do seminário. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa, e o presidente da Esmape, desembargador Jones Figueiredo, vão integrar a mesa de abertura do evento. Representantes do Ministério Público, OAB, Secretaria de Defesa Social, Secretaria Especial da Mulher, Secretaria Especial de Articulação Social, Defensoria Pública e Polícia Militar vão contribuir na troca de experiências. Com a união de poderes - a partir da avaliação fundamentada na realidade das instituições de Pernambuco que trabalham diariamente com a violência - vai ser estabelecido um planejamento de ação.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 BIBLIOTECA

Ano LXXXIV • Nº 58

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 28 de março de 2007

TJPE empossa cinco novos desembargadores



A Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque, regida pelo maestro Curry do Almeida, interpretou oito canções folclóricas internacionais, no palco do Teatro Santa Isabel

A solenidade de posse dos cinco novos desembargadores dá continuidade a um processo de renovação da Justiça pernambucana. A noite da última segunda-feira marcou - diante de um Teatro Santa Isabel lotado por magistrados, servidores, familiares e amigos - o significativo número de 39 desembargadores, que, a partir de agora, vão atuar no TJPE. Até 1992 eram

apenas 15; em 2006, 37; e agora, em 2007, o novo quadro reflete na criação de uma nova câmara criminal, demonstrando o interesse em atender os apelos da sociedade.

Uma outra novidade é a faixa etária: três dos cinco novos desembargadores têm 45 anos. Nunca um grupo tão novo foi eleito. Por isso, o presidente Fausto Freitas fez questão de evidenciar todas essas mudanças no seu discurso.

Autoridades do TJPE que fizeram parte da mesa: Presidente, Fausto Freitas; vice-presidente, Antônio Camarotti; Corregedor Geral, Oziel Veloso e os desembargadores Macedo Malta, Og Fernandes; Presidente da ESMAP, Jones Figueiredo; Rivaldina Brayner, José Fernandes, Bartolomeu Bueno, Elói D'Almeida, Jovildo Nunes, Helena Cidália Reis, Fernando Eduardo Ferreira, Milton Neves, Frederico Neves, Eduardo Paurá, Leopoldo Raposo, Silvio Beltrão, Alderita Ramos, Marco Maggi, Roberto Ferreira Lira, Adalberto de Oliveira Melo, João Bosco, Cândido Saraiva, Antonio Fernando Martins, Antônio de Melo e Lima, Ricardo Paes Barreto Laiz Carlos Figueiredo, Romero Andrade, Alberto Nogueira Virgílio, Gustavo Augusto de Lima, Antônio de Melo, Francisco José Bandeira de Mello. Completaram a mesa os novos desembargadores Antenor Carlos, José Patriota, Alexandre Assunção, Eurico de Barros e Mauro Alencar.

Autoridades convidadas: Representando o Governo do Estado, o Procurador Geral do Estado, Tadeu Barbosa de Alencar; Representando a Prefeitura da Cidade do Recife, Secretário de Assuntos Jurídicos, Bruno Ariosto; Presidente do TST, Josélia Moraes da Costa; Representando o presidente do TRF- 5ª, desembargador federal Rivaldo Costa; Procurador Geral da Justiça, Paulo Bartolomeu Viarejo; Presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchoa; Representando a Capitania dos Portos de Pernambuco, Comandante Alcione Gonçalves; Presidente da OAB, Jaime Asfura; Representando o CPOR e o Comando Militar, Tenente-coronel Melo Barros.



Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1985, **ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO** ingressou na magistratura em 2 de janeiro de 1989. Foi titular da 1ª Vara de Família e Registro Civil da Capital desde 1994. Já atuou nas comarcas de Riacho das Almas, Camoatins, Taquaritinga do Norte e Igarassu.



MAURO ALENCAR DE BARROS ingressou na magistratura em 1989, ao ser nomeado juiz da comarca de Tabira. Posteriormente representou as comarcas de Afogados da Ingazeira e Igarassu. Em 2006 se tornou Assessor Especial da Presidência do TJPE. Na área acadêmica, ministrou a cadeira de Prática Forense Penal e Direito Eleitoral na Esmape.



ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR, nascido em abril de 1951, formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1978, tendo sido nomeado juiz de Direito substituto três anos depois. Antes de sua promoção por antiguidade para o cargo de desembargador em 2007, respondia pela 1ª Vara da Fazenda Pública. O magistrado fez o discurso em nome dos novos desembargadores diante de uma platéia atenta. Aproveitou para fazer uma retrospectiva da carreira de cada um e frisou que "ficar em paz não significa ficar em silêncio". Confirmou a responsabilidade de todos com a modernização do judiciário.



Juiz de Direito titular de 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos, **EURICO DE BARROS** começou sua carreira pública como escrivão da Justiça Estadual em 1970. Também foi escrivão da 7ª Zona Eleitoral do Recife, no período de 1981 a 1987. Tomou posse como juiz de Direito em 3 de janeiro de 1989 e atuou nas comarcas de Itapetim, Salgueiro, Capoeiras, Passira (1ª Entrância) e Jaboatão dos Guararapes (2ª Entrância), sendo promovido para a capital em 1993.

JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA nasceu em Itapetim, em 1947, filho de Manoel Malta Filho e de Expedita Patriota Rocha. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1973, advogou para a Defensoria Pública de maio de 1982 a março de 1983. Nesse último ano, já como juiz substituto de 1ª entrância, o magistrado assumiu a comarca de Petrolândia. Antes da promoção para desembargador do TJPE, Patriota exercia a titularidade da 6ª Vara Criminal da Capital desde novembro de 2007. Ele tem 22 anos de carreira, sendo 15 como magistrado na 3ª Entrância - Recife.



Gostaria de saudar a presença de todos nesta casa de tantas tradições pernambucanas, onde se viveram instantes importantes na luta pela abolição da escravidão e pelos ideais republicanos no século dezenove, para assinalar que a celebração da posse dos cinco novos desembargadores do Poder Judiciário do nosso estado ocorre num momento de convergências, de avanços e conquistas para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Percebe-se claramente que nos últimos meses a instituição que abriga a magistratura pernambucana abriu suas portas para se aproximar cada vez mais da comunidade, aliando-se de forma enérgica às aspirações de toda a sociedade pernambucana quer na agilização da prestação dos serviços jurisdicionais, quer no apoio a movimentos de resgate da cidadania, na assistência aos idosos e na proteção às crianças, aos jovens e às mulheres.

Iniciativas emblemáticas começam a consolidar o Tribunal de Justiça de Pernambuco como instituição republicana de preponderante papel na luta pela conquista das aspirações maiores do nosso povo, que deseja a paz, a prosperidade e a necessária prevalência da aplicação das nossas leis como ferramenta do equilíbrio social. Sob esses aspectos, Pernambuco vem avançando e se transformando inclusive numa referência do Judiciário brasileiro, graças a iniciativas inéditas e exitosas que temos buscado para prevenir e combater a violência urbana, que tantas perdas e prejuízos nos tem imposto nos últimos anos em todo o Brasil.

A criação do Juizado do Torcedor pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, por exemplo, não apenas impõe a presença da autoridade judiciária como um elo de imprescindível e desejada harmonia para as torcidas e as famílias que vão aos nossos estádios de esportes, como vem alcançando repercussões extraordinárias além das fronteiras de Pernambuco e

até do País. As entidades organizadoras da Copa do Mundo, no Brasil e no Exterior, estão se movimentando para adotar o nosso modelo, o que muito nos honra e confere a importância e densidade social do trabalho que temos o privilégio de conduzir na presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A partir deste mês de abril, duas novas varas privativas do Juri começam a funcionar no Fórum Thomaz de Aquino, justamente com uma Câmara Criminal, criadas com o objetivo de se agilizar as tramitações e julgamentos dos processos tão logo os inquéritos cheguem ao Tribunal de Justiça. Estamos avançando firme na modernização da infra-estrutura de todo o Judiciário pernambucano promovendo reformas nas estruturas físicas de suas instalações e acelerando a construção de novos fóruns em cidades como Olinda, Caruaru, Gravata, dotados de áreas e equipamentos adequados às reais demandas da população.

Por oportuno, gostaria de anunciar que na próxima quinta-feira, dia 29, estaremos assinalando um evento, dos mais relevantes, na firme disposição de contribuir com o Estado e a Nação no combate à violência e à criminalidade, esse fenômeno social que mais preocupa a população brasileira na atualidade. O encontro de Pesqueira será aberto pelo secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, que vem especialmente de Brasília para dar partida a um seminário promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde, durante três dias, grupos de con-



Ladeado por autoridades, o desembargador Fausto Freitas encerrou a cerimônia ressaltando que nos últimos meses o TJPE abriu as portas para a comunidade

vidados compostos por juízes, representantes do Ministério Público, da OAB e da Secretaria de Defesa Social, sob a coordenação de uma organização altamente especializada em condução de trabalhos dessa natureza, vão dissecar as questões pertinentes à segurança e causadoras da violência em Pernambuco. O documento síntese contendo as análises e as sugestões objetivas do seminário servirão de base para as ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco e será formalmente entregue ao exímio Governador do Estado, Eduardo Campos, como contribuição do Poder Judiciário às políticas e providências necessárias para se enfrentar a violência e a criminalidade.

É nesse clima, de intenso, exaustivo e estimulante trabalho em prol de reformas no rumo da eficiência e agilização dos serviços jurisdicionais voltados para o povo de Pernambuco, que o Tribunal de Justiça recebe solenemente os seus cinco novos desembargadores.

O desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção ingressou na magistratura em 1989. O desembargador Antenor Cardoso Soares Junior foi nomeado juiz em 1981. O desembargador Eurico de Barros Correa Filho tomou posse

como juiz de Direito em 1989. O desembargador Jose Carlos patriota Malta iniciou a carreira de juiz em 1983 e o desembargador Mauro Alencar de Barros começou sua carreira de juiz em 1989, nomeado para comarca do município de Tabira. Todos eles chegam ao posto de desembargador tendo cumprido uma longa jornada de trabalho como magistrados em cidades do interior de Pernambuco e na Região Metropolitana do Recife. Trazem com eles inestimáveis bagagens de experiências e de saber jurídico, acumuladas desde os tempos da faculdade de Direito e enriquecidas ao longo de suas atividades. A eles a Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco deseja uma trajetória profissional pontuada de êxitos e de contribuições para o avanço da instituição à qual dedicam suas inteligências e pela qual escrevem suas próprias biografias. Sejam bem vindos.

*DISCURSO PROFERIDO PELO CHEFE
 DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL,
 DES. FAUSTO FREITAS, NA
 SOLEMNIDADE DE POSSE DOS CINCO
 NOVOS DESEMBARGADORES DO TJPE,
 OCORRIDA NA ÚLTIMA SEGUNDA-
 FEIRA, DIA 26, NO THEATRO SANTA
 ISABEL.



TJPE REGULAMENTA férias individuais



CELINA ARAGÃO

As férias de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foram regulamentadas. A Corte Especial do TJPE aprovou as resoluções nº 213 e 214 no último dia 21 com o objetivo de organizar e sistematizar o processo de escala de férias. A resolução nº 214, que trata das férias individuais dos magistrados do Poder Judiciário estadual, regulamenta o procedimento de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) - artigo nº 67, parágrafo 1º - que proíbe o fracionamento das férias e o seu acúmulo por mais de dois anos. "O fracionamento de férias acarreta transtorno na substituição de juízes e no cumprimento da escala de férias. Dessa maneira, a resolução vai garantir uma escala organizada e eficaz, assegurando a continuidade dos atendimentos aos jurisdicionados", ressaltou

o assessor especial da presidência, juiz Ruy Patu. A nova norma também estabelece que os magistrados têm o direito de manifestar sua preferência de meses para tirar suas férias. Em virtude da grande procura pelo período de descanso aos meses de janeiro e julho, haverá um sistema de rodízio entre os juízes de uma mesma comarca e entre os desembargadores do Tribunal de Justiça. A Secretaria Judiciária (Seju) será a responsável pelo planejamento e monitoração da escala, que será publicada no dia 15 de novembro de cada ano. Porém, cada jurisdição poderá elaborar o seu próprio planejamento e encaminhá-lo à Seju para análise e possível aprovação.

SERVIDORES

As férias individuais dos servidores do Poder

Judiciário estadual já eram tratadas por uma Instrução Normativa da Presidência do Tribunal de Justiça, que foi alterada pela Resolução nº 213/2007. "Agora, cada chefia terá autonomia para aprovar a escala de seus funcionários, cabendo à Diretoria de Recursos Humanos (DRH), monitorar todo o procedimento", ressaltou Ruy Patu.

De acordo com a resolução, é proibido descontar faltas ocasionais no período de descanso e fracionar os dias de férias em menos de 10 dias. "O fracionamento só será permitido quando for justificado e motivado em decorrência de serviço", explicou o magistrado. O sistema de rodízio nos meses de janeiro e julho também se aplica aos servidores. A publicação da escala de férias dos servidores é feita através do endereço eletrônico do Tribunal de Justiça em novembro de cada ano.



ATUAÇÃO - Confira onde os novos desembargadores estão atuando

Des. Alexandre Assunção - 3ª Câmara Criminal
Des. Antenor Cardoso - 1ª Câmara Cível
Des. Eurico de Barros - 8ª Câmara Cível
Des. José Carlos Patriota - 6ª Câmara Cível
Des. Mauro Alencar - 2ª Câmara Criminal

ESCOLHA - O juiz corregedor Sílvia Romero Beltrão foi escolhido, por 35 votos, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) como desembargador eleitoral. A eleição, que aconteceu no Pleno, na última segunda-feira, dia 26, foi presidida pelo desembargador Fausto Freitas e presenciada por estudantes de Direito.



LANÇAMENTO

A noite de autógrafos do livro **Direito em Migalhas: Pistas para o novo mundo jurídico** aconteceu na última terça-feira. O autor, **Jayme Vita Roso (D)**, e o presidente da Esmape, **Jones Figueirêdo**, foram parabenizados.





Posse no TRF

A nova Mesa Diretora do Tribunal Regional Federal da 5ª região tomou posse, na última quarta-feira. Agora a Justiça Federal nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe passa a ser comandada pelos desembargadores federais José Baptista Almeida Filho, Paulo de Tasso Benevides Gadelha e Francisco Wildo Lacerda Dantas, nos cargos de presidente, vice e

corregedor-geral, respectivamente.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, participou da cerimônia, que contou ainda com as presenças do Governador do Estado, Eduardo Campos; do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Fernando Gonçalves; e do Chefe da Procuradoria Regional da República da 5ª região, Wellington Saraiva, entre outras autoridades.

Fórum de Moreno agiliza 120 processos

CICÍLIA PEREIRA

O Fórum Desembargador Agamenon Magalhães, no município de Moreno, realizou, no último dia 28, um mutirão para agilizar 120 processos. O diretor do Fórum de Moreno, José Anchieta Silva, reforçou a urgência da ação: "O mutirão é uma tentativa para solucionar as pendências existentes no acervo da co-

marca. Também fomos apoiados pelo Ministério Público e advogados voluntários".

Seis turmas foram organizadas para conciliar os 50 processos relativos a alimentos e paternidade, dentre outros cíveis. Mais 70 processos criminais de menor potencial ofensivo - entre eles, crimes punidos com pena má-

xima não superior a 2 (dois) anos ou multa - foram agilizados. "A quantidade de audiências e processos resolvidos foi excelente. Em condições normais, não é possível julgar a quantidade distribuída mensalmente", afirmou a juíza titular Ana Carolina Diniz. Outro mutirão já está previsto para o mês de junho.

ACMEPE doa computadores e móveis de escritório

CICÍLIA PEREIRA

A Associação dos Cónjuges e Magistrados de Pernambuco (Acmepe) realizou na tarde do último dia 27, mais uma doação de computadores. Além dos equipamentos de informática, as entidades beneficiadas também receberam móveis funcionais. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, fez parte da entrega e falou sobre a importância do trabalho feito pela associação.

Segundo a presidente da Acmepe, Valéria Freitas,

uma vitória está sendo feita no depósito do TJPE desde o ano passado. "De lá estão sendo tirados os móveis e computadores que não são mais usados pelo Poder Judiciário. Aproveitamos os materiais que estão em bom estado para doar às entidades cadastradas".

A entrega dos computadores e dos móveis foi feita na sede da Acmepe com a presença dos representantes das entidades e associações beneficiadas. Essas associações são compostas por conselhos de moradores,

centros sociais e paróquias. Já os equipamentos de escritório - como cadeiras, mesas, estantes de aço e arquivos - foram doados para 26 entidades, compostas por prefeituras e fundações.

COMEMORAÇÃO DA PÁSCOA

Após a entrega dos materiais, a associação também entregou 500 caixas de chocolate e ovos de Páscoa para os funcionários de firma terceirizada do TJPE. Os chocolates foram distribuídos para os funcionários que têm filhos até 12 anos de idade.



O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, prestigia a cerimônia ao lado da presidente da Acmepe, Valéria Freitas



Discurso de Boas-Vindas

Des. Frederico Neves 171

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Desembargador Fausto Valença de Freitas, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades presentes. Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Muito honra é, para mim, saudar, neste momento solene, em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, os magistrados Antenor Cardoso Soares Júnior, Eurico de Barros Correia Filho, José Carlos Patriota Malta, Alexandre Guedes Alcoforado Assunção e Mauro Alencar de Barros e Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, que, mercê de Deus e de seus dotes morais e intelectuais, ascenderam ao píncaro da carreira, com a investidura no mais alto cargo da Magistratura pernambucana.

Em solenidades do tipo, é comum que se faça um resumo das individualidades de cada um dos homenageados. A impetuosidade de ser conciso, porém, não permite uma oração alongada, com referência explícita aos excessos dados curriculares dos empossados, até porque o resumo dos atributos e das inúmeras virtudes que excetam cada um dos cinco novos desembargadores, de per se, tornaria o discurso demasiado demorado.

Prefero, assim, proceder outramente, pedindo licença para trazer-lhes, sem preocupação com erudição - até porque não a tenho - três breves palavras: uma primeira de felicitações, uma segunda de advertência, e uma terceira palavra de agradecimento.

Felicito-os, primeiramente, pelo acesso ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, e posso fazê-lo, com convicção, porque bem conheço as dificuldades que os senhores enfrentarão e souberam superar no posar dos longos anos dedicados ao exercício da nobre atividade jurisdicional, até a consecução deste tão almejado objetivo.

Os novos desembargadores trazem longa folha de serviços prestados ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, tendo percorrido os vários estágios da Magistratura, até atingirem o ápice da carreira. Nas três estradas de grau inferior de jurisdição, revelaram-se Magistrados do mais alto valor, sendo certo que, ao chegarem ao Recife, comarca da capital do estado, souberam confirmar todas as suas excepcionais virtudes e puderam gozar, ainda mais, a admiração e a estima dos seus colegas.

Acompanhei, Sr. Presidente, a brilhante trajetória de todos na Magistratura de primeiro grau e, bem por isso, sinto-me hoje autorizado a proclamar, de forma solene e consciente, com a impropriedade que a hora está a exigir, que os senhores novos desembargadores são Magistrados iluminados e entusiásticos, dotados de valores iniludíveis, cujo futuro, nesta respeitável Corte colegiada de Justiça, de tantas tradições de luta, tembo a certeza, será de pleno êxito e de intransigente compromisso com o mistério de assegurar a cada cidadão o que é seu, sempre com o olhar sobranceiro, voltado para a ética e para a necessidade de se formar uma unidade grassitica em prol da moralidade no serviço público e, em especial, no serviço forense.

Mas, ao tempo em que consigo os meus mais expressivos parabéns pela concretização deste desiderato, que é legitimamente perseguido por todo juiz de Carreira, cuido oportuna uma breve palavra de advertência, para uma séria e oportuna reflexão dos que hoje chegam a este Tribunal.

O instante, se por um lado é festivo e lauda-

dório, pela chegada dos novos desembargadores, mostra-se igualmente de grande apreensão. Hoje, mais do que nunca, no profissional do Direito, em especial, aos Magistrados de primeiro e segundo graus de jurisdição, exigem-se sacrifícios sempre crescentes, para o enfrentamento de perigos constantes, designadamente daqueles resultantes (I) do aumento alarmante dos índices de criminalidade; (II) da insegurança absoluta do cidadão brasileiro; (III) do governar mediante medidas provisórias que continuam a ser editadas, bastas vezes, sem a devida observância dos pressupostos da relevância e da urgência, e que chegam a afrontar, em período de normalidade democrática, decisões judiciais, inclusive do tribunais superiores; (IV) dos graves e tormentosos problemas sociais verificados neste País, como a fome, e a miséria, além da falta de educação e de assistência à saúde, circunstâncias que geram insatisfações insofreadas, a provocar protestos e inconformismos contra a ordem vigente e, o que é mais grave, fazendo campear a violência e a falta de respeito às instituições.

Diante desse quadro revelado no dia-a-dia do País, surgem os menas bem avisados para atribuírem ao judiciário, até de modo acionismo, toda a culpa pela impunidade, debilitando-a, com exclusividade, à morosidade e à benevolência dos julgamentos emanados dos órgãos jurisdicionais.

Convém anotar, no entanto, que, na maior parte das vezes, as críticas que são feitas à Justiça não têm procedência. Decorrem, no meu sentir, de juízo apressado ou de ignorância a respeito da sua esta missão e das suas contingências. Não há como negar que o serviço judiciário aí está sempre crescente, a desafiar novas medidas e soluções, momento no que faz respeito ao aumento do número de varas e vagas nos primeiro e segundo graus de jurisdição, com a ampliação, igualmente, dos efetivos dos cartórios e dos gabinetes em funcionamento.

Para que se tenha uma idéia exata da realidade, enquanto um desembargador federal do Tribunal Federal Regional conta com vinte e três servidores no gabinete, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco dispõem em média de seis ou sete funcionários, incluídos os dois assessores. Torna-se difícil para o Judiciário pernambucano a constatação freqüente de juízes e de desembargadores assestados pela avalanche de processos. Os que breves trabalham infatigavelmente, inclusive nos dias dedicados ao lazer e à família, não conseguem vencer a terrível demanda.

Reconheça-se que o desembargador Fausto Valença de Freitas, na presidência do Judiciário pernambucano, tem, dentro das evidentes limitações financeiras do Poder que dirige, emvidado todos os esforços com vista a implementar medidas importantes, no combate à violência, tais como a instalação do Juizado do Torcedor, a instalação do Juizado do Idoso, a instalação de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a criação de dois Tribunais do Juri no Recife, a criação da 4ª Câmara Criminal, e a delegação de concurso público que se avizinha para o provimento de 457 cargos efetivos no âmbito do Judiciário do Estado.

Mas - admita-se - apesar do esforço empre-



Desembargador Frederico Neves

endido, muito ainda está por fazer, diante da realidade hodierna, que está a demonstrar um acentuado incremento no exercício do direito público subjetivo de ação, com o número alarmante de feitos se multiplicando, cada vez mais, de forma assustadora, nos foros do estado.

Urge, diante desse estado de coisas, que haja um decisivo engajamento na luta por uma mais bem aparelhada Justiça Social, e isso passa pela indispensabilidade de uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente, mais eficaz, para ser mais expedita e mais justa. Para isso, contudo, é essencial que se fortaleça o Poder Judiciário, dando-lhe melhores condições materiais e humanas para tornar efetiva a solução dos conflitos intersubjetivos de interesses levados a Juízo.

O estado, que chamou a si a decisão das questões, deve viabilizar os meios para uma atuação expedita do Poder Judiciário. A Magistratura, seja a federal, seja a estadual, é Nacional e, como tal, deve merecer tratamento igualitário. Não parece razoável que o Poder Executivo - detentor dos recursos - repasse para o Poder Judiciário o que se afirma correspondente a pouco mais de 4% (quatro por cento) das suas receitas. Isso a sociedade precisa saber.

Quando à ênfase crítica que se costuma emprestar a defeitos dos homens que integram o Poder Judiciário - que naturalmente os temos como humanos que somos - não se deve esquecer que, também ela, muitas vezes não tem fundamento, resultando do próprio ato de julgar que importa contrariar pessoas e feci interesses. O julgador está sempre a desagradar alguém, e dificilmente quem foi derrotado na Justiça admite o bom direito da parte vencedora.

Quando, em alguns poucos casos, se verifica o cometimento de erros por dolo do homem juiz, esses devem ser apurados e implacavelmente corrigidos, como tem sido feito, com freqüência, aqui em Pernambuco, porque a parâmetro da sociedade moderna está na transparência dos atos e na fidelidade das suas linhas", conforme enuncia Régis Fernandes de Oliveira, em matéria publicada

no Estado de São Paulo. Impõe-se, por outro lado, que também seja esboçada uma pronta e salutar reação contra algumas decisões do Colendo Conselho Nacional de Justiça que, na tentativa de suprimir, de forma indesejável, competência exclusiva dos Tribunais Estaduais, como aconteceu recentemente aqui em Pernambuco, se mostram censuráveis, principalmente incompatíveis com a própria existência da Constituição da República.

O Conselho Nacional de Justiça não pode nem deve ultrapassar certa linha limite no desenvolvimento das suas atribuições. É inaceitável que decida, politicamente, contra interesses particulares de juízes, em ordem a ineficácia de decisão válida, relativa a valores de mensalidades de associados, legitimamente adotada em assembleia de Magistrados.

Nunca é demasiado lembrar que o desrespeito a regras de competência, pelo CNI, ao tempo em que faz gerar insegurança, legítima a insurreição contra tal forma (legítima) de exercício de poder. Diante dessa realidade, acentue-se, o C. Supremo Tribunal Federal surge como o salutar remediador.

Como se vê, os obstáculos que vergirão ao longo do novo caminho a ser trilhado não serão poucos, senhores desembargadores. Inevitavelmente graves são os problemas que envolvem e acometam o Poder Judiciário na atualidade.

Tal constatação, todavia, não fará sucumbir a pedestal onde se encontram firmados os noivos do Direito, nem tampouco conseguirá esmorecer os recipiendários. Magistrados independentes e conscientes de suas responsabilidades, na busca intransigente e inquebrantável da Justiça.

Os novos desembargadores Antenor Soares Cardoso Júnior, Eurico de Barros Correia Filho, José Carlos Patriota Malta, Alexandre Guedes Alcoforado Assunção e Mauro Alencar de Barros, que trazem para esta augusta Casa o acervo de suas altíssimas experiências, estão cientes das dificuldades que irão enfrentar nesta nova etapa de vida e, sem sombra de dúvida, estarão comprometidos com a luta pelo fortalecimento do Poder Judiciário.

Rogando a Deus que lhes permita prosseguir servindo com eficiência à causa da Justiça, por muitos anos, transmito a Vossas Excelências os mais expressivos votos de boas-vindas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, augurando aos seus familiares, esposas, filhos, pais e mães, que sempre estiveram presentes nos momentos de glória e de dificuldades, durante o trilhar do itinerário da vitória, toda sorte de felicidade.

Não poderia encerrar esta breve fala sem agradecer a cada um dos desembargadores empossados por terem feito incidir no mais momento dos seus pares a escolha para proferir esta singela oração de saudação.

Deus os abençoe, Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado.

"DISCURSO DE BOAS VINDAS PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES NA SOLENIDADE DE POSSE DOS CINCO NOVAS DESEMBARGADORES DO TJPE, OCORRIDA NA ÚLTIMA REGIÃO-FEIRA, DIA 26, NO TEATRO SANTA ISABEL."



Autoridades prestigiam Seminário pela *PAZ SOCIAL*



MAURÍLIA VIEIRA

Terminou hoje o seminário nacional Promoção da Paz Social, que foi realizado em Pesqueira pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, com representação dos três Poderes. Ao final do evento será elaborada a Carta de Pesqueira, documento que definirá procedimentos a serem adotados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário visando a garantir segurança pública para o estado de Pernambuco.

O encontro foi um importante passo para a gestão do presidente do TJPE,

desembargador Fausto Freitas, que, desde que assumiu o cargo, vem se engajando em projetos sociais e medidas administrativas que busquem a paz social. Algumas dessas ações foram lembradas na abertura do evento pelo presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado Guilherme Uchoa: "A criação de mais duas varas do Tribunal do Juri, de uma 4ª Câmara Criminal, dos Juizados do Torcedor e da Mulher são alguns exemplos que evitem a sensatez da ma-

gistratura pernambucana em se preocupar não somente com a prestação jurisdicional, mas também com o problema da violência no nosso Estado".

PRESENCAS NA ABERTURA

A mesa de abertura foi presidida pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas e composta pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Ozael Veloso; secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa; presidente da Assembleia

Legislativa de Pernambuco, deputado Guilherme Uchoa; procurador-geral de Justiça, Paulo Vazêjo; defensor Público Geral, Joaquim Bead; representando a Secretaria de Defesa Social, Servílio Pessoa; prefeito de Pesqueira, João Eudes Tenório; presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE, Taciano Domingues; comandante geral da Polícia Militar de Pernambuco, coronel Itarbson Agostinho. Desembargadores, juizes e diretores do TJPE também compareceram.

CONSTRUÇÃO DE FÓRUMS

Assim que chegou a Pesqueira, Fausto Freitas e sua comitiva visitaram o prédio que, depois de reformado, vai abrigar o Fórum da comarca. O objetivo foi firmar um convênio com o prefeito da cidade, João Eudes, para que o Tribunal ceda ao município uma área de lazer localizada na parte de trás do prédio. O local possui piscina, uma quadra poliesportiva e um campo de futebol que irão beneficiar os alunos das escolas

municipais.

Antes de chegar a Pesqueira, o presidente Fausto Freitas, ainda visitou as obras dos Fóruns de Gravata e Caruaru, que devem ser inaugurados em setembro e outubro deste ano, respectivamente. O magistrado foi acompanhado pelo desembargador José Fernandes, pela diretora de Engenharia do TJPE, Rogéria Magalhães Silveira, pelo secretário de administração Ricardo Lins e a adjunta Paola Freitas, entre outros funcionários do TJPE.



TJPE instala nova Câmara Criminal

ROSA MIRANDA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) instalou, na última quinta-feira (29/03), a 4ª Câmara Criminal - um dos projetos prioritários da Gestão 2006/2007. Aberta pelo presidente da câmara, desembargador Bartolomeu Bueno, e composta pelos desembargadores Marco Maggi e Gustavo Lima, a sessão foi marcada pelo tema combate à violência. A procuradora Eleonora Luna, o desembargador substituto Adailton Nunes e o Diretor Criminal do TJPE, Pedro Malheiros, estavam presentes.

Atualmente, existem três câmaras criminais e nove magistrados atuando

nessa área no TJPE. Com a instalação da 4ª Câmara, o número aumenta para 12. Antes da criação, cada câmara criminal tinha uma média de 900 processos. Agora, os 2.700 processos

serão redistribuídos. Segundo o presidente do TJPE, Fausto Freitas, "as câmaras só estavam julgando Habeas Corpus, que têm prioridade, e deixando acumular os recursos". As reuniões

chegaram a acontecer três vezes por semana para tentar dar conta do volume de processos, quando deveriam acontecer apenas uma vez.

O desembargador Bartolomeu Bueno considerou um desafio retornar à área criminal depois de oito anos atuando na cível. "Fui juiz criminal em Olinda durante cinco anos, e atuei na Primeira Vara da Infância e Juventude por dez anos. Vou me dedicar para que essa nova câmara contribua com a diminuição da violência e da criminalidade". Bueno lembrou que a vida e a liberdade são os maiores patrimônios do homem. A sensibilidade na



Autoridades prestigiaram a instalação



O Des. Bartolomeu Bueno foi escolhido presidente da nova câmara

avaliação do fato é o mais importante na hora de julgar um crime. "Na área crime cada caso é um caso", concluiu.

A 4ª câmara vai se reunir todos às quintas-feiras, às 9 horas da ma-

nhã. Ainda estão sendo criados dois cargos para os servidores que vão auxiliar nos trabalhos. São eles os cargos de chefe de secretaria da câmara e secretário de sessão.

DRH é exemplo de gestão de pessoas



João Carlos Cavalcante falou sobre o funcionamento da DRH

MARIANE MENEZES

O método de gerenciamento de pessoas da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do TJPE foi destaque no evento que reuniu gestores públicos no Recife Palace Hotel, na última quinta-feira, dia 29. Intitulado *Encontro de Gestão de Pessoas no Setor Público*, o objetivo foi discutir as variadas gerências de

governo, provocando debates sobre quais delas seriam mais produtivas. No caso do Poder Judiciário estadual, o modelo que passou do conservadorismo de um DRH clássico a sua versão estratégica foi explicado pelo diretor adjunto de Recursos Humanos, João Carlos Cavalcante.

Para esclarecer sobre o

caso que ele chamou *Evolução para um DRH estratégico*, Cavalcante falou sobre toda a organização do TJPE, ressaltando o número de comarcas, servidores e magistrados. "A grande distribuição física e de pessoal pelo estado requer uma comunicação extremamente eficiente, do Recife a Petrolina", disse o diretor, ao sustentar a função prioritária dos Recursos Humanos em instituições de grande porte, como o Tribunal.

Segundo Cavalcante, não foi fácil fazer com que a DRH chegasse à sua fase estratégica. "O ano de 1999, gestão do ex-presidente Nildo Nery, marcou o processo de mudança. O desembargador deu total apoio à reformulação da gerência na DRH. Mundos do respaldo financeiro, procuramos diagnosticar pontos fracos e o que

fazer para reverter-los". A análise detectou problemas como estrutura hierárquica rígida, tecnologia obsoleta e falta de conhecimento técnico por parte dos servidores, o que a diretoria observou como o principal obstáculo.

"Foi assim que decidimos não apenas melhorar as condições físicas da sala, mas, principalmente, profissionalizar a gestão: investir nas pessoas. Começamos a enviar servidores para capacitações dentro e fora de Pernambuco e a formar instrutores e consultores internos, procurando, primordialmente, qualificar nosso pessoal", explicou João Carlos. Parcerias com outros órgãos públicos também foram firmadas, com o objetivo de interagir.

Hoje, de acordo com o diretor adjunto, a DRH procura focar suas ações

nas necessidades dos funcionários do TJPE. "Criamos o *Thema Cultural* para valorizar as expressões artísticas dos servidores, disponibilizamos livreria e cinemateca, além de sessões de cinema, para proporcionar um fim de expediente relaxante", diz. A Diretoria também promove programas voltados ao bem-estar, como o recente *Promoção à saúde e à qualidade de vida*, e procura efetivar a comunicação entre os vários setores do TJPE através da revista eletrônica *Comunica*.

A juíza corregedora-adjunta do extrajudicial, Karina Lins, representou o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.

A juíza corregedora-adjunta do extrajudicial, Karina Lins, representou o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.



O evento aconteceu no Hotel Recife Palace



Segurança dos jogos Pan-americanos inaugura modelo de referência para integração social e prevenção da violência nos estados brasileiros

Resumo da palestra proferida pelo secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, na abertura da Oficina de Planejamento Estratégico do Programa de Promoção da Paz Social do TJPE, na cidade de Pesqueira

A violência que vem estressando a sociedade não é um problema local e sim uma questão nacional e não se poderá resolvê-lo apenas na esfera isolada de uma instituição, mas sim através de ações articuladas envolvendo governos, entidades privadas, comunidades, meios acadêmicos e toda a inteligência disponível brasileira. O sistema único de segurança pública, adotado para os jogos Pan-americanos que estarão sendo realizados no Rio de Janeiro, configura um modelo capaz de contribuir para o trabalho que os senhores iniciam hoje aqui. A história do nosso país precisa ser reavivada para podermos trabalhar nesses dias como a questão da segurança pública sempre foi tratada. Atravessamos diferentes fases no nosso país e no mundo e temos de considerar que tivemos um período de exceção que não chegou ao seu final nos legou uma circunstância cujos contornos têm muito a ver com o que estamos vivendo hoje. Sem emitir juízo de valor, observamos que ocorreu historicamente um perceptível distanciamento da questão da segurança pública dos pensadores, dos formuladores, da nossa universidade. Parte da inteligência nacional distanciou-se desse tema até porque o estigma da repressão contaminou as instituições policiais e esse sentimento levou o segmento da segurança para um plano distante, segregado dos segmentos que pensavam o Brasil na ótica do estado de direito e da redemocratização. Todos, politicamente, queriam uma meia distância do assunto, e hoje nós estamos colhendo as consequências disso. Foram 20 anos em que o país foi experimentando medidas, algumas inclusive piores, até chegar nesse nível de amadurecimento que nos reúne agora. Temos de sentar, construir conhecimento e esse conhecimento tem que lastrear as políticas públicas nessa área. Longe de se buscar um salvador da pátria vamos recolocar a questão da segurança dentro da normalidade institucional. O distanciamento entre segurança e a comunidade nos impôs um longo período sem formulação adequada para enfrentarmos os problemas que viriam. E de uns tempos para cá, independente de governos e mandatos, vivemos uma espécie de jogo de transferências de responsabilidades dos âmbitos federal e estadual no curso do qual cada um procurava se desonerar até chegarmos a ponto de não existir mais espaço para isso.

Antes mesmo do governo do presidente Lula, já na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma mobilização,

onde a União sinaliza que tem de participar muito mais na questão da segurança pública do que limitam as suas atribuições constitucionais e suas competências residuais. A partir daí inicia-se um processo que chega a ocupar um terço da pauta do programa de governo do Presidente Lula. Há que se evidenciar o texto elaborado antes mesmo de o presidente Lula assumir a presidência, focado no programa de segurança pública para o Brasil com diretrizes que estão pautando o esforço do governo federal nesse sentido. Foi um produto do esforço de estudiosos suprapartidários, acolhido por todos os partidos. Desde a última eleição temos que ser otimistas porque o discurso agora é no sentido da cooperação e da integração de políticas de Estado e que os mandatos que se sucedem têm de qualificar essa política pública e não podem negar os esforços até então feitos. Tudo isso mostra uma evolução e uma boa convergência. Mostra que com o tema da segurança pública inserido na agenda do cidadão, os agentes públicos tendem a procurar as respostas adequadas e dessa forma resgatam uma rápida recuperação histórica desse tão fundamental instrumento da paz social.

O Projeto Pan-americano para tratar da segurança social durante os jogos do Rio de Janeiro introduz conceitos de segurança-cidadã com a mudança de postura das instituições e da sociedade. Em seu planejamento o que se busca é a integração das esferas federal, estadual e municipal racionalizando as competências, as atribuições e os investimentos das três esferas para resultar num esforço que venha a consolidar uma política, definindo o papel que cada uma dessas três esferas irão exercer. O nosso programa visa construir convivência em segurança, porque se nós tivéssemos que resumir qual o papel de todos nós aqui, agentes públicos, seja policiais, promotores, magistrados, nada mais somos que garantidores da convivência do cidadão na área que nos cabe cuidar. Então esse é o conceito. Dentro deste objetivo de implementar o programa do governo federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública desencadeou 51 ações estratégicas. Tratam de segurança-cidadã que visa uma relação com os municípios introduzindo o conceito de premiação porque o município é a esfera de administração mais próxima da população. É nele que se vive e onde as coisas acontecem. Um prefeito e a municipalidade têm papel importante na consolidação de um sistema eficiente de inibição da violência. A célula municipal dá o primeiro passo para um programa da força nacional de segurança pública que visa através das nossas Polícias Militares e os Corpos

de Bombeiros, padronizar doutrinas, divulgar novos conhecimentos e difundir a diferença que há nas instituições policiais a partir das melhores práticas.

A criação de uma rede de dados de transmissão é muito importante. Falava-se num banco único de segurança, mas isso parece muito intervencionista num sistema federativo como o nosso. Foi discutindo com os estados que chegamos à conclusão de que temos que ter bons bancos estaduais de dados e que eles se falem entre si e com a União. Cabe ao Governo Federal, como articulador da federação, propiciar a via de comunicação deste banco cuja rede já está instalada. Nós estamos on-line com as 27 unidades da federação, entrando fortemente com o Poder Judiciário, com as Forças Armadas, com a Justiça e com a Receita Federal. O sistema de identificação automatizada das impressões digitais, o sistema AFES da Polícia Federal, está sendo adquirido para distribuir informações para o estados, juntamente com a rede de laboratório de DNA. A modernização das polícias civis visa melhorar a produção da prova para que chegue ao Ministério Público e ao Judiciário melhor elaborada. O clima de resgate da segurança social leva a refletir que o produto desse trabalho científico deve ser encaminhado para os arquivos da universidade, pois é na academia que o conhecimento será mantido adequadamente para formar novas gerações e perpetuar o conhecimento. Queremos levar a experiência do policial para discuti-la na escola superior, agregar vigor científico, produzir o conhecimento tipicamente brasileiro de segurança pública e seguramente eles vão produzir políticas públicas das quais precisamos.

Hoje nós já temos 22 instituições de ensino e vamos formar 1.600 alunos por ano, agentes estaduais e municipais, especialistas em segurança. Nós temos uma rede de ensino à distância e estamos com mais de 100 horas armazenadas para usarmos na TV Corporativa da Segurança Pública, como suporte na educação de segurança pública. Um portal com as melhores práticas para prevenção, para orientar os municípios nas ações de prevenção, onde há um mapa de criminalidade, que na realidade é um mapa de registro de ocorrências. Hoje já temos concentrados em Brasília os registros policiais das capitais e dos municípios com mais de 100.000 habitantes colhidos através das Polícias Civis do Brasil. Para que tenhamos a série histórica de dados, estamos contratando, do IBGE, uma pesquisa

nacional de vitimização para que se possa comparar o que acontece em cada registro para se ter uma ideia da cifra média e da natureza dos delitos de cada região, e algumas com capacidades específicas que não vem ao caso citar.

Ainda com foco nos jogos Pan-americanos, salientamos que em parceria com as instituições e as secretarias estaduais desenvolvemos uma mobilização em torno de equipamentos, armamentos, veículos e aeronaves. A integração alcançada entre os órgãos de segurança pública e os diferentes ministérios, no campo do social e da prevenção, que pode contribuir para a implementação de uma política numa área como o Rio de Janeiro. Os objetivos principais deste planejamento no Rio de Janeiro e de garantir a segurança da cidade buscando integrar a rotina do cidadão com a segurança dos jogos, do evento propriamente dito e desenvolver a prevenção primária da implementação dos programas de segurança-cidadã. No pretexto do Pan-americano começamos a entrar naquelas comunidades que o Estado não tinha acesso e a preparar os órgãos de segurança para os diversos tipos de contingência garantindo a distribuição dos investimentos de forma racional para alcançar nossos objetivos e deixar um legado que mude o aspecto de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

A missão específica do Rio de Janeiro passa pela questão da segurança dos jogos. Para cumprir a missão dos jogos, os especialistas elencaram 34 ações que são fundamentais e que em qualquer evento esportivo no mundo elas estariam presentes. Algumas são genéricas e outras são específicas. São várias missões e aí começa a aparecer o programa do sistema único. O sistema único nada mais é do que racionalizar os esforços e as competências das três esferas. São aquelas missões que nós recebemos no legado constitucional brasileiro. Elas caem na coordenação com suas competências, no caso o antiterror é da polícia federal, mas todas as instituições de segurança dentro do município terão sua participação: a segurança das autoridades presentes, o sistema antibomba e o trânsito são uma competência municipal, onde todas as capacidades das outras esferas entram com apoio. As operações aéreas são da esfera da Secretaria Nacional de Segurança Pública em razão do investimento que nós estamos fazendo em aeronaves e que depois serão distribuídas para os estados. Estamos presentes também nas operações marítimas em parceria com o grupamento marítimo da Polícia Militar do Rio de Janeiro e o grupo da

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 62

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 3 de abril de 2007

Seminário em Pesqueira propõe soluções pela *paz*



Mesa do encerramento:
O presidente do TJPE, **Fausto Freitas**; o governador do Estado, **Eduardo Campos**; prefeito de Pesqueira, **João Eudes Tenório**; deputado estadual **Alberto Feltosa**, Bispo Dom Francisco Blazim; procurador-geral de Justiça, **Paulo Varejão**; vice-presidente da OAB-PE, **Eduardo Pugliesi**; secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, **Fernando Bezerra**; secretário de Defesa Social de Pernambuco, **Romero Menezes**; subdefensora Pública de Pernambuco **Elda Caldas**.

MANGUELA VERAS

Com 50,7 homicídios a cada 100 mil habitantes, Pernambuco ocupa o 1º lugar em violência no país. A informação é do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. Essa realidade está sendo enfrentada de maneira articulada pelos três Poderes do Estado, que, reunidos em Pesqueira nos dias 29, 30 e 31 de março, estudaram medidas de combate e prevenção ao problema.

Do evento - denominado Seminário de Promoção da Paz Social - resultou a Carta de Pesqueira, que foi entregue pelo pre-

sidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, ao governador do Estado, Eduardo Campos, no encerramento do encontro. Satisfeito com a iniciativa do TJPE, o chefe do Executivo estadual reconheceu a importância do documento para a execução do Pacto Pela Vida - projeto de lei do Governo do Estado, que tem o objetivo de reestruturar o comando da Polícia Civil e ampliar o seu quadro de profissionais.

A Carta de Pesqueira contém os resultados das oficinas de planejamento estratégico realizadas no segundo dia do seminário, que definiram quais são os

facilitadores e os dificultadores da Paz Social em Pernambuco. As oficinas tiveram participação de magistrados e servidores do TJPE, representantes do Ministério Público, Secretaria de Defesa Social, Secretaria Especial da Mulher, Secretaria Especial de Articulação Social, Secretaria de Desenvolvi-

Magistrados e servidores judiciários, além de representantes das esferas de governo, debateram causas e soluções da violência no estado

mento Social e Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Polícia Militar e Imprensa.

O Seminário de Pro-

moção da Paz Social foi promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, com patrocínio da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e

do Banco Real, coordenação do INTG Instituto da Gestão e apoio da Diretoria de Recursos Humanos e do Centro de Estudos Judiciários do TJPE.



CARTA DE PESQUEIRA

Considerando o insuperável nível de insegurança pública vivida pela sociedade brasileira e, em especial, a pernambucana, revelado por todas as pesquisas;

Considerando, ainda, que a segurança pública é um direito do cidadão e dever do Estado expressamente estabelecido nos artigos 5º e 144 da Constituição Federal;

Considerando, por fim, a consciência de que a segurança pública depende de muitas e complexas atitudes que envolvem a sociedade e os governos de todas as entidades federativas;

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública, a Polícia Militar de Pernambuco, a Polícia Civil de Pernambuco, a Secretaria Especial da Mulher, a Secretaria da Defesa Social, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Articulação Social, a Assembleia Legislativa, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pernambuco e Imprensa, reunidos na Cidade de Pesqueira, nos dias 29, 30 e 31 de março do corrente ano, realizaram uma Oficina de Planejamento Estratégico para Promoção da Paz Social com os seguintes objetivos:

1. Promover a articulação dos órgãos operadores da Justiça em Pernambuco;

2. Realizar o planejamento estratégico das ações que permitam ampliar a eficiência dos serviços jurisdicionais e avançar na promoção da paz social no Estado.

3. Elaborar a Carta de Pesqueira como contribuição dos participantes da oficina para o Pacto pela Vida.

Na realização deste Evento, concluíram que os principais facilitadores e dificultadores para a Promoção da Paz Social são:

FACILITADORES

1. Conscientização e mobilização da sociedade em torno da questão da segurança e da necessidade da busca da paz social.

2. Avanço tecnológico (nas áreas de comunicação e informação), cultura de inteligência (que desperta necessidade de integração de bancos de dados) e estrutura de informática do Judiciário (pronta para integração com outros sistemas).

3. Fácil comunicação entre os titulares das Instituições, Órgãos e Poderes.

4. Instituições organizadas e presentes em todo o Estado.

5. Investimento da União/Estados/

Municípios (grandes problemas podem ser resolvidos com investimentos de pequena monta).

DIFICULTADORES

1. Falta de investimento em educação integral e de qualidade e de uma política pública preventiva, predominando a cultura de repressão sobre a prevenção.

2. Cultura tendente à desarticulação e falta de integração entre as entidades responsáveis pela Segurança Pública e Justiça.

3. Falta de políticas adequadas de recursos humanos nas instituições policiais (capacitação, carreira e salário digno).

4. Falta de investimento prioritário e deficiência orçamentária no Sistema de Segurança e Justiça.

5. Não inclusão da sociedade na articulação e execução das políticas públicas e omissão de setores da sociedade quanto à solução das questões.

6. Inadequações da estrutura e do sistema prisional.

7. Carência de assistência e de medidas protetivas à criança, ao adolescente, ao idoso e à mulher.

8. Ausência de políticas de emprego e de ações que promovam a fixação do homem na sua origem (êxodo rural).

9. Corrupção, impunidade e má aplicação dos recursos públicos.

10. Burocracia e estrutura insuficiente nas instituições do Sistema de Segurança e Justiça.

11. Inadequação da legislação penal e processual.

12. Falta de prioridade no julgamento das ações judiciais plúrimas de interesse social (democratização do acesso à cidadania).

Com base nesta avaliação estratégica, foram indicadas as seguintes prioridades para tratamento da questão:

1. PREVENÇÃO

1.1 Mobilização da sociedade civil com realização de audiências públicas e campanha publicitária institucional para conscientização da participação do cidadão na formação de uma sociedade segura.

1.2 Conscientização da população, inclusive por meio de agentes de saúde para reprimir a drogadição.

1.3 Implantação de projeto-piloto de educação integral (formal e profissionalizante), com atividades culturais e de lazer, em comunidades carentes com o objetivo de ampliar para o maior número possível de alunos.

1.4 Inserção de disciplina específica sobre prevenção ao uso de drogas na grade curricular.

1.5 Acolhimento de todos os meninos e meninas de rua das grandes cidades do Estado, com responsabilização dos pais, encaminhamento à escola e promoção de campanha com orientação à população para não dar esmola.

1.6 Gestão junto aos municípios para melhoria dos mecanismos dos Conselhos Tutelares para atendimento a crianças em situação de risco.

1.7 Ampliação e aperfeiçoamento dos Conselhos de Segurança Comunitária em todos os municípios, com a participação de autoridades locais.

1.8 Criação de núcleos e agentes comunitários de Segurança e Justiça para conciliar e mediar conflitos de forma pacífica.

1.9 Construção de compreensão jurídica e legislativa a respeito de cola de sapateiro e edição de instrução de serviço orientando a apreensão de cola e encaminhamento do jovem ao Conselho Tutelar.

2. MODERNIZAÇÃO DAS POLÍCIAS

2.1 Implantação de nova política de recursos humanos, incluindo: (1) capacitação e treinamento permanente; (2) plano de carreira; (3) salário digno; (4) política habitacional.

2.2 Aumento do efetivo policial.

2.3 Reequipamento.

2.4 Reestruturação da Polícia Científica com aquisição de equipamentos para elucidação de crimes e atualização de métodos técnico-científicos.

3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

3.1 Provimento (concursos e nomeações) imediato dos cargos vagos no Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria de Defesa Social.

3.2 Adequação dos orçamentos da Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, considerando suas necessidades materiais e sociais.

3.3 Agilização do processo legislativo para aprovação de Lei Orgânica da Defensoria Pública (autonomia administrativa e financeira).

4. ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO

4.1 Atualização e aprimoramento do Sistema Integrado de Informação de Segurança (Infoseg), com integração dos bancos de dados das instituições envolvidas de modo a permitir o cruzamento de informações estatísticas com prioridade para homicídios, demais crimes hediondos e os a eles equiparados.

4.2 Estruturação do Conselho Estadual de Segurança e Justiça vinculado aos conselhos municipais e comunitários com estrutura própria e permanente.

5. COMBATE À IMPUNIDADE

5.1 Agilização dos processos sob responsabilidade dos juízes de execução penal.

5.2 Otimização dos mecanismos das penas alternativas e cumprimento de medidas sócio-educativas no sistema prisional.

5.3 Implantação de sistema de vídeo-conferência em todas as varas criminais e unidades prisionais.

5.4 Realização de audiências nas varas criminais, onde se fizer necessário.

5.5 Criação de Juizado Especial Criminal com atuação em tempo integral.

5.6 Construção de unidades penitenciárias, presídios e cadeias públicas, em conformidade com a Lei de Execução Penal e observando a regionalização, para que os presos provisórios e sentenciados permaneçam próximos dos seus familiares.

5.7. Nova política de recursos humanos para os agentes penitenciários.

No âmbito de sua governabilidade, as instituições resolvem empreender as seguintes ações de articulação:

1. Implantar Projeto-piloto de Assistência ao Adolescente Infrator.

2. Instituir Comissão Multiinstitucional de Adequação Orçamentária.

3. Integração dos Sistemas de Informação.

4. Fortalecimento dos Instrumentos de Execução Penal.

5. Transformação desta Oficina em Fórum Permanente.

Pesqueira, 31 de março de 2007

Tribunal de Justiça de Pernambuco;
Ministério Público do Estado;
Secretaria da Defesa Social;
Polícia Militar de Pernambuco;
Polícia Civil de Pernambuco;
Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;
Defensoria Pública;
Secretaria Especial da Mulher;
Secretaria Especial de Articulação Social;
Assembleia Legislativa;
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pernambuco



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 63

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 4 de abril de 2007

Novas Varas no Tribunal do Júri

Mais uma ação do TJPE para melhorar a Justiça pernambucana. O Poder Judiciário instaura, hoje, às 9h, duas novas varas do Tribunal do Júri, um reforço de 100% para dar velocidade nos julgamentos de crimes contra a vida. Até a eleição dos respectivos juízes, na próxima segunda-feira, os magistrados responsáveis pela 1ª e 2ª

respondem pelas 3ª e 4ª varas.

"Essas varas estão sendo criadas com o objetivo de agilizar as tramitações e julgamentos dos processos tão logo os inquéritos cheguem ao Tribunal de Justiça", explica o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas. O Tribunal do Júri fica no Edifício Thomaz de Aquino.



A 3ª e 4ª varas do Tribunal do Júri irão funcionar no Fórum Thomaz de Aquino

PÓS-GRADUAÇÃO

A magistratura de Pernambuco está ganhando destaque nacional. A juíza **Karina Lins**, corregedora auxiliar dos serviços do extrajudicial, é a única pernambucana entre os 45 brasileiros selecionados pela Escola Nacional da Magistratura para o pós-graduação lato sensu em gestão do Poder Judiciário, ministrada pela Fundação Getúlio Vargas. "Essa seleção é um exemplo de como o Tribunal está investido no corpo funcional. Hoje, existe uma visão de otimismo, de cuidar das pessoas, que está sendo, com cer-



teza, muito produtiva", comenta Karina Lins.

O JUIZ TEODOMIRO CARDOZO INFORMA:

"Versado em línguas estrangeiras o doutorando, ao mesmo tempo, chegou a cursar Direito na UFPE e Letras na UNICAP, com a pretensão de seguir a carreira diplomática. Decidindo-se pela magistratura ele resgata, agora, o seu gosto pelo Direito internacional. O seu projeto de tese, que mereceu a nota máxima, é, justamente, na área de Direito Internacional Penal."

TJPE celebra páscoa com canto gregoriano

CELINA ARRÊDO

O Palácio da Justiça recebe hoje o Coro da Abadia de São Bento de Olinda em comemoração ao período de Páscoa. O evento é uma realização do Themis Cultural, programa da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O Coro do Mosteiro de São Bento irá se apresentar aos servidores, magistrados e visitantes do Palácio a partir das 17h no Salão dos Passos Perdidos. "O Coro apresentará uma sequência de cânticos gregorianos, regido pelo monge beneditino Dom Gerardo Wanderley", explicou o coordenador do Themis Cultural, Bruno Monteiro.



Coordenador do Themis Cultural, Bruno Monteiro

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
Poder Judiciário
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 64

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 5 de abril de 2007

Foto: Luis T. LOPES

TRIBUNAL DO JÚRI

Julgamentos de homicídios serão otimizados

ROSA MIRANDA

Dando continuidade ao combate à violência, a Gestão 2006/2007 inaugurou duas novas varas do Tribunal do Júri, na última quarta-feira (04/04). Até a eleição dos respectivos juizes pelo TIPE, na próxima segunda-feira (09/04), Fausto Campos e Antônio Carlos Alves, titulares das 1ª e 2ª, responderá pelas 3ª e 4ª varas. As novas varas vão funcionar no Tomáz de Aquino, enquanto as outras

duas continuam no Fórum Rodolfo Aureliano. Todos os homicídios, crimes dolosos contra a vida, incluindo abortos e infanticídios, são julgados pelo Tribunal do Júri. Hoje existem 1400 processos sendo analisados, agora com o dobro de varas terão mais celeridade. "O compromisso do Poder Judiciário por uma prestação de serviços mais rápida e eficiente busca minimizar a violência. Dotando a estrutura

com essas novas varas por certo haverá mais agilidade nos processos. Até agora só eram julgados os réus presos, os que estão soltos ficavam na impunidade", declarou o presidente Fausto Freitas na cerimônia de inauguração.

O presidente Fausto Freitas, ladeado pelos juizes Fausto Campos (D) e Antônio Carlos. Abaixo você confere entrevista com Campos.



ENTREVISTA

Juiz Fausto Campos

Como está sendo coordenada a instalação dos tribunais a partir da edição da nova lei?

F.C. - Por meio de uma Comissão constituída de acordo com os termos da Portaria n.º 004/2007, do Presidente do Tribunal de Justiça, obedecendo aos requisitos da Lei n.º 13.209, de 19/01/2007.

Qual a importância de

mais dois tribunais no Estado?

F.C. - Vislumbra atender com celeridade a demanda da prestação dos serviços jurisdicionais objetivando a agilização dos processos criminais, sobretudo porque a capital pernambucana tem aproximadamente um contingente populacional em torno de um milhão e meio de habitantes, fato que

evidencia um alto índice de ações criminais, corroborando por sufocar as atuais 1ª e 2ª Varas do Júri, provocando um desnecessário acúmulo de processos sobrecarregando juizes e servidores.

Quanto servidores irão trabalhar nos tribunais?

F.C. - Foram criados os seguintes cargos e funções: 02 (dois) cargos de Juiz de Direito de 3ª Entrância; 08 (oito) cargos de Analista Judiciário; 20 (vinte) cargos de Técnico Judiciário;

08 (oito) cargos de Oficial de Justiça; 02 (duas) funções gratificadas para Chefe de Secretaria e 02 (dois) cargos de Assessor de Magistrados.

Os processos serão redistribuídos das varas já existentes?

F.C. - Sim, pois a intenção é tão somente tornar mais eficiente a prestação dos serviços jurisdicionais, fato que certamente desafogará as atuais Varas do Júri, beneficiando toda sociedade.

Qual a competência dos Tribunais do Júri no país?

F.C. - A Constituição Federal no seu art. 5º, inciso XXXVIII, atribui ao Tribunal do Júri competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Assim, em existindo réus acusados de Homicídio (art. 121 CP); Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122 CP); Infanticídio (art. 123 CP) e Aborto (art. 124 a 128 CP), estes serão julgados pelos Tribunais do Júri. **Por que para cada tribunal é também instalada uma vara?**

F.C. - Porque os tribunais atuam de

modo independente, tendo em vista que as varas dos tribunais do Júri são compostas de secretarias, as quais cuidam da organização e de todos os atos pertinentes aos processos, cabendo ao Juiz presidir a instrução do feito. Ademais, em cada tribunal temos o Juiz que preside o júri, o promotor de justiça que representa a lei no tribunal defendendo os interesses do Estado, o advogado de defesa e os jurados que são os juizes leigos.

(Izabela Raposo)

experiência para combater violência no futebol

RODRIGO GUEDES

A violência nos estádios de futebol está sendo combatida em Pernambuco desde maio de 2006 através do pioneiro Juizado Especial do Torcedor, com competência cível e criminal. Enquanto a bola corre no campo, um juiz de Direito, um defensor público, um promotor e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) atuam em casos ocorridos num raio de até 5 quilômetros - inclusive em questões de direito do consumidor. Para aperfeiçoar a iniciativa, uma equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está conhecendo de perto experiências a-fins realizadas em Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e no Rio de Janeiro. O aprendizado também será exposto no seminário nacional "Futebol, Violência e Impunidade", a ser realizado no Recife nos dias 5 e 6 de setembro. No próximo dia 9 de abril, o TJPE vai assinar um convênio com o Ministério da Justiça para a realização do evento.

O coordenador dos Juizados Especiais em Pernambuco, juiz Luís Mário Moutinho, verificou que, no estádio Mineirão (MG), há um médico legista para fazer exame de corpo de delito e um perito criminal para analisar o uso de substâncias tóxicas. "Além disso, o Ministério da Justiça

Juiz Ailton Alfredo de Souza, do Juizado do Torcedor: um novo programa social, chamado Futebol Cidadão, fará com que jovens infratores assistam a aulas durante 6 meses.



financiou 16 câmeras de alta resolução instaladas no estádio que servem para identificar os infratores", destaca o magistrado.

A experiência de Minas Gerais também é exemplar na prevenção ao crime. "Eles têm uma comissão formada por membros do Judiciário, Ministério Público, polícias Militar e Civil e OAB que se reúne antes da realização de eventos esportivos e culturais de grande porte", observou Moutinho. De acordo com o juiz, "eles elaboram estratégias de segurança com os promotores do evento", o que pode ser copiado em Pernambuco.

CIDADANIA

A partir de abril, será instalado pela primeira vez no Brasil um programa social voltado para o torcedor infra-

tor. O projeto Futebol Cidadão vai abrir uma sala de aula para que os infratores sejam obrigados a estudar um módulo de disciplinas durante 6 meses. As aulas serão dadas na mesma hora dos jogos estaduais e, em caso de não-cumprimento, o juiz poderá decretar prisão. Uma outra turma, essa composta por convidados (líderes de torcidas organizadas, policiais que trabalham no campo, dirigentes de clubes, etc.), vai tornar a ação também preventiva.

O juiz Ailton Alfredo de Souza, responsável pelo Juizado do Torcedor, está animado com o projeto. "Nós contamos com o apoio da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) e já estamos fechando as turmas", afirmou o magistrado.

para Oficial de Justiça

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), promove, nos dias 11, 13, 16, 18, e 20 de abril, o curso *Aperfeiçoamento para oficiais de Justiça*.

O curso irá abordar noções de ética, teoria dos procedi-

mentos e prática diária dos oficiais. Com carga de 20 horas/aula, será ministrado no pólo de desenvolvimento do Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite, em Garanhuns.

A capacitação é gratuita e pode ser feita por servidores oficiais de Justiça das comarcas de Aguas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Cachoeirinha,

Cactés, Calçados, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Ibirajuba, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Palmeirinha, Salóá, São Bento do Una e São João.

No mês de maio, nos dias 7, 9, 14, 16 e 18, será aberta uma segunda turma com o mesmo tema, voltado também para oficiais de Justiça.

Reforma do Judiciário

Nos próximos dias 18, 19 e 20 de abril, a Bahia vai sediar o VII Congresso Brasileiro de Direito do Estado. Durante os três dias do evento, serão debatidas questões referentes às reformas do Poder Judiciário e a duração dos processos, a repercussão do código civil e da nova lei das micro e pequenas empresas no Direito Tributário. O Direito Constitucional e

Administrativo também estarão em pauta, no intuito de reavaliar as formas de atuação do Poder público.

O evento é promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP) e contará com a presença de juristas como a doutora em Direito Administrativo, Maria Sylvia Zanella di Pietro; o fundador do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo,

Celso Antônio Bandeira de Melo; o ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Teori Albino Zavascki, entre outros.

As inscrições podem ser feitas através de depósito bancário. Mais informações no telefone 08007075246 ou pelo site www.direito.doestado.com.br/de.

COOPERAÇÃO judicial

A Rede Latino-americana de Juizes vai promover o 1º Seminário Latino-americano sobre Cooperação Judicial - o Juiz e a Conectividade, nos dias 10 e 11 de maio, em Ouro Preto (MG).

A entidade inter-

nacional defende a "confiança e inteligência coletiva" para uma maior integração dos sistemas judiciários. Já existem três conferências confirmadas: a professora Ada Pellegrini Grinover (USP), o professor

Miguel Angel Aparicio Pérez (Universidade de Barcelona), e o ministro Vantuil Abdala (TST).

Informações e inscrições devem ser solicitadas pelo e-mail: seminario@redlat.org ou redlat@redlat.org.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 65

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 10 de abril de 2007

FOTO: LUIZ GOMES / TUPY



TJPE comemora Páscoa com Canto Gregoriano

CICILIA PEREIRA

Para comemorar a Páscoa, o Themis Cultural realizou um Recital de Canto Gregoriano na última quarta-feira. A apresentação aconteceu no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, com o Coro da Abadia de São Bento de Olinda, e foi prestigiada por magistrados e servidores. A iniciativa faz parte da estratégia do Themis, programa desenvolvido pela Diretoria de Recursos Humanos para promover a integração dos colaboradores do Tribunal de Justiça de Pernambuco com a cultura e a sociedade.

O regente do recital, Dom Gerardo Wanderley, agradeceu o convite e falou sobre a importância do estilo de música mais antigo que existe. "O canto gregoriano é um canto sacro. Nele, falamos so-

bre o amor de Deus e transmitimos a importância da Quaresma, tempo propício para o aprofundamento do desígnio de Deus sobre cada um. Fazemos aqui uma apresen-

a nossa missão na terra, lembrando que precisamos sempre agir no sentido de promover o bem-estar de todos. Estamos na época de agradecer a Deus e pedir que nos ilu-



tação artística, mas principalmente religiosa".

O presidente do Tribunal, desembargador Fausto Freitas, assistiu à apresentação e elogiou a iniciativa. "O canto gregoriano tem o dom de tocar a sensibilidade de todos. Ele nos faz meditar sobre

mine, para que todos nós do Judiciário consigamos tornar a justiça mais eficiente. Desejo a todos uma Feliz Páscoa e que Deus continue a nos dar força, dignidade e amor para que continuemos com a preocupação de bem servir à população".

Livro aborda indenização moral para infidelidade



Rodrigo Gueiros

O livro *A Infidelidade e o dano moral indenizável*, do juiz Nilson Guerra Nery, será lançado no próximo dia 27 de abril, às 19h, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). A obra é pioneira no país e copila vários casos em que a infidelidade de um

dos parceiros leva ao fim do relacionamento amoroso. O autor mostra que a parte vitimada pode recorrer à Justiça para pedir indenização pelos danos morais decorrentes do rompimento. "Se a mera inscrição do nome da pessoa em cadastros de negativação de crédito, por si só já enseja uma pretensão indenizatória, por que não compensar transtorno bem mais complexo, como é o

adultério, que causa sofrimento ao parceiro inocente?", indaga o juiz. Segundo Nery, o casal não precisa ser unido pelo matrimônio formal para haver desonra na separação, considerando-se que a legislação atual contempla com equidade diversas formas de entidades familiares. "Sendo a relação duradoura e de conhecimento público, mesmo entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo,

não vejo motivos para não haver indenização se um deles quebra o pacto de fidelidade", afirma. Nilson Guerra Nery, juiz da 7ª Vara Cível da Capital, desde 1988, quando da promulgação da última Constituição, dedica-se com mais especificidade ao estudo das questões familiares. "A partir daquela Lei Maior, consagrou-se

definitivamente a possibilidade de o dano moral ser indenizável", comenta o magistrado.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 66

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 11 de abril de 2007

Promoções e remoções no TJPE



A Sessão do Pleno realizou 12 promoções e remoções de juízes

RODRIGO GUEDES

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão extraordinária do Pleno, deliberou, na última segunda-feira, acerca de 12 promoções e remoções de juízes em todo o Estado. As duas novas varas do Tribunal do Juri serão ocupadas pelos juízes Pedro Odilon de Alencar Luz, removido para 3ª Vara Privativa do Juri, e Antônio Francisco Cintra, removido para 4ª Vara do Juri. Na 4ª Vara Criminal, por unanimidade, vai ingressar o juiz Ivon Vieira Lopes. O Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que acaba

de completar um mês de atendimento à população, vai ficar a cargo da juíza Maria Thereza Pires de Sá Machado.

O Pleno promoveu a juíza de direito de 2ª entrância as juízas Andréa Calado Venâncio, por merecimento, e Helena Cristina Madi de Medeiros, por antiguidade. O juiz Glacidelson Antônio da Silva foi promovido para a Vara da Fazenda Pública de Garanhuns e a juíza Milena Flores Ferraz Cintra foi promovida, por antiguidade, para a 2ª Vara Criminal de Garanhuns. Por unanimidade, a juí-

za Maria do Perpétuo Socorro de Brito Alves Visconcelos foi removida para 2ª Vara Criminal da Capital.

A Vara única de Serinhaém ficou com o juiz Luís Mário Miranda, enquanto o juiz Ailton Gonçalves da Silva foi removido para a Vara única da Comarca de João Alfredo. O juiz Feliciano da Silva Nilo foi removido para a Vara única da Comarca de Riacho das Almas. Já a 1ª Vara da Comarca de Carpina ficou vaga e será oferecida para promoção de magistrado de 1ª entrância para 2ª.

Ceará debate *Justiça Terapêutica*

CÉLIA ARAGÃO

O Centro de Justiça Terapêutica (CJT) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) será tomado como modelo durante o seminário de Sensibilização sobre a Prática da Justiça Terapêutica no Brasil. O evento é uma realização do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e ocorre no próximo dia 13 na Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará.

O encontro tem como objetivo integrar os operadores do Direito para uma nova visão do Poder Judiciário, engajada na problemática das drogas,

e, assim, demonstrar a importância da implantação de um Centro de Justiça Terapêutica no Ceará. Para isso, será feita uma explanação histórica e conceitual acerca da Justiça Terapêutica no mundo. Um dos exemplos será o CJT do TJPE, que existe há mais de cinco anos e atua diretamente com os Juizados Especiais Criminais e as Varas de Execução de Penas Alternativas.

O coordenador do centro pernambucano, psiquiatra José Marques Costa Filho, apresentará o tema: O trabalho diário

no Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco. "Mostrarei todo o procedimento cotidiano, os laudos preliminares, o setor de psiquiatria, serviço social e psicologia, além da sistemática de convênios com órgãos públicos", explicou Costa. Na apresentação, o psiquiatra também vai abordar a questão do tratamento do infrator e a importância do apoio familiar para a sua reabilitação.

As formas de tratamento e de punição para os dependentes químicos serão apresentadas pelo

vice-presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica (ANJT), desembargador pernambucano Fernando Cerqueira. Outro debate será ministrado pelo presidente da Associação Pernambucana de Justiça Terapêutica, desembargador aposentado Nildo Nery. O magistrado comentará sobre a nova política para tratamento dos infratores usuários e dependentes químicos.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas através dos telefones (85) 3278-4013 ou (85) 3278-6242.

CAPACITAÇÃO

O II Curso de Capacitação de Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Reinserção Social, será realizado entre abril e junho pelo Programa de Atendimento Integral ao Alcoólato e Outros Dependentes Químicos, da Universidade Federal da Paraíba. O curso será ministrado pelo psicólogo do P Juzado Especial Criminal da Capital do TJPE, Gilberto Lúcio da Silva.

"Irei defender a Justiça Terapêutica enquanto responsabilidade social,

apresentando os seus aspectos legais. Além disso, mencionarei os convênios firmados entre o Poder Judiciário e outras instituições que visam ao tratamento de dependentes químicos", informa o psicólogo. Ele também falará sobre a atuação da Justiça, seja oferecendo ou impondo o tratamento ao usuário dependente de droga, e os tipos de tratamento atualmente estabelecidos pelas leis. As inscrições são gratuitas. Mais informações pelo telefone (83) 3216-7312.

Fausto Freitas preside solenidade no COMAR



PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Foto: Divulgação - COMAR

Aniversário



Na última terça-feira (03/04), na Blue Angel, as associadas da Acmepe comemoraram o aniversário da presidente da instituição beneficente. Valéria Freitas recebeu homenagens da família e das amigas e um abraço especial do marido, o presidente Fausto Freitas.

O chefe do poder judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas (detalhe), presidiu a solenidade de passagem da chefia do II Comando Aéreo Regional (II Comar). O novo comandante, Major Brigadeiro do Ar Antonio Guilherme Telles Ribeiro, tomou posse no quartel-general, na última quinta-feira, em Boa Viagem.

Fórum de Olinda

O Fórum provisório de Olinda continua suas atividades a partir do dia 16 deste mês, no bairro de Jardim Brasil II. Assuntos urgentes, como relaxamento de prisão, mandato de segurança, entre ou-

tros, estão sendo trabalhados no plantão judicial, que fica na sede do Ministério Público de Olinda. O atendimento ao público acontece temporariamente no Fórum Universitário das Faculdades Integra-

das Barros Melo (Aeso) - Rua de São Bento, 200, Varadouro - Olinda (próximo ao prédio da prefeitura).

O novo prédio do Fórum de Olinda passa a funcionar em outubro, de acordo com a previsão da Diretoria de Engenharia e Arquitetura.





Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 67

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 12 de abril de 2007

TJPE promove curso para oficial de justiça

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai promover um curso de aperfeiçoamento para 40 oficiais de Justiça da comarca de Garanhuns e de 21 comarcas vizinhas. Serão ministradas noções de ética, teoria dos procedimentos processuais e discussões sobre a

prática da profissão. As aulas começam no dia 7 de maio e se estendem até o dia 18, das 14h às 18h. As inscrições podem ser feitas, até o dia 24 de abril, através da Intranet, na seção da Diretoria de Recursos Humanos.

As comarcas partici-

pantes são Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejo, Cachoeirinha, Catiés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Iati, Ibirajuba, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Palmeirinha, Saloá, São Bento do Una e São João, além de Garanhuns.

VEPA promove palestra para beneficiários

A Vira de Execuções de Penas Alternativas (Vepa) do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai promover, no próximo dia 12, às 12h30, uma palestra com a psiquiatra clínica Dayse Pontual para cerca de 80 beneficiários. A palestra, realizada no auditório do

Fórum Rodolfo Aureliano, ocorre a cada mês com um profissional diferente. A iniciativa foi pioneira no Brasil por substituir a mera assinatura de carteira, adotada tradicionalmente, pelo comparecimento mensal obrigatório a uma palestra.

O juiz atualmente res-

pensável pela Vira, Adjar Francisco de Assis Júnior, assegura que "todos os beneficiários daquele grupo são obrigados a assistirem mensalmente a essas palestras". Ele lembra que a medida foi instituída pelo juiz Flávio Fomes, hoje cursando doutorado na USP.

Presidência



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fausto Freitas, recebeu o Secretário de Defesa Social, Romero Menezes no último dia 10, no gabinete da presidência. O secretário veio agradecer o apoio dado na avaliação feita no presídio de Afogados da Ingazeira. O TJPE, Ministério Público e a Polícia Federal enviaram engenheiros que constataram o subdimensionamento do presídio. Estiveram presentes na visita o assessor Militar do TJPE, coronel Gondim; o chefe de gabinete da presidência, Flávio Régis; o coronel da Secretaria Executiva de Ressocialização, Humberto Viana; o superintendente da Polícia Federal, Jorge Barbosa Pontes, e o secretário executivo de Defesa Social, Servilho Paiva.

IBCCrim realiza Concurso de Monografias Jurídicas

O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) realizará o seu 11º Concurso IBCCrim de Monografias Jurídicas. As inscrições são gratuitas e já estão abertas. Para conhecer é necessário ser associado do IBCCrim como profissional ou estudante.

As monografias devem ser inéditas e necessariamente discorrer sobre temas relacionados ao Direito Penal, Direito Processual Penal, Crimi-

nologia, Política Criminal ou mesmo sobre temas afins de Ciências Sociais. O regulamento do concurso está no site do IBCCrim.

O melhor trabalho receberá o prêmio de R\$ 4 mil e inscrição gratuita para o 12º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, que ocorrerá de 8 a 11 de outubro. O vencedor ainda terá a publicação de sua tese em

trajagem de mil exemplares ou mais.

Os trabalhos devem ser enviados, até 30 de abril, para a sede do Instituto - Comissão do 11º Concurso de Monografias Jurídicas - Rua 11 de Agosto, 52, 3º andar, centro, São Paulo-SP, Cep: 01018-010.

Mais informações pelo telefone: (11) 3105-4607, ramal 125, www.ibccrim.org.br ou monografia@ibccrim.org.br.



O desembargador Fausto Freitas (E) recebeu, no mesmo, a visita de cortesia do comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Carlos Eduardo Casanova (C). O comandante veio conhecer a presidência e oferecer o apoio do Corpo de Bombeiros ao Tribunal.

Inscrição gratuita para servidor

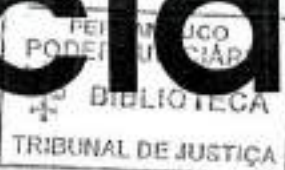
O Tribunal de Justiça de Pernambuco reservou aos servidores do caso 200 vagas gratuitas para o Con-

gresso Nacional de Direito Constitucional e Administrativo, que começa nesta quinta-feira e termi-

na no sábado. O beneficiário que já havia pago a inscrição poderá reaver o valor junto à Esmape.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 68

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 13 de abril de 2007

Congresso discute otimização da Justiça

RODRIGO GUEDES

Temas estratégicos para a efetividade da Justiça brasileira começaram a ser discutidos, ontem, no Congresso Nacional de Direito Constitucional e Administrativo.

O evento será realizado, até amanhã, no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco, no Recife, pela Escola Superior da Magistratura

de Pernambuco (Esmape). A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia Antunes Rocha participa hoje do encontro. Já os ministros do STF Eros Grau e Carlos Ayres Brito palestrarão amanhã.

Com mais de 1200 inscritos, o congresso tem como presidente de honra o chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador

Fausto Freitas.

Na abertura solene do evento, o professor Paulo Bonavides recebeu a Medalha do Mérito Esmape na classe Ouro, a mais alta honraria conferida pela escola. De acordo com o diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo, a medalha reconhece "os relevantes serviços prestados à cultura do Direito e à causa da Justiça". Para

o coordenador do Congresso, juiz Jorge Américo Pereira de Lira, o homenageado é "um dos maiores constitucionalistas do país".

Cerca de 200 juízes estão participando do Congresso. Desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco receberam convites da Esmape, assim como todos os procuradores de Justiça do estado.



DESCONTO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco celebrou mais dois convênios com instituições particulares para baratear cursos para servidores. No Bureau Jurídico, o desconto na mensalidade é de 20% nos cursos regulares e de 10% nos de pós-graduação, inclusive para dependentes de servidores. Já quem estuda nas Faculdades de Direito e de Odontologia de Caruaru e na Faculdade do Agreste de Pernambuco terá direito a 15% de desconto caso pague a mensalidade até o dia 30 do mês de vencimento. Os detalhes dos benefícios e a documentação necessária podem ser conferidos no *Comunicado RH*, revista online da Diretoria de Recursos Humanos, do dia 9 de abril.

CORREGEDORIA NO 44º ENCOGE

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ozael Veloso (foto), está participando do 44º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores - Gerais de Justiça dos Estados e Distrito Federal (Encoge). O encontro está sendo realizado na capital baiana, entre os dias 11 e 14 de abril, no Cattusaba Resort Hotel. Além de Veloso, a comitiva pernambucana é



composta pelos juízes corregedores-auxiliares Saulo Fubianne de Melo Ferreira e Sílvio Romero Beltrão.

CONVITE

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Fausto Valença de Freitas, tem a honra de convidar Vossa Excelência para a Solenidade de Inauguração das 3ª e 4ª Varas do Tribunal do Juri da Comarca da Capital.

Data: 2ª feira 16 de Abril de 2007

Hora: 17:00 horas

Local: Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, 593 - 1º andar - São José - Recife - PE

Tribunal implanta *Futebol Cidadão*

Cicília Pereira

O Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor vai lançar, no próximo dia 17, às 19h30, o *Projeto Futebol Cidadão*, na Universidade Salgado de Oliveira (Univero). A

iniciativa tem o propósito de prevenir e combater a violência ocorrida nos estádios de Futebol da Região Metropolitana do Recife, voltando suas atenções para a reabilitação do torcedor infrator.

O Projeto conta com a parceria do Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco (Cema) e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

A iniciativa é motivada

pelo crescimento dos índices de violência nos estádios, entre jogadores, torcedores e, especialmente, membros de torcidas organizadas. "Queremos contribuir com a sociedade pernambucana, estimulando uma cultura de paz para tornar os espaços de entretenimento seguros para toda a população", afirma o coordenador Juizado do Torcedor, juiz Ailton Alfredo de Sousa. O projeto terá duração de um ano.

Duzentos jovens e adultos procedentes do Recife e Região Metropolitana serão atendidos pelo Futebol Cidadão. Desses, 100 serão encaminhados pelo Juizado

do Torcedor, em casos de infração. Os outros 100 serão enviados pelos clubes esportivos e instituições civis e militares, em casos envolvendo líderes e membros de torcidas organizadas e policiais civis e militares.

Na ação, práticas educativas serão utilizadas, por meio da metodologia construtivista. "Professores e alunos irão interagir para construção do aprendizado, através de capacitações e vivências", informa Ailton de Sousa. O Futebol Cidadão fará capacitações nas áreas de Direitos Humanos, Cidadania, Mediação de Conflito e Estatuto do Torcedor.

"Outra ação nossa é o envolvimento dos familiares dos participantes. Assim, estimularemos práticas cidadãs não só nos beneficiários, como também em pessoas indiretamente envolvidas no processo de formação", explica Sousa.

Para promover discussões sobre as responsabilidades dos clubes e entidades organizadoras dos eventos desportivos, será feita a integração entre as agremiações esportivas que possuem torcidas organizadas. Durante as atividades, também será divulgado o trabalho dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em especial o Juizado do Torcedor.

ETAPAS DO PROJETO

No primeiro mês de funcionamento do *Projeto Futebol Cidadão*, serão realizados planejamento pedagógico das ações, seleção e contratação de equipe, inscrição e seleção dos participantes, aquisição de material didático e organização da logística do projeto. Do 2º ao 11º mês será

dado início à ação preventiva.

Nesse período, agentes multiplicadores serão formados para atuar junto às suas torcidas e sistema de segurança pública disponibilizadas para a segurança nos estádios.

Ao final do projeto, todos os trabalhos servirão para a produção de uma

cartilha que será divulgada nos meios de comunicação.

As avaliações internas serão feitas no último mês do projeto, quando serão discutidos os conteúdos abordados, o nível de aprendizado dos estudantes e a prática dos mesmos dentro dos espaços vivência.

CMNE muda de comando



O Comando Militar do Nordeste (CMNE) agora é chefiado pelo general-de-exército **Jarbas Bueno da Costa**. A solenidade de posse do cargo ocorreu na última quinta-feira no Quartel General do CMNE e foi presidida pelo comandante do Exército Brasileiro, general-de-exército **Edzo Martins Peró**, que nomeou o novo comandante. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Fausto Freitas**, participou da cerimônia ao lado do governador de Pernambuco, **Eduardo Campos**; do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, **Guilherme Uchoa**; do ministro do Superior Tribunal Militar **Guilherme Figueiredo**; do Secretário de Defesa Social do Rio Grande do Norte, **Carlos Santa Rosa** e do General **Gilberto Amires**, que havia assumido interinamente o comando do CMNE em abril deste ano.

Judiciário estadual colabora com **OPERAÇÃO AVELOZ**

ROBERTO GUEDES

Os juizes da 3ª Vara Criminal de Caruaru ordenaram a prisão preventiva de 32 suspeitos de integrar uma quadrilha de mandadores de aluguel que atuava em Caruaru e municípios vizinhos, no Agreste pernambucano. O grupo, composto inclusive por policiais e empresários, é acusado de formação de quadrilha, tráfico de drogas e pistolagem. Uma média de 200 assassinatos eram cometidos por ano a preços que variavam de R\$ 1 mil a R\$ 5 mil cada.

Também foram expedidos 49 mandados de busca e apreensão, além de mandados de quebra de sigilo bancário e fiscal, bloqueio de contas correntes e sequestro de bens. A chamada *Operação Aveloz* foi realizada pela Polícia Federal em parceria com a Secretaria de Defesa Social e com a colaboração do Tribunal de Justiça de Pernambuco na repressão à violência.

As medidas assinadas pelos juizes também foram orientadas no sentido de estancar

a atividade financeira da quadrilha, possibilitando futuras indenizações às famílias das vítimas, que já podem, de acordo com os juizes da Vara, pleiteá-las na Justiça.

O grupo de extermínio, dotado da complexidade de uma empresa, era liderado por Edson Neneo de Sobral, vulgo Galinheiro, e Fernando Antônio Gomes Dias, de acordo com informações emitidas pela Vara. No rol de presos, encontram-se cinco policiais militares, incluindo um sargento.

Congresso discute Constituição do Brasil



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, presidiu a mesa de encerramento do Congresso Nacional de Direito Constitucional e Administrativo. Também compuseram a mesa o diretor da Esmape, desembargador Jones Figueirêdo (E) e o jurista Paulo Bonavides (D)

IZABELLA RAMOS

Com mais de 900 inscritos - entre estudantes, servidores da Justiça, magistrados e outros profissionais do Direito - o Congresso Nacional de Direito Constitucional e Administrativo, sediado no Recife, teve como presidente de Honra o chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas. O encontro,

promovido pela Escola Superior da Magistratura (Esmape) e Instituto Urbano Vitalino, contou com o apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Um dos destaques foi a homenagem prestada ao constitucionalista Paulo Bonavides, definido pelo diretor da Esmape, des. Jones Figueirêdo, como "um grande momento da

cultura jurídica nacional". Também marcaram presença os desembargadores Frederico Neves, Antenor Cardoso e Fernando Ferreira; o procurador-geral de Justiça Paulo Varella e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional de Pernambuco (OAB-PE), Jaime Asfora.

A própria escolha de Paulo Mendes Bonavides como homenageado - um dos maiores constitucionalistas no mundo - deixou clara a intenção de priorizar o debate sobre a Constituição no Brasil numa jornada de 20 horas de palestras, iniciada na noite da quinta-feira passada, dia 12 e finalizada na manhã do sábado. Intitulando o jurista como a "Constituição viva do país", o

desembargador Jones Figueirêdo entregou a medalha de Honra ao Mérito Esmape a Paulo Benevides. O homenageado ressaltou a importância do evento ao elogiar Jones Figueirêdo pela sua realização e declarou-se profundamente grato pela homenagem que recebia de Pernambuco, terra de grandes juristas como Pinto Ferreira e Tobias Barreto.

No último dia, o Congresso de Direito Constitucional contou com conferências dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Roberto Grau e Carlos Ayres de Brito e do professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Jorge Reis Novais, um dos elaboradores da atual Constituição Portuguesa.

PÁGINA 2 - Congressistas defendem Justiça participativa e criticam políticos brasileiros



O constitucionalista Paulo Bonavides, o juiz André Vicente Pires Rosa, além dos ministros do STF, Eros Grau e Carlos Ayres, criticaram os políticos brasileiros. Para eles, na maioria das vezes, os preceitos constitucionais vigentes não

são aplicados, seja em ações de governo ou de parlamentares.

Na sexta-feira, o juiz André Pires afirmou que o título de sua conferência *A Constituição a Serviço da Realização Política: A Complexa e Controvertida Função dos Tribunais Constitucionais* é uma

provocação. "É a política que deve estar a serviço da Constituição e não o contrário". De acordo com o jurista, há um forte sistema de controle de constitucionalidade no país porque a Carta Magna não é aplicada na elaboração de leis ou atividades públicas. "Em democracias consolidadas, não existe controle, porque seguem a Norma Suprema faz parte do dia a dia; como na Inglaterra onde ela não precisa sequer ser escrita."

Para efetivar a Constituição, o ministro Eros Grau defendeu um Judiciário mais participativo politicamente. Ele afirmou que se o legislador produz o texto legal, cabe à Justiça interpretá-lo para sua aplicação na realidade concreta através das decisões judiciais.

Paulo Bonavides (D): apoio aos plebiscitos



Lorenzo Lodi / TAP

Falando sobre *A Construção do Direito: Da Elaboração do Texto à Produção da Norma*, ensinou que "o juiz atua na vida, constrói a realidade".

O ministro Carlos Ayres de Brito - na exposição *A Constituição e o Novo Humanismo* - reforçou a visão de uma Justiça "cidadã", atuando junto aos Poderes Executivo e Legislativo, e não separadamente. Idéia também fundamentada por Eros Grau ao falar da atuação conjunta dos três Poderes no Estado de Direito.

Ayres de Brito afirmou que com base nos três primeiros artigos da Constituição "devem ser elaboradas as políticas econômicas do Governo, área onde está a vida coletiva da Nação". Os três artigos ditam, respectivamente, os princípios da Constituição, a existência "harmônica e independente" dos três Poderes Públicos e os objetivos fundamentais da República Federativa.

Eros Grau: Juiz constrói a realidade



Já o jurista Paulo Bonavides, em um pronunciamento enfático sobre o respeito à Constituição, declarou-se a favor da inclusão do povo na política brasileira, através da promoção de mais plebiscitos e referendos, iniciativas previstas no

texto constitucional. Ele considerou que o "princípio da dignidade da pessoa humana" deve prevalecer em decisões de Governo nas áreas de Cidadania, das Relações Internacionais e, principalmente, da Economia.

(IZABELLA RAPASSI)

André Pires: Constituição acima da política



Lorenzo Lodi / TAP

Carlos Ayres: Justiça cidadã



Novas varas do Júri

Solenidade marca início das atividades

Rodrigo Guedes

Os 1.400 processos de homicídios pendentes nas 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri serão redistribuídos para as novas 3ª e 4ª

Varas, inauguradas solenemente na última segunda-feira, dia 16, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

"Vamos prosseguir com outras iniciativas como essa, para combater a violência e desempenhar a Justiça", adianta o presidente do Poder Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas. A cerimônia foi realizada no primeiro andar do Fórum Thomas de Aquino, onde estão instaladas as duas novas unidades.

As duas novas varas serão ocupadas pelos juizes Pedro Odilon de Alencar Luz, removido para 3ª Vara Privativa do

Júri, e Antônio Francisco Cintra, removido para 4ª Vara do Júri. O responsável pela 3ª Vara, juiz Pedro Odilon, explicou que a expansão vai permitir que os processos de réus soltos sejam julgados. "A prioridade é dada ao réu preso. Então, como o volume é muito grande, acumulou-se cerca de 200 processos de réus soltos", explicou o magistrado. Odilon calcula que, em seis meses, o acúmulo de processos estará resolvido.

O Tribunal do Júri tem a prerrogativa de julgar os crimes contra a vida (homicídio e tentativa de

homicídio), de acordo com o artigo 121 do Código Penal. Participam do julgamento sete jurados escolhidos na sociedade.

A solenidade reuniu autoridades do meio jurídico, entre elas o procurador de justiça Waldemir Albuquerque, representando o Ministério Público, o defensor público geral de Pernambuco, Joaquim Fernando Godoy, além de desembargadores e juizes do TJPE.

A postura de Fausto

Freitas foi reconhecida pelo deputado federal Paulo Rubens, do PT. "Na condição de deputado da Comissão de Segurança Pública da Câmara, parabéns vossa excelência pela decisão de criar duas novas varas para o julgamento dos acusados de homicídio, bem como pela criação de uma câmara criminal, disse. Para ele, "tal iniciativa fortalece as ações do Estado na promoção da segurança e da Justiça".



Desembargador Fausto Freitas descerando a placa ao lado do juiz da 4ª Vara do Júri, Antônio Francisco Cintra



O juiz da 3ª Vara do Júri, Odilon de Alencar Luz, com o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas

Juiz finaliza 340 julgamentos em penitenciárias do Grande Recife

Até o fim de abril, pelo menos 340 presos terão seus processos analisados pelo juiz substituto da 1ª Vara de Execuções Penais, Adjar Francisco de Assis Júnior, que assumiu o cargo há 2 semanas. Na próxima quinta-feira, dia 19, às 10h, o magistrado vai levar cerca de 200 sentenças prontas à penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, conferindo progressões de regime fechado para o semi-aberto e livramentos condicionais. No dia 25, será a vez da Penitenciária Agro-Industrial São João (Pais), onde 100 beneficiados

ganharão liberdade, com a progressão do regime semi-aberto para o aberto. Já no dia 30, pouco mais de 40 presos da Colônia Penal Feminina Ben Pastor ganharão liberdade.

A atual agenda de agilização processual, antes realizada pelo titular da Vara, juiz Adelfo Nunes, pretende amenizar as queixas dos presos da Região Metropolitana do Recife. No mês passado, detentos da Penitenciária Barreto Campelo fizeram greve de fome reivindicando a aceleração dos julgamentos. "A base do sistema prisional é a dis-

ciplina do preso. Entretanto, realmente, há um atraso. O volume de processos é muito grande", reconhece o juiz Adjar Francisco. Segundo ele, a demora é decorrente da deficiência no número de servidores. "Há dois funcionários do quadro do Tribunal de Justiça na Vara de Execução. Temos que completar a equipe com voluntários. Esperamos que pelo menos cinco servidores sejam lotados na Vara tão logo admitidos", afirma o juiz. O TJPE vai realizar um concurso público no próximo dia 13 de maio.

(Rodrigo Guedes)

Comissão discute PCCV

A comissão instituída pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, para dar a redação final ao anteprojeto do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) do Poder Judiciário Estadual, reuniu-se na última segunda-feira, 16. Essa foi a primeira reunião para discutir o texto preliminar apresentado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo o assessor especial da Presi-

dência, juiz Rui Pau, o texto ainda será submetido a ajustes com base nas propostas dos representantes dos servidores e da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) Judiciário estadual. "Antes disso, não convém tomar público o conteúdo, porque na realidade ainda não há texto definido, e, além disso, deverá ser analisado e autorizado pelo presidente do TJPE", justificou.

A comissão responsável pela análise do texto da FGV é coordenada pelo secre-

tário de Administração, Ricardo Mendes Lins e composta, ainda, pelo assessor especial Ray Trezena Pau, pela secretária adjunta de Administração Paola Gueirões de Freitas, pela coordenadora de Organização e Planejamento, Mona Lygia Rego de Carvalho, pelas servidoras Rita de Cássia Maciel Borges e Suzana Azeiteiro, além dos representantes da Associação e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Estadual.

(Sérgio Marcos)



TJPE & PCR

Parceria regulariza 70 moradias

CELINA JUBAÇÃO

Oze ações de usucapião coletivo foram entregues ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, pelo prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva, na tarde da última terça, dia 17. A entrada dos processos de usucapião no âmbito do Judiciário irá beneficiar cerca de 70

famílias moradoras da comunidade de UR-5 (Três Carneiros), no Recife. A iniciativa representa o começo de um processo de regularização, cuja estimativa é beneficiar mil famílias até o final do ano.

"O Judiciário vem, dessa maneira, contribuindo para a legitimação da posse de terras dos moradores de comuni-

dades como a de Três Carneiros", salientou o prefeito João Paulo. As ações de usucapião fazem parte do programa municipal *Minha Terra*, que tem por objetivo garantir a regularização fundiária de interesse social. "Para que essas ações ocorram de maneira mais ágil, é necessária a articulação da prefeitura, do Judiciário e de ONGs",

explicou o secretário de Planejamento, Obras, Desenvolvimento Urbano e Ambiental, João da Costa.

Para o chefe do Poder Judiciário estadual, a iniciativa da prefeitura é coerente e o Tribunal irá auxiliar na agilidade judicial da legitimação das posses. "O Poder Judiciário vai auxiliar também na viabilização das escriturações dos terrenos, para que sejam feitas gratuitamente ou o

menos onerosas possíveis", salientou Freitas.

"Agora, as ações de usucapião serão encaminhadas ao setor de distribuição, que aleatoriamente irá escolher os juízes responsáveis pelo despacho", explicou o diretor do Foro, juiz Fábio Eugênio.

A solenidade ainda contou com as presenças da corregedora auxiliar dos serviços do extrajudicial, juíza Karina D'Al-

meida Lins; da representante legal do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), Vera Orange; e da assessora executiva da Secretaria de Planeja-

mento, Paula Mendonça. As famílias beneficiadas pelas ações também compareceram ao evento, que foi realizado no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano.



Judwin no Interior

Os serviços jurisdicionais serão suspensos nas comarcas de Salgueiro, Terra Nova, Serra e Parnaramim do dia 23 ao 27 de abril. O objetivo da paralisação é capacitar juízes e servidores para utilizar o Jud-

win, sistema online que permite acompanhar o andamento do processo. A implantação do Judwin em todo o estado - uma das metas da atual gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco - é o primeiro passo para a

existência do processo virtual.

Das 148 comarcas pernambucanas, 73 já estão informatizadas, de acordo com a chefe da Seção de Suporte de Informática Jurídica, do Primeiro Grau, Giovanna Schettini.

No entanto, "só introduzir o sistema não resolve", considera Schettini. Para cadastrar os processos do acervo das comarcas, a responsável pela implantação do Judwin sugere a criação de grupos de trabalho.

Plantão Judiciário

A diretoria do Foro da Capital informa que a lista de magistrados e servidores designados para o plantão judiciário da comarca do Recife está disponível no endereço eletrônico www.tjpe.gov.br no link *Judiciário*.





Diário Oficial

Estado de Pernambuco

 PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 73

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 20 de abril de 2007

AMB promove concurso

ROSA MIRANDA

Os órgãos do Poder Judiciário e os abrigos que incentivam o retorno de crianças e adolescentes ao convívio familiar estão aptos a participar de um concurso promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A campanha "Mude um destino" vai premiar ações que empreguem os abrigos como residência transitória.

Na categoria Poder Judiciário, concorrem órgãos como Tribunais de Justiça, Corregedorias Gerais de

Justiça, Comissões de Adoção, Juizados ou Varas da Infância e Juventude. Na segunda categoria, concorrem todas as entidades de atendimento que tenham sob sua responsabilidade crianças e adolescentes em regime de abrigo.

O presidente da AMB, Rodrigo Collaço, lembra que, desde a Constituição de 1988, o papel do Judiciário transformou-se substancialmente. "Atualmente, o cotidiano da magistratura é permeado por temas como a abertura de vaga em

hospitais e escolas, concessão de remédios e redução de juros. E essa nova realidade se reflete na entidade que congrega a quase totalidade dos juizes brasileiros", avalia Rodrigo Collaço.

Para concorrer, os interessados devem inscrever suas práticas institucionais até o dia 14 de maio. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 2103-9037 ou no site da Associação dos Magistrados Brasileiros www.amb.com.br.



FREITAS RECEBE CÔNSUL DO JAPÃO

LUCIANO OLIVEIRA / FAP



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Fausto Freitas** (D), recebeu visita do novo cônsul geral do Japão em Recife, **Toshio Watanabe**, na tarde da última quarta-feira, dia 18. O diplomata veio acompanhado pelo

seu assessor **Yoshihiro Yokato** e a reunião ocorreu no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Os três conversaram sobre o intercâmbio estudantil que ocorre entre o Japão e alguns países da América do Sul, bem como sobre o sistema educacio-

nal implantado no Japão, que Freitas considera exemplar.

A jurisdição do Consulado Geral do Japão no Recife abrange os estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte.

(Marcelo Veras)

TJPE conclui anteprojeto para Extrajudicial

ROSA FREITAS

A comissão que elaborou a nova lei orgânica dos serviços extrajudiciais em Pernambuco entregou, ontem pela manhã, o anteprojeto ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas. O texto, que deverá ser transformado na "Lei Orgânica dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Pernambuco", será submetido à apreciação do Pleno do Tribunal de Justiça, e, uma vez aprova-

do, encaminhado à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe).

O presidente Fausto Freitas ressaltou a importância do ato, e fez questão de lembrar o papel desempenhado pelo desembargador Alexandre Aquino, falecido no ano passado, na elaboração do anteprojeto. "Com vasto conhecimento sobre a matéria e seu perfil democrático, Aquino foi presença determinante na concepção do texto hoje apresentado", afirmou.

O assessor especial da Presidência do TJPE, juiz Ruy Patu, que deu suporte técnico na finalização do anteprojeto, prevê que a nova lei deve ser aprovada até junho deste ano. "É um complemento indispensável ao Código de Organização Judiciária, que não trata especificamente dos serviços extrajudiciais", avalia.

O texto do anteprojeto consolida todas as normas sobre organização e funcionamento dos serviços delegados - inclusi-

ve sobre concurso público. Além de regulamentar a atividade extrajudicial, o Projeto de Lei Orgânica cria o Comitê Gestor dos Serviços Notariais e de Registro, órgão central colegiado, composto por representantes dos notários e registradores. O Comitê será responsável pela definição de sua política de desenvolvimento, gerenciamento e normatização técnica.

Apesar dos serviços extrajudiciais serem regulados e fiscalizados pe-

lo poder público, os tabelães e oficiais do Registro vão ter autonomia administrativa e financeira, sujeitando-se apenas às normas técnicas e disciplinares editadas pelo Judiciário. Os serviços de notas e de registros funcionarão em caráter privado, como entidades privadas delegatárias dos serviços públicos. As mudanças trazidas pelo Projeto não geram despesas para o TJPE, já que não criam cargos nem funções gratificadas.

PRESENCAS

A solenidade de entrega do anteprojeto contou com as presenças dos desembargadores Alexandre Assunção, Mauro Alencar e Eurico Barros. Também estiveram presentes na cerimônia o presidente da Associação dos Notários e Registradores de Pernambuco (Anoreg-PE), Luiz Geraldo Correia da Silva, o tabelião Ivanildo Figueiredo Oliveira Filho e a oficial do registro civil Roseana Virgínio.



O anteprojeto foi apresentado no último dia 19, no Gabinete da Presidência

FREITAS É CONDECORADO NO DIA NACIONAL DO EXÉRCITO



O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas (E), e o desembargador Eloy D'Almeida Lins foram homenageados com a medalha de Ordem do Mérito Militar no grau Cavaleiro

MANUELA VERAS



O Comando Militar do Nordeste (CMNE) comemorou o Dia Nacional do Exército, 19 de abril, com uma cerimônia cívico-militar realizada no Parque Histórico Nacional dos Guararapes. O evento, que reuniu cerca de 300 convidados, incluiu na programação desfiles das tropas, banda musical, canto e plantio de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica.

Durante a solenidade, também foram prestadas homenagens a autoridades pernambucanas - entre elas, o presidente do

Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, e o desembargador Eloy D'Almeida Lins. Os dois magistrados foram condecorados pelo comandante do CMNE, general Jarbas Bueno da Costa, com a medalha de Ordem do Mérito Militar no grau Cavaleiro.

A comemoração do dia 19 de abril está inserida numa programação maior, a Semana do Exército 2007, que o CMNE promoveu entre os dias 14 e 20 deste mês. O evento teve por objetivo divulgar a missão constitu-

cional do Exército Brasileiro e apresentá-lo como colaborador do desenvolvimento nacional e da defesa civil. A Semana contou com a Exposição do Exército, no Aeroporto Internacional dos Guararapes, o projeto Soldado Por Um Dia, a Corrida do Patriota, entre outras atividades.

O 19 de abril foi escolhido como Dia Nacional do Exército porque nessa data, em 1648, ocorreu, no Monte dos Guararapes, a primeira batalha do confronto que resultou na expulsão dos holandeses do Brasil.



Judiciário reafirma *combate à violência*

ÂNGELO CASTELO BRANCO

Convidado pelo governador Eduardo Campos para participar da abertura da sessão de trabalho das câmaras setoriais que elaboram o plano estadual de Segurança Pública para Pernambuco, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, reafirmou que o Poder Judiciário está empenhado em contribuir, objetivamente, para reduzir os níveis de violência. Para isso, está mobilizando toda a sua estrutura com o propósito de auxiliar na caminhada rumo à paz social.

O desembargador ressaltou, perante os integrantes dos grupos de trabalho - cujo encontro se prolongou pelo último sábado, dia 21 - que, desde o início de sua ges-



O presidente Fausto Freitas (E) reafirma ao governador Eduardo Campos (C) a predisposição do Judiciário em atuar no combate à violência em Pernambuco

tão, em fevereiro de 2006, "ficou claro que as ações do TJPE não se limitariam à prestação dos serviços jurisdicionais, pois se estenderiam a uma aproximação com a sociedade civil, com destaque no combate a uma

violência que atinge níveis insuportáveis e inadmissíveis". Ele citou os resultados de uma pesquisa aplicada dias antes de sua posse na presidência do TJPE, em cujos resultados a comunidade pernambucana revela graves preocupações com a questão da segurança

pública, nivelando-a às prioridades da busca pelo emprego, saúde, educação, habitação e transporte.

Fausto Freitas enumera, inclusive, um elenco de decisões tomadas pelo TJPE, com destaque para as recentes criações, em tempo recorde, de mais duas varas do Tribunal do Juri, e da quarta Câmara Criminal; projetos de instalação de outras câmaras criminais em diferentes regiões de Pernambuco; concepção e instalação - pioneira no Nordeste - do Juizado do Torcedor; aberturas do Juizado da Mulher e do Juizado do Idoso, elaboração do Código de Organização Judiciária que está aprovado pelo pleno do TJPE e será encaminhado ao Poder

Legislativo através de uma comissão especialmente encarregada de acompanhar toda a sua tramitação até a aprovação, entre outras medidas consideradas de largo alcance para o combate à criminalidade.

O desembargador Fausto Freitas mencionou ainda a importância da Carta de Pescaira, documento resultante de um histórico encontro reunindo magistrados - incluíam-se desembargadores -, representantes do Ministério Público, OAB, Secretaria de Defesa Social, Polícia Militar de PE, entre outros representantes da sociedade civil organizada, cujos resultados formam um conjunto de relevantes subsídios destinados ao conteúdo das Políticas de

Segurança Pública e de combate à violência e à impunidade.

Após a sua explanação, o desembargador Fausto Freitas foi aplaudido e cumprimentado pelo governador Eduardo Campos e pelo vice-governador João Lyra.

O anteprojeto do Plano Estadual de Segurança Pública, batizado de Pacto pela Vida, foi analisado por cerca de 60 representantes do governo do Estado e da sociedade civil exatamente no feriado do dia 21 de abril, dedicado a Tiradentes, que é patrono de todas as corporações policiais do Brasil. O Pacto pela Vida deverá ser lançado formalmente no próximo dia 27, durante solenidade pública, pelo governador Eduardo Campos.

FÓRUM DE OLINDA

Obras no último pavimento

O presidente Fausto Freitas fez, ontem, sua terceira visita às obras do Fórum de Olinda. "A construção representa um resgate do Poder Judiciário à cidade de Olinda, na medida em que estamos dotando a cidade de um Fórum moderno, amplo e bem localizado. O objetivo é atender a demanda atual e futura da população", comentou o presidente, destacando a importância do projeto.

A secretaria executiva para assuntos legislativos de Olinda, Valéria Feijó, apresentou a prefeita da cidade. "Esse Fórum sig-

nifica muito para os olindenses. O antigo prédio estava defasado fisicamente, e não correspondia aos anseios de uma população que, hoje, mais informada, sabe da importância de recorrer à Justiça na consolidação de seus direitos", disse Feijó. Para a secretaria municipal, o novo Fórum elevará o atendimento jurídico em Olinda ao mesmo nível de Recife.

A construção do novo Fórum foi iniciada em dezembro de 2006, sob a responsabilidade da Concrepox Engenharia. No momento, a obra está na

fase de impermeabilização e levantamento de paredes e painéis, acompanhando o cronograma, que aposta o término para outubro deste ano.

O novo prédio, de 7.413,70 m², vai abrigar 25 Varas, contará com quatro elevadores e estacionamento para 247 veículos. A instalação terá sistema de prevenção e combate a incêndio, sistema de proteção contra raios, circuito fechado de TV e gerador de energia. O custo total do projeto é em torno de R\$ 8,9 milhões.

(Mariane Meneses)

O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, visitou as obras do novo prédio, acompanhado pela secretária municipal de Olinda Valéria Feijó (D)



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 76

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 25 de abril de 2007

NOVOS FÓRUNS

Fiscalização de gestores *acelera obras*

MANUELA VERAS

Outubro de 2007. Esse é o prazo máximo para o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurar cinco fóruns no estado, um investimento que custa o total de R\$ 20,4 milhões. As comarcas beneficiadas serão as de Carpina, Caruaru, Gravatá, Olinda e Pesqueira, que, juntas, reúnem uma população de mais de 816 mil habitantes. A agilidade e o zelo necessários à perfeita execução das obras foram encarados como um desafio para o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, que vem acompanhando de perto o andamento das construções.

Com o objetivo de garantir o cumprimento dos cronogramas das metas de gestão, Freitas desig-

nou - para cada fórum em construção - um técnico do quadro do TJPE que exerce a função de gestor de obras (Ato nº 120, de 23/02/2007). A medida descentralizou a fiscalização das obras, todas sob a responsabilidade da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). "A diretoria de Engenharia ficaria sobrecarregada se precisasse inspecionar minuciosamente tantos projetos e, portanto, impossibilidade de finalizá-los a tempo", justifica o magistrado.

O acompanhamento técnico e administrativo dos gestores é integral: inicia na fase do processo de licitação pública e só termina com o desmonte das placas de inauguração. Durante a licitação, é preciso checar toda a documentação da em-

presa contratada para certificar sua idoneidade e segurança econômica. Iniciada a obra, a função do gestor consiste em cobrar prazos das empreiteiras e fiscalizar tecnicamente a execução física dos projetos, que vai desde o estudo topográfico do terreno até os acabamentos finais, como a colocação de pisos e esquadrias.

Todo o trabalho especializado ou protocolar feito pelos gestores é semanalmente relatado à presidência do TJPE, sob a supervisão da DEA. O engajamento desses técnicos nas suas respectivas obras não está apenas atendendo às metas estabelecidas como também, adiantando as previsões de entregas dos fóruns. "Caruaru, por exemplo, está a um mês e meio à



Com quarenta homens trabalhando, o Fórum de Gravatá ficará pronto em outubro

frente do cronograma inicial", esclarece o gestor da obra e chefe da Diretoria de Infra-estrutura, Henio Siqueira Santos.

"A experiência dos

gestores de obras representa, no âmbito da Engenharia, a aplicação do planejamento estratégico adotado em todo o TJPE neste biênio, com objeti-

vo de dinamizar o cumprimento das metas de gestão", esclarece a diretora de Engenharia e Arquitetura, Rogéria Magalhães Silveira.

ESTRUTURAS INTELIGENTES



De acordo com Rogéria Silveira, as novas fóruns vão estar dentro dos melhores padrões técnicos

Desenvolvimento profissional, acessibilidade e economia. Assim serão dotados os fóruns de Carpina, Caruaru, Gravatá, Olinda e Pesqueira. "As novas estruturas foram projetadas para prestar um serviço jurisdicional de qualidade, atento aos anseios e exigências mais atualizados da sociedade e dentro dos melhores padrões técnicos", afirma a diretora de Engenharia e Arquitetura do

TJPE, Rogéria Magalhães Silveira.

Cada prédio terá uma sala destinada às capacitações oferecidas pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), onde serão atendidas as necessidades de treinamento dos servidores do Judiciário. Além disso, as estruturas dos prédios estão dentro do modelo estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que

diz respeito ao acesso do portador de deficiência física a edifícios, com rampas para a passagem de cadeiras de rodas e banheiros apropriados.

Os salões do Juri serão amplos, especialmente os de Olinda e Caruaru, com capacidades para 207 e 277 pessoas, respectivamente. De acordo com o gestor de Pesqueira, engenheiro Antônio Hirschele, a climatização a ser instalada em Caruaru,

Gravatá, Olinda e Pesqueira obedece às normas da Associação Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no que se refere à qualidade do ar ambiental. Além disso, o sistema escolhido reduz em 35% o consumo de energia elétrica e suas etapas de manutenção preventiva podem ser monitoradas via internet, evitando o deslocamento dos técnicos.

(Manuela Veras)

NOVO COJE amplia acesso à justiça

Assim (L&L) 13/09



O projeto final do Coje foi entregue ao presidente **Fausto Freitas** (2º, à E) pela Comissão de Organização Judiciária, na última segunda-feira. A votação do Pleno acontece nesta sexta.

MAURELIA VIEIRA

Além de uma estrutura física inteligente, os cinco novos fóruns também contarão com uma organização judiciária moderna. As mudanças nesse sentido (veja quadros) têm o intuito de tornar a Justiça mais acessível para todos e são baseadas nas determinações do anteprojeto do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Coje). O projeto final foi entregue ao presidente Fausto Freitas pela Comissão de Organização Judiciária (COJ) na última segunda e será votado pelo Pleno do Tribunal na próxima sexta-feira.

O número total de va-

ras existentes em Carpina, Caruaru, Gravata, Olinda e Pesqueira vai aumentar de 35 para 42 e, nessas comarcas, todas as varas serão especializadas. "Quando o juiz recebe vários tipos de ações, ele não tem tempo suficiente para aprofundar seus conhecimentos num ramo específico do Direito, pois destina grande parte da sua atenção para pesquisar as matérias referentes aos processos que julgará, sejam eles de natureza cível ou criminal", afirma o supervisor da COJ, desembargador Bartolomeu Bueno, explicando a importância da especialização das varas.

Com a inauguração dos fóruns, também terão

fim as varas de Assistência Judiciária, que recebem a demanda processual da população carente, mas não possuem especialização jurídica. A extinção dessas unidades vai ampliar o acesso à Justiça e permitir uma apreciação especializada de todos os processos, sejam eles de autoria de um grande empresário ou de um desempregado. Isso porque, assim como as varas criminais, as civis também receberão ações de litigantes comprovadamente pobres na forma da lei e que, portanto, não possam pagar a advocacia. "Separar varas de acordo com a condição social dos jurisdicionados é o mesmo que criar guetos", enfatiza Bueno.

OBRAS em andamento

OLINDA

Dados da obra

-Gestor de obra: Hilton César Montenegro Wanderley

-Valor: R\$ 8.896.599,07

-Área de construção: 7.413,7 m²

-Porcentagem concluída: 21%

Dados jurisdicionais

-Varas atuais: 10 Cíveis, 3 Criminais, 1 do Tribunal do Júri, 1 da Infância e Juventude e 1 da Fazenda Pública

-Varas depois do Coje: 5 Cíveis, 3 Criminais, 2 da Fazenda Pública, 1 do Tribunal do Júri, 3 de Família e Registro Civil, 1 de Sucessões e Registro Público, 1 da Infância e Juventude



PESQUEIRA

Dados da obra

-Gestor de obra: Antônio Hirschle

-Valor: licitação orçada em cerca de R\$ 1.500.000

-Área de construção: 1.591,66 m²

Dados jurisdicionais

-Varas atuais: 2 sem especialização

-Varas depois do Coje: 2 Cíveis e 1 Criminal

CARPINA

Dados da obra

-Gestor de obra: Antônio Carlos de Oliveira Martins

-Valor: licitação orçada em cerca de R\$ 700.000

-Área de construção: 1.771,47 m²

-Porcentagem concluída: 50%

Dados jurisdicionais

-Varas atuais: 2 sem especialização e 1 de Assistência Judiciária

-Varas depois do Coje: 3 Cíveis e 1 Criminal

CARUARU

Dados da obra

-Gestor de obra: Henio Domingos Siqueira Santos

-Valor: R\$ 7.799.990,68

-Área de construção: 7.751,45 m²

-Porcentagem concluída: 20%

Dados jurisdicionais

-Varas atuais: 5 Cíveis, 3 Criminais, 1 do Tribunal do Júri, 1 da Infância e Juventude, 1 da Fazenda Pública e 1 de Assistência Judiciária

-Varas depois do Coje: 5 Cíveis, 3 Criminais, 1 do Tribunal do Júri, 2 da Fazenda Pública, 2 de Família e Registro Civil, 1 Regional da Infância e Juventude, 1 Central de Cartas de Ordem Precatória e Rogatória, além de uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

GRAVATÁ

Dados da obra

-Gestor de obra: Flávio de Andrade Santiago Silva

-Valor: R\$ 1.498.869,57

-Área de construção: 2.273,39 m²

-Porcentagem concluída: 8%

Dados jurisdicionais

-Varas atuais: 2 sem especialização

-Varas depois do Coje: 3 Cíveis e 1 Criminal



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 77

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 26 de abril de 2007

Poder Judiciário cria Justiça Militar Itinerante



Humberto Inojosa, titular da Vara da Justiça Militar, recebe oficiais da Polícia Militar

Rodrigo Guedes

Pela primeira vez em Pernambuco, a Justiça Militar estadual se desloca para ouvir testemunhas. Um microônibus da Justiça Militar Itinerante saiu ontem do Recife para uma audiência em Vitória de Santo Antão, onde foram ouvidas três vítimas de policiais militares presos por extorquir comerciantes na feira livre do Cabo de Santo Agostinho. O deslocamento, além de acelerar o julgamento do processo, vai evitar que as testemunhas se sintam ameaçadas.

Os PMs acusados são o cabo José das Neves Silva e os soldados Paulo Caubi do Monte e Raulfo Mendes de Sales Filho. De acordo com o processo, eles foram presos em flagrante por quatro policiais do serviço de Inteligência da Polícia Militar. Tudo partiu da denúncia de um feirante, inconformado com a cobrança constante de propinas. Os policiais ameaçavam denunciar a venda informal de carnes

na feira à Vigilância Sanitária ou à delegacia. No momento do flagrante, um dos acusados voltou para cobrar ainda mais dinheiro a um vendedor. A viatura usada pelo grupo estava fora de sua área de atuação.

"As pessoas têm o que denunciar mesmo, porque se não for assim os maus militares vão continuar cometendo crimes", alerta o titular da Vara da Justiça Militar do Estado, juiz Carlos Humberto Inojosa. Qualquer queixa contra militares pode ser feita através do Disque-denúncia (81-3421.9595 ou 87-3719.4545) de forma sigilosa ou, pessoalmente, numa unidade militar, dirigindo-se ao comando do batalhão. A partir daí, será feita uma investigação e, se houver prova, o processo terá início.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco ofereceu o transporte da equipe, composta pelo juiz Inojosa, pelo promotor de Justiça da Auditoria de Justiça Militar, José Bispo de Melo,

quatro oficiais do conselho, um oficial do plenário, um chefe de cartório e uma digitadora - todos mobilizados para ouvir os civis. Os acusados não estavam presentes na audiência para não inibir as testemunhas. Eles estão presos desde o dia 17 de março no Centro de Reeducação da Polícia Militar (Creed).

Atualmente, há entre 1200 e 1400 processos em tramitação envolvendo policiais militares. Condenados pela Justiça e cumprindo pena existem 65. Desses, dez foram condenados a mais de 27 anos de reclusão e, mesmo assim, todos os 65 permanecem na ativa. "A Corregedoria da Secretaria de Defesa Social está esperando o trânsito em julgado dessas sentenças", explica o magistrado.

O titular da Vara salienta que os policiais "foram condenados, mas, no entendimento da Corregedoria, o princípio da inocência só termina quando não couber recurso".

Cartórios arrecadam leite para crianças com câncer

Os 500 cartórios do estado, mobilizados pela Associação de Notários e Registradores de Pernambuco (Anoreg-PE), estão engajados na campanha nacional em favor do Núcleo de Apoio à Criança com Câncer (NACC), Coordenada pela Rede Anoreg de Responsabilidade Social (Rares), a iniciativa se propõe a arrecadar exclusivamente leite em pó integral, destinado às crianças portadoras de câncer.

Cada unidade cartorial está atuando como Posto de Recolhimento de Doativos desde o dia 26 de março. O encerramento da campanha está previsto para 30 de abril. "En-

viamos ofício a todos os cartórios convocando os tabeliães a se engajarem. No caso de algum não ter recebido a comunicação, deve fazer contato urgente com nossa sede", avisa o presidente da Anoreg-PE, Luiz Geraldo Correia.

O dirigente espera que cada funcionário de cartório se dedique a informar à sociedade sobre a campanha, ressaltando que não será aceito outro tipo de doação. "Os cartórios não devem receber dinheiro, por exemplo. A iniciativa se restringe a recolher leite em pó integral", esclarece. No Recife, os doativos arrecadados serão divididos entre o Instituto Materno Infan-

til de Pernambuco (Imip), o Hemope, os hospitais do Câncer e o Oswaldo Cruz.

Os cartórios deverão enviar as doações para a sede da Anoreg-PE, na Rua Eng. Ubaldo Gomes de Matos, 119 - Conjunto 501, Edifício Marquês do Recife. As unidades que tiverem dificuldade de fazer o envio podem fazer contato com a direção da entidade.

Para mais informações, os interessados devem entrar em contato com o Departamento de Responsabilidade Social, através dos telefones (81) 3224-6060 e 3224.3610 ou pelo endereço eletrônico anoregpe.org.br.



O presidente da Anoreg, Luiz Geraldo, lembra que a campanha termina no próximo dia 30 e se destina exclusivamente a recolher doações de leite em pó



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 78

Poder Judiciário Estadual • Seção • I

Recife, sexta-feira, 27 de abril de 2007

Comissão *reduz* gastos

CELINA ARAÇÃO

A Comissão de Análise e Redução de Custo do Tribunal de Justiça de Pernambuco determinou que todo o sistema de ar condicionado do edifício Paula Batista seja desligado a partir das 17h30. A medida faz parte de uma série de ações da gestão Fausto Freitas com o objetivo de conter despesas e gerar economia para o TJPE.

A ideia é que os quatro grandes prédios do Poder Judiciário no Estado (Palácio da Justiça, Edifício Paula Batista, Fórum Thomaz de Aquino e Fórum Rodolfo Avelino) tenham o seu sistema de climatização racionalizado. "Por questões estruturais o Paula Batista foi o primeiro a aderir ao racionalamento, pois tem um sistema central de ar. Nos demais prédios, onde o sistema é individualizado ou instalado por alas, serão propostas po-

la comissão outras soluções na diminuição de gastos e consumo elétrico", explicou a coordenadora de Planejamento e Organização (Coplan), Mona Lúcia Rego de Carvalho.

No que se refere ao setor de informática, ações como configurar as impressoras para funcionar no modo econômico - economizando 2/3 da impressão e organizar a distribuição de impressoras a cada quatro servidores, limitando assim a compra de cartuchos - irão gerar uma economia de cerca de R\$ 236 mil. Além disso, os próximos computadores adquiridos pelo Judiciário virão com o sistema de Office gratuito, o BR-Office, economizando assim R\$ 800 mil ao final do ano. Os gastos com telefonia também terão uma atenção redobrada. A ideia é de que sejam implantadas senhas para o uso do

telefone e limitador de tempo.

COMISSÃO

A Comissão de Análise e Redução de Custos foi criada para fazer um levantamento dos gastos do Judiciário e propor soluções para a redução de custos e otimização da prestação de serviços. Os oito membros da comissão fazem parte de setores estratégicos do Tribunal em relação ao gerenciamento e manutenção. Representantes da Diretoria de Infra-estrutura (Diriest), da Coordenadoria de Planejamento e Organização (Coplan), e da Secretaria de Administração (SAD) fazem parte da comissão. Participam também a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Diretoria Financeira (Difin) e Diretoria de Informática (Dinfo). As reuniões ocorrem semanalmente, todas as quintas-feiras, às 14h.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Côrte define novos critérios

Nesta última terça, dia 24, a Côrte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco definiu novos critérios de avaliação do servidor em Estágio Probatório, através da resolução 216/07. A nova resolução terá validade a partir da entrada dos servidores nomeados pelo concurso que será realizado no próximo mês.

"A nova resolução contribui para o aprimoramento dos critérios de avaliação, acompanhando os avanços tecnológicos. Os chefes poderão ter melhores condições de avaliar e garantir um servidor público cada vez mais qualificado", ressalta a chefe da Seção de Avaliação do Desempenho da Diretoria de Recursos Hu-

manos, Maria do Carmo Silva.

A cada seis meses o servidor será avaliado pela sua chefia que, através de formulário online, observará itens comportamentais e de produtividade, como a ética, por exemplo, que com essa nova resolução será pontuada com a nota zero ou dez. "A questão da ética no serviço público é imprescindível, pois acreditamos que ninguém pode ser parcialmente ético", explicou Maria do Carmo.

A questão de interrupções no processo de avaliação em decorrência de licenças também foi revisada. Quando o servidor precisar se ausentar em função de licença maternidade ou médica por mais de

90 dias, consecutivos ou não, dentro de cada etapa semestral, haverá interrupção do estágio probatório. A avaliação será, dessa forma, retomada quando o servidor retornar ao trabalho com a elaboração de um novo cronograma.

A Diretoria de Recursos Humanos, através da Seção de Avaliação do Desempenho, é a responsável pela implantação, coordenação e desenvolvimento da avaliação, além de poder disponibilizar palestras, treinamentos e capacitações. Para mais informações, o servidor pode acessar a intranet na DRH e ir até o link *Avaliação do Estágio Probatório*.

(Celina Aragão)

CONVOCAÇÃO

A Cartegedoria Auxiliar dos Serviços Extrajudiciais convoca os oficiais dos cartórios de Registro Civil das comarcas de Recife, Olinda e Jaboatão para reunião com finalidade de tratar assuntos relativos à execução de procedimentos. A reunião será na próxima quarta, dia 2 de maio, às 15h, no auditório do Fórum Thomaz de Aquino, localizado no sexto andar.

TJPE firma convênio com a FIR



O Tribunal de Justiça de Pernambuco firmou no último dia 24, um convênio com a Faculdade Integrada do Recife (FIR). A solenidade selou mais uma parceria para promover o Projeto Universitário de Medidas Sócio-educativas em meio aberto, coordenado pelo programa Liberdade Assistida/TJPE. O objetivo é a reinserção de crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais no convívio social.

Para desenvolver a capacitação desses jovens, a FIR vai contar com o apoio de universitários, juizes, defensores e promotores de Justiça. A equipe do Liberdade Assistida vai orientar o projeto, como já faz com as Faculdades Integradas Barros Melo (Aeso), a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o Ministério Público de Pernambuco e a Prefeitura do Recife desde o ano passado.

(Cecília Pereira)



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 79

Poder Judiciário Estadual - Seção I

Recife, sábado, 28 de abril de 2007

Projeto usa esporte em prevenção à violência

Rodrigo Guedes

A partir do segundo semestre deste ano, dois mil alunos da rede pública estadual com idade entre 8 e 14 anos irão praticar futebol de salão e basquete em dez escolas da Região Metropolitana do Recife. Trata-se do Projeto Esportivo Social, criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) a partir de proposta apresentada pela Federação Pernambucana de Futebol de Salão e pela Associação Veterana de Basquetebol.

A ideia está sob a coordenação do professor da Universidade Federal de Pernambuco, Josenildo Carvalho, que já comandou seleções brasileiras de vôlei e foi campeão brasileiro, panamericano



O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, e os desembargadores Gustavo Lima e Jones Figuerêdo discutiram o Projeto Esportivo Social, no último dia 25.

e mundial na modalidade. Os 200 jovens beneficiados de cada escola treinarão no turno em que não tiverem aulas, de forma semelhante a uma educação em tempo integral.

O projeto-piloto - que

tem como parceiros o Ministério Público de Pernambuco e as secretarias de Esportes, da Juventude e de Educação do estado - vai durar quatro anos.

O projeto-piloto en-

volve dez escolas situadas em áreas consideradas de risco. "Os treinos vão acontecer de segunda a sexta, mas aos sábados e domingos também vai haver atividade recreativa", adianta o desembargador

Gustavo Lima, que recebeu a proposta do Projeto.

De acordo com o magistrado, o professor de educação física do colégio participante vai ser incentivado através de um pagamento mensal e orientado pelo coordenador esportivo do projeto. "Esses professores irão selecionar os 200 beneficiados de cada escola, já que conhecem os alunos. Os pais deverão assinar um termo autorizando o filho a participar", explica Lima. Para se candidatar à seleção, o estudante precisa estar matriculado e ter frequência assídua nas aulas.

Cerca de mil estudantes entre 8 e 12 anos, de ambos os sexos, vão participar. No caso dos

mil mais velhos, de 12 a 14 anos, as equipes serão divididas pelo sexo. "O treino vai durar, no máximo, duas horas por dia, incluindo aulas teóricas e práticas de educação física e exercícios", detalhou o desembargador. "No final do treino, vai ser dado um lanche".

O projeto foi apresentado na última quarta-feira, dia 25, ao presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, que apoiou a iniciativa. A orientação da atual gestão do TJPE é combater a violência. Já foram criados o Juizado do Idoso, da Mulher e do Torcedor, e dois novos Tribunais do Juri e uma Câmara Criminal, além do seminário realizado em Pesqueira, no mês de março.



ACMEPE

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) promoveu com a Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) mais uma campanha de vacinação contra a gripe. Cerca de 220 pessoas também

receberam doses da vacina antitetânica no último dia 26, no auditório da Acmepe, entre elas, o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.

As próximas doses serão dadas nos dias 3 e 4 de maio, no ambulatório do Palácio da Jus-

tiça, a partir das 14h. A Diretora Adjunta de Saúde, Glória Cabral, salienta que muitas pessoas agradeceram e participaram mais que o esperado. "O objetivo é que a vacinação seja feita também no Fórum do Recife", afirmou.



No mesmo dia também foi realizada a reunião mensal da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco e colocada na galeria das presidentes da associação a placa de Rita Macêdo Malta (E), gestora da associação

no biênio 2004 / 2006. Durante a homenagem, Rita Malta agradeceu a confiança e o apoio que teve durante sua gestão - "A minha maior satisfação é o gosto do dever cumprido".

As associadas e os funcionários

do TJPE também puderam visitar uma exposição promovida por empresas de cosméticos, jóias, roupas e perfumaria de empresas privadas que solicitaram a divulgação e venda de seus produtos.

(CÍCILIA PEREIRA)



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



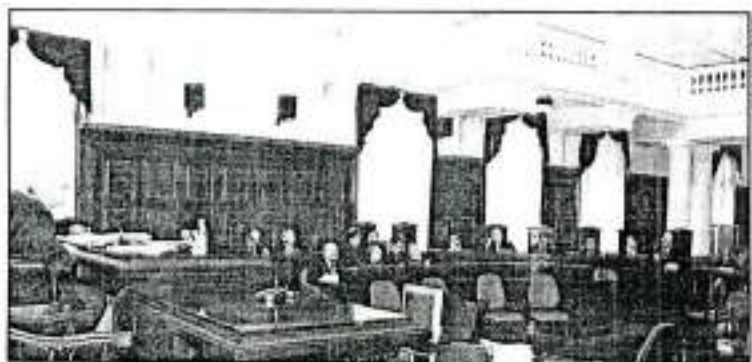
Ano LXXXIV • Nº 80

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 3 de maio de 2007

Pleno *titulariza* cinco juízes da capital

Gestão Participativa no Plano Plurianual



As promotorias descreveram as condutas delitadas com a composição cinco desembargadores

O Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) titularizou cinco juízes na sessão da última sexta-feira, dia 27. De acordo com o secretário Judiciário adjunto, Marcelo Píola, os editais de remo-

ção foram abertos em decorrência do acesso ao 2º Grau dos desembargadores Alexandre Assunção, Antenor Cardozo, Eurico de Barros, José Carlos Patriota e Mauro Alencar. Todos os magistrados

removidos eram juízes substitutos de 3ª entrância. Para se tomarem titulares das varas para as quais foram removidos, cada um concorreu, em média, com outros 23 juízes na votação do Pleno.

Confira a relação de juízes removidos:

Cleólio Bezerra e Silva - 1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca da Capital

José André Machado Barbosa Pinto - 1ª Vara da Fazenda pública da

Comarca da Capital

Janduby Finizola da Cunha Filho - 5ª Vara Civil da Comarca da Capital

José Henrique Coelho Dias da Silva - 6ª Vara

da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Saulo Fabianne de Melo Ferreira - 3ª Vara de Sucessões e Registro Público da Comarca da Capital

Freitas recebe José Gregory

Foto: Lina TJPE



O ex-ministro da Justiça José Gregory (foto) visitou o TJPE na última quarta-feira, dia 25. Ele foi recebido pelo presidente Fausto Freitas, com quem conversou sobre as ações do Judiciário estadual contra a violência.

O corpo diretivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começou a elaborar o novo Plano Plurianual (PPA), que irá orientar o orçamento dos próximos quatro anos. Todas as diretorias juntas irão realizar essa tarefa, em sintonia com o modelo de gestão participativa posto em prática pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.

O trabalho teve início na última quarta-feira, dia 25, quando os diretores do TJPE se

reuniram no auditório da Associação de Cónjuges de Magistrados de Pernambuco (Acmepe), num encontro realizado pela Coordenação de Planejamento (Coplan). Na reunião, a coordenadora da Coplan, Monalysa Rego de Carvalho, e o adjunto, Frank Vieira, deram uma palestra didática aos diretores sobre a forma correta de elaborar o PPA.

Para Frank Vieira, "esse trabalho deve ser visto como um desafio". A

partir da próxima quarta-feira, a Coplan vai realizar reuniões semanais com todas as diretorias para esclarecer as dúvidas específicas de cada setor na elaboração dos programas que entrarão no PPA.

O TJPE tem até o dia 1º de junho para entregar o Plano ao Governo do Estado, que por sua vez, deve remeter-lo à Assembleia Legislativa até 1º de agosto.

(Mônica Veras)



Pela primeira vez, no TJPE, todas as diretorias irão elaborar o PPA

Mutirões

Oitenta e um por cento foi o índice de conciliação alcançado no mutirão para resolução de processos contra o Unibanco, nos Juizados Especiais. O mutirão aconteceu no Fórum Thomaz de Aquino, no dia 26 de abril. Nas 134 audiências realizadas, apenas 25 processos não foram resolvidos.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV | Nº 81

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 4 de maio de 2007

Liberdade Assistida

Jovens **TATUADOS** são vítimas de preconceitos

Gustavo Muniz

A arte milenar de valor eterno, a tatuagem é uma das formas de modificação do corpo mais conhecidas e veneradas no mundo. Para os jovens, principais adeptos dessa moda, ela é sinônimo de rebeldia e transgressão de valores. Ainda mais numa época em que o culto à imagem está tão em voga, não é difícil encontrar aqueles que fazem do próprio corpo uma tela de gravuras. Mas as marcas deixadas na pele podem dificultar a uma colocação no mercado de trabalho, principalmente para os adolescentes em conflito com a lei.

O assunto está motivando a equipe do Projeto de Reintegração Social no Meio Aberto (Prisma) - desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em parceria com a Associação Beneficente Criança Cidadã (AB-

CC) - a retirar as tatuagens dos jovens em regime de liberdade assistida. Com a iniciativa espera-se aumentar as chances de reinserção social dos adolescentes, quando eles estiverem aptos a exercer uma profissão. A médica e bacharela em Direito Fátima de Brito Alves, que participou da criação do projeto, observa que é preciso combater o preconceito de alguns setores da sociedade contra os jovens tatuados. A discriminação, segundo ela, decorre de razões históricas.

Nas prisões, a tatuagem já foi utilizada para tipificar o delito cometido pelos presos, a personalidade de quem a portava, indicando ainda se o detento é perigoso, digno de confiança ou se possui o desenho como simples adorno. "Temos que discutir a questão do preconceito, sobretudo em relação aos adolescentes infratores e os presidiários de uma forma geral. No momento em que passam

a ser ex-detentos, os adolescentes em medida de liberdade assistida, por permanecerem com a marca no corpo, se deparam com discriminações decorrentes do seu passado", alerta Fátima.

A psicóloga Simone Azevedo, que trabalha para uma empresa de seleção de pessoal, explica que existem ressalvas quanto à tatuagem para quem atua em determinadas profissões. "Geralmente, para quem tem atuação nos esportes ou artes, não há muitos problemas. Mas quando se escolhe áreas administrativas ou jurídicas, o ideal é não possuir tatuagens, ou se as possuir, que sejam escondidas por baixo da roupa", disse.

"O trabalho de remoção das tatuagens dos jovens acolhidos pelo programa de ressocialização será viabilizado pela ABCC, sendo preferencialmente, feito por profissionais voluntários", informa o coordenador do projeto, juiz Paulo Brandão.

Origem da Tatuagem

A prática da tatuagem existe desde os primeiros indícios da vida humana. Não há registros que precisem a sua origem, mas se sabe que inicialmente ela foi utilizada como forma de expressão da personalidade e identidade de indivíduos de uma mesma comunidade tribal. Marcava, por exemplo, fatos da vida biológica - como nascimento e puberdade - e da vida social - para diferenciar um guerreiro ou um rei e até mesmo para identificar prisioneiros de guerra, prática comum nas civilizações grega e romana.

Posteriormente, a arte foi difundida pelo mundo através dos navegadores e o seu uso foi discriminado por

identificar seus usuários como indivíduos à margem de um processo social.

"É importante lembrar que a tatuagem está ganhando cada vez mais espaço, deixando de ser exclusiva de figuras polêmicas ou marginais. Ela surge com maior frequência nos artistas globais e top models como indumentária, ainda que, apesar de toda a evolução, isso não signifique dizer que o preconceito tenha acabado", ressalta Milena Ferreira, técnica do departamento jurídico do Projeto Prisma, acrescentando que já existem decisões na Justiça favoráveis a adolescentes vítimas de preconceito por portarem tatuagens.

VISITAS



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador **Fausto Freitas**, recebeu, na última quarta-feira, uma visita de cortesia dos representantes da Associação Comercial de Pernambuco **Celso Muniz**, **Marta Dubeux** e **Luís Paulo**.



Fausto Freitas também recebeu a visita do deputado estadual **Edson Vieira**.

Acompanhado por vereadores e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o deputado e comitiva vieram em busca de notícias sobre a construção do novo Fórum de Santa Cruz do Capibaribe, cuja a conclusão está prevista para os próximos dois meses. Atualmente, o fórum funciona em um prédio cedido pelo município.



Concurso TJPE

O concurso do *Tribunal de Justiça de Pernambuco* (TJPE), que será realizado no próximo dia 13 de maio, sem novidades. Segundo a Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, os candidatos devem ficar no aguardo dos novos cartões de inscrição, que poderão indicar locais de prova diferentes dos divulgados antes do adiamento do concurso.

O edital de convocação para a realização do exame será publicado no Diário Oficial da próxima segunda-feira. A Fundação Carlos Chagas, responsável pela elaboração e aplicação das provas, divulgou a inclusão de mais três municípios na relação de locais para a realização do concurso: Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista.

Tribunal assina convênio com Faculdade Maurício de Nassau

CELINA ARAÚJO

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Valença Freitas, recebeu na última quarta, dia 2, o diretor geral da Faculdade Maurício de Nassau, José Janguê Diniz. O motivo da visita foi a assinatura do convênio entre o Poder Judiciário e a faculdade pernambucana no programa Liberdade Assistida.

O TJPE vem desenvolvendo parcerias com faculdades e universidades

com o intuito de formar estudantes-orientadores dos jovens que estão em regime de liberdade assistida. Dessa maneira, damos a oportunidade de inserção ao jovem infrator", explicou coordenador da Infância e Juventude, juiz Humberto Vasconcelos.

Além da faculdade e da Coordenadoria da Infância e Juventude, também participam diretamente do convênio a Coordenadoria de Volun-

tariado do TJPE e Associação Benéfica Criança Cidadã (ABCC). "É um trabalho em que todos ganham, sobretudo o estudante universitário, que estará pôdo em prática a teoria acadêmica e o jovem infrator, ao ser acompanhado por orientadores capacitados", destacou Vasconcelos.

A capacitação dos

estudantes orientadores é feita pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Além da Faculdade Mau-

ricio de Nassau, outras instituições de ensino superior também já aderiram ao programa de Liberdade Assistida como Universidade Salgado de Oliveira (Uni-

versidade), Faculdades Integradas Barros Melo (Aeso), Damas, Marista, Pinto Ferreira e Luso-Brasileira.

Para o diretor da Maurício de Nassau, Janguê Diniz, a iniciativa do Poder Judiciário é importante na ressocialização do jovem infrator. "Fui pessoalmente ver os menores e

acredito na recuperação deles através de medidas socio-educativas. Desde já, coloco à disposição os professores e coordenadores da faculdade". Também estavam presentes o diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo; o presidente da ABCC, desembargador Nildo Nery, o Coordenador do Voluntariado, juiz Paulo Brandão, o responsável pela Coordenadoria dos Juizados Especiais, juiz Luiz Mário Moutinho. Representando a faculdade Maurício de Nassau estavam o superintendente acadêmico, Inácio Feitosa; a coordenadora de Práticas Jurídicas, Isabele Moraes e o coordenador do curso de Direito, Maurício Adeodato.



Contadeiras de Estórias ...



A *navia da literatura e da oralidade popular encantaram servidores do TJPE, na tarde da última quinta-feira, dia 3. O projeto Contadeiras de Estórias, promovido pelo Themis Cultural, se apresentou no Memorial de Justiça com a dupla Tânia Oliveira e Marúcia Coelho.*



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



ESTADO DE PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 83

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 8 de maio de 2007

Comissão apresenta relatório final do COJEPE

Confira na íntegra o parecer apresentado pelo relator geral do COJEPE, desembargador Bartolomeu Bueno, que preside a Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O texto abaixo foi acolhido e teve sua redação final aprovada, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno, no dia 27 de abril. O relatório será encaminhado para a Assembleia Legislativa - PE pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.

A ideia da elaboração de um novo Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco é antiga. É que o atual COJEPE foi instituído através da Resolução nº 10, de 28 de dezembro de 1970.

Com a edição da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (LOMAN), o estado de Pernambuco teve de promover a primeira reforma expressiva do COJEPE, o que foi feito pela Lei Estadual nº 8.034, de 1º de novembro de 1979, adaptando-o ao novo Estatuto da Magistratura. A partir daí, surgiu a ideia da elaboração de um novo Código de Organização Judiciária.

Na gestão do Desembargador Eládio Ramos Galvão, constituiu-se uma comissão para esse fim, a qual elaborou um anteprojeto e o encaminhou à apreciação da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Com a emenda Constitucional nº 45/2004, a elaboração de um novo Código de Organização passou a ser uma necessidade institucional, especialmente porque o atual COJEPE já não atendia aos anseios da magistratura e às exigências da divisão e da organização judiciária estadual.

O Desembargador Fausto Valença de Freitas incorporou a ideia e o esforço para a edição da nova lei no seu Plano de Gestão para o biênio 2006/2007. Para a concretização dessa meta, foi firmado um convênio com a Escola Superior

da Magistratura do Estado de Pernambuco (Esmap), objetivando dar o apoio técnico necessário à elaboração do anteprojeto.

Através do Ato nº 403, de 13 de fevereiro de 2006, foi instituída uma comissão com vistas à elaboração do referido anteprojeto. O grupo está sob a supervisão do desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Moura e é composta pelos seguintes juízes: Ruy Trezena Patu Júnior (coordenador); Eduardo Guilford Maranhão; Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima; Jorge Américo Pereira de Lima; Luiz Márcio de Góes Montanho; Mauro Alencar de Barros; Virgílio Marques Carneiro Lelo; Humberto Costa de Vasconcelos Júnior e Agostinho Ferreira Lima Filho. Ainda integram a comissão, como membros natos, o diretor e o vice-diretor da Esmap, os desembargadores Jones Figueiredo Alves e Eduardo Augusto Paula Peres, respectivamente. A equipe é secretariada pela servidora Sônia Santos Santiago de Araújo.

A Comissão, antes do prazo sinalado pelo aludido Ato (art. 10), ou seja, 90 (noventa) dias, concluiu a primeira versão do anteprojeto do novo COJEPE.

Em 25 de julho de 2006, o Tribunal de Justiça aprovou a Resolução nº 199/2006, estabelecendo normas regimentais especiais para discussão e votação do anteprojeto do novo Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, preservando, den-

tre outras normas, que o texto deveria ser publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário e na Página do Tribunal de Justiça na Internet e, em seguida, encaminhado à Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno, onde ficaria aguardando o decurso do prazo de 30 (trinta) dias para emendas.

O Anteprojeto também foi submetido, pela mencionada Comissão, à discussão popular, através da marcação de audiências públicas nas principais cidades do estado de Pernambuco, com a participação de todos os segmentos interessados (advogados, servidores do Poder Judiciário, defensores públicos, membros do Ministério Público, etc.). Essas audiências se realizaram nas cidades de Petrolina (25.05.2006), Garanhuns (13.07.2006), Pesqueira (20.07.2006) e Recife (25.07.2006), sendo, na ocasião, apresentadas muitas sugestões e emendas ao anteprojeto do COJEPE, as quais foram registradas em ata para análise pela Comissão. Além disso, a Comissão de Organização Judiciária realizou diversas reuniões prévias com os desembargadores do Tribunal de Justiça, para discussão do anteprojeto antes de ser levado à votação pelo Tribunal Pleno.

Apesar da apresentação das inúmeras emendas apresentadas, a Comissão de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça, em tempo recorde, deu parecer em todas e as submeteu ao Pleno do Tribunal de Justiça, que, em três sessões, apreciou-as, juntamente com as Emendas de Plenário Aditivas, Supressivas Modificativas, Substitutivas e/ou Aglutinativas, e deu voto ao anteprojeto do COJEPE à Comissão para redação final.

Elaborado o texto com a redação final do Código de Organização Judiciária, foi o mesmo entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, que convocou uma sessão extraordinária do Pleno do Tribunal para o dia 27 de Abril de 2007, para sua discussão e aprovação.

No dia 26 de Abril de 2007, a Presidência do Tribunal de Justiça,

remeteu a este Relator o Ofício Circular nº 02/2007, uma Emenda de Adequação (Errata), "considerando o texto da redação final do anteprojeto do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, cuja cópia fora enviada aos desembargadores através do Ofício Circular nº 15/ 2007-PRE/SEJU, que alterou o quantitativo de cargos de Desembargador e da criação da 2ª Vara de Acidente de Trabalho; que a alteração do art. 146, inciso XIV, do referido Anteprojeto importou em tratamento diferenciado em relação à Coordenação do Serviço Voluntário e, a ser criada, a Coordenação das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem, que não estão abrangidas pelo citado dispositivo; que houve erro (a maior) de cálculo quanto ao quantitativo de cargos de Juiz de Direito de 2ª Entrância, definido no art. 190, inciso II, alínea "a" do mesmo anteprojeto; a necessidade de inclusão no Anexo II - 3ª Entrância, do mencionado anteprojeto, da 2ª Vara de Acidente de Trabalho e do Juizado Especial de Trânsito, este criado pela Lei Complementar nº 76, de 04. 07. 2005; a necessidade, por via de consequência, das razões expostas, de atualização do quantitativo de cargos previsto no Anexo III - 39 cargos de desembargador, 116 cargos de juiz de Direito de 3ª Entrância, 247 cargos de juiz de Direito de 2ª Entrância, 70 cargos de juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância e, finalmente na totalização da tabela: 694 cargos e, finalmente, que a significação dos Grupos Judiciário e Administrativo, do quadro de cargos do Poder Judiciário Estadual, no denominado Grupo Jurídico-Administrativo, pela Lei Estadual nº 13.170, de 26 de dezembro de 2006, que im-

portará em alteração da denominação e na redução dos cargos (Grupo Administrativo), previstos no Anexo IV do Anteprojeto, vez que, a partir desta Lei, os servidores efetivos passaram a poder exercer, legalmente, as suas atribuições em qualquer órgão administrativo e jurisdicional, do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, encaminhou a V. Exa., como ERRATA da redação final do anteprojeto do COJEPE, as sugestões de redação que seguem em anexo com os respectivos anexos pertinentes".

Assim relatado e exposto.



Desembargador Bartolomeu Bueno

O PARECER desta Relatoria é pela aprovação do texto com a redação final do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco em ANEXO, com as alterações propostas na Emenda de Adequação (Errata) apresentada pela Presidência deste Ilustre Tribunal de Justiça.

Recife, 27 de abril de 2007.

Desembargador Bartolomeu Bueno - Relator Geral

Justiça estadual finaliza Código de Organização Judiciária

Combater a morosidade processual e investir na transparência administrativa são alguns dos objetivos pretendidos no projeto de lei complementar do novo Código

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) acaba de elaborar o novo Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJEPE) - uma das metas prioritárias da gestão do desembargador presidente do TJPE, Fausto Freitas. A redação final foi aprovada pelo Tribunal Pleno no último dia 27 e publicada na edição da última sexta-feira do Diário Oficial. A próxima etapa é remeter o projeto de lei ainda este mês à Assembleia Legislativa.

"O atual código é de 1970, o que implica a desatualização dessa lei em relação às demandas jurisdicionais hoje", considera o relator geral do projeto, desembargador Bartolomeu Bueno. "O novo COJEPE vai dar uma estrutura orgânica e apresentar aquilo que é praticamente imutável no Poder Judiciário. Trata-se de um código

rígido que apresenta o esqueleto da Justiça no estado", acredita o magistrado.

Foram regulamentadas diversas indenizatórias, previstas na Lei Orgânica da Magistratura, como gratificações por auxílio-moradia, por comarca de difícil provimento (de 10% a 20% do subsídio do magistrado), acumulação (10% do salário), substituição e exercício em Turma Recursal dos Juizados Especiais, entre outras. "No total, os gastos de repercussão imediata não ultrapassam 3% do

Orçamento anual do Tribunal de Justiça", garante o coordenador da comissão criada para elaborar as mudanças, juiz Ruy Patu. A Lei Orgânica dos

Segundo o magistrado, os Juizados Especiais poderão funcionar de modo itinerante e temporariamente. "Nas comar-

cas onde não há Juizados, o Tribunal poderá criar o denominado 'Juizado Especial Adjunto', aproveitando a estrutura (secretaria) da vara que se vincular", detalha Patu.

A Justiça de 2º grau não foi esquecida, pois caso ocorra acúmulo de processos, o Tribunal de Justiça de Pernambuco poderá criar a Câmara Auxiliar de Julgamento, composta por juizes da Capital substitutos de desembargadores, sob a presidência de um desembargador.

Se houver acúmulo de processos em órgãos de 1º grau, o Conselho da Magistratura, poderá declarar uma vara em "Regime Especial". Dessa forma, durante certo tempo, será possível agilizar os processos acumulados. Com a medida, existe a possibilidade de que a distribuição para a comarca ou vara seja sustada ou que os processos sejam redistribuídos entre juizes designados pelo Conselho, sanando o problema do acúmulo processual, e também sem prejuízo

das medidas disciplinares cabíveis.

Também foram criadas as Centrais Jurisdicionais - órgãos da Justiça que serão compostos por juizes substitutos - que atuarão sobre matérias da competência residual das varas de uma mesma jurisdição (comuns entre elas). "Elas serão um órgão aglutinador de atribuições e de composição coletiva onde os juizes permanecem, no máximo, por dois anos", garante o assessor especial da Presidência, o juiz Ruy Patu.

A vez do INTERIOR

O Código também descentralizou a prestação jurisdicional do TJPE com a criação de Câmaras Regionais, fixas ou itinerantes. "Há um estudo em curso para acrescentar desembargadores para esse fim, que deve ficar pronto até dezembro", adianta o juiz Ruy Patu. De acordo com o magistrado, "a

barreira é orçamentária".

O documento cria, na sede de cada circunscrição judiciária, uma Vara Regional da Infância e Juventude, totalizando 13 unidades. A intenção é que Recife, Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Cabo

blicação da lei, de acordo com Patu.

Além disso, poderão ser criadas Varas Regionais ou Estaduais. Por exemplo, o Tribunal pode criar uma Vara Agrária com jurisdição em todo o território do Estado. Quem vai determinar a abrangência dessa jurisdição é o Poder Judiciário", aponta o juiz Ruy Patu.

Serviços Notariais e de Registro do Estado de Pernambuco - cujo anteprojeto foi finalizado no dia 20 de abril - e o Estatuto do Servidor do Poder Judiciário tam-

bém complementam a nova lei. O COJEPE - que na elaboração contou com a participação do diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), desembargadores Jones Figueiredo e Eduardo Paurá Peres - também dispõe sobre a carreira de magistrado. A lei traz novas formas de controle do Judiciário

rio e estabelece funções inéditas no país. Confira algumas delas nas matérias abaixo.

MAIOR CONTROLE

A partir da aprovação do novo Código, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco terá orçamento próprio. "Isso significa maior autonomia", argumenta o juiz Ruy Patu. Outra alteração significativa foi a criação do Conselho de Administração da Justiça Estadual, que vai supervisionar a administração e o orçamento do Poder Judiciário, como órgão central do sistema, cujas decisões serão vinculativas.

"Vai ser uma espécie de um ministério de Contas dentro do Judiciário", afirmou Patu,

destacando o ineditismo da iniciativa no âmbito nacional comparativamente com outros Tribunais de Justiça. "Se o Conselho negar alguma despesa, o Tribunal de Justiça de Pernambuco não vai poder gastar", acrescenta o juiz. Segundo ele, a medida - pleiteada pela maioria dos desembargadores - é sinal de mais democratização e transparência na administração da Justiça estadual.

O COJEPE também prevê que a Corregedoria fará correções, a cada ano, em metade das comarcas, de forma que, num biênio, todas as unidades estejam vistoriadas. Também foi criado um corpo de auditores para auxiliar a Corregedoria da Justiça.

Direito Registral

Corregedoria realiza curso de atualização

CELINA ARAÚJO

Recife, Caruaru e Petrolina. Essas são as cidades escolhidas para a realização do I Curso de Atualização de Práticas Notariais e de Registros Imobiliários. O evento, voltado para juízes e oficiais de registros de imóveis, é uma realização da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco e conta com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Pernambuco, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRI) e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

O curso de atualização começará nos dias 21 e 22 deste mês, no Fórum Ro-

dolfo Aureliano, no Recife, compreendendo as comarcas da Região Metropolitana e Zona da Mata. Já nos dias 24 e 25 será a vez das comarcas do sertão pernambucano participarem no auditório do fórum da comarca de Petrolina. Durante os dias 28 e 29, o evento chega ao seu término com a apresentação do curso no auditório da Faculdade de Direito de Caruaru, compreendendo as comarcas do Agreste de Pernambuco.

Para a assessora especial da Corregedoria, juíza Nalva Cristina Campello, o momento será de integração e esclarecimento. "O curso pretende atualizar juízes, promo-

tores, notários e registradores imobiliários do Estado sobre as normas que regem os atos notariais e registrares, sobretudo em razão das constantes dúvidas com a questão imobiliária, seja no âmbito judicial ou extrajudicial", destacou.

O curso terá carga horária de 16 horas/aula e, nos dois dias, serão realizados das 8h30 às 12h30 e das 14h30 às 18h30.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas através da página eletrônica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (www.tjpe.gov.br). Mais informações através dos telefones 3419-3694 e 3419-3696.



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Fausto Freitas** (E), recebeu na última segunda-feira, dia 7, a visita de cotesia do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador **Fernando Ximenes**.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA INFORMA

O link Jurisprudência já está funcionando normalmente no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Através dele, a população tem acesso a ementas, acórdãos, relatórios, votos e notas taquigráficas na internet.

Quem não conseguir fazer sua pesquisa no www.tjpe.gov.br, poderá se dirigir à Diretoria de Documentação Judiciária, que fica no 7º andar do Fórum Paula Baptista (Rua do Imperador Dom Pedro II, nº 207, Santo Antônio), ou escrever para jurisprudencia@tjpe.gov.br ou ainda ligar para os telefones 3419-3489 / 3419-3466.



Acmepe distribui presentes no Dia das Mães

A Associação dos Cônjuges de Magistrados de Pernambuco (Acmepe) distribuiu, na tarde do último dia 7, cerca de 300 garrafas térmicas às mães que prestam serviço no Tribunal de Justiça de Pernambuco. A entrega foi feita no auditório da associação para comemorar o Dia das Mães que acontece no próximo domingo.



PACTO PELA VIDA

TRIBUNAL participa de lançamento

CELINA ARAGÃO

O governo do Estado lançou na última terça, dia 8, o Pacto pela Vida, Plano Estadual de Segurança Pública, no Palácio do Campo das Princesas. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Valença Freitas participou do lançamento que tem como posição inovadora a articulação entre os poderes Exe-

cutivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e da sociedade civil organizada.

Na ocasião, Freitas destacou que o problema da violência é uma questão de Estado e, por isso, é responsabilidade de todos, inclusive do Judiciário. "Este não é um plano imposto, mas sim democrático, onde cada um tem sua atuação e será uma vitória con-



Fausto Freitas (l.), Eduardo Campos (c.) e Fernando Lyra (r.) no lançamento do plano

junta", destacou o magistrado.

A meta do Plano Estadual de Segurança

Pública é reduzir os índices de mortes decor-

rentes da violência em 12%.



Fausto Freitas recebe homenagem do Clube dos Advogados

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Frei-

tas, foi o homenageado do mês pelo Clube de Advogados de Pernambuco. A presidente do

Clube de Advogados, Nair Andrade, destacou a atuação de Freitas para as causas sociais e

CHEFE DO JUDICIÁRIO é homenageado

sua contribuição na prestação jurisdicional eficiente. "O presidente do TJPE é um dos poucos homens públicos que transitou pelos três poderes e todos com eficácia e competência".

O chefe do poder judiciário estadual agradeceu a homenagem e fez um breve relato de sua atuação no Estado. "Em todas as minhas etapas profissionais fui levado a me engajar na área

social", destacou.

A solenidade ocorreu no restaurante Spettus e contou com figuras do meio jurídico. Além de Nair e Freitas, a mesa foi composta pelo desembargador Fernando Ferreira, pelo presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchoa; pela desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 5ª região, Margarida Cantarelli; e pelo procurador ge-

ral da Justiça, Paulo Varejão. Ainda fizeram parte da mesa solene o presidente da Ordem de Advogados do Brasil/Seccional Pernambuco, Jaime Asfora e o presidente dos Associados em Pernambuco, Jozil Barros.

(Celina Aragão)

Confira o discurso de agradecimento na página 2



NOSSO OBJETIVO:

Manter Pernambuco na linha do Direito de vanguarda*

Minhas senhoras e meus senhores

Há ocasiões em que o óbvio torna-se indispensável. Esta é uma delas. Permitam extrapolar os limites do zelo que em geral se cultiva, como uma espécie de defesa ao eventual excesso de vaidade, para lhes confessar algo muito importante. Sinto-me lisonjeado e orgulhoso com a homenagem que o Clube dos Advogados de Pernambuco decidiu-me oferecer. Este momento terá uma importância perene nos meus sentimentos e confere um ganho valioso que jamais esperava acrescentar ao meu singelo currículo de bacharel, de parlamentar e de magistrado.

Este ato honra o homenageado por muitas razões. A começar pela nobreza desta casa fundada em 1967, idealizada pelo inesquecível advogado e também seu primeiro presidente, Antonio Lobo de Mi-

randa, e tendo entre os sócios fundadores o grande mestre Mário Neves Batista, responsável pela formação de sucessivas gerações de advogados pernambucanos, além do eminente procurador do Estado, Doutor Sílvio Pessoa.

Nesses 40 longos anos de atuação, o Clube dos Advogados de Pernambuco acolheu, em seus quadros, profissionais da mais elevada estirpe cujas atitudes e competências tão bem remetem à tradição pernambucana de projetar juristas de renome nacional e internacional. Não nos faltam exemplos que remetem às escolas de Direito do nosso Estado para o ranking das mais notáveis academias de ciências jurídicas da América Latina.

O sentimento de orgulho do homenageado torna-se ainda mais denso pelas convergências da vida, que me trouxeram aqui, exatamente no mandato

da eminente presidente doutora Nair Andrade dos Santos. Ela é um ícone da inteligência da mulher brasileira e das primeiras pernambucanas a projetar a força e capacidade femininas, no exercício de atividades acadêmicas e no âmbito profissional.

Permita-me também, presidenta, exaltá-la por suas conquistas profissionais desde o momento em que colou grau pela Faculdade de Direito do Recife em 1961, e por ser a primeira mulher a ocupar um cargo na diretoria da OAB-PE, a 2ª secretária do Conselho, na gestão do Presidente Joaquim Correia de Carvalho Junior, no período de 1971 a 1973.

Advogada de ofício aposentada, mediadora inscrita no Centro de Mediação, a doutora Nair Andrade atuou no Juizado Especial Criminal, no Fórum Thomaz de Aquino, e atualmente é membro do Conselho de Administração da Associação Bene-

ficente Criança Cidadã. Minha cara presidenta, a senhora possui uma folha de inestimáveis serviços prestados ao campo do Direito e é um exemplo que dignifica a advocacia pernambucana.

Quero agradecer-lhe por ter incluído o meu nome numa tão rigorosa seleção de homenageados do Clube dos Advogados de Pernambuco, onde constam figuras proeminentes do cenário jurídico brasileiro e onde estou sendo acatado com a bondade desta Casa, e com incontida sensação de felicidade compartilhada pela minha família e pelos meus amigos.

Neste fórum privilegiado de tão nobres profissionais do Direito, devo assinalar que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco não tem medido esforços para contribuir com um desejado e necessário avanço, em todo o sistema de prestação de serviços jurisdicionais em Pernambuco.

Esses esforços estão concretizados em iniciativas, algumas inéditas, como os sucessivos mutirões que vêm desobstruindo as pautas do TJPE, mediante agendas temáticas com excepcionais índices de conciliações. Criação de duas novas varas do Tribunal do Juri, mais uma Câmara Criminal, juizados do torcedor, da mulher, dos idosos. Uma ação de vanguarda denominada Liberdade Assistida, através de convênios com escolas de Direito para acompanhamento de menores abandonados na região metropolitana do Recife, canteiros de obras de novos fóruns em Olinda, Caruaru, Pesqueira, além de intervenções em diversos municípios.

Finalmente, para não nos alongarmos em relatórios de um trabalho diuturno ao qual estamos empenhados, o Tribunal de Justiça de Pernambuco acaba de formatar o projeto de lei que trata do novo código de organização do judiciário, em cujos pa-

rágrafos asseguram-se reformulações e medidas modernizadoras, que conduzirão o Poder judiciário de Pernambuco para uma nova fase de sua história, assegurando agilidade e eficiência nos serviços jurisdicionais e fixando condições mais favoráveis ao desempenho operacional da instituição, que a cada dia mais se aproxima do povo.

São esses, senhoras e senhores, os objetivos que perseguimos e que estamos efetivamente conquistando para manter Pernambuco na sua tradicional linha de vanguardismo do Direito e do Judiciário brasileiro. Espero fazer jus a essa homenagem. Muito obrigado, e guardarei sempre a memória deste momento.

** Discurso do presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, na homenagem prestada pelo Clube dos Advogados de Pernambuco, no dia 8 de maio de 2007.*



Dia Nacional do Assistente Social

CICELY PEREIRA

No próximo dia 15, comemora-se no país o Dia do Assistente Social. As primeiras escolas para formação desses profissionais surgiram no Brasil no final da década de 1930, quando se desencadeou o processo de industrialização e urbanização, e os problemas sociais começaram a se agravar. Em 1938, o então presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Rodolfo Aureliano, entendendo que os conhecimentos jurídicos apenas não bastavam para analisar questões sociais, abraçou a causa, principalmente os problemas da infância e

adolescência. Mas como enfrentá-los, como encontrar assistentes sociais em Pernambuco, se a profissão começava a dar seus primeiros passos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro?

Como, nessa época, o TJPE não tinha um quadro próprio de profissionais, alguns juízes, movidos pela necessidade de compreender a natureza biopsicossocial existente nos conflitos que chegam à Justiça, passaram a requisitar assistentes sociais de outros órgãos públicos para auxiliar nas questões relativas à infância e juventude, através da emissão de estados e pareceres técnicos. Aos



O Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou vários eventos para marcar a data

poucos, o serviço se estendeu à área de família, nos casos de separação judicial, por considerar que os conflitos conjugais traziam graves repercussões para a vida do grupo familiar, sendo necessário atuar nas diversas situações de fundo social e emocional.

Para resolver o problema, o desembargador decidiu criar no Juizado de Menores, conhecido hoje como Juizado da Infância e Juventude,

a 1ª Escola de Serviço Social em Pernambuco, terceira do Brasil. Posteriormente, a instituição foi transferida para a Avenida Conde da Boa Vista e, mais tarde para o campus da Universidade Federal de Pernambuco. A iniciativa acelerou o crescimento e solidificou a Assistência Social no Poder Judiciário, além de trazer reconhecimento ao magistrado, que mais tarde teve seu nome colocado

no novo Fórum da cidade.

Atualmente, 22 profissionais atuam nas áreas do Centro de Apoio Psicossocial (CAP), Vara de Execuções e Penas Alternativas (VEPA), Varas da Infância e Juventude, Fórum de Camaragibe, Fórum Universitário de Olinda e Juizado Especial Criminal do Recife.

"O Serviço Social da área jurídica tornou-se uma categoria favoreci-

da desde o 1º concurso realizado em 1993. Seu crescimento fez com que outras áreas também evoluíssem, solicitando assim mais profissionais, para que fosse possível acompanhar a demanda. Ele cresceu dentro do Judiciário porque se fez em qualidade. Quero parabenizar a todos que lutam para que o serviço continue", destaca a chefe do Serviço Social do TJPE, Joelma Lapenda.

Mostra de Painéis

A mostra Da Casa de Relação ao Tribunal de Justiça começa na próxima terça, dia 15 de maio, no Hall Monumental do Fórum Rodolfo Aureliano. Os 12 painéis e seis cavaletes - produzidos pelo Memorial da Justiça - contam a história do Poder Judiciário em Pernambuco. A mostra é aberta ao público e pode ser vista das 11h30 às 17h30.

JUIZADO DA MULHER: Competências

RODRIGO GARDIN

Juízes de 1º grau têm enviado processos de separação de corpos para o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Na área cível, cabe ao Juizado "apenas o processo e a execução de Medidas Protetivas de Urgência", conforme provimento publicado no Diário Oficial do dia 5 de maio pelo

Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A juíza titular do Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher, Maria Thereza Machado, reitera a recomendação: "os juízes estavam declinando da competência para tudo ser julgado no juizado. A lei criou esse mecanismo pro-

tetivo de urgência, mas isso não tira a competência das varas de família para julgar uma separação de corpos, por exemplo".

O assessor especial da presidência, juiz Ruy Patu, salienta que "o Juizado da Mulher não tem competência para julgar qualquer ato de violência doméstica e familiar

contra a mulher, ao contrário do que alguns achavam". Segundo ele, os artigos que detalham a Lei Maria da Penha são claros no trato de medidas protetivas de urgência e na competência ampla na área criminal - exceto nos crimes contra a vida, cuja competência é do Tribunal do Júri.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 87

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 12 de maio de 2007

JABOATÃO DOS GUARARAPES

TJPE assina convênio para **agilizar** processos

LEISLA RAPOSO

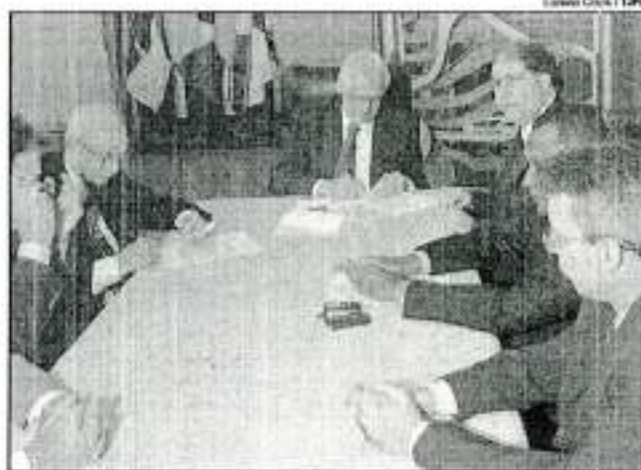
O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes fecharam, na última quarta-feira, um convênio de cooperação técnica e administrativa para aperfeiçoar a tramitação de execuções fiscais referentes ao município. Com a assinatura do documento - pelo desembargador presidente do TJPE Fausto Freitas e pelo prefeito Newton Carneiro - 15 servidores municipais irão atuar como Oficiais de Justiça *ad hoc*, junto às Varas da Fazenda Municipal, sem ônus financeiro à folha de pagamentos do Poder

Judiciário. A duração do contrato é de quatro anos, podendo ser prorrogado.

De acordo com o convênio 015/2007, caberá ao TJPE capacitar, avaliar e fiscalizar as atividades dos novos oficiais que cumpriam um plano de trabalho, elaborado de acordo com a Lei nº 8.666/93, que rege as licitações atualmente no país. Entre as metas do plano, está o cumprimento de 15 mandados mensais nos primeiros meses e de 100 deles nos restantes. O contrato também prevê a implantação de um banco de dados conjunto, entre a Prefeitura e o TJPE, para reu-

nir informações sobre os resultados da iniciativa.

Participaram da solenidade de assinatura do convênio, realizada no gabinete da Presidência, o chefe de Gabinete da Presidência do TJPE, Flávio Régis, o diretor do Fórum da cidade e titular da 9ª Vara Cível, Roberto Bivar Costa, e o juiz da 3ª Vara Criminal, Sílvio Galdino. Pela Prefeitura, estavam presentes o procurador-geral de Jaboatão, Ademar dos Santos; o secretário Jurídico, Gibson Lins; o chefe de gabinete, Gilberto Gueiros e o subprocurador-geral do Município, Henrique Leite.



Assinatura de convênio foi realizada no gabinete da Presidência

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE SERÁ LANÇADO EM JUNHO

MARIELA VESAS



O último grupo foi capacitado pelo diretor da Lumina Consultoria, Paulo Erlich (detalhe), nos dias 8 e 9 de maio

O Programa de Promoção de Saúde (PPA), vinculado à Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), será implementado na primeira quinzena de junho. Todos os integrantes do Comitê de Promoção de Saúde já foram capacitados e agora irão começar a redigir o programa para apresentá-lo ao presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas.

O último grupo de gestores e agentes do programa foi capacitado, nos dias 8 e 9 de maio, pelo diretor da Lumina Con-

sultoria, Paulo Erlich. Durante sua apresentação, o consultor mostrou um diagnóstico do perfil dos servidores e magistrados do TJPE. Os dados - coletados a partir de questionários feitos com 400 integrantes da Justiça estadual - demonstraram que existem 60% de sedentários. Nesse universo, 60% desejam mudar essa situação. Para Erlich, o grande número de pessoas que quer melhorar seu bem-estar físico representa uma boa receptividade ao PPA.

Atividades físicas, alimentação saudável e ge-

renciamento do estresse. Esse será o tripé no qual o Comitê de Promoção de Saúde vai trabalhar com os beneficiados pelo programa. "Será um processo de conscientização e de alerta, que poderá ser feito pessoalmente ou através de folhetos e palestras", explica Erlich.

O PPA ainda servirá para divulgar outros programas que já estão à disposição dos servidores e magistrados do TJPE. Um exemplo deles é o Themis Cultural, que estimula os talentos dos integrantes da Justiça estadual e promove atividades culturais.

Diário Oficial

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 88

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 15 de maio de 2007

SEÇÃO CÍVEL edita as primeiras súmulas do TJPE

ROSA MIRANDA

A edição de hoje do Diário Oficial é histórica para o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A Seção Cível edita as primeiras 38 súmulas do órgão, que completa 185 anos em agosto deste ano. Por representarem o pensamento do Judiciário estadual sobre determinadas matérias, as súmulas, propostas pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), irão otimizar o julgamento dos processos. Em breve, um livro, comentado pelos desembargadores, será publicado com as súmulas.

No final do ano passado, o CEJ - com base no estudo de uma comissão de juízes - propôs a criação de 40 súmulas. No dia 3 de maio, durante sessão de julgamento, a Seção Cível do TJPE - presidida pelo desembargador José Antônio Macêdo

Malta - aprovou as primeiras súmulas da mais alta corte de Justiça pernambucana.

Os desembargadores integrantes da Seção Cível, realizada no Palácio da Justiça, aprovaram súmulas que tratam de questões referentes a planos de saúde, direito do consumidor, fornecimento de energia elétrica, direito de família, entre outras questões reincidentes na área.

Para o diretor do CEJ, desembargador Frederico Neves, a prioridade na justiça atual é a efetividade do processo: "A sociedade moderna não mais admite uma justiça atravancada, morosa e, por isso, ineficiente. A longa duração do processo acarreta às partes graves e irreparáveis lesões", destacou.

Ele pondera que a pro-

gressiva valorização da rapidez processual não deve prejudicar a maturidade da decisão da justiça. "É preciso que sejam adotados mecanismos capazes de assegurar, com larga margem, uma solução mais pronta dos problemas levados ao Judiciário. A edição de súmulas vem como uma resposta a esse anseio, porque elas refletem o pensamento do Tribunal sobre determinadas matérias já inúmeras vezes apreciadas", ressalta Neves.

Para o presidente da Comissão de Jurisprudência do TJPE, Des. Iovaldo Nunes, as súmulas são sínteses do sentimento jurídico dos juízes sobre determinadas questões de direito: "O objetivo é que, com a aplicação, as súmulas abreviem o julgamento de casos iguais", concluiu.

FÓRUM DE OLINDA

Estrutura do edifício é finalizada

ÂNGELO CASTELO BRANCO

As obras de construção do novo fórum de Olinda alcançaram uma etapa importante. Seguindo as fases do cronograma, a estrutura do edifício - de 7,5 mil quilômetros quadrados - foi finalizada. A inauguração está prevista para o próximo mês de outubro.

Desde o último sábado, dia 12, a Cocepx Engenharia, empresa responsável pela execução do projeto, começou a colocar os revestimentos de pisos e de paredes internas e externas, dando início à fase de acabamento. O novo fórum vai dotar o município de Olinda de uma unidade de serviços judiciais compatível com a demanda da população, que hoje vem sendo atendida em condições precárias num imóvel praticamente improvisado, no bairro de Peixinhos.

Os juízes Cláudio Malta e João Alberto esti-



O novo fórum de Olinda já está em estrutura.

nam que o fórum de Olinda atende atualmente a cerca de 200 pessoas por dia em suas atuais 18 varas. No novo edifício de quatro andares, localizado na Avenida Pan Nordeste, poderão funcionar 26 varas, além de uma Sala de Juri com capacidade para 207 pessoas, num ambiente dotado de sistemas de ar condicionado, de prevenção de incêndio, proteção contra raios, circuito de TV, gerador de energia e estacionamento com 200 vagas. A obra vai custar R\$ 11,4 milhões.

A nova unidade do Judiciário em Olinda será dotada também de uma Vara de Execução de Penas Alternativas, Assessoria Militar, agência bancária, banheiros para deficientes físicos, salas para oficiais de justiça, espaços especiais para a Ordem dos Advogados do Brasil e para a Defensoria Pública. O local também abrigará o Juizado Especial de Olinda, permitindo que a população do município tenha acesso aos serviços judiciais num só lugar.



O novo fórum de Olinda já está em estrutura.

COLÉGIO RECURSAL tem novo regimento

RONALDO GARCIA

Os juízes do Colégio Recursal, que atuam na 2ª instância para os Juizados Especiais, modificaram o Regimento Interno do órgão em sessão do Tribunal Pleno realizada na última quarta-feira, dia 9 de maio. "A alteração foi quase total", ressaltou o presidente do colégio, juiz Sérgio Paulo da Silva. O documento era o mesmo desde o ano 2000. A principal mudança, de acordo com o juiz, é a nomeação de suplentes fixos para cada turma - composta por três juízes, tal qual as câmaras do TJPE. "O suplente vinha sendo convocado para tur-

mas diferentes, em dias diferentes. Com essa alteração, cada turma será composta de três juízes e dois suplentes, que poderão se entrosar melhor e se programar melhor", avalia o juiz Sérgio Paulo.

Outra modificação de peso se deu no processo de distribuição de recursos de embargos de declaração - a partir do novo regimento, o juiz relator do acórdão embargado será o mesmo a analisar os embargos, como ocorre nos demais estados brasileiros. "Essas alterações visam a dar maior celeridade ao julgamento dos recursos", afirma o di-

retor do Colégio Recursal. Segundo ele, o regimento atual foi concebido quando o colégio funcionava numa turma única. "Hoje são dez, totalizando 30 juízes fixos e 20 suplentes".

O Colégio Recursal está sendo sobrecarregado principalmente por ações que versam sobre pulseira contra a empresa de telefonia Telemar e por mandados de segurança da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). "Só no mês de abril a Celpe impetrou 33 mandados de segurança no Colégio Recursal", informa o secretário-geral Guilherme Knäuper.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 89

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 16 de maio de 2007

150 ANOS DE CARUARU

Tribunal de Justiça homenageia Caruaru



A Capital do Agreste pernambucano, que possui cerca de 300 mil habitantes, comemora sua emancipação política

Rodrigo Guedes

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai deslocar integrantes de sua equipe para Caruaru, no Agreste do estado, nos dias 17 e 18 de maio. A agenda extraordinária se deve à comemoração da emancipação política do município, no dia 18.

Para a quinta-feira, foram agendadas cinco atividades: uma visita do governador Eduardo Campos (PSB) às obras do novo Fórum de Caruaru, uma Sessão da 4ª Câmara Cível na Faculdade de Direito de Caruaru, uma visita ao "Mutirão da Justiça" e uma reunião do Conselho da Magistratura — ambas no Fórum Dr. João Elísio Florêncio e, por fim, a apresentação

da Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque, no Pólo Comercial.

Na sexta-feira, dia 18, haverá uma solenidade de entrega do "Colar do

"Pela primeira vez, uma cidade do interior do Estado vai sediar o julgamento de processos de 2º grau"

Sesquicentenário" a algumas personalidades, entre elas o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Valença de Freitas.

INÊDITO

Pela primeira vez, uma cidade do interior do Estado vai sediar o julgamento de processos do 2º grau. Trata-se da sessão da 4ª Câmara Cível do TJPE, na qual serão apreciadas ações originárias de Caruaru e de outras comarcas da região.

Para tanto, a reunião será realizada no auditório da Associação Caruaruense de Ensino Superior, às 14h da quinta-feira, representando uma oportunidade para estudantes de Direito conferirem como atua um órgão da Justiça de 2º grau. O endereço da Faculdade de Direito caruaruense é Avenida Portugal, S/N, Bairro Universitário.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E LAVAGEM DE DINHEIRO SÃO TEMAS DE WORKSHOP

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), realiza na próxima segunda, dia 28, o workshop *Organizações Criminosas e Lavagem de Dinheiro*. Para debater sobre o tema, estarão presentes o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF/DF), Amônio Gustavo Rodrigues; o promotor de jus-

tiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Combate à Sonegação Fiscal, João Maria Rodrigues Filho; e o procurador regional da República (5ª região), Wellington Cabral Saraiva.

O workshop será gratuito e ocorrerá no auditório da Esmape, das 14h às 18h. Mais informações: 3224-0086.

NOVAS DATAS DE CURSO SOBRE DIREITO REGISTRAL

A Corregedoria Geral da Justiça informa que as datas em que ocorrerá o I Curso de Atualização de Práticas Notariais e de Registros Imobiliários sofreram modificações. Nos dias 24 e 25 acontecerá em Caruaru e nos dias 28 e 29 será em Petrolina. Já no Recife, as datas continuam as mesmas, dias 21 e 22.

Os juízes e oficiais de registros de imóveis podem fazer suas inscrições gratuitamente através da página eletrônica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (www.tjpe.gov.br) ou através do e-mail da Corregedoria (accgj@tjpe.gov.br). Mais informações através dos telefones 3419-3694 e 3419-3696.

DATAS	CIDADE	LOCAL DE REALIZAÇÃO
21 e 22 de maio	Recife	Fórum Rodolfo Aureliano
24 e 25 de maio	Caruaru	Faculdade de Direito
28 e 29 de maio	Petrolina	Fórum de Petrolina



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 90

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 17 de maio de 2007

Código de Organização chega à Alepe

MARIELA VERAS

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, entregou, no último dia 15, o projeto de lei do Código de Organização Judiciária de Pernambuco (Cojepe) ao Poder Legislativo estadual. O texto foi recebido pelo presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Isaías Neto, em solenidade realizada no Palácio do Governo. A cerimônia, presidida pelo governador em exercício, deputado Guilherme U-

chôa, reuniu magistrados e outros deputados estaduais.

O Judiciário estadual aposta numa rápida aprovação do Cojepe na Assembleia, a exemplo da celeridade com que foram apreciados outros projetos de lei recentemente encaminhados pelo TJPE. Um exemplo é o projeto que criou o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, aprovado em cerca de 30 dias pelo Legislativo.

Os representantes dos três Poderes presentes no encontro concor-

daram com a urgência da aprovação do projeto. A versão do Cojepe atualmente em vigor foi homologada há 37 anos. Uchôa, que é juiz aposentado, disse ter plena noção da defasagem do Código vigente, que não acompanhou o crescimento do Judiciário estadual nem a evolução das leis. Um exemplo prático dessas mudanças é o crescimento do número de divórcios. Há quatro décadas, esse tipo de separação ocorria raramente e só podia ser resolvido diante de um

O texto do Cojepe foi entregue em solenidade no Palácio do Governo. Os três poderes concordam com a necessidade de uma rápida aprovação



juiz. Hoje os divórcios já podem ser solucionados extrajudicialmente, nos cartórios.

Apresentada como uma das principais metas da atual gestão do

TJPE, a elaboração do Cojepe foi baseada em princípios objetivos, que garantissem a transparência da administração judiciária. "Para se criar uma comarca,

por exemplo, serão adotados critérios formais, que independem da mera vontade do presidente do Tribunal", destaca o desembargador Fausto Freitas.

ESCOLA DA MAGISTRATURA

OFICIAIS DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, em parceria com a Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape), vai realizar um curso de reciclagem para oficiais de Justiça do Recife. Serão 30 vagas, e as aulas acontecerão no período de 22 de maio e 20 de junho, pela manhã. Os módulos estudados são: legislação aplicada à práti-

ca dos oficiais de Justiça, atuação do oficial de Justiça nos processos civil e penal, aplicação prática e avaliação judicial.

O curso será ministrado pelos juizes de Direito Alexandre Pimentel e Alfredo Hermos, e pelo oficial de Justiça Paulo Roberto Monteiro. As aulas serão na sede da Esmape e no Fórum Thomaz de Aquino. Inscrições devem ser feitas com a Central de Mandados

do Fórum do Recife (3412-5063).

ADOÇÃO

Os aspectos jurídicos e psicanalíticos presentes em todo processo de adoção serão debatidos no próximo dia 21, às 19h, na sede da Escola da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Será uma mesa redonda composta pelo coordenador da Infância e Juventude, Humberto Vasconcelos; pelo ju-

rista Sílvia Neves Baptista e pela integrante da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), psicóloga Edineide Maria da Silva.

O debate é uma realização conjunta da Esmape, da Escola Brasileira de Psicanálise e da Escola de Advocacia Ruy Antunes, além do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

(Rômulo Guedes)

JUSTIÇA FEDERAL

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai prestigiar a comemoração dos 40 anos da reinstalação da Justiça Federal em Pernambuco, que ocorre às 14h30 do próximo dia 28, no Fórum Arthur Virgílio, localizado na Avenida Recife, 6250, Jiquiá.

O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, foi convidado para

comparecer à cerimônia pela desembargadora federal Margarida Cantarelli e pelos juizes federais Frederico José de Azevedo e Ubiratan Maurício.

A Justiça Federal foi novamente estruturada no Brasil, através da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, trinta anos depois de ser extinta pela Constituição Federal de 1937.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



BRASIL
ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estado de Pernambuco

Anno LXXXIV • N° 91

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 18 de maio de 2007

MEDALHA CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO

Judiciário estadual é **condecorado**

Cecilia Pereira e Sérgio Marcos



 O Poder Judiciário estadual foi duplamente homenageado, na última segunda-feira, 14, com a outorga da Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. A insígnia comemora o 13 de maio, dia

da Abolição da Escravatura no Brasil. Além do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fausto Freitas, também foi agraciada a Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), entidade parceira do Poder Judiciário estadual em programas sociais. A associação foi representada pelo seu presidente, o desembargador ano-

sentado Nildo Nery dos
Santos

Criada a partir de um programa social voltado para crianças em situação de risco, desenvolvido pelo TJPE, nos anos de 2000 e 2001, a ABCC conta com a parceria do Judiciário estadual em ações como a Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque. O projeto beneficia cerca de 100 cri-

anças e adolescentes que moram no bairro, uma das comunidades mais carentes e violentas do Grande Recife.

JOÃO ALFREDO

A Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, criada em 1987, é a mais alta comenda distribuída pelo TRT- 6ª Região. Seu nome homenageia

nageia o conselheiro João Alfredo - signatário da Lei Áurea, ao lado da Princesa Izabel - por sua atuação no processo de libertação dos escravos.

Anualmente, a medalha é atribuída a pessoas ou instituições que tenham contribuído, em suas áreas de atuação, para o desenvolvimento da Justiça e das relações de trabalho no Estado.

Este ano, também foram homenageados a prefeita de Olinda, Luciana Santos, o procurador regional do Trabalho da 6ª Região, Pedro Luiz Silva, a procuradora geral do Ministério Público do Trabalho, Sandra Lia Simón, o superintendente regional da Caixa Econômica Federal, Alex Jesner Norat, dentre outras autoridades.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Haverá sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco no próximo dia 28, às 9h. Serão apreciadas matérias relativas a plantões judiciais de 1ª e 2ª graus, alterações no Regimento Interno da casa, o anteprojeto referente à lei orgânica

dos serviços notariais e de registro e o horário dos expedientes do TJPE e seus anexos, entre outros assentes administrativos. A íntegra da convocação encontra-se no Diário Oficial de 11 de maio e na internet (www.flspepe.pe.gov.br, no link Poder Judiciário).

INSCRIÇÕES PRORROGADAS

As inscrições para o I Curso de Atualização de Práticas Notariais e de Registro Imobiliário foram prorrogadas. O curso, realizado pela Corregedoria Geral da Justiça, ocorrerá nas cidades de Recife, Canuaru e Petrolina entre os dias 21 e 22, 24 e 25 e 28 e 29, respectivamente.

Os juizes e oficiais de regis-

titos de imóveis que ainda não fizeram sua inscrição podem fazê-la gratuitamente na página eletrônica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (www.tjpe.gov.br) ou através do e-mail da Corregedoria (accgj@tjpe.gov.br). Mais informações através dos telefones 3419-3694 e 3419-3696.

EVENTOS DA ACMEPE

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmape) realizou, no último dia 16, um bingo para dar continuidade às ações das associadas. Durante a reunião, a médica e estudante de Direito Renê Patriota apresentou sua proposta sobre a Escola Pequenos Cidadãos - fundada no dia 13 deste mês. Renê Patriota solicitou todo tipo de doação das associadas para a escola que está em fase inicial e tem o propósito de

tirar os meninos das ruas da capital, para que sejam alfabetizados nos direitos da Constituição. Cerca de sessenta crianças já estão frequentando a instituição de ensino, que transmite de forma criativa o 5º artigo constitucional, tratando do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A Acmepe também distribuiu presentes para as aniversariantes do mês de maio.

CONCURSO NO TJPR

O Tribunal de Justiça do Paraná irá realizar concurso para juiz substituto. Podem concorrer as 50 vagas bacharéis em Direito com pelo menos três anos de exercício de atividade jurídica. As inscrições custam R\$ 150 e po-

dem ser feitas até 21 de maio através do www.tjpr.gov.br. O edital do concurso, o regulamento, o conteúdo programático e o requerimento de inscrição provisória também estão disponíveis no site do TJPR.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 92

Poder Judiciário Estadual • Seção - I

Recife, sábado, 19 de maio de 2007



Poder Judiciário participa das comemorações

TJPE presenteia a cidade com serviços e obras estratégicas

Sérgio Marcos Freitas

Ao comemorar 150 anos de fundação, no dia 17 de maio, a cidade de Caruaru foi triplamente presenteada pelos poderes públicos estaduais. Executivo, Legislativo e Judiciário se transformaram de Recife para o Agreste per-

nambucano, transformando a cidade aniversariante em capital do estado por dois dias.

Em sua participação, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu um mutirão para sentenciar processos do Juízo Cível, realizou sessão do Conselho da Magistratura e de uma Câmara Cível, firmou convênio para aplicação de medidas sócio-educativas a jovens infratores. Além disso, um plano extraordinário da Diretoria de Recursos Humanos prestou atendimento e discutiu qualidade de vida com servidores locais.

Contudo, a principal notícia transmitida pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, ao povo caruaruense foi a confirmação do término das obras do novo fórum da cidade, previsto para outubro. O local foi visitado, no início da tarde da quinta-feira, dia que concentrou as principais atividades comemorativas do sesquicentário, pelo governador do estado Eduardo Campos e seu secretário de Estado, pelo presidente da Assembleia Legislativa, Gui-

lherme Uchoa, vários outros deputados, membros do Ministério Público, da OAB, lideranças políticas e personalidades locais.

Como anfitrião da comitiva, o presidente do TJPE ressaltou a importância da obra, que contará com 8.000 m² de área construída em três pavimentos e será o maior fórum do interior do estado. "Caruaru é, além de pólo cultural, um grande pólo comercial que atrai muitos investimentos e desenvolvimento. Isso também atrai problemas, tornando necessária a presença de uma Justiça bem aparelhada", observou Fausto Freitas.

O chefe do Judiciário estadual ressaltou, ainda, que com a inauguração do novo Fórum a Comarca de Caruaru poderá inviar três novas varas, já aprovadas na Assembleia Legislativa, mas que não dispõe de espaço nas atuais instalações.



Autoridades e estudantes prestigiaram o evento



Segundo Grau no interior

Pela primeira vez na história do Judiciário pernambucano, um órgão da segunda instância realizou julgamentos fora da Capital. A 4ª Câmara Cível - na ocasião composta pelos desembargadores Jones Figueiredo, Frederico Neves e o juiz Itamar Pereira - julgou embargos oriundos de Caruaru e comarcas circunvizinhas diante de uma cativa platéia de estudantes de Direito. A sessão aconteceu no auditório da Faculdade de Direito de Caruaru.

"Além da interiorização do Judiciário, no sentido de uma aproximação do Poder com a sociedade, esta presença da Câmara Cível em Caruaru também tem um caráter acadêmico importante, mostrando aos futuros advogados como funciona na prática um julgamento no âmbito do segundo grau", ressaltou o presidente da sessão desembargador Jones Figueiredo. Na avaliação do secretário de sessão da 4ª Câmara Cível, Otaviano Simões, a oportunidade foi muito enriquecedora para os acadêmicos de Direito. "Os desembargadores Figueiredo e Frederico Neves são magistrados de grande conhecimento jurídico e do protocolo regimental do TJPE, proporcionando debates riquíssimos e verdadeiras aulas para quem os assiste".

(S.M.F.)

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

FÓRUM RODOLFO AURELIANO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 93

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 22 de maio de 2007



TJPE busca parceria com universitários

Liberdade assistida ressocializa jovens em conjunto com a iniciativa privada

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

Durante sua permanência em Caruaru, por ocasião das comemorações dos 150 anos de fundação da cidade, o Poder Judiciário estadual incluiu em sua agenda a assinatura de um convênio estratégico na área da Infância e Juventude. O acordo de cooperação técnica - envolvendo a Faculdade Vale do Ipojuca (Favip) - visa à implantação do programa de medidas sócio-educativas para jovens infratores com a colaboração de estudantes universitários.

No acordo de cooperação técnica, assinado durante uma sessão especial do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizada na última quinta-feira, também estão envolvidos a Escola Superior da Magistratura (Esma-

pe), o Ministério Público estadual e a Associação Beneficente Criança Cidadã.

O juiz responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude, Humberto Vasconcelos, lembrou que o programa que está sendo levado para Caruaru já está funcionando com

niram ao projeto.

O aspecto principal da metodologia adotada é a atuação dos universitários como uma espécie de padrinhos para cada adolescente em cumprimento de liberdade assistida. Os universitários monitoram o comportamento dos adolescentes no ambiente familiar e na escola e ainda transmitem orientações em assuntos do cotidiano, como higiene pessoal, aparência e fluência verbal.

Vasconcelos ressaltou que, além de representarem um exemplo para os meninos em ressocialização, os jovens estudantes terminam desenvolvendo o espírito de companheirismo para com os assistidos. "Ao final dos seis meses de duração do seu compromisso inicial, muitos universitários pedem para permane-



Autoridades assinaram convênio em Caruaru, na última quinta-feira

cer no programa", afirmou.

O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, observou que a partir da implantação do programa, o tratamento da questão do adolescente infrator em Caruaru terá uma nova configuração, mais sintonizada com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A medida anunciada pelo Judiciário estadual na co-

marca coincide com o registro de crescimento no número de atos infracionais cometidos por adolescentes. Dos 212 processos distribuídos já este ano para a Vara da Infância e Juventude, a maioria está relacionada a jovens infratores.

O procurador geral do estado, Paulo Vaz, destacou os aspectos positivos da aproximação e bom relacionamento que tem ocor-

rido entre Ministério Público e Judiciário. O desembargador Alberto Virgínio, membro do Conselho da Magistratura, destacou a atenção que o Tribunal de Justiça tem dado à questão do menor infrator, em especial as ações articuladas pela Coordenadoria da Infância. A Favip foi representada pelo coordenador do curso de Direito, professor Magno Antônio.

Programa já capacitou com estudantes com o apoio da Esmape

sucesso na Comarca do Recife, através de parcerias com faculdades de Direito. Na Capital, o programa já capacitou, com a ajuda da Esmape, cerca de 100 estudantes universitários e várias instituições de ensino superior já ade-

150 anos
Caruaru

Mutirão de sentenças

Quase 90% dos 187 processos que estavam concluídos no Juizado Especial Cível de Caruaru foram sentenciados. Esse foi o resultado de um mutirão promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, também como parte das ações comemorativas dos 150 anos de Caruaru. A ação beneficiou cerca de 400 pessoas, partes diretas envolvidas nas ações.

Segundo o juiz Julio Olney Tenório de Godoy, que coordenou o mutirão, em condições normais esses processos levariam cerca de um ano para serem sentenciados. "No Juizado Cível de Caruaru há um registro mensal de aproximadamente 300 novos processos. Não teríamos como atender essa demanda", esclarece.

Os 187 processos haviam sido distribuídos entre 15 magistrados de comarcas circunvizinhas, com duas semanas de antecedência. Alguns processos deixaram de ser sentenciados em razão da falta de tempo de alguns magistrados envolvidos no mutirão, face aos compromissos de sua comarca de origem.

DRH também participa de comemorações



A presença da DRH em Caruaru deu aos servidores locais oportunidades para esclarecimento de assuntos administrativos. Os interessados puderam protocolar pedidos relativos a benefícios e licenças.

Qualidade de vida foi a bandeira hasteada pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Poder Judiciário estadual durante as comemorações do sesquicentário de Caruaru. Durante o expediente da quinta-feira, 17 - principal dia do cronograma comemorativo - uma equipe fez plantão no Fórum local para lembrar aos servidores daquela comarca que saúde é o bem maior que podemos ter.

Entre outros temas, a DRH repassou esclarecimentos sobre os sintomas do estresse - que pode se expressar de

diferentes formas, desde o mau humor, impaciência e desconcentração à queda de cabelo, depressão e insônia. Além de agredir a saúde física e mental de quem é acometido, o estresse interfere negativamente sobre a qualidade do atendimento prestado pelo servidor ao cidadão.

Mas os servidores de Recursos Humanos lembraram que esses distúrbios podem ser evitados, através de dinâmicas simples, como as difundidas pelo programa "Dez Minutos para Mim". Em Caruaru, a coordenadora

do programa, Fátima Carneval, dividiu os servidores em grupos e envolveu os participantes em atividades de relaxamento através de danças circulares, baseadas em danças tradicionais de povos de diferentes países.

Segundo Carneval, essas danças - usadas em suas comunidades de origem para celebrar nascimentos, casamentos, colheitas e até a morte - propiciam um clima de contentamento e alegria. São chamadas circulares porque seus participantes são dispostos em círculos, sem hierarquização, quase sempre

de mãos dadas, simbolizando uma fraternidade e transmitindo o sentimento de confiança e apoio mútuo.

INFORMAÇÃO

A presença da DRH em Caruaru também deu aos servidores locais oportunidades para esclarecimento e solução de assuntos administrativos. Os interessados puderam protocolar pedidos relativos a benefícios e licenças - normalmente feitos através dos Correios. Entre os esclarecimentos procurados, o assunto mais tratado foi o projeto do novo plano de cargos e carreiras do TJPE. (S.M.F.)

Link da COJURI no site do TJPE

O link da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno (Cojuri) está funcionando no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Instalado este mês, tem como objetivo disponibilizar para magistrados e o público em geral os anteprojatos que estão em andamento no Tribunal.

Mais informações sobre a comissão, acesse www.tjpe.gov.br/cojuri ou visite a Comissão no 2º andar do Palácio da Justiça - Rua do Imperador s/n, Santo Antônio.

FÓRUM RODOLFO AURELIANO RECEBE EXPOSIÇÃO



Começou na última terça, dia 15, a exposição

da Casa da Relação ao Tribunal de Justiça no hall

monumental do Fórum Rodolfo Aureliano. A

mostra é composta por doze painéis que con-

mostram, através de imagens, as transformações

que ocorreram nos prédios do Judiciário, conta ainda a história da construção do Palácio da Justiça, o processo de transição da Estação do Brum para a instalação do Memorial da Justiça e o atual Arquivo Público, que antes era a cadeia pública.

A exposição fica aberta ao público nos horários das 11h às 17h 30min e vai até o dia 22 de junho.

que ocorreram nos prédios do Judiciário, conta ainda a história da construção do Palácio da Justiça, o processo de transição da Estação do Brum para a instalação do Memorial da Justiça e o atual Arquivo Público, que antes era a cadeia pública. A exposição fica aberta ao público nos horários das 11h às 17h 30min e vai até o dia 22 de junho.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 94

Poder Judiciário Estadual • Seção • I

Recife, quarta-feira, 23 de maio de 2007

http://

161x

Portaria disciplina acesso a LAN HOUSES

Endereço: www.lanhouse/criancas_e_adolescentes

Links

MANUELA VIEIRA

Em Santa Cruz do Capibaribe, a entrada de crianças e adolescentes em casas de diversões eletrônicas - como lan houses e fliperamas - foi disciplinada para combater o uso abusivo desses locais de acesso à internet. O declínio no aproveitamento escolar e o estímulo à violência foram duas das consequências apontadas pelo juiz titular da 2ª vara da Infância e Juventude da comarca, Valdecy Gusmão. Os donos dos estabelecimentos irão ca-

dastrar os usuários menores de 18 anos, que só poderão permanecer das 10h às 22h nesses locais. O Conselho Tutelar, com o apoio das Polícias Civil e Militar, vai fiscalizar o cumprimento da medida.

Amanhã, dia 24, Gusmão vai lançar publicamente a Portaria nº 1 de 2007, que restringe horários de entrada e permanência, disciplina o ambiente interno das casas de internet e prevê a aplicação de multas para quem descumprir as de-

terminações do magistrado. A audiência para divulgação da portaria será realizada às 15h no Teatro Municipal de Santa Cruz do Capibaribe e contará com a presença de representantes do Ministério Público, das Polícias Militar e Civil, do Conselho Tutelar e das Secretarias de Educação e de Assistência Social.

O Ministério Público, através do promotor Odir Flávio, foi quem solicitou a regulamentação do acesso às lan houses.

Quando Valdecy Gusmão recebeu o documento, pesquisou sobre o tema e constatou que a juíza de Caruaru Sílvia Virgínia já havia baixado uma portaria semelhante, na qual se baseou. No Brasil, estados como Goiás e Minas Gerais também já publicaram portarias com o mesmo tema.

Antes de redigir a portaria, o juiz de Santa Cruz realizou reuniões com proprietários das casas de internet da cidade para sensibilizá-los a respeito

da necessidade de se adotarem medidas de proteção a crianças e adolescentes. O objetivo é fazer com que os donos das empresas sejam parceiros da Justiça e promovam campanhas antiviolença nos seus estabelecimentos.

CARUARU

De acordo com a juíza da Vara da Infância e Juventude de Caruaru, Sílvia Virgínia, o ambiente das lan houses da cidade era impróprio para me-

res de 18 anos. Havia venda de bebidas alcoólicas, uso de drogas ilícitas e, além disso, a magistrada revela que muitos adolescentes se reuniam nas casas de internet para programar assaltos.

Depois que a juíza Sílvia Virgínia publicou uma portaria que regulamenta a entrada de crianças, 14 empresas de acesso à internet já foram autuadas e os seus proprietários poderão pagar multas que variam de 3 a 20 salários mínimos.

Corregedoria inicia curso sobre Direito Registral

CELINA ARAÚJO

Cerca de 180 pessoas - entre juízes, notários e registradores imobiliários - participaram, na última segunda e terça-feira, do 1º Curso de Atualização sobre Práticas Notariais e de Registro Imobiliário. O curso foi uma realização da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco com a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Pernambuco, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

Durante os dois dias do evento, os participantes

assistiram a palestras que versavam sobre "as recentes alterações introduzidas na Lei nº 6.015/73, em especial nos procedimentos a serem adotados quando os atos notariais e registrares se relacionarem a imóveis urbanos e rurais", explicou a coordenadora do curso e assessora especial da Corregedoria, Juíza Nalva Cristina Campello.

Escrituração pública, serviço notarial, registro de imóveis e averbação foram alguns assuntos debatidos no decorrer do curso, que também colocou em pauta o intercâmbio de informações entre os cartórios e o Incra. O Sistema

Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais também foi tema de debate.

Entre os palestrantes, participaram do evento, na segunda-feira, o desembargador Leopoldo Raposo. Ele ministrou o tema: A escritura pública da partilha extrajudicial consensual e o Registro Imobiliário na lei nº 11.441/07. Já o diretor de assuntos agrários do IRIB, Eduardo Augusto, falou sobre os princípios do Direito Registral Imobiliário. Ainda na segunda, foram discutidas questões quanto ao registro de imóveis e aquisição de imóvel rural por estrangeiros. O responsável pela

explicação foi o chefe da Procuradoria Regional do Ingra, Rivaldo Machado de Arruda.

Ontem, foram debatidas questões notariais, de georreferenciamento de imóveis rurais e a importância da interconexão de informações entre cartórios e o Incra. O diretor de assuntos agrários do IRIB, Eduardo Augusto, a registradora imobiliária de Timbóba, Aida Lúcia de Souza, e a coordenadora do Comitê de Certificação do Incra,



O evento ocorreu no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano

Quêdilar Guzzo, foram os responsáveis pelas explicações.

Amanhã e sexta-feira o curso de atualização ocorrerá no auditório da Faculdade de Direito de Caruaru e nos dias 28 e 29 no Fórum de Petrolina. "A Corregedoria pretende que, ao realizar o curso de forma descentralizada, sejam

abrangidos o maior número de juízes, promotores, notários e registradores imobiliários no Estado", salientou Nalva Cristina Campello.

Em Caruaru e Petrolina, as inscrições ainda podem ser feitas gratuitamente. Mais informações pelos números 3419-3694 e 3419-3696.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 95

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 24 de maio de 2007



IZABELA BRASOSO

A mesa-redonda *Adoção - Aspectos jurídicos e Psicanalíticos*, realizada pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), na noite da última segunda-feira, foi aberta pelo vice-diretor Eduardo

Paará, Para a psicanalista e mediadora da mesa, Rosane da Fonte, unir o estatuto da lei à subjetividade do tema adoção é uma conexão feliz e bem-vinda numa época em que novas formas de família estão surgindo.

Ainda sobre a interdisciplinaridade na área jurisdicional, o coordenador da Infância e Juventude do TJPE, ju-

iz Humberto Vasconcelos, explicou que "as decisões judiciais em nossa área implicam consequências na vida afetiva de crianças e adolescentes e, para isso, temos que ter não só o olhar da ciência jurídica, mas o da psicanálise, que estuda profundamente as emoções humanas".

A conferência foi ini-

ciada pelo advogado e vice-presidente do IBD-FAM, Silvio Neves Baptista, que apresentou um resumo sobre a legislação brasileira e a adoção. De acordo com o professor, a Constituição de 1988 assegura aos filhos adotados, assim como os nascidos fora do casamento, os mesmos direitos dos filhos biológicos.

Porém, ensinou que a lei do país não autoriza a adoção por casais homossexuais, e sim por solteiros. No mundo, apenas a Suécia e

Holanda garantem este tipo de adoção. "Aqui, como na maioria dos países, a adoção é realizada por casal de homem e mulher, reconhecido pela lei como tal. No entanto, ao adotar legalmente a criança como indivíduo solteiro, mesmo tendo vida conjugal conhecida com pessoa do mesmo sexo, o homossexual brasileiro pode realizar o sonho da maternidade ou da paternidade."

A psicanalista da 2ª Vara da Infância e Juventude Edineide Ma-

ria da Silva falou sobre entrevistas realizadas com futuros pais e o processo de intermediar o contato deles com seus futuros filhos. Hoje para adotar uma criança ou adolescente, ou mesmo alguém que já atingiu a maioridade, os interessados devem dirigir-se à Justiça Comum de sua cidade e abrir um processo. No caso do Recife, o local é a 2ª Vara, órgão integrante do Centro Integrado da Infância e da Juventude Oscar Pereira.

Abandono & violência

Segundo estudos da Universidade Federal do Paraná, apenas 5,4% das crianças que moram em abrigos - instituições públicas e privadas que cumprem a mesma função dos tradicionais orfanatos -

são de fato órfãos. Quase 95% delas estão lá por simples abandono ou por serem vítimas de agressões físicas ou sexuais. Neste cenário, a Justiça determina que a criança seja afastada dos

agressores, em 90% dos casos, seus pais, e transferida para abrigos.

"Essa transferência hoje é muito questionada por operadores do direito quanto por outros profissionais, pois

a mudança também acaba sendo traumática para a criança", disse o juiz Humberto Costa Vasconcelos. Por outro lado, ele relatou casos de crianças que completaram a maioridade no abrigo, e até resistem a sair dele, subvertendo o caráter provisório da medida.

"Para diminuir o

número de crianças em situação de risco, é preciso que a população tenha responsabilidade na vida sexual, aprendendo a planejar sua família ou mesmo a evitar filhos com métodos contraceptivos", alertou Vasconcelos. No final, o juiz falou sobre algumas medidas implementa-

das na 2ª Vara da Infância e Juventude para melhorar e agilizar as adoções. Entre elas, estão o Programa de Convivência Familiar, o cadastro Infadote e o programa Estrela Guia, que estimula o apadrinhamento de crianças moradoras de abrigos por pessoas e até empresas. (CR)

DRH e UFPE realizam curso de especialização

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vai realizar o curso de especialização MBA Execu-

tivo em Gestão e Liderança, com vagas para 35 magistrados e servidores do TJPE. O edital de seleção deve ser publicado ainda nesta semana e as inscrições, gratuitas, pro-

vavelmente ocorrem nos dias 4 e 5 de junho na Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do TJPE.

O curso, que inicia em julho, terá dez meses de duração e

as aulas serão realizadas nas terças e quintas-feiras, das 8h às 12h, em local ainda a ser definido. A prioridade na seleção será para quem é formado nos cursos de

Administração, Psicologia, Serviço Social, Economia e Ciências Contábeis.

A DRH enfatiza que serão apenas dois dias de inscrição, quando os candidatos

deverão portar os seguintes documentos: diploma ou certificado de conclusão de curso; identidade e CPF ambos com cópia; 2 fotos 3X4 e currículo.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODERE JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 96

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 25 de maio de 2007

Elevador panorâmico fica pronto em julho

Rodrigo Guedes

O novo elevador do Palácio da Justiça, em fase de instalação do esqueleto de estrutura metálica, estará pronto em julho, de acordo com previsão oficial. O elevador hidráulico, que custou R\$ 17,3 mil, será revestido por vidro e terá capacidade para dez passageiros e um ascensorista. O projeto do elevador panorâmico foi aprovado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, que preserva os prédios tombados em âmbito estadual.

A obra de instalação faz parte de um pacote de reformas feitas no Palácio da Justiça, que inclui a substituição de parte do piso, pintura das áreas interna e externa e reforma dos banheiros, tudo por aproximadamente R\$ 2,53 mil, conforme licitação vencida pela Angra Construtora. De acordo com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura e a Assessoria Especial da Presidência, caberá ao presidente do Tribunal de Justiça decidir, através de decreto, quem poderá usar o elevador. Além dos desembargadores e servidores da casa, o Palácio da Justiça recebe, diariamente, uma população flutuante de 300 a 600 pessoas, de acordo com a Assessoria Policial Militar.



EXAMES DE VISTA GRATUITOS

Um total de 160 funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a maioria lotada na prestadora de serviços Prisma, foram submetidos a exames de vista gratuitos ao longo desta semana. Hoje, último dia da campanha, mais 40 poderão se dirigir à unidade móvel da Fundação Altino Ventura, estacionada em frente ao Fórum Paula Baptista, onde são feitos os atendimentos. A iniciativa é da Associação de Cônjuges e Magistrados de Pernambuco (Acmepe), que pode programar uma segunda etapa dos exames, caso haja necessidade.

A Fundação Altino Ventura garante aos atendidos o tratamento completo, ainda que exija cirurgia para catarata ou a realização de novos exames de glaucoma. "Pessoas que nunca tiveram acesso a exames de vista estão sendo beneficiadas", comemorou a presidente da Acmepe, Valéria Freitas.

MUTIRÃO CÍVEL EM OLINDA

A 10ª Vara Cível da Comarca de Olinda está tomando medidas para agilizar os cerca de 900 processos conclusos com despacho para sentença. Entre as ações, a juíza substituta Célia Moraes - à frente da unidade desde abril - está preparando um mutirão, que deve acontecer nos dias 11, 16 e 18 de julho.

Cerca de 150 processos relativos a alimentos e divórcio consensual estão na prioridade. Também serão apreciados feitos relativos à investigação de paternidade.

Encontro de juízes vitaliciandos

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco realizou, na última quarta, em Caruaru, um encontro que reuniu vinte juízes em vitaliciamento. No dia 30 de maio, será a vez dos juízes das comarcas próximas a Petrolina participarem do encontro a ser

realizado naquela cidade.

Sob a supervisão da assessora especial da Corregedoria, juíza Nalva Cristina Campello, as reuniões têm a finalidade de discutir o conteúdo programático a ser implementado no encontro geral para juízes que estão em

estágio probatório. A previsão é que esse evento aconteça em julho. A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco serão responsáveis do evento junto à Corregedoria da Justiça.

DIA MUNDIAL DOS MUSEUS

Cerca de 180 pessoas visitaram o Palácio da Justiça - prédio-sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco - no último dia 20, por ocasião das comemorações do Dia Mundial dos Museus. O evento fez parte do VI Circuito Cultural, realizado para celebrar a data.

Os estagiários do Memorial da Justiça estadual, Gracy Martins e Carlos Bittencourt, estudantes de Biblioteconomia e História, falaram aos visitantes sobre a história do Palácio. Construído na segunda década do século passado, o prédio é considerado uma das mais belas arquiteturas de Pernambuco.

O Circuito Cultural é uma iniciativa do Fórum dos Museus de Pernambuco, do qual o Memorial da Justiça faz parte. O evento tem caráter mundial, já que, no domingo que antecede o 18 de maio, todos os museus do mundo abrem suas portas para visitação gratuita.

Os interessados podem agendar visitas ao Palácio da Justiça ligando para a assessoria de Cerimonial nos números 3419-3318/3287, das 9h às 11h e das 12h às 17h. As visitas são nesses horários, nas segundas, quartas e sextas-feiras. O contato com o Memorial da Justiça pode ser feito pelo telefone 3224.0142, das 12h até 17h30.

Palácio recebe visitantes



TJPE e Governo do Estado discutem orçamento

Na próxima terça-feira, o secretário de administração do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Ricardo Lins, vai se reunir com os secretários estaduais da Fazenda, Djalmo Leão, e de Planejamento e Gestão, Geraldo Júlio. O objetivo do encontro é mos-

trar aos dois representantes do Executivo estadual as atuais necessidades orçamentárias e as previsões para os próximos quatro anos.

Durante a reunião, o secretário do TJPE falará também sobre o projeto do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV),

entre outros assuntos urgentes para o Poder Judiciário estadual, como a contratação de novos servidores.

O anteprojeto do PCCV foi apresentado à Secretaria de Administração (SAD) do TJPE na última terça-feira. O secretário Ricardo Lins espera chegar a um

entendimento com o governo do estado sobre as implicações financeiras do Plano antes de apresentar o texto aos servidores - principais interessados - e ao Tribunal Pleno, onde o anteprojeto será apreciado, podendo sofrer alterações, antes de seguir para a Assem-

bléia Legislativa.

Pelo estudo preliminar da Secretaria de Administração, se aprovado nos termos em que foi concebido pela comissão responsável pela elaboração, o PCCV implicará num reajuste de 37,5% sobre a folha de pagamento dos servidores.

Isso geraria uma despesa de R\$ 32 milhões a mais.

"Atualmente, o Governo do Estado fala insistentemente em cortar gastos. Não podemos, portanto, entregar um plano sem sinalizar o impacto financeiro", alerta Ricardo Lins.



Diário Oficial



Estado de Pernambuco

 PERNAMBUCO
FÓRUM DE JUDICÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 99

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 30 de maio de 2007

LAVAGEM DE DINHEIRO

Palestras LOTAM auditório

RODRIGO GUEDES

Os juízes estaduais podem analisar processos envolvendo lavagem de dinheiro. Esse e outros mitos relacionados ao tema foram esclarecidos numa série de palestras presididas pelo desembargador Marco Maggi. O evento aconteceu na última segunda-feira, dia 28, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). A atualidade do assunto fez lotar o auditório da Escola.

O procurador Regional da República, Wellington Cabral Saraiva, defendeu que a Justiça não apenas prende os suspeitos de lavagem de dinheiro, mas que autoriza ações da polícia para apreender a estrutura da quadrilha e asfixiar o esquema. "Se não atuarmos no patrimônio desses criminosos, muitas vezes só a prisão não resulta em nada", afirmou Saraiva.

Como exemplo, o procurador citou a Operação Paraíso, desencadeada na Colômbia. Na ação, a polícia descobriu 90 milhões de dólares guardados em compartimentos secretos de casas alugadas a lanças. No caso do Brasil, o problema, para Saraiva, são as regras "excessivamente rígidas" de sigilo bancário: "Na prática, isso tem se constituído na defesa dos grandes grupos criminosos".

Entendimento semelhante foi apresentado pelo advogado Antenor Madruga. Segundo ele, uma organização só é atingida se seu patrimônio for retirado. "É importante prender pessoas, mas isso apenas gera uma oportunidade de ascensão dentro da organização criminosa", avaliou Madruga.

Aos estudantes e magistrados presentes no

encontro, o advogado lembrou que o Banco Central tem um cadastro nacional que pode ser consultado mediante solicitação do juiz. De acordo com o palestrante, é possível acessar informações guardadas até mesmo em paraísos fiscais. E alertou: "O estado de Pernambuco é talvez um dos que mais sofre com a ação de crimes organizados no Brasil".

O ciclo de exposições também contou com a presença do juiz Fausto de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que se tornou notório por julgar casos como o do Banco Santos, do doleiro Toninho da Barcelona e de Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, apontado pela Polícia Federal como o maior contrabandista de cigarros do país. O magistrado considera lavagem de dinheiro um tema difícil de



O evento ocorreu no auditório da Esmape, na última segunda-feira

julgar, porque "provoca a ira de certos setores da sociedade", em geral "pessoas que se sentem acima da lei".

Segundo Fausto, nas ocasiões em que o crime organizado é investigado, costuma-se questionar não a causa, mas a legitimidade do julgador. Sobre os recentes questio-

namentos acerca de supostos excessos cometidos pela Polícia Federal, o juiz foi categórico: "A atuação da Polícia Federal é a atuação da Justiça. Quem dá a ordem é o juiz". O juiz vê "um interesse em deslocar a discussão".

Fausto considera que os processos longos - o

do Banco Santos, por exemplo, tinha 27 réus - devem ser encarados pelos juízes, para que a Justiça funcione. "Não adianta pegar casos menores para fazer estatística para o Tribunal", alfinetou. O magistrado ainda acrescentou: "Em outro país, Brasília já estaria destruída e arrasada".

HOMENAGEM

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, esteve presente na comemoração dos 40 anos da reinstalação da Seção Judiciária de Pernambuco (SIJE) da Justiça Federal. O evento ocorreu na última segunda-feira, dia 28, no auditório do SIJE.

Medalha - Durante a solenidade, foram entregues medalhas a representantes de instituições estaduais e federais em comemoração aos 40 anos da reinstalação da Justiça Federal em Pernambuco - entre eles, o desembargador Fausto Freitas, representando o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

CURSO DE ORATÓRIA

O Instituto Moreira Necho está com inscrições abertas para o Curso de Oratória - Expressão Verbal com Ênfase em Argumentação, que começa no dia 21 de julho. As aulas oferecem apostilas, filmagem individual do aluno, digitalização da sua participação, aulas de reforço pela internet e software de oratória em multimídia - tudo incluso no valor do curso.

O curso será ministrado aos sábados e tem duração de 40h, podendo ser dividido em 12 x de R\$ 107,50, com descontos que vão de 5% a 10% para pagamentos à vista. As inscrições podem ser feitas no site www.mnecho.com ou pelo telefone (013) 34277531.

VIOLÊNCIA EM CAMPO

Brasileiros conhecem experiência européia



O juiz Luiz Moutinho, Paulo Brandão, Andrea Cartaxo e o promotor Agnaldo Fenelon, estiveram em Roma, Londres, Madri e Paris.

ROSA MARIANO

A comissão enviada pelo Ministério da Justiça ao exterior para conhecer as ações de combate à violência nos estádios de futebol voltou com duas certezas: o problema é uma questão de segurança pública e a impunidade alimenta as infrações. Os juizes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Luiz Mário de Góes Moutinho, Ailton Alfredo de Souza, André Cartaxo e Paulo Brandão; o promotor do Ministério Público estadual Agnaldo Fenelon e a advogada da Faculdade Universo Fernanda Adriano Flurh estiveram na Europa no período de 8 a 23 de maio, conhe-

cendo em detalhes as experiências de Roma, Londres, Madri e Paris.

No exemplo europeu, predominam medidas preventivas. Os clubes são aparelhados com câmeras e programas de computador que identificam imediatamente torcedores violentos na entrada. Todos os torcedores ficam sentados em lugares marcados, os ingressos são nominais e o acesso é individual. O consumo de

bebidas alcoólicas é proibido e os estádios são divididos em setores para facilitar o monitoramento.

Os clubes - na maio-

ria privados, como no Brasil - fazem o controle interno do evento, com pessoas contratadas e treinadas. A polícia faz apenas a

segurança externa, significando economia para o Estado.

Esgotadas as medidas preventivas, entram em ação as punitivas. Nos países visitados, o crime de violência e vandalismo nos campos de futebol não é classificado como de menor potencial ofensivo. "Todos tratam com rigor, com penas como prisão e proibição definitiva de frequentar os estádios", salienta a juíza da coordenação dos juizados do TJPE, Andréa Cartaxo.

Responsabilidades

"A questão da violência nos estádios de futebol não é um problema só da Justiça, mas das instituições e da sociedade", ressalta o juiz da Coordenação do Voluntariado do TJPE, Paulo

Brandão. Já o promotor Fenelon observou que "o padrão de vida não impediu a violência nos estádios da Europa. Em Londres só estacionou por causa da punição e de leis fortes".

Comparando com a realidade local, o coordenador dos Juizados Especiais, Luiz Mário, foi contundente ao afirmar que o Brasil não está preparado para receber a Copa de 2014. "O estado e os clubes privados não estão aparelhados para tanto". O juiz define a viagem como uma colaboração determinante para a comissão. "Os países visitados permitiram o acesso às Centrais de Inteligência que monitoraram as torcidas organizadas", finaliza.

Juizado do Torcedor

No dia 30 de maio de 2006, o Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (Jetc) foi inaugurado no Recife. Desde então, atua em todas as partidas de grande porte que aconteceram nos três maiores estádios da capital pernambucana.

O atendimento - que começa duas horas an-

tes do início da partida e encerra duas horas depois do final - é feito em instalações cedidas pelos clubes ou em unidades móveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Regulado pela lei 9099/95, que trata dos Juizados Especiais, o Juizado do Torcedor tem competência para

apreciar infrações de menor potencial ofensivo, como lesão corporal leve, ameaça e injúria.

Para inibir a reincidência, os infratores são fotografados e cadastrados no sistema informatizado dos Juizados. Os processos de matéria cível devem envolver valores de até 40 salários mínimos. As reclama-

ções mais comuns são contra os clubes e se referem ao Direito do Consumidor.

O Jetc atua em conjunto com as Polícias Civil e Militar, Ministério e Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Secretaria de Defesa Social.

(MANUELA VERAS)



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 101

Poder Judiciário Estadual - Seção - I -

Recife, sexta-feira, 1º de junho de 2007

ESMAPE

Concurso de monografias

CRISTINA ARRAGÃO



A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), em comemoração pelo seu 20º aniversário, lança o II Concurso de Monografias Jurídicas "Prêmio Desembargador Cláudio Américo de Miranda". O tema dos trabalhos será a missão das escolas de magistratura na formação dos juízes em face da violência social.

"Hoje, a violência social é o tema da atualidade. Por isso, a Escola lançou o concurso de monografias buscando colher ideias para aplicá-las na edu-

cação continuada dos magistrados, com o objetivo de reduzir a violência através do estudo aprofundado de suas causas", explicou o coordenador de pós-graduação da Escola e dos eventos que marcarão os festejos dos 20 anos da Esmape, desembargador Fernando Conquista.

Os três primeiros trabalhos classificados serão premiados com um estágio na Universidade da Geórgia (EUA), em novembro, sobre estudo comparado de administração pública e Sistema Ju-

dicário Americano, além de visita às Cortes Judiciais daquele estado; um notebook e um computador, respectivamente.

Para participar, é preciso que o candidato seja graduando no curso de Direito. As inscrições já podem ser feitas gratuitamente na Esmape e o prazo de entrega dos trabalhos é até o dia 02 de julho. Os resultados serão divulgados no dia 26 de julho através do site da Escola. Para acessar o edital do concurso basta acessar a página eletrônica www.esmape.com.br.

Juizados Especiais Cíveis promovem mutirão

A partir de hoje, dia 1º de junho, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) dará início a um mutirão para agilizar 2 mil processos de Juizados Especiais Cíveis de todo o estado. Serão 60 dias em regime de plantão, prorrogáveis por mais 60, dedicados exclusivamente a acelerar processos que, há mais de 30 dias, aguardam sentença. Um total de 58 juízes fo-

ram designados para a tarefa, sob a orientação do coordenador dos Juizados Especiais, juiz Luis Mário Montinho. Atualmente, o tempo médio de duração de um processo nas chamadas "pequenas causas" é de 82 dias.

Para criar o mutirão, o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, considerou a recomendação do Conselho Nacional de Justiça

para a "imediata implementação de 'mutirões' de magistrados e de servidores para desobstruírem os Juizados Especiais em que a taxa de congestionamento esteja elevada". Outro ponto considerado foi a insuficiência de servidores e juízes, que "impede a criação de novas unidades dos Juizados Especiais", de acordo com o ato, publicado no Diário Oficial do último dia 30.



SUBCOMISSÃO CÍVEL instituída pelo Cogesi solicita sugestões para aperfeiçoamento dos atos de secretaria

A Subcomissão Cível de Modelos de Atos e Rotinas constituída pelo Comitê Gestor dos Sistemas Informatizados (COGESI) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no uso de suas atribuições previstas na portaria nº 02/2007 - COGESI, solicita sugestões de novos modelos e/ou alterações dos modelos já existentes no sistema Judwin 1º Grau (mandados, termos, ofícios, etc), conforme peculiaridades ou necessidades de cada vara/comarca.

As sugestões devem ser enviadas até o dia 20 de junho de 2007 através de CD-ROM para o endereço: SECRETARIA GERAL DO COGESI - Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, nº 593 - 5º andar - São Antônio - Recife/PE - CEP: 50.010-230; ou através de arquivo eletrônico para o email: cogesi@tjpe.gov.br.

SÉRGIO PAULO RIBEIRO DA SILVA
Coordenador da Subcomissão Cível

RÁDIO JUSTIÇA

A potência da Rádio Justiça foi ampliada e, agora, o sinal da emissora ultrapassa Brasília, alcançando municípios circunvizinhos. O sinal para

sintonizar a programação no Distrito Federal passa a ser o 104 MHz. Nossos estados, é possível ouvir a rádio via internet, no site www.radiojustica.gov.br.

É através da rádio que o Tribunal de Justiça veicula reportagens sobre suas atividades, no programa Giro pelos Tribunais, que vai ao ar nos fins de tarde.

Adesivos para estacionamento

A Assistência Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça de Pernambuco está distribuindo, a partir de hoje, os adesivos de autorização para estacionamento nas áreas privativas do Fórum Thomaz de Aquino e do complexo do Palácio da Justiça e Edifício Paula Batista. Serão beneficiados apenas os magistrados e funcionários que já encaminharam requerimento.

Os adesivos serão distribuídos por cores, de acordo com os horários mencionados na ficha de cadastro (ver quadro), com a finalidade de estabelecer o rodízio de veículos entre os turnos e, assim, atender ao maior número possível de usuários. Adesivos antigos e

autorizações provisórias perderão a validade a partir do dia 18 de junho de 2007, quando a fiscalização passará a exigir a observância do uso dos adesivos.

Vermelho	Magistrados
Amarelo	Manhã
Azul	Tarde
Cinza	Manhã / Tarde
Verde	Especial

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL altera plantões

Nova resolução unifica em um mesmo instrumento procedimentos de resoluções anteriores

Sérgio Marcos Pereira

Os plantões no âmbito do Poder Judiciário estadual serão realizados somente no horário das 13h30 às 17h30. Anteriormente, os horários eram estabelecidos em turnos distintos, de acordo com a conveniência de cada comarca. Essa é uma das principais novidades implantadas com a Resolução 217/2007, aprovada pelo Tribunal Pleno em sessão do último dia 28. O texto basicamente reafirma os princípios já contemplados nas duas resoluções anteriores (174/2005 e 182/2005), uniformizando e regulamentando em um só instrumento normativo as disposições a respeito dos plantões judiciais de 1º e 2º graus.

O Plantão Judiciário

ocorre nos dias em que não há expediente normal - finais de semana, feriados e recessos forenses - em cumprimento a um princípio constitucional. A Constituição Federal prevê que "a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízes e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente".

No Judiciário pernambucano, o primeiro grau subdivide-se em 12 circunscrições. Em cada uma delas o plantão abrange uma ou mais comarcas, independentemente da entrância que se vinculem. As comarcas circunvizinhas se alternam a cada plantão, obedecendo a ordem alfabé-

tica. Quando há mais de um juiz na comarca plantonista, os magistrados são escalados pelo critério de antiguidade, começando do mais novo para o mais antigo.

O critério de antiguidade é aplicado também aos desembargadores. No segundo grau, a cada final de semana ou feriado são escalados dois desembargadores (um cível e outro criminal). Na comarca do Recife - única de 3ª entrância - também podem ser convocados até dois magistrados para cada plantão, caso haja necessidade.

A escala do plantão de magistrados permanece sendo elaborada pela Secretaria Judiciária. Contudo, havendo delegação do presidente do Tribunal de Justiça, a programação pode ser feita pela direto-

ria do Foro. No 1º grau, para cada dia de plantão judiciário serão escalados um oficial de justiça e um servidor de secretaria. O juiz poderá ser escalado em número de um ou dois, também a cada dia, de acordo com a necessidade.

A Resolução 217/2007 também define o critério de compensação para os dias trabalhados em regime de plantão. A permuta será na proporção de quatro horas plantão por um dia de expediente forense.

PRONTIDÃO

Nos dias úteis após o final do expediente deverá funcionar uma prontidão judiciária, que será regulamentada por instrução normativa da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

LIMITE DE COMPETÊNCIAS

Para o assessor especial da Presidência do TJPE, juiz Rui Pato, uma das inovações que mais merecem destaque na nova resolução é o estabelecimento do limite da competência do juiz plantonista. "A resolução 217/2007 estabelece de forma clara casos limites, evitando a invasão de competência reservada ao juiz natural", observa.

Pela resolução recém editada, os magistrados em plantão devem se limitar a processar, decidir e executar medidas e outras providências urgentes sobre fatos ocorridos no período abrangido pelo plantão. Pedidos de habeas corpus, relaxamento de prisão em flagrante, arbitramento de fiança, prisão de natureza cautelar e sua revogação e extinção da punibilidade

de são situações que devem ser resolvidas também durante os plantões. Medidas de proteção ao idoso e à mulher, quando em situação de violência doméstica e familiar também se aplicam às competências dos plantões.

Em matéria cível, os casos autorizados pela nova norma são pedidos de liminar ou de antecipação de tutela em mandado de segurança e em ações cíveis, de citação para evitar o perecimento de direito, de autorização de viagens, de habilitação e celebração de casamento, de alvará para levantamento de alimentos e de medidas urgentes de proteção à infância e juventude, ao idoso e à mulher, quando em situação de violência doméstica e familiar.

Plano BRESSER

Os juizados especiais da Justiça estadual e federal ficaram lotados, na última quinta-feira, por conta do prazo final para reaver as perdas nos rendimentos do Plano Bresser. Criado em junho de 1987, o Plano Bresser modificou o indexador da poupança de Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) para Le-

tra do Banco Central (LBC) - que rendia menos. As novas regras valeriam a partir do dia 16 de junho de 1987, mas os bancos aplicaram o indexador durante todo o mês.

Quem deixou passar o prazo, ainda tem duas chances para reaver o dinheiro e mais uma possibilidade de ampliação de prazo. Uma é dar entrada na

ação este mês, tanto nos juizados especiais (para valores de até 20 salários mínimos na Justiça estadual e de 60 salários na Justiça Federal), quanto na Justiça comum (com auxílio de advogado), para valores maiores. A Justiça Federal só aceita os processos relativos à Caixa Econômica Federal. A outra opção é

esperar o julgamento das ações coletivas que foram impetradas por instituições como o Idéc e a Defensoria Pública.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) montou um esquema especial para atender as centenas de pessoas que deixaram para última hora. No Fórum Thomas de Aquino, onde houve

maior movimento, em apenas um dia foram recebidas mais de mil queixas - número que equivale a demanda de um ano de um juizado.

"Não lançamos as queixas referentes a esses casos no sistema e apenas recebemos as petições e protocolos. O passo seguinte é fazer um relatório para saber o número e os nomes das institui-

ções financeiras, e assim teremos condições de organizar mutirões específicos e resolver o problema o mais rápido possível", explicou o coordenador dos juizados especiais, Luiz Mário Moutinho. Esses mutirões ainda não possuem datas previstas por que ainda não se sabe o volume de queixas em todo o estado.

TJPE realiza mutirões



Tribunal de Justiça lança Saúde Legal

A proposta é zelar pela saúde física e mental de servidores e magistrados com dicas de alimentação saudável, atividade física e métodos de gerenciamento do estresse

MANUELA VERAS

O lançamento do programa Saúde Legal, da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), mudou a rotina burocrática do Fórum Rodolfo Aureliano na tarde da última sexta-feira. As atividades inusitadas do primeiro dia do programa - com atrações artísticas, danças de salão, rapel, pilates e até massagens - traduziram bem a proposta de zelar pela saúde física e mental dos servidores e magistrados do TJPE. Os participantes do evento tiveram direito a lanches com pastel de forno recheado com soja e saco natural.

De acordo com a coordenadora do programa, a juíza Clara Calado, no primeiro ano, o Saúde Legal será executado a partir de quatro projetos: Alimentação Saudável, Atividade Física, Gerenciamento do Estresse e Ergonomia. A escolha dessas vertentes foi inspirada nas necessidades relatadas pelos integrantes do TJPE em pesquisas realiza-

das em setembro de 2006. O estudo revelou que 60% dos entrevistados estão abertos a receber orientações sobre como ter uma vida mais saudável.

O Saúde Legal irá promover palestras regularmente e cada um dos quatro projetos do programa terá metas e atividades específicas. No tópico Atividade Física, por exemplo, haverá encontros para caminhadas e incentivo do uso de escadas. No Alimentação Saudável, serão realizadas competições focando a redução de peso e será implantado um restaurante no Fórum do Recife. O Ergonomia visa

à prevenção de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (D.O.R.T.), estimulando a prática de ginástica laboral.

Respirar fundo, jogar pelada, ouvir música e cuidar de plantas são algumas das formas de gerenciar o estresse relatadas por servidores do TJPE. Embora todos pareçam ter uma resposta rápida sobre como resolver o problema, a pesquisa feita pela Lamina Consultoria revelou que 60% dos entrevistados sofrem do mal e não sabem como lidar com ele. O Gerenciamento do Estresse vai contar com oficinas de medi-

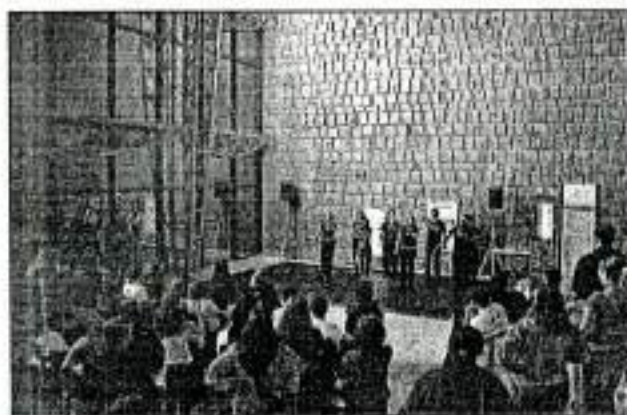
tação, teatro e Yoga, além de encontros com profissionais especializados para tratar de temas como educação de filhos, planejamento financeiro pessoal e administração do tempo.

Cada um dos quatro projetos do Saúde Legal é coordenado por um gestor e o programa conta com mais de 20 agentes de saúde, que irão disseminar a cultura de uma vida saudável. Para mais informações a respeito do programa, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) está disponibilizando o telefone 3419-3465. O informativo eletrônico *Comunica*, da DRH, com acesso através da Intranet, é o meio de comunicação mais utilizado para divulgar as ações do Saúde Legal.

O evento promovido no Fórum Rodolfo Aureliano contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

LANÇAMENTO

Depois de assistir entusiasmado a uma apresentação teatral, o desembargador Eurico de Barros, substituindo



O rapel, feito no Hall Monumental do Fórum Rodolfo Aureliano, foi uma das atividades que traduziram bem a proposta do programa



Atividades físicas modificaram a rotina dos servidores do Poder Judiciário estadual

o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, anunciou oficialmente o lançamento do Saúde Legal. O magistrado, que já foi diretor do Fórum do Recife, disse entender bem a necessidade de se implantar um restaurante no local, que atualmente dispõe apenas de uma lanchonete.

O magistrado também falou da importância dos beneficiários estarem abertos ao programa. "O Tribunal está investindo na saúde, mas é preciso haver reciprocidade, pois ter saúde é, principalmente, uma escolha pes-

soal", destacou Eurico.

ELENCO

A programação de lançamento do Programa Saúde Legal contou com uma apresentação do grupo *O Elenco*. Integrado por pernambucanos formados em música, o grupo se propõe a fazer montagens de clássicos da Broadway. A trupe apresentou trechos do espetáculo que estará em cartaz no Teatro do Guararapes, nos dias 28 e 29 de junho, com citações de *Hair*, *O fantasma da Ópera*, *A Bela e a Fera* e *Les Misérables*.



Tribunal de Justiça lança Saúde Legal

A proposta é zelar pela saúde física e mental de servidores e magistrados com dicas de alimentação saudável, atividade física e métodos de gerenciamento do estresse

MANUELA VIEIRA

O lançamento do programa Saúde Legal, da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), mudou a rotina burocrática do Fórum Rodolfo Aureliano na tarde da última sexta-feira. As atividades inusitadas do primeiro dia do programa - com atrações artísticas, danças de salão, rapel, pilates e até massagens - traduziram bem a proposta de zelar pela saúde física e mental dos servidores e magistrados do TJPE. Os participantes do evento tiveram direito a lanches com pastel de forno recheado com soja e saco natural.

De acordo com a coordenadora do programa, a juíza Clara Calado, no primeiro ano, o Saúde Legal será executado a partir de quatro projetos: Alimentação Saudável, Atividade Física, Gerenciamento do Estresse e Ergonomia. A escolha dessas vertentes foi inspirada nas necessidades relatadas pelos integrantes do TJPE em pesquisas realiza-

das em setembro de 2006. O estudo revelou que 60% dos entrevistados estão abertos a receber orientações sobre como ter uma vida mais saudável.

O Saúde Legal irá promover palestras regularmente e cada um dos quatro projetos do programa terá metas e atividades específicas. No tópico Atividade Física, por exemplo, haverá encontros para caminhadas e incentivo do uso de escadas. No Alimentação Saudável, serão realizadas competições focando a redução de peso e será implantado um restaurante no Fórum do Recife. O Ergonomia visa

à prevenção de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (D.O.R.T.), estimulando a prática de ginástica laboral.

Respirar fundo, jogar pelada, ouvir música e cuidar de plantas são algumas das formas de gerenciar o estresse relatadas por servidores do TJPE. Embora todos pareçam ter uma resposta rápida sobre como resolver o problema, a pesquisa feita pela Lamina Consultoria revelou que 60% dos entrevistados sofrem do mal e não sabem como lidar com ele. O Gerenciamento do Estresse vai contar com oficinas de medi-

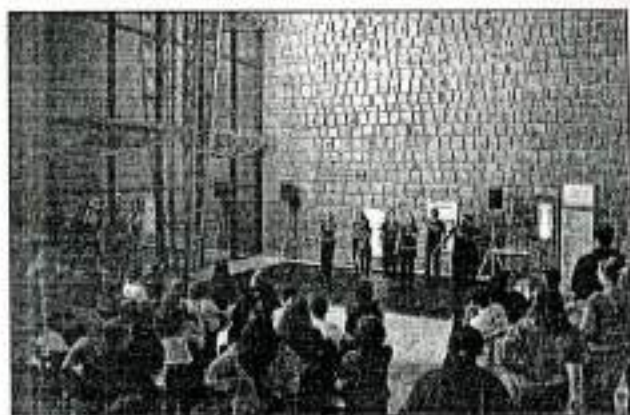
tação, teatro e Yoga, além de encontros com profissionais especializados para tratar de temas como educação de filhos, planejamento financeiro pessoal e administração do tempo.

Cada um dos quatro projetos do Saúde Legal é coordenado por um gestor e o programa conta com mais de 20 agentes de saúde, que irão disseminar a cultura de uma vida saudável. Para mais informações a respeito do programa, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) está disponibilizando o telefone 3419-3465. O informativo eletrônico *Comunica*, da DRH, com acesso através da Intranet, é o meio de comunicação mais utilizado para divulgar as ações do Saúde Legal.

O evento promovido no Fórum Rodolfo Aureliano contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

LANÇAMENTO

Depois de assistir entusiasmado a uma apresentação teatral, o desembargador Eurico de Barros, substituindo



O rapel, feito no Hall Monumental do Fórum Rodolfo Aureliano, foi uma das atividades que traduziram bem a proposta do programa



o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, anunciou oficialmente o lançamento do Saúde Legal. O magistrado, que já foi diretor do Fórum do Recife, disse entender bem a necessidade de se implantar um restaurante no local, que atualmente dispõe apenas de uma lanchonete.

O magistrado também falou da importância dos beneficiários estarem abertos ao programa. "O Tribunal está investindo na saúde, mas é preciso haver reciprocidade, pois ter saúde é, principalmente, uma escolha pes-

soal", destacou Eurico.

ELENCO

A programação de lançamento do Programa Saúde Legal contou com uma apresentação do grupo *O Elenço*. Integrado por pernambucanos formados em música, o grupo se propõe a fazer montagens de clássicos da Broadway. A trupe apresentou trechos do espetáculo que estará em cartaz no Teatro do Guararapes, nos dias 28 e 29 de junho, com citações de *Hair*, *O fantasma da Ópera*, *A Bela e a Fera* e *Les Misérables*.



Atividades físicas modificaram a rotina dos servidores do Poder Judiciário estadual

UFRPE homenageia Esmape



O evento ocorreu na última quinta-feira, no salão Nobre da UFRPE.

IZABELA RAPOSO

A Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma homenageou, na última quinta-feira, 31, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Na solenidade, o vice-diretor da entidade, desembargador Eduardo Paurá, recebeu o Diploma de Mérito Agrônomo, concedido pelos 20 anos de atuação da escola na formação de operadores do Direito e na capacitação dos magistrados e servidores estaduais.

Além da Esmape, a Escola do Legislativo, representada por Juran-

dir Bezerra, e a Rede Globo Nordeste, presente através de seu coordenador de Comunicação Social, Roman Drummond Ribeiro, também receberam o título. A primeira, pelos serviços prestados a Pernambuco e a segunda, pela excelência na comunicação televisiva em 35 anos de atuação.

O desembargador Paurá, falando em nome das entidades homenageadas, agradeceu à Academia e externou sua satisfação pelo reconhecimento da missão institucional da Esmape. O magistrado também parabe-

nizou as outras duas instituições pelos méritos reconhecidos.

A homenagem fez parte da solenidade de entrega dos Diplomas de Mérito aos formandos das turmas de 1946 e 1956 de Agronomia da UFRPE. O evento, realizado no salão Nobre da universidade, teve na composição da mesa de honra o reitor e vice-reitor da UFRPE, professores Valmar Andrade e Reginaldo Barros, o presidente da Academia, Eudes Leão Pinto, além dos representantes da Esmape, Escola do Legislativo e Rede Globo Nordeste.

PRÊMIO INNOVARI

Inscrições abertas

Rodrigo Guedes

O Prêmio Inovare - A Justiça do Século XXI, que identifica, premia e divulga práticas bem-sucedidas no âmbito da Justiça, chegou à sua quarta edição, sob o tema "Pacificação Social e Segurança Pública". Promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Inovare contempla os vencedores com troféus, diplomas, além de R\$ 50 mil para os primeiros colocados de cada uma das categorias Tribunal, Juizado Especial, Juiz Individual, Ministério Público e Defensoria Pública. As inscrições seguem abertas até o dia 29 de junho, no site www.premioinnovare.com.br.

Em 2006, o prêmio contou com 150 inscrições de todo o país. O desembargador federal recifense Marcelo Navarro Ribeiro foi um dos vencedores na categoria "Tribunal". A cerimônia de entrega dos troféus foi realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eficiência, qualidade, criatividade, satisfação do usuário, alcance social, desburocratização e,

principalmente, a aplicabilidade do projeto são critérios que pesam sobre a escolha. As práticas finalistas serão publicadas no quarto volume da coleção A Reforma Silenciosa da Justiça.

De acordo com a coordenadora de marketing estratégico e planejamento da FGV, Milena Brant, o Prêmio Inovare "é uma iniciativa para oferecer à população uma prestação jurisdicional mais eficiente e moderna no âmbito do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública".

Juizes vitaliciandos em Petrolina

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco reuniu, no último dia 30, em Petrolina, 14 juizes em processo de vitaliciamento. Corregedores e avaliadores também participaram do encontro que teve por objetivo discutir o conteúdo programático que será abor-

dado no curso para juizes em estágio probatório. "O evento foi também uma oportunidade para os participantes apresentarem idéias para o curso de preparação que será realizado até o final do mês de julho", observou a supervisora de vitaliciamento Nalva Cris-

na Campello.

O encontro em Petrolina contou com a participação de magistrados das comarcas de Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu, Flores, Exu, Trindade, Araripina, Pamamirim, Cabrobó, Mirandiba, Ipubi e Ouricuri.

Manifestam repúdio a corrupção

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça se reuniu em Brasília no último dia 31 de maio. Do encontro, resultou uma Nota Oficial na qual os chefes dos judiciários estaduais manifestam preocupação com os recentes acontecimentos de corrupção envolvendo pessoas públicas, entre elas juízes. O documento também alerta para a publicidade sensacionalista com que a mídia vem cobrindo as operações da Polícia Federal, o que, na interpretação dos participantes, pode gerar a ilusão de que todo homem público é corrupto. Veja na íntegra a Nota Oficial da reunião.

NOTA OFICIAL

No Estado de Direito, todos devem responder pelos seus atos, sem qualquer exceção. Do mais alto dignitário da Nação ao mais humilde cidadão, todos se sujeitam aos rigores da lei.

Na busca da paz social, promessa que lhe deu fundamento, o Estado tem o dever de apurar os desvios de conduta, com rigor, respeito à verdade, em tempo razoável, dando prioridade aos processos de foro especial, cuja ampliação fragiliza os princípios democráticos à evidente discrimina-

ção de pessoas.

A dignidade da pessoa humana - garantia constitucional e expressão da cidadania - constitui valor maior, que não é patrimônio de pessoas ou de grupos, antes pertencimento de toda a sociedade.

Com a crença nesses valores, os Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunidos em Brasília, manifestam sua justificada preocupação com o clima hoje existente no País, na área policial e entre os homens públicos.

As operações desencadeadas pela Polícia Federal têm-se notabilizado, às vezes, pelo caráter espetacular de que se revestem e pela ampla publi-

cidade que as envolve.

Impactantes, intimidam pessoas e fragilizam instituições, criando verdadeiros "terrorismo jurídico", capaz de quebrar a altivez e a independência dos agentes públicos, entre eles os juízes. A inobservância do segredo de justiça viola a lei e desrespeita o Poder Judiciário.

As versões, divulgadas pelos meios de comunicação, alimenta a perigosa conclusão de que nossos homens públicos são todos iguais, com grave erro de avaliação.

Responsável primeira pela expedição de mandados judiciais, mas, igualmente responsável pela efetividade

dos direitos e liberdades constitucionais, a magistratura nacional, com maturidade e discernimento, não recusará sua contribuição ao combate à criminalidade, mas exigirá, de todos, escrupuloso respeito à lei.

Conscientes da responsabilidade de que estão investidos, os signatários reafirmam: nem estado mafioso, nem estado policial, mas o Estado Democrático de Direito, que juramos construir.

Brasília, 31 de maio de 2007

Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça

HOMENAGEM

O Poder Judiciário pernambucano marcou presença nas comemorações do centenário do nascimento de Luiz Epaminondas Nogueira de Barros, comerciante e ex-prefeito de Custódia, no último dia 28 de maio. No evento, realizado pela família do homenageado em parceria com a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, foi representado na ocasião pelo desembargador Alberto Nogueira Virgínia, que proferiu um discurso em homenagem ao ex-prefeito de Custódia. Confira o discurso abaixo.

Nesta solenidade de gratidão e do aniversário de centenário do homenageado, Senhor Luiz Epaminondas Nogueira de Barros, de saudosa memória, me foi delegado por sua excelência o Desembargador Fausto Valença de Freitas, muito digno Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e amigo da família Epaminondas Nogueira de Barros, para em seu nome e do Tribunal de Justiça fazer esta saudação ao ex-prefeito e ex-comerciante, já nominado.

O mesmo era casado com a senhora Zulmira Feitosa de Barros, com a qual teve onze filhos.

Foi um homem que passou sua vida pela retidão de caráter e como bem disse sua filha a Ilustre Professora Terezinha Epaminondas Pacheco, ao depoimento a sua memória que: "sua honradez, sua honestidade, seu trabalho e o serviço ao próximo foram os temas perquiridos na vida por ele e legados aos seus descendentes".

A história de vida deste homem, senhoras e senhores, é digna de registro e essa homenagem penitida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é mais do que merecida, uma vez que esse homem não media esforços para ajudar e cuidar dos seus semelhantes e conterrâneos.

Como homem e pai de família, exerceva que a educação da juventude custodiense e região circunvizinha era fundamental para o crescimento do cidadão. É tanto, que seus

descendentes entregam a sociedade de Custódia, no dia de hoje, brilhante biblioteca, a qual leva seu nome.

Como um homem de visão, proporcionou à sua prole uma educação esmerada. Deu condições de estudos para todos os seus filhos, os quais souberam aproveitar, com mérito, a oportunidade oferecida, e, nessa persistência de sertanejo, formos a todos os filhos, em diversos cursos universitários. Sendo, mais uma vez, motivo de orgulho e exemplo para aqueles que vivem de igual maneira, fazendo-os pensar que os sonhos podem se tornar realidade, bastando coragem, persistência e seriedade para ir atrás dessas conquistas.

O Senhor Luiz Epaminondas Nogueira de Barros foi um líder, um homem de bem, que se esculpou a si próprio. Comerciante atuante, que galgou o mais alto posto do Poder Executivo de Custódia, enalteceu com sua postura digna, fazendo Justiça no seu trabalho de grande administrador como prefeito, coerente e humano, vivenciando os problemas de sua cidade e, assim, procurando diminuí-los na medida do possível para a época.

Na composição incondicional de sua esposa Dona Zulmira, com quem se casou em meados de 1929, educou seus onze filhos. Dois enveredaram para a política, Luiz Epaminondas Filho (Luizito, de saudosa memória) foi prefeito de Custódia por duas

vezes e Deputado Estadual, por dois mandatos; o filho João Bosco Barros foi Secretário de Obras do Município, Vereador e Vice-Prefeito; Ana Lúcia, arquiteta; Terezinha, professora; Zuleide; Zenilda, bibliotecária; Flávio (falecido); Zeneide; Zenaide; Paulo Fernando (falecido) e Pedro Feitosa Neto, médico. Esta foi a prole deixada pelo casal Luiz Epaminondas e Zulmira Feitosa de Barros.

Senhoras e Senhores, Ao trazer esse resumo da trajetória de vida desse homem público, por exemplar, para conhecimento dos senhores: era filho de Antônio Epaminondas Nogueira de Barros e de Ursula Benigna Pereira Valões, nascido em 28/05/1907, na pacata cidade de Serra Talhada (PE), encravada no Sertão Pernambucano do Pajeú. Ficou órfão do pai aos sete meses de vida, com mais quatro irmãos e uma mãe com apenas 18 anos de idade.

Como legado à sua família deixou o exemplo de um homem justo, leal, íntegro e que, com sua conduta, em vida, deu prova de equidade, de generosidade, além de ter detido de uma grande força de alma e amor ao próximo.

Para registro e gratidão, estou envidenciando, em vir à cidade de Custódia, representando o Tribunal de Justiça de Pernambuco, como me considero, parente do homenageado e coincidentemente a honra e a gratidão

de cavar de meu avô materno, Elpidio Nogueira Lima, já falecido, que me dizia ser parente dos Nogueira Barros de Tabira, Serra Talhada e Custódia e, Deus, deu-me, em dobro, o que ele tinha dito deste parentesco, pois tive a felicidade de casar com uma Ananias Góes, a Advogada Maria Lúcia de Araújo Nogueira, razão de minha vida, na família constituída de quatro filhos.

A todos que o conheceram fica a recordação do homem corajoso, verdadeiro, independente nas suas decisões e amigo dos amigos, sendo justo e generoso no trato com seus municípios.

Éis o legado deixado por um timoneiro que não teve medo de ousar e, na sua ousadia, beneficiou sobremaneira sua família, que, hoje, agradecida, vem, publicamente, nas pessoas de seus descendentes, revelar a história de vida daquele destemido homem, ao tempo em que, sensibilizados, recebem tão merecida homenagem, que deixa todos os presentes comovidos pelo reconhecimento póstumo ao sertanejo desse rincão, que, como dizia Euclides da Cunha, "era antes de tudo um forte".

Por fim, quero parabenizar a biografia do Exm. Ex-Prefeito, Dr. Adalberto Pereira, que foi um continuador da administração do também homenageado Dr. Luiz Epaminondas Nogueira de Barros.

Des. Alberto Nogueira Virgínia

FERIADO

Corpus Christi

Nas próximas quinta e sexta-feira (dias 7 e 8), não haverá expediente no Poder Judiciário por conta das comemorações do Feriado de Corpus Christi. Nesses dias, a 1ª e 2ª instância funcionarão em regime de plantão. O aviso está publicado no Diário Oficial do dia 1º de junho.



TJPE decide sobre impostos de cartórios

Rodrigo Guedes

A 7ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu, em recurso de apelação, que é constitucional e devida a cobrança do Imposto Sobre o Serviço de Atividade Notarial de Benefício da Prefeitura (ISSQN), conforme estabelecido na lei municipal nº 16.933, de 29/12/2003. Logo, agentes notariais e registradores devem manter o pagamento do ISSQN à Prefeitura do Recife. Em voto proferido na última terça-feira, dia 5, o relator do processo, desembargador Fernando Cerqueira, sustentou que as ativida-

des questionadas, relativas a devolução, protesto e manutenção de títulos, sustação de protesto e representação, entre outros, "não atentam contra os limites fixados na Carta Magna vigente nem nas legislações infraconstitucionais - federal, estadual e municipal - que, de forma uníssona e convergente, não asseguram aos mesmos a imunidade tributária postulada".

Uma das situações extraídas da Constituição para defender a decisão foi o artigo 236, caput: "os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Po-

der Público".

Do Supremo Tribunal Federal, 6ª turma, foi retirado o seguinte trecho, que também converge para a manutenção do imposto: "Notários e registradores públicos não são considerados servidores públicos, exercendo atividade de interesse público, por delegação, em caráter privado".

Ainda de acordo com o relator, "a pretendida imunidade tributária na forma argumentada e postulada pelo apelante emerge como tratamento privilegiado e contrário aos princípios de igualdade e da liberdade de iniciativa".

Pioneirismo marca Curso de Direito Registral

Celina Araújo

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco realizou, durante o mês de maio, o I Curso de Atualização sobre Práticas Notariais e de Registro Imobiliário. O evento chegou a contar com a participação de cerca de 500 profissionais, entre juízes, promotores, notários e registradores imobiliários no Estado, além de

servidores da Justiça. "Foi um evento pioneiro e a ideia é que ele seja estendido para outros segmentos", salientou o corregedor geral, Ozael Veloso.

Recife, Caruaru e Petrolina foram as cidades sedes do evento, que receberam participantes de todos os estados. O curso atualizou os profissionais que lidam com o Direito Registral sobre as

normas que regem os atos notariais e registrares, nos âmbitos judicial e extrajudicial.

Após constatar os resultados positivos do evento sobre Direito Registral, a Corregedoria quer viabilizar novos cursos. "A ideia é de, até o final do ano, realizarmos nova capacitação, na qual serão incluídos os cartórios de registro civil", ressaltou Veloso.

CONVITE OFICIAL



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, visitou a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, no dia 31 de maio. O encontro foi realizado no Salão Branco do STF e teve o objetivo de convidar a magistrada para que ela ministre uma palestra durante as comemorações do aniversário de 185 anos do TJPE, que acontece no mês de agosto.

Tribunal participa de Jornada Preparatória para o XIX Congresso da ABEAD

A Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Drogas (ABEAD) estará realizando de 5 a 8 de setembro o seu XIX Congresso - Alcool e Drogas: cuidando dos jovens - no Rio de Janeiro.

O encontro terá a participação de profissionais da Saúde, Educação, Sociologia, Direito, entre outros. O objetivo é discutir alternativas competentes de prevenção comunitária, escolar e alternativas de trata-

mento. Antes da realização do congresso, serão promovidas jornadas preparatórias em Minas Gerais, Pernambuco e Espírito Santo.

Aqui, a II Jornada Regional Preparatória para o XIX Congresso da ABEAD está sendo organizada pelo Ministério Público Estadual, com o tema *Adolescência, drogas e violência: proteger é preciso*.

O Tribunal de Justiça pernambucano

será representado pelo coordenador da Infância e Juventude, juiz Humberto Vasconcelos, e pelo psicólogo do 1º Juizado Especial Criminal, Gilberto Lúcio da Silva.

O evento terá início em 6 de julho. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site do Ministério Público de Pernambuco, www.mp.pe.gov.br ou pelo telefone da Escola Superior do Ministério Público (81) 3303-1145.

Juizados Especiais

BALANÇO MOSTRA RESULTADO POSITIVO DOS MUTIRÕES

CELINA ARAÚJO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vem adotando medidas que, ao longo da atual gestão, reduziram o tempo médio de tramitação de processos em Juizados Especiais. O coordenador dos Juizados Especiais, juiz Luiz Mário Moutinho, fez um balanço das atividades e mostra os números que garantem a confirmação dos registros em relação aos anos anteriores.

O crescimento da demanda na sociedade se expressa no número de queixas. Em 2004, foram registradas cerca de 85 mil queixas; no ano seguinte, o número aumentou para mais de 93 mil e, em 2006, foram 113 mil. De acordo com a Coordenadoria dos Juizados, o período de tramitação dos processos em 2005 era de 110 dias. "Apesar do aumento do número de queixas em 2006 nos Juizados, o período decorrido entre a reclama-

ANO	AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO	JULGAMENTOS
2004	119.888	83.183
2005	125.405	86.810
2006	140.031	94.755

ção e o julgamento foram de 82 dias, o que representa um ganho de 32%", afirma Moutinho.

No que se refere à estratégia de mutirão, os Juizados, em 2006, contabilizam mais de 140 mil audiências de conciliação e quase 95 mil processos julgados. Em paralelo com anos anteriores, o aumento é considerável (ver box acima). O índice conciliatório também é de grande escala. "No mutirão do Unibanco, o índice conciliatório chegou a 85%", exemplificou o magistrado.

Continho destaca a atuação do grupo de trabalho - formado por ele e pelos juizes Andréa Cartaxo, Ailton de Souza, Riklo Vieira da Silva e

Luiz Carlos Figueiredo - como um dos pontos altos no balanço de ações dos Juizados. "Sem essa equipe não seria possível instalar o Fórum Universitário na Faculdade Marista, o Juizado da Mulher, do Idoso, nem do Torcedor", ressalta. O grupo auxilia na coordenação, além de monitorar os processos que aguardam julgamento, definindo qual juizado receberá apoio de mutirão.

A equipe reduzirá em grande número o acervo de processos que aguardam julgamento. "Os Juizados Especiais herdaram mais de quatro mil processos, muitos dos quais esperando decisão há mais de três anos. A média mensal hoje, com o monitoramento perma-

nente, é de 2.400 ações", analisa Moutinho.

Em relação ao Juizado da Mulher e do Idoso, coube à juíza Andréa Cartaxo tomar as medidas necessárias para a instalação desses órgãos, ambos localizados no Centro Integrado da Cidadania, sob a coordenação do desembargador Jones Figueiredo. "Atualmente, o centro tem uma estrutura completa para atender a mulher e o idoso", ressaltou Cartaxo.

Outro feito da coordenadoria dos Juizados foi a instalação do Juizado do Torcedor, cuja idealização compete ao juiz Ailton de Souza. O Juizado acompanhará todos os grandes jogos realizados na capital pernambucana, tanto do campeonato local, quanto no torneio nacional. "Esta unidade tem um caráter inédito no país e no mundo, o que fez com que o Ministério da Justiça formasse uma comissão para visitar estados brasileiros e países da Europa com tradição no futebol. O objetivo foi colher as experiências legais e de segurança pública para elaborar propostas de controle da

violência nos estádios", explicou Luiz Mário Moutinho.

METAS

Atualmente, encontra-se em andamento o mutirão de julgamentos que reúne mais de 60 juizes voluntários que aceitarão colaborar com a extinção dos processos pendentes de julgamento. "Através dessa medida, até agosto não teremos nenhum processo a ser julgado por mais de trinta dias", exclama Moutinho. Ele antecipa que haverá um novo mutirão, ainda sem data prevista, cuja estimativa é a realização de 6.500 audiências em uma semana. Além disso, haverá em julho o mutirão criminal da Aeso com 1.100 audiências.

Em paralelo aos mutirões, encontra-se aguardando pauta para apreciação do pleno do Tribunal de Justiça uma resolução que cria a figura do juiz leigo. Essa medida modifica o procedimento nos Juizados Especiais.

De acordo com a Coordenadoria dos Juizados, o maior ponto de estrangulamento está na fase de instrução e julgamento. Por isso, os juizes leigos farão as instruções e irão elaborar proposta de decisão, cuja análise e homologação será de responsabilidade do juiz de Direito. "Além disso, o juiz leigo representa um custo menor em relação à remuneração de um juiz togado", finaliza o magistrado.

Aposentadoria

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, José Antônio Macêdo Malta, vai completar a idade de aposentadoria, nesta sexta-feira, 15 de junho. A despedida do Tribunal ao desembargador, que fará 70 anos, está sendo organizada por todos os que fazem o TJPE, com um almoço no Spettus, localizado no Derby.

Macêdo Malta ocupou o cargo de presidente do Judiciário estadual no biênio de 2004/2005. Anteriormente, também foi vice-presidente na gestão do desembargador Napoleão Tavares, nos anos de 2003/2004. O desembargador preside a Seção Cível, o 1º Grupo de Câmaras Cíveis e a 3ª Câmara Cível.



Os mutirões de conciliação e julgamento foram a principal saída para dar mais celeridade à Justiça





CORREGEDORIA aborda questão de abrigos

O corregedor geral da Justiça em Pernambuco, desembargador Oziel Velloso, se reuniu, no dia 6 de junho, com os corregedores auxiliares e assessores especiais. Na reunião, o tema abordado foi o cadastramento de abrigos estaduais e crianças abrigadas.

Estavam presentes o coordenador da Infância e Juventude, juiz Humberto Vasconcelos, a analista de sistemas Marta

Agra e a coordenadora do Núcleo de Orientação e Fiscalização de entidades, Sônia Proto.

No encontro, a Corregedoria informou que vai auxiliar a Coordenação da Infância e Juventude para agilizar os processos e fazer com que a criança volte para seu lar de origem ou seja encaminhada a um lar substituto.

Durante a reunião, também foi feito um balanço

do curso de atualização sobre Direito Registral e dos encontros com juízes em vitaliciamento nas cidades de Canarú e Petrolina.

"É desejo da Corregedoria realizar mais encontros nesse sentido, pois assim interiorizaremos nossas ações, principalmente junto às comarcas mais distantes da Capital", finalizou o corregedor geral.

O grupo Evangélicos do Fórum do Recife realizará hoje um Culto de Ação de Graças no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha do Leite, das 15h30 às 17h.

De acordo com o oficial de Justiça Artur Queiroz Nunes Paes, representante do grupo, o encontro será em favor de todos os servidores do Poder Judiciário de Pernambuco.

CONFERÊNCIA ADIADA

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) avisa que a conferência com o senador Leomar Quintanilha (TO), agendada para hoje, no Recife, sobre o tema *A Biodiversidade no Rumo Bioetanol e Energias Renováveis* terá nova data. O evento será aberto ao público, no auditório da Esmape.

TJ atualiza servidores

O Poder Judiciário estadual está realizando, até hoje, um curso de atualização para servidores interessados em conhecer o novo Código de Organização Judiciária. As aulas, ministradas pelo juiz Ruy Patu, acontecem na Escola da Magistratura de Pernambuco (Esmape).

"Esse curso é majori-

tariamente voltado para os funcionários da Secretaria Judiciária, uma área que exige dos servidores conhecimentos básicos de organização jurídica, porque lidam diretamente com a movimentação dos juízes", explica Patu.

No entanto, a importância de conhecer a nova legislação aplicada ao

TJPE levou servidores de outras áreas a participar do curso. A funcionária Maria Célia Torres, lotada na Diretoria Criminal, acha que é essencial, para todo servidor judiciário, atualizar-se no serviço que presta à sociedade. "Essa nova fase da Justiça deve ser conhecida, para que o trabalho seja mais produtivo", opina.



AVISO

Corregedoria da Justiça convoca juízes para atualizarem dados no site do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) requer que os juízes com exercício no primeiro grau de jurisdição preencham um formulário via internet para uma "declaração de não exercer atividade incompatível com o cargo de magistrado" até o dia 30 de junho de 2007.

Para auxiliar o preenchimento do formulário, a Corregedoria Geral da Justiça cadastrou todos os magistrados pernambucanos com exercício no primeiro grau de jurisdição no site do CNJ, com nome de usuário e senha provisória.

O caminho a ser percorrido no site é o seguinte: www.cnj.gov.br - área restrita - sistema de informação para a Corregedoria Nacional da Justiça - Login - Formulários - Declaração de não exercer atividade incompatível com o cargo de magistrado.

Os juízes que não receberam seu nome de usuário e senha provisória devem contactar a Corregedoria auxiliar de sua região.



CNJ JULGA VÁLIDA RESOLUÇÃO Nº 202/2006 DO TJPE

O Conselho Nacional de Justiça julgou improcedente o pedido formulado nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 448, reconhecendo como válida a Resolução TJPE nº 202/2006 que disciplina os critérios de promoções por merecimento dos magistrados.

O pedido foi formulado pela Associação dos Magistrados de Pernam-

buc que buscava a revogação da referida Resolução, e a consequente anulação das decisões do Tribunal Pleno.

Os membros do CNJ acompanharam o voto de vista do Conselheiro Douglas Alencar proferido na sessão de 12.06.2007, sob o fundamento de que a Resolução TJPE nº 202/2006 estabelece os critérios exigidos na Resolução CNJ nº 06/

2005, inclusive por ser a mesma idêntica à Resolução que trata da matéria no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e semelhante às de vários outros Estados.

Em seu voto, o Conselheiro Douglas Alencar reconheceu que os Desembargadores do TJPE justificaram a escolha dos nomes dos magistrados que foram promovidos, através de votação aberta,

nominal e fundamentada, fazendo uma análise dos dados fornecidos pela Secretaria Judiciária e pela Corregedoria Geral da Justiça, quanto à produtividade, desempenho e presteza, dos referidos magistrados, não havendo qualquer reparo a ser feito pelo CNJ.

A decisão do Conselho Nacional de Justiça que determinou o arquivamento do PCA nº 448,

consolidou entendimento já pacificado naquele órgão quando dos julgamentos do PCA nº 114 - Relator Douglas Alencar; PCA nº 240 - Relatora Ruth Carvalho; PCA nº 313 - Relator Alexandre de Moraes; e PP nº 734 - Relator Douglas Alencar.

Gabinete da Presidência
Tribunal de Justiça de
Pernambuco

TJPE e Esmape abrem inscrições para estágio na Universidade da Geórgia

Cecília Pereira

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) abrem inscrições para seleção de magistrados e servidores que queiram participar de estágio na Faculdade de Direito da Universidade da Geórgia, em Athens,

EUA, no período de 24 de novembro a 9 de dezembro. O estágio tem o objetivo de desenvolver estudos sobre as administrações judiciária e pública como base de aprendizado para nosso Estado.

O convênio firmado com a Esmape oferece 16 vagas para o TJPE. As

inscrições podem ser feitas até o dia 18 deste mês, na sala da secretaria geral da Coordenação de Estudos Internacionais da Esmape, no horário das 8h às 17h. O TJPE disponibilizará diárias necessárias à cobertura dos gastos com hospedagem e alimentação dos selecionados.

Na primeira fase, serão selecionados seis juízes - dois de cada entrância -, quatro desembargadores e seis servidores - sendo três representantes de cada uma das entrâncias e três que exerçam suas atividades no 2º grau ou na administração superior.

A seleção dos juízes

será feita pelos desembargadores integrantes junto ao Conselho da Magistratura e o Diretor da Esmape. Os desembargadores serão selecionados pelos integrantes do Conselho da Magistratura e os servidores serão escolhidos por votação do Conselho. Os

servidores e magistrados que já tenham participado de programas anteriores de aperfeiçoamento com a Universidade da Geórgia não poderão se inscrever novamente.

"Esta é a sétima turma que estamos formando para filtrar os progressos da administração judiciária que podem ser colocados no nosso sistema. Tivemos excelentes resultados com os participantes de viagens anteriores, porque eles puseram em prática os conhecimentos adquiridos com a troca de informações. Esta também é uma forma de retribuir aos que se destacaram no TJPE", disse o desembargador Fernando Cerqueira.

INSCRIÇÕES

Os desembargadores precisam preencher a ficha de inscrição, apresentar currículo e comprovar produtividade nos últimos 24 meses apresentada em suas respectivas áreas de atuação.

Os juízes precisam ser vitaliciados e estar em pleno exercício, apresentar currículo e preencher o relatório de produtividade junto com 10 cópias de sentenças ou votos proferidos nos últimos doze meses. Se integrante da administração superior,

apresentar um resumo das atividades, projetos apresentados ou programas mantidos pelo TJPE, nos quais tenha trabalhado.

Além disso, é necessário apresentar cópia dos relatórios Loman ou

declaração da Corregedoria Geral da Justiça em que conste produtividade registrada.

Os servidores devem estar em pleno exercício do cargo, apresentar currículo e um relatório sobre suas atividades, funções exercidas

ou nos programas e projetos mantidos pelo TJPE.

Anexar uma carta de apresentação do magistrado ou chefe imediato junto ao relatório que exerce suas atividades, descrevendo a assiduidade, dedicação e interesse,

produtividade, comportamento, desenvolvimento e relacionamento dentro do contexto profissional.

Confira o edital - Estágio Universidade da Geórgia em Athens / EUA no site www.esmape.com.br.





Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 111

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 19 de junho de 2007

Pleno aprova Plano de Cargos e Carreiras

Sérgio M. Ferreira

Com o registro de apenas duas abstenções e nenhum voto contra, os 32 desembargadores reunidos em sessão do Tribunal Pleno aprovaram, ontem, integralmente o anteprojeto do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O texto original, levado aos integrantes do Pleno na última quarta-feira, recebeu apenas uma emenda modificativa, apresentada pelo próprio presidente do Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas, enquadrando os cargos de Técnico Judiciário símbolo PJ-II no símbolo TPJ-III. Os efeitos financeiros da medida, no entanto, só entram em vigor após um ano da aprovação da lei.

Uma das proposições de maior interesse do conjunto dos servidores incluídas no anteprojeto é a incorporação da Gratificação de Exercício, cujo percentual corresponde a 100% sobre o vencimento-

base. A medida vai gerar um reajuste de 37,5% sobre os salários dos servidores, garantindo a reposição de partes das perdas salariais acumuladas com os efeitos inflacionários dos últimos dez anos, que chega a cerca de 100%.

A reposição da diferença desse percentual também está prevista, porém de forma gradativa. Na impossibilidade de repor todas as perdas de uma só vez, o PCCV prevê a reposição de cerca de 53% das perdas restantes no período de 2008 a 2011.

O presidente Fausto Freitas justificou a redação do novo PCCV, no sentido de contemplar a reposição salarial, em face do grande índice de evasão observado nos quadros do TJPE. "No ano passado, nós tínhamos 450 cargos vagos. Hoje essa defasagem já chegou a 600 servidores. Isso se deve ao valor intelectual e moral dos nossos servidores, que na falta de salários condizentes com a sua capacidade migram para outros órgãos pú-

blicos através de concurso público", observou.

Freitas convocou desembargadores e servidores que lotaram o plenário do Tribunal Pleno para armar forças pela aprovação do PCCV na Assembleia Legislativa. "A luta está só começando. Espero poder enviar o projeto para apreciação no Legislativo ainda nesta terça-feira. Nossos esforços serão inclusive no sentido de garantir dotação orçamentária para assegurar os avanços pretendidos", observou o presidente que se disse otimista em relação aos entendimentos com o governo do Estado.

O Tribunal Pleno observou a necessidade do texto do PCCV ser submetido a uma revisão meramente redacional. O trabalho ficou a cargo de uma comissão presidida pelo relator do projeto, desembargador Bartolomeu Bueno. A orientação da Presidência do TJPE foi



O projeto foi aprovado por unanimidade

de que a revisão fosse concluída ainda hoje.

VALORIZAÇÃO

O projeto do PCCV, nos moldes propostos pela Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, visa a uma valorização funcional do servidor. Um dos pilares

dessa valorização é a criação da gratificação de incentivo à qualificação funcional. Serão instituídos três níveis de reconhecimento remuneratório: 9% para cursos de pós-graduação; 6% para cursos de graduação e 3% para um conjunto de ações de capacitação envolvendo cursos de extensão e aperfeiçoamento.

Os servidores também serão contemplados com benefícios como diminuição no desconto do auxílio-transporte (de 2% para 1%) e criação do auxílio-saúde.

Psicólogo do TJPE participa de curso sobre dependência química

Cícilia Pereira

O psicólogo do 1º Juízo Especial Criminal, Gilberto Lúcio Silva, participou, no dia 7 deste mês, do II Curso de Capacitação em Dependência Química, oferecido pelo Programa de Atendimento Integral aos Alcoolistas e Outros Dependentes Químicos (PAIAD) na Universidade Federal da Paraíba. O psicólogo também ministrou a disciplina "Justiça Terapêutica e Responsabili-

dade Social", incluída no Seminário Nacional de Prevenção ao uso de Drogas nas Escolas, realizado no período de 7 a 9 de junho, em Tamboré, São Paulo.

Na ocasião, Gilberto mencionou as modificações recentes na legislação, que, hoje, preconizam intervenções mais restaurativas que punitivas para o usuário de drogas. Ele destacou também a necessidade de estabe-

lecer critérios para avaliação destas práticas, utilizando indicadores que vão além da mera verificação de reincidência criminal. Segundo o psicólogo, esses indicadores são a redução do consumo de drogas, a reorganização do projeto de vida e dos vínculos familiares. "A articulação com o sistema de saúde pública e o debate com a comunidade são imprescindíveis", disse Silva.

O Seminário Internacional de Prevenção e Combate à Corrupção teve início ontem, no Hotel Recife Palace. O evento contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, e do governador do Estado, Eduardo Campos.

O Seminário teve como objetivo promover o debate e a implementação de políticas e estratégias de prevenção e combate à corrupção. De acordo com o desembargador Fausto Freitas, é necessário um trabalho contínuo para se obter bons resultados. "O Judiciário não falhará na missão de dotar Pernambuco de meios para combater o crime organizado no intuito de construir um Estado mais justo, mais humano e, sobretudo mais seguro", ressaltou o desembargador.



De acordo com o desembargador Fausto Freitas, é necessário um trabalho contínuo para se obter bons resultados. "O Judiciário não falhará na missão de dotar Pernambuco de meios para combater o crime organizado no intuito de construir um Estado mais justo, mais humano e, sobretudo mais seguro", ressaltou o desembargador.

CIC abriga 1ª Delegacia do Idoso

O Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso do Tribunal de Justiça de Pernambuco ganhou uma aliada. A 1ª Delegacia do Idoso no Recife foi inaugurada na última sexta-feira, dia 15. O órgão é o segundo instalado no Norte-Nordeste do país e está estrategicamente localizado no Centro Integrado de Cidadania (CIC), mesmo local onde já funciona o Juizado do Idoso e a Promotoria de Defesa do Idoso. O endereço é: Rua da Glória, 301, bairro da Boa Vista.

A proximidade entre unidades de Secretaria de Defesa Social, Ministério Público e Poder Judiciário facilitará o acesso do público-alvo. "A falta de comunicação é um grande problema enfrentado pelos órgãos públicos. Essa integração certamente trará mais eficiência aos serviços", colocou o coordenador dos Juizados Especiais, Luiz Mário Moutinho, representando o presidente do TJPE,



Tribunal de Justiça, Secretaria de Defesa Social e Ministério Público num mesmo lugar

desembargador Fausto Freitas, na inauguração da Delegacia. O órgão será chefiado pelo delegado Ernildo Rodolfo de Farias, que é representante da Secretaria de Defesa Social no Conselho Estadual do Idoso desde 2004 e integrante do Núcleo do Idoso.

Participaram da solenidade de inauguração a coordenadora administrativa do CIC, juíza Andréa Cartaxo; o secretário Executivo de Defesa Social do Estado, Servílio de Paiva; o

diretor-geral da Polícia de Pernambuco, Manoel Carneiro; a promotora Helena Monteiro; a presidente do Conselho Estadual dos Idosos, Eduza Pereira.

CIC - O Centro já comporta uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), do Centro de Apoio às Medidas e Penas Alternativas (Ceapa) e do Juizado da Mulher. O CIC foi criado a partir de um convênio entre o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

JUIZADOS ESPECIAIS

Mutirão atinge 87% de conciliação

Em um novo mutirão promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), foram agilizados 320 processos de Juizados Especiais Cíveis da Região Metropolitana do Recife envolvendo ações com os grupos Unibanco e Ita Card. Embora a maioria dos processos já estivesse na fase de instrução e julgamento - ou seja, já haviam passado por audiências de conciliação sem obter êxito - foi atingida uma média de 87% de acordo entre as partes. O mutirão foi realizado na última sexta-feira, dia 15, no Fórum Thomaz de Aquino e contou com a participação de 35 funcionários do Judiciário estadual.

Para o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Luiz Mário

média de conciliação alcançada nas audiências habituais de Juizados Cíveis da Região Metropolitana é de pouco mais de 30%, enquanto nos mutirões esse índice sobe para mais de 75%.

A Coordenadoria dos Juizados Especiais está elaborando outros mutirões. Em julho, haverá o primeiro mutirão do Juizado do Idoso, que irá abarcar processos envolvendo a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Também em julho, o Juizado Criminal das Faculdades Integradas Barros Melo (Aeso) marcará 1,8 mil audiências para serem realizadas em três dias. Já para setembro, a Coordenadoria pretende promover um mega mutirão que envolverá seis mil ações cíveis.



No próximo mês, haverá mais dois mutirões

EDITAL DE ACESSO PARA DESEMBARGADOR

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está recebendo as inscrições dos juizes de 3ª entrância que quiserem concorrer à desembargadoria. O Edital de Acesso nº 6, pelo critério de Antiguidade, foi aberto em decorrência da vaga deixada pela aposentadoria do desembargador José Antônio Macêdo Malta, em 15 de junho último.

Os magistrados interessados devem entregar um ofício na Secretaria Judiciária solicitando sua inscrição. O prazo de dez dias para a entrega do documento começou a ser contado com a publicação do Edital - na segunda-feira, dia 18 - e será prorrogado até o dia 2 de julho (segunda-feira) em virtude do recesso junino.

DESPEDIDA - O Pleco do TJPE irá

realizar uma sessão solene para a despedida dos desembargadores Macêdo Malta, Ivonaldo Miranda e Zamir Fernandes, os dois últimos aposentados em 22 de janeiro deste ano e em 11 de outubro de 2006. A solenidade será realizada na sala Desembargador Antônio de Brito Alves, no 1º andar do Palácio da Justiça, no dia 17 de julho, com horário ainda a ser definido.

Confira, na edição de hoje, a publicação do resultado do concurso do TJPE



COMBATE À VIOLÊNCIA

Polícia reconhece esforços do TJPE

MANUELA VERAS

As ações implementadas pelo Poder Judiciário estadual para auxiliar no combate à violência estão sendo aprovadas pela Polícia Civil de Pernambuco (PC). Como forma de reconhecimento a esses esforços, a PC concedeu o presi-

dente e o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargadores Fausto Freitas e Antonio Camarotti, com a medalha do Mérito Policial Civil.

A comenda foi entregue na última terça-feira, no Palácio da Justiça,

durante visita do chefe da Polícia Civil de Pernambuco, delegado Manoel Carneiro. O policial veio à sede do TJPE acompanhado pelo subchefe da PC, delegado Francisco Jardim; pelo diretor geral de Operações da Polícia Judiciária, delegado Nilson Motta; pelo gerente de Recursos Humanos da PC, delegado Genivaldo Fonseca.

A homenagem foi feita primeiro a Fausto Freitas, no gabinete da presidência e, em seguida, a Antonio Camarotti, na sala da vice-presidência.

AÇÃO SOCIAL

Desde fevereiro de 2006, quando a atual mesa diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco tomou posse, foram im-

plementadas diversas medidas de combate à violência no estado. Grande parte delas foram possíveis graças a parcerias com outros órgãos públicos, entidades privadas e não governamentais.

Algumas dessas ações foram: reforço na segurança no entorno do Fórum Rodolfo Auliano, Operação Mãos Dadas (em conjunto com o Ministério Público e OAB), inauguração do Juizado Especial Civil e Criminal do Torcedor, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, do Juizado Especial Civil e Criminal do Idoso, da 4ª Câmara Criminal do TJPE e de duas varas do Tribunal do Juri.

Além disso, o TJPE



O presidente Fausto Freitas recebeu de Manoel Carneiro a medalha do Mérito Policial Civil.

vem se engajando em projetos sociais que atacam direta ou indiretamente a violência, como o 1º Projeto Universitário de Liberdade Assistida, a Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque, o

Projeto Futebol Cidadão, entre outros. O TJPE ainda promoveu reuniões para discutir o problema, sendo a maior delas o Encontro de Pesqueira, que reuniu representantes de todos os Poderes.



O vice-presidente Camarotti (C) também foi condecorado.

PCCV entregue à Assembléia

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, entregou pessoalmente ao presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Guilherme Uchôa, o projeto de lei que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PC-

CV) dos servidores do TJPE.

O encontro ocorreu na noite da última terça-feira, dia 19, no gabinete de Uchôa. O chefe do Judiciário estadual foi à Casa Joaquim Nabuco acompanhado pelos desembargadores Jones Figueiredo e Ricardo Paes Barreto, pelo juiz Ruy Patu e

pelo secretário de Administração do TJPE, Ricardo Lins.

Além do presidente da Alepe, também estavam presentes os deputados Sérgio Leite e Claudiano Martins.

Para ser aprovado, o PCCV ainda precisa passar pelo crivo das três comissões da Alepe,



Fausto Freitas entregou o projeto do PCCV pessoalmente a Guilherme Uchôa.



Biblioteca da Esmape aumenta acervo



A biblioteca possui um acervo de quase 4 mil títulos

IZABELA RAPOSO

Somando hoje um acervo de 3381 títulos, 4918 exemplares e 15.007 artigos de periódicos catalogados, a biblioteca da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco almeja aprimorar mais seus serviços em prol de alunos, professores, magistrados e visitantes. Para conseguir esse resultado positivo, a

atual gestão da Esmape investiu cerca de 75 mil reais, inclusive, com a aquisição recente de 364 exemplares de mais 190 obras jurídicas.

"Outros títulos estão para chegar", comemora a chefe da biblioteca da Esmape, Joseane Duarte. Ela destaca os 4,7 mil empréstimos realizados, "um aumento considerável em relação aos outros anos",

explica. A compra de livros atende às indicações de professores da escola em sala de aula e às sugestões do alunato, incluindo lançamentos e o que há de melhor no mercado editorial jurídico.

Outro avanço obtido foi a compra de arquivos deslizantes que permitem uma otimização do espaço de 60%. De acordo com Joseane, essa medida vai possibilitar a instalação de outras bancadas de estudo.

Para não perder o foco com a melhoria de seus serviços, a equipe da biblioteca, junto à diretoria da Esmape, trimestralmente, analisa informações coletadas em folhetos onde acervo, atendimento, limpeza, horário de funcionamento, dentre outros itens, são avaliados pelos usuários. "A ordem é melhorar mais e mais", enfatiza Joseane.

JUIZADO CONDENA NÁUTICO A INDENIZAR TORCEDOR

RODRIGO GUEDES

A 7ª turma do Colégio Recursal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) manteve, por unanimidade, a decisão do juiz Ailton Alfredo de Souza de condenar o Clube Náutico Capibaribe a pagar indenização por danos morais a Sérgio Muriilo Ferreira da Silva, aplicando, pela primeira vez no país, o Estatuto do Torcedor na parte de relação de consumo. O litigante foi impedido de assistir à partida Náutico X Sport do dia 5 de fevereiro deste ano por tumulto no acesso ao estádio e não pôde reaver o dinheiro pago pelo ingresso.

O parecer do recurso, publicado ontem, no Diário Oficial, afirma que "não foi garantida a devida segurança para o acesso do torcedor ao evento, devendo, ainda, ser mantido o valor da indenização (R\$ 1.500,00), prudentemente arbitrada, bem como a devolução do valor pago pelo ingresso (R\$ 15,00) que não pôde ser utilizado".

O responsável pela sentença inédita, juiz Ailton de Souza, prevê que a de-

cisão desencadeie uma demanda reprimida de processos afins. "Quando se vê que isso realmente pode acontecer, as pessoas vêm atrás", disse, lembrando que há uma responsabilidade civil de prestar um bom serviço para os torcedores.

A novidade foi bem recebida pelo presidente do Colégio Recursal, juiz Sérgio Paulo. "Isso indica que o Estatuto do Torcedor começa a ser aplicado", avalia. "O torcedor começa a procurar a Justiça. Os clubes têm que se preparar e cuidar melhor do torcedor que paga ingresso e quer ir para um espetáculo".

As adequações que o Estatuto deve impor aos clubes permitem, segundo o juiz relator da sentença, Sérgio Vieira Lopes, "maior credibilidade para esse produto, que traz para o Estado de Pernambuco vários dividendos, não só de imagem, mas também de valor econômico". De acordo com o magistrado, a aplicação do Estatuto traz "sensação de segurança" para o consumidor.

ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SITE DO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) requer que os juizes com exercício no primeiro grau de jurisdição preencham um formulário via internet para uma "declaração de não exercer atividade incompatível com o cargo de magistrado" até o dia 30 de junho de 2007.

Para auxiliar o preenchi-

mento do formulário, a Corregedoria Geral da Justiça cadastrou todos os magistrados pernambucanos com exercício no primeiro grau de jurisdição no site do CNJ, com nome de usuário e senha provisória.

O caminho a ser percorrido no site é o seguinte: www.cnj.gov.br - área restrita -

sistema de informação para a Corregedoria Nacional da Justiça - Login - Formulários - Declaração de não exercer atividade incompatível com o cargo de magistrado. Os juizes que não receberam seu nome de usuário e senha provisória devem contactar a Corregedoria auxiliar de sua região.





JUIZADO quer AMPLIAR atendimento

Processos da Região Metropolitana podem ser integrados

Juizado da Mulher

ROSA MIRANDA

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher em Pernambuco pode ter seu papel ampliado para toda Região Metropolitana. Quando completar um ano de funcionamento, através da análise feita da demanda mensal, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE) vai verificar tal possibilidade. "Nossa ideia é estender o

atendimento para Olinda e Jaboatão, que são cidades que se confundem fisicamente com o Recife", adianta o chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Fausto Freitas. Apenas em abril, foram distribuídos 118 processos no Juizado, uma média superior a das Varas Criminais. Numa realidade ideal, seria necessário que cada cidade tivesse o seu juizado da mulher, mas questões orçamentárias impedem essa situação. "Em municípios de pequeno porte, estamos recomendando aos juizes que deem aten-

ção especial aos casos de violência doméstica contra mulheres. Os magistrados estão autorizados a dar prioridade a esses processos", diz Freitas. Para a juíza responsável pelo Juizado da Mulher, Maria Thereza Machado, a população pode colaborar com a criação de novas varas. "A sociedade pode pedir a instalação dos juzizados através de e-mails, abaixo-assinados e pedidos de audiência junto à Presidência do Tribunal de Justiça, que é quem tem o poder de propor tal medida. Também podem ser feitas solicitações nesse sentido à Co-

missão de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça, que é a responsável por analisar todos os projetos de criação e de ampliação das unidades judiciárias", informa.

SERVIÇO

Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Centro Integrado da Cidadania (CIC) - Rua da Glória, nº 331, no bairro da Boa Vista. O juizado funcionará das 7h às 17h. Os telefones para atendimento à população são 3222-1449 e 3222-8839.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Judiciário estadual participa de encontro

CELINA ARRAGÃO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) participou do encontro do Grupo de Trabalho Municipal Pré-Convivência Familiar e Comunitária, que aconteceu na última segunda-feira, dia 21, no Forte das Cinco Pontas. A instituição foi representada pela assistente social Simone Barreto. Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) e do Instituto de Assistência Social e Cidadania (Iasc) participaram do evento.

A participação do Poder Judiciário segue uma diretriz social em que o TJPE vem trabalhando desde 2001, através do Núcleo de Apoio à Reintegração Familiar da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife (Narf). O núcleo trabalha

no sentido de garantir que a criança e o adolescente sejam educados no seio de sua família de origem.

PLANO

No encontro, cerca de 70 profissionais discutiram o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O projeto objetiva assegurar o respeito dos direitos humanos no ambiente onde vivem as crianças e jovens, seja na família ou na comunidade.

O atual Plano Nacional entrou em vigor em dezembro passado, depois de discussão entre representantes dos poderes governamentais, de organismos internacionais e da sociedade civil organizada.

SUBCOMISSÃO CÍVEL instituída pelo Cogesi solicita sugestões para aperfeiçoamento dos atos de secretaria

A Subcomissão Cível de Modelos de Atos e Rotinas constituída pelo Comitê Gestor dos Sistemas Informatizados (COGESI) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no uso de suas atribuições previstas na portaria nº 02/2007 - COGESI, solicita sugestões de novos modelos e/ou alterações dos modelos já existentes no sistema Judwin 1º Grau (mandados, termos, ofícios, etc), conforme peculiaridades ou necessidades de cada vara/comarca.

As sugestões devem ser enviadas até o dia 20 de junho de 2007 através de CD-ROM para o endereço: SECRETARIA GERAL DO COGESI - Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, nº 593 - 5º andar - Sto. Antônio - Recife/PE - CEP: 50.010-230; ou através de arquivo eletrônico para o email: cogesi@tjpe.gov.br.

SÉRGIO PAULO RIBEIRO DA SILVA
Coordenador da Subcomissão Cível



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



BRUNO
DE
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 166

Poder Judiciário Estadual • Seção • I

Recife, terça-feira, 11 de setembro de 2007

7 SETEMBRO



O desfile de sete de setembro, realizado na última sexta-feira, contou com a presença de representantes dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O desembargador Eurico Barros, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchôa e o Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, chegaram pontualmente ao camarote instalado na avenida Cruz Cabugá. Comandantes militares também marcaram presença no evento, que começou às 8h. O percurso teve início na frente do shopping Tacaruna e seguiu até a Câmara Municipal, encerrando aproximadamente às 11h30.

Entre as apresentações comemorativas ao dia da independência do Brasil, o desfile cívico contou com revista da tropa, desfile escolar e militar. Nos anos anteriores, a parada aconteceu na avenida Conde da Boa Vista, mas a mudança no local da realização se mostrou bastante benéfica, uma vez que trouxe mais tranquilidade no evento e tornou mais fácil o acesso da população.

PRONASCI é apresentado no Recife

FABIANA CONSTANTINO

Na última quinta-feira, foi apresentado, no Palácio do Campo das Princesas, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O evento contou com a presença do Ministro da Justiça, Tarso Genro; do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas; além de outras personalidades.

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Pronasci marca o início de uma iniciativa inédita no combate à criminalidade no país. O diferencial do projeto está na articulação de políticas de segurança pública com ações sociais e no enfrentamento às causas da violência. O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, destacou a importância do proje-

to para a área de segurança. "O lançamento do Pronasci vem somar com o desejo do Poder Judiciário de Pernambuco de reafirmar a área de segurança. Os recursos que o governo federal está disponibilizando agora são fundamentais para que as ações sejam realmente concretizadas", afirmou Freitas.

Numa primeira etapa, a proposta será implementada em 11 regiões metropolitanas brasileiras, entre elas o Recife. Para o desenvolvimento do programa serão investidos R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012. A partir desse primeiro encontro, haverá sucessivas reuniões para que os prefeitos identifiquem quais das 94 ações do Pronasci lhes interessam e, assim, receberem os recursos necessários.

PROJETOS - Entre as diversas ações, que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade, destaca-se o projeto Mães da Paz. Esse projeto oferecerá uma bolsa para as mulheres das comu-

nidades atendidas que queiram se engajar no Programa. Elas serão capacitadas em temas como ética, direitos humanos e cidadania e terão a missão de aproximar os jovens com os quais o Pronasci vai trabalhar.

como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mães da Paz e pelas equipes multidisciplinares. O objetivo é atingir outros rapazes e moças, além das famílias, e contribuir para o resgate da cidadania nas comunidades.



Já no Projeto para Jovens em Território de Descoesão Social (Protejo), jovens bolsistas agirão

para recuperação de espaços e melhoria da infra-estrutura nas comunidades.





Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 165

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 7 de setembro de 2007

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tribunais do Norte e Nordeste firmam convênio

MANUELA VERAS

A implementação e o desenvolvimento de tecnologias avançadas de Informática custam caro e exigem uma constante atualização dos profissionais. Em 2006, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) investiu R\$ 62,3 mil em capacitações nessa área. Para reduzir custos sem deixar de atender às necessidades de uma Justiça moderna, o TJPE e todos os tribunais estaduais do Norte e Nordeste firmaram um convênio de cooperação técnica para promover o intercâmbio de inteligência em Tecnologia da Informação.

O acordo foi assinado durante o 1º Encontro Norte e Nordeste de Desenvolvimento Cooperado em Tecnologia da Informação entre os Tribunais de Justiça, que ocorreu no estado de Alagoas nos dias 23 e 24 de agosto. Representando o TJPE na ocasião, o diretor de Informática Starch Souza deu uma palestra na qual expôs a necessidade de institucionalizar as práticas existentes no setor privado, como Gerenciamento de Projetos, Processos de Negócio, Conteúdo e Modelos, além de Fábrica de Software.

Desde que foi firmado o pacto, as dire-

torias de Informática de todos os tribunais conveniados podem comunicar-se livremente, para troca de experiências, sem qualquer custo. O objetivo é otimizar a modernização tecnológica, trocando soluções já implementadas e compartilhando conhecimentos em desenvolvimento de sistemas, ambiente operacional e comunicação de dados. Os tribunais também poderão fazer doações ou cessões de equipamentos de informática em regime de comodato, reduzindo as compras de novos produtos.



Existe a intenção de seguir o exemplo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Lá, foi desenvolvido o projeto Hermes, que se destaca, principalmente, pela redução de custos com postagem. Já foi marcada uma visita para que a Diretoria de Informática do TJPE conheça essa solução em funcionamento.

ESTÁGIO

TJPE divulga edital para seleção

ERICKA FARAS

O edital de concurso para estagiário do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi publicado na última terça-feira, dia 4. Os interessados devem inscrever-se no período de 20 de setembro a 7 de outubro e a prova acontece no dia 21 de outubro. A empresa que irá realizar a seleção dos candidatos é o Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipad), com quem o TJPE firmou contrato no dia 8 de agosto.

Serão disponibilizadas 122 vagas, sendo 20 delas reservadas para portadores de necessidades especiais. Segundo a coordenadora do Núcleo de Estágio, Maria Consuelo de Assis, a previsão é de que os aprovados comecem a estagiar já no primeiro semestre de 2008.

As inscrições serão feitas pela internet através do site www.ipad.com.br/tjpestagio2007 e ficam disponíveis até às 22h do dia 5 de outubro. Para se candidatar às vagas, os estudantes também podem utilizar os terminais de computador do IPAD/CENED - localizado na Avenida Caxangá, 2006, Cordeiro - de 1 a 5 de outubro, das 9h às 17h, de dias úteis.

A taxa cobrada pela inscrição é de R\$ 20,00 e deve ser paga na rede bancária até o dia 8 de outubro. O TJPE oferece estágio para universitários dos cursos de Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Computação, Ciências Contábeis, Design (Programação Visual), Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, História, Jornalismo, Odontologia, Psicologia, Relações Públicas, Secretariado e Serviço Social. O estudante precisa ter quatro horas diárias disponíveis. A bolsa-auxílio é de um salário-mínimo e meio mensal, no primeiro ano de contrato, e dois salários-mínimos nos meses remanescentes. A prova de seleção acontece nas cidades de Recife e Petrolina. O resultado do concurso será divulgado no dia 26 de outubro, através do site do IPAD.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ano LXXXIV • Nº 164

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 6 de setembro de 2007

DEFINE ATRIBUIÇÕES

GICILIA PEREIRA

Parceiros do programa *Seja um pai legal: Reconheça*, se reuniram na tarde da última terça-feira, no Palácio do Governo para definir as tarefas dos poderes Judiciário e Executivo relativas à campanha. A primeira dama, Renata Campos, recebeu os representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), do Ministério Público Estadual, da Agência Publicitária Martpet Comunicação, da grande imprensa, de rádios comunitárias, das secretarias estaduais de Educação e da Mulher, entre outros colaboradores.

Na reunião, foi apresentado um cronograma de mídia para divulgação da campanha. Entre as propostas, foi sugerida a distribuição de material publicitário também em estádios de futebol.

A coordenadora da campanha,

juíza Karina Lins, anunciou a instalação de um *call center* que funcionará na Coordenadoria do Voluntariado do TJPE, através do telefone 0800.2803.443. Os interessados poderão tirar suas dúvidas sobre os locais de atendimento e os documentos necessários para o reconhecimento paterno.

A campanha *Seja um Pai Legal: Reconheça* é uma reedição do *Ele é Meu Pai*, realizado no ano passado nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guarapes. Em 2006, 1.700 crianças tiveram o nome paterno incluído na certidão de nascimento gratuitamente.

Este ano, o projeto vai abran-



ger todo o estado de Pernambuco, tendo a expectativa de realizar cerca de 10 mil averbações paternas. Os parceiros estão agindo voluntariamente e o atendimento será feito no período de 1º a 12 de

outubro. O lançamento oficial acontece no dia 20 deste mês na Praça da República, como forma simbólica de representar a união dos Poderes Judiciário e Executivo.

A paz a gente faz

No dia 11 de setembro será realizado, no Senac, *Seminário de Inteligência Social* com o tema "A paz, a gente é que faz". Serão discutidas questões sobre a tecnologia como forma de inclusão social, responsabilidade social e educação.

No seminário, profissionais de diversos setores participam. Uma das oradoras jurídicas será a juíza da 2ª Vara de Infância e Juventude Capital, Humberto

Vasconcelos. Ele colocará em pauta a questão da efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O cientista Sílvio Meira e o escritor Peter Knight também são conferencistas convidados para o evento.

O público-alvo do encontro são os profissionais, as ONGs e instituições envolvidas com o setor de tecnologia e área social. Organizações como a Fundação da Criança e do Adolescente

(Fundac) e o movimento "Tortura Nunca Mais" já confirmaram presença.

O Seminário de Inteligência Social será realizado das 9h às 17h, no auditório Roberto Régner. Os interessados em participar podem se inscrever gratuitamente pelo email: seminario@genera.org.br

Outras informações:
Fone: 3082 1450.

Execução Penal

O juiz da 1ª Vara de Execução Penal do Estado de Pernambuco, Adeildo Nunes, irá participar do Seminário: "A Execução Penal Brasileira e a Ressocialização de Presos e Egressos". O evento ocorrerá no dia 11 de setembro, das 9h às 18h30, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O seminário é voltado para magistrados e, principalmente, deputados, senadores e assessores parlamentares do governo. O objetivo é discutir o sistema

penitenciário brasileiro e propor soluções para aprimorá-lo.

O juiz Adeildo Nunes, junto com o professor de Direito da Universidade Federal do Pará, Edmundo Oliveira, irá palestrar sobre o sistema de Justiça Criminal na Execução Penal. Participam do seminário o ministro da Justiça, Tarso Genro; a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie; o presidente da OAB, César Brito e o médico Draúzio Varela.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 163

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 5 de setembro de 2007

TJPE nomeia 366 novos servidores

FABIANA CONSTANTINO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deu posse aos seus 366 novos servidores. Eles foram aprovados no último concurso, realizado em maio deste ano, e receberam os cargos em um auditório lotado no Fórum Rodolfo Aureliano. Estavam presentes, na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas; o secretário de administração Ricardo Lins; a secretária adjunta de administração Paola Freitas e a diretora de recursos humanos Valéria Pragana.

Servidores do TJPE tocaram o Hino Nacional Brasileiro acompanhados por amigos e familiares dos novos colegas de trabalho.

Maria Lillian da Costa Souza, primeiro lugar no cargo de Técnico Judiciário; Benedito Alves Tiu Júnior, primeiro lugar no cargo de Analista Judiciário; Leonardo Xavier de Lima e Silva, primeiro lugar no cargo de Analista Judiciário/Psicólogo; Cleicy Christiany Barros da Silva, primeiro lugar no cargo de Analista Judiciário/Assistente Social e Ana Carolina Pires Ribeiro, primeiro lugar no cargo de Oficial de Justiça representaram o ato de posse com a leitura do compromisso de

posse e a assinatura do termo juntos com o desembargador Fausto Freitas.

Em seu discurso, Freitas destacou o trabalho do Tribunal na criação de novos juizados e varas. "Nós estamos fazendo o dever de casa com um trabalho sério no intuito de dar à população um melhor atendimento", destacou o presidente.

Na continuação da solenidade, foi exibido um vídeo institucional e realizadas palestras sobre direitos e deveres, composição salarial, benefícios e orientações sobre lotações. Segundo a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), os novos servidores vão ocupar os cargos de Técnicos Judiciários PJ-III, Analistas Judiciários PJ-IV, Psicólogos (PJ-IV), Assistentes Sociais (PJ-IV) e Oficiais de Justiça PJ-IV, entre outros.



DESEMBARGADORES

TJPE simplifica registro de produtividade

MARIELA VERRAS

O modo de aferição da produtividade dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) se tornou simples e confiável, com a Resolução nº. 221 de 10.07.2007. A partir da nova regulamentação, a produção dos magistrados é mais visível, pois agora os relatórios revelam quantos processos havia no início do mês e quantos restam ao final. Ou seja, é possível perceber se, afinal, o volume foi ou não reduzido.

Essa contagem é feita somando-se o acervo processual já existente no gabinete ao número de entradas

de ações e, desse total, retiram-se as saídas - que são os processos julgados, os sem julgamento e os redistribuídos para outros desembargadores. Todos os atos jurisdicionais praticados no mês, como acórdãos, despachos e decisões interlocutórias também constam nos relatórios, mas não influenciam no cálculo da produtividade do magistrado.

Antes da Resolução 221, a produtividade era medida somando-se alguns - não todos - dos atos jurisdicionais praticados e eles possuíam diferentes pesos. A remessa à pauta, por exemplo, era o de segundo maior peso. Desse modo, o desembargador que mais houvesse enviado processos para a agenda de julgamentos, tinha grandes chances de estar no topo da lista de produtividade. O problema era que, mesmo inserido na pauta, às vezes não havia tempo do processo ser

julgado, e o alto peso dado ao ato da remessa podia resultar, portanto, num equívoco.

Os acontecimentos que possam causar qualquer desequilíbrio na produtividade, como afastamento ou interrupção da função jurisdicional, serão explicitados nos relatórios. Além disso, se o desembargador detectar um erro após a publicação do seu relatório, ele poderá solicitar ao Comitê Gestor dos Sistemas Informatizados (Cogesi) que analise e, se for o caso, retifique a incorreção. A produtividade dos membros da mesa diretora não constará nos relatórios.

Os relatórios de produtividade são publicados até o quinto dia útil do mês no Diário Oficial e no endereço eletrônico www.tjpe.gov.br. No mês de janeiro, será publicado o relatório da produtividade anual do magistrado.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 162

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 4 de setembro de 2007

Judiciário amplia capacitações no interior do estado



A solenidade de inauguração do Núcleo Regional da Esmape foi transmitida em tempo real para Recife

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Escola Superior da Magistratura (Esmape) inauguraram, na última sexta-feira, 31 de agosto, em Petrolina, mais um Pólo de Desenvolvimento Humano DRH/TJPE e um Núcleo Regional da Esmape. Esse é o terceiro do estado, ao lado de Garanhuns e Caruaru. A sala abrigará as atividades de secretaria das duas unidades parceiras, que se destinam ao aperfeiçoamento contínuo de magistrados, servidores e operadores do Direito em geral que atuam em comarcas daquela circunscrição.

A solenidade de inauguração contou com a presença do presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, e do diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo.

Os dois, que juntos desceram a placa inaugural. O desceramento também teve a participação do coordenador de pós-graduação e extensão da Esmape, desembargador Fernando Cerqueira, e do coordenador dos cursos de preparação à magistratura, juiz Sérgio Paulo Ribeiro da Silva.

O ato inaugural foi seguido pelos discursos oficiais e de duas palestras, realizadas no auditório do Fórum local, onde serão ministrados os cursos e treinamentos da Esmape e DRH/TJPE. A programação foi acompanhada simultaneamente por dois públicos: o que se fez presente à cerimônia e outro reunido no auditório da sede da Esmape, em Recife, para onde a cerimônia foi transmitida em tempo

real, através de videoconferência.

A Esmape pretende usar a tecnologia da videoconferência na realização das atividades acadêmicas, encurtando distâncias e barateando custos. "A Esmape e o Tribunal estão cada vez mais perto de Petrolina", destacou o presidente Fausto Freitas.

O desembargador Jones Figueiredo lembrou que a inauguração do Núcleo da Esmape em Petrolina encerra as comemorações dos 20 anos de fundação da Escola. A programação de aniversário inclui um ciclo de palestras com participação de importantes juristas de diferentes partes do Brasil.

O diretor da Esmape ressaltou que a instituição já se fazia presente em Petrolina desde o início de sua gestão, em fevereiro de 2006, quando promoveu um curso de pós-graduação com especialização em Direito Civil e Processual Civil. Agora, a escola se estabeleceu em Petrolina com regularidade, com a implantação do Núcleo Regional que será coordenado pelo juiz Josilton Antonio Reis, da Vara da Fazenda Pública de Petrolina.

PALESTRAS

Duas palestras marcarão a inauguração do Núcleo Regional da Esmape e do Pólo de Desenvolvimento Humano DRH/TJPE em Petrolina. "Força Normativa dos Princípios do Direito Processual Civil", ministrada pelo professor Rômulo Preuss Duarte,

foi uma delas. "Código Civil: Inovações na Parte Geral" foi a outra, ministrada pelo juiz e supervisor da Esmape Jorge Américo.

O magistrado discorreu sobre as principais inovações constantes da parte geral do novo Código Civil. "O Código de 2002, não é substancialmente um código que introduza novidades, mas em verdade representa uma consolidação do texto de 1916, atualizado de acordo com a evolução de sua interpretação doutrinária e jurisprudencial", resumiu Américo.

A noite, também foi realizada a aula inaugural de um curso de pós-graduação, marcando a prática o início das atividades do Núcleo Regional da Esmape. "A comunidade jurídica local recebeu com grande satisfação a notícia do 2º Curso de Pós-graduação em Direito Público promovido pela Esmape em parceria com a Faculdade Maurício de Nassau. A semente ora plantada, propiciará, no futuro próximo, novos cursos de Pós-graduação, em outras áreas do conhecimento jurídico, quais: Mestrado e Doutorado", comemorou o coordenador da Esmape em Petrolina, juiz Josilton Antonio Reis.

TJPE dialoga com servidores

Em sua passagem por Petrolina, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, manteve contato com os servidores da comarca local, que desde o dia 15 de agosto estão mobilizados pela aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) em tramitação na Assembleia Legislativa. O chefe do Poder Judiciário estadual reafirmou que o objetivo da mobilização é o mesmo da presidência do TJPE.

A elaboração do novo PCCV foi uma iniciativa própria. Contudo, já sabemos que a disponibilidade de recursos para a implantação do projeto passaria por entendimentos com o governo do estado", disse ele. Freitas afirmou, ainda, que em nenhum momento pensou em perseguir servidores em greve. Contudo, solicitou que evitassem prejuízos aos direitos básicos da cidadania. "Não deixem de atender os casos urgentes, principalmente os que dizem respeito aos mais necessitados", advertiu.

O diálogo com os ser-

vidores também contou com a participação do desembargador Jones Figueiredo, um dos prováveis integrantes da futura Mesa Diretora, e do atual secretário de administração do TJPE, Ricardo Lins. Os dois - que têm participado dos encontros com os representantes do Poder Executivo - falaram das perspectivas mais animadoras, após a última reunião com o governador Eduardo Campos.

Figueiredo falou que diante da exiguidade de tempo e dos prazos regimentais do Poder Legislativo, o TJPE deverá enviar uma mensagem de reajuste salarial imediato, de aproximadamente 10%, postergando a implantação do PCCV, porém preservando a essência do Plano. "Importante ressaltar que o Tribunal enviou o projeto dentro do prazo legal. A demora está sendo por parte da tramitação", lembrou.

A audiência também contou com a presença do desembargador Fernando Cerqueira e do diretor adjunto de Recursos Humanos do TJPE, João Carlos Cavalcanti.



O presidente do TJPE repassa aos servidores de Petrolina as últimas informações sobre o PCCV



NOVOS SERVIDORES



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizou a posse dos 366 novos servidores, aprovados no último concurso público, realizado em maio passado. Segundo a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), eles vão ocupar os cargos de Técnicos Judiciários, Analistas Judiciários, Oficiais de Justiça, entre outros.

A solenidade aconteceu na manhã de ontem, no Fórum Rodolfo Aureliano. A mesa foi composta por representantes do TJPE - o presidente do TJPE des. Fausto Freitas; o Secretário de Administração Ricardo Lins; a Secretária Adjunta de Administração Paola Freitas, e pela diretora de Recursos Humanos Valéria Pragana.

CONGRESSO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco será representado no XIX Congresso da Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Drogas (ABEAD). O psicólogo do 1º Juizado Especial Criminal do TJPE, Gilberto Lúcio da Silva, foi convidado a participar das discussões sobre o tema: Alcool e Drogas - Cuidando dos Jovens. O evento acontece entre os dias 5 e 8 de setembro no Centro de Convenções do Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Gilberto Silva, também marcará presença como palestrante da Mesa Redonda - O Adolescente em Conflito com a Lei e o Uso de Drogas: Abordagem Transdisciplinar. Ele ainda será coordenador da oficina A Mídia, o Jovem e o Consumo de Substâncias Psicoativas.

O evento terá como pauta o relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no primeiro semestre de 2007, evidenciando que o Brasil é o único país da América do Sul onde o consumo de drogas aumentou. Segundo o psicólogo, o Brasil utiliza exclusivamente a estratégia de redução de danos para enfrentar o problema, sem se preocupar com programas de prevenção e de tratamento competentes.

LIBERDADE ASSISTIDA

Nova turma de voluntários recebe capacitação

CICÍLIA PEREIRA

Cerca de 45 estudantes das Faculdades Damas e Aeso foram orientados para trabalhar no Programa de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto, coordenando e supervisionando a execução das Medidas de Liberdade Assistida. O objetivo principal é promover socialmente os adolescentes sentenciados. A capacitação foi promovida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) na última semana de agosto.

O grupo foi capacitado em dois dias e teve orientação do juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude Paulo Brandão e equipe - formada por

psicólogos, assistentes sociais e juizes. "Vamos acompanhá-los semanalmente, orientando também a família, que deve estar ciente de tudo o que acontece. Todos também poderão contar com o apoio da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), Ministério Público e 3ª Vara da Infância e Juventude. A Aeso disponibilizou duas viaturas para deslocamento dos alunos", explicou Brandão.

Cerca de 100 adolescentes começarão a ser ressocializados daqui a dez dias, por doze universidades que abraçaram a causa. "Vamos criar uma consciência em todo estado, porque estamos aqui por idealismo e nossa finalidade é a reeducar".

Os estudantes trabalham voluntariamente e recebem um certificado de atividade complementar para preenchimento de carga horária do curso. O trabalho de acompanhamento é feito em um espaço organizado pela faculdade, que

também prepara as atividades apresentadas aos adolescentes. Eles também podem ser acompanhados dentro da própria comunidade, para isso, a equipe coordenadora do projeto faz a distribuição dos sentenciados de comunidades vizinhas às instituições de ensino. Antes de chegar à instituição, eles participam de uma avaliação psicossocial.

Segundo o coordenador do curso de Direito da Faculdade Damas, Cláudio Brandão, a faculdade dispõe além dos alunos, de um boa estrutura e de professores engajados no projeto, para possibilitar o acolhimento dos menores. "Os alunos estão dedicados ao projeto, em face da repercussão social dele", concluiu. A Antarquia de Ensino Superior de Garanhuns (Aesga), a Faculdade Vale do Ipojuca (Favip) - Caruaru, a Faculdade Luso-Brasileira (Falub) - Carpina e a Faculdade Integrada do Recife (FIR) serão capacitadas na segunda semana de setembro.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

RECEBIMOS O DIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 161

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 1º de setembro de 2007

TJPE inaugurará novo fórum

MANUELA VERAS
e REBECA ROCHA

A inauguração de um dos mais modernos fóruns das comarcas do Interior do Norte e Nordeste será no dia 9 de novembro. O projeto foi realizado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a obra está sendo coordenada pelo seu gestor, o diretor de Infra-Estrutura do TJPE, Henio Siqueira Santos. Até agora, já foram concluídos 80% da estrutura, que possui três pavimentos, subsolo e cobertura.

Segundo o diretor, a obra precisa ter funcionalidade e, ao mesmo tempo, economizar recursos. Conseguimos reduzir bastante o custo inicial da obra utilizando materiais mais baratos do que os comumente usados, porém com a mesma durabilidade. As fachadas, por exemplo, serão de porcelanato - que custa 1/3 do preço do granito - e os revestimentos internos de paredes e pisos serão de cerâmica, ao invés de mármore. Quanto à superestrutura, foi utilizado o sistema de lajes treliçadas com ETF (bloco de isopor), ao invés das lajes convencionais em concreto maciço, que, além de ser mais barato, tem um custo de manutenção menor.

Siqueira Santos explica ainda que, para a construção de uma obra tão econômica, foi fundamental a simplicidade do seu projeto arquitetônico, feito pela DEA. "No Fórum de Camarã, não há espaços vazios, todos são úteis, pois a sua estrutura é linear", afirmou.

Na construção, foram implementadas tecnologias simples, mas inteligentes, como os painéis de

vidro (pele de vidro) para aproveitar a luz solar como energia elétrica. A estrutura elétrica foi instalada de forma estratégica para não desperdiçar energia e, em algumas partes dos tetos, foram colocados forros de isopor em vez de gesso. "A troca desse material irá facilitar na hora de alguma reforma ou manutenção", explica Henio. Como as paredes nos corredores serão, até o primeiro 1,5m, de cerâmica, o custo de manutenção da pintura será mínimo.

Pelo orçamento da obra, é perceptível a grande economia. Toda a construção, com uma área de 12,5 mil m², custará pouco mais de R\$ 10,5 mil e o metro quadrado da obra custará menos de R\$ 1 mil, já considerando o Bônus de Despesas Indiretas (BDI) da construção. "Isso é mais barato que o metro quadrado, sem o custo do terreno, de prédios residenciais no Recife, cuja comercialização varia entre R\$ 1,8 mil e R\$ 2,7 mil, dependendo dos materiais utilizados na construção", salientou Siqueira Santos.

O prédio terá toda a estrutura requerida para serviços jurisdicionais: Tribunal do Júri com 212 poltronas, posto bancário, salas para Defensoria Pública, Ministério Público e OAB, 15 varas, depósito geral, arquivos de bens apreendidos, lanchonete e estacionamento com 100 vagas para o público, 28 vagas para magistrados e mais 4 exclusivas para pessoas com necessidades especiais. A acessibilidade do prédio não foi esquecida: o deficiente motor transita em todo o prédio sem auxílio de acompanhante, pois as inclinações das rampas e as larguras das portas são adaptadas para sua locomoção. No lugar do antigo fórum ficarão localizados juzgados especiais da Cidade.

Nova Diretoria da JURISCOOPE toma posse



ROSA MIRANDA

Os novos Diretores e Conselheiros da Juriscoope - Cooperativa de Crédito do Judiciário em Pernambuco - tomaram posse na última quinta-feira, 30 de agosto, no Museu do Estado. Na ocasião o juiz Gabriel Cavalcanti Filho recebeu a presidência do Desembargador Gilberto Gondim, que foi homenageado.

Ao assumir o cargo, o novo presidente agradeceu a presença de todos, ao empenho dos funcionários e colaboradores da Juriscoope e comentou sobre os planos para a sua gestão. "Vamos implantar novas práticas organizacionais, que incluam o bem-estar social e ambiental de todos, realizar ações estratégicas, além de firmar novas parcerias", afirmou.

SAIBA MAIS SOBRE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - As cooperativas são um tipo antigo de sociedade, inclusive no direito brasileiro. Sua forma legal e meio de atuação fazem jus ao nome. Contudo, durante muito tempo a regulamentação das cooperativas foi vinculada ao Ministério da

Agricultura, já que o Brasil não identificava a possibilidade concreta de existência deste tipo de sociedade em ambientes economicamente mais desenvolvidos. A história demonstrou que essa concepção estava errada.

Cooperativas são entidades cuja atividade econômica produz resultado que é apropriado por seus sócios. Elas são organizações de auxílio mútuo, onde a entidade existe apenas para alavancar a capacidade produtiva de seus membros, que dela permanecem absolutamente distintos.

De acordo com dados do trabalho "Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil", publicado no ano passado pelo Banco Central (BC), as cooperativas brasileiras ainda ocupam um pequeno espaço no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Além disso, o número destas instituições no Brasil apresentou um rápido crescimento da década de 40, estabilizando-se no final dos anos 90. A quantidade de cooperados também dobrou nos últimos cinco anos. O Nordeste é a terceira região brasileira em cooperativas, perdendo apenas para o Sudeste e Sul do país.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXV • Nº 160

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 31 de agosto de 2007

TJPE regulamenta Fundo Especial do Registro Civil

MARILIA VERAS

O Fundo Especial do Registro Civil (FERC-PE) — destinado a compensar os cartórios pela emissão gratuita de certidão de nascimento, óbito e casamento — foi regulamentado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Com a Resolução nº. 220 de 4 de julho deste ano, haverá uma maior rigidez nos prazos de arrecadação e repasse dos recursos, garantindo transparência e segurança na administração financeira dessas verbas.

O FERC-PE é composto pela taxa de 10% incidente sobre o valor total dos emolumentos recebidos pelos notários e registradores e pelas serventias administrativas do Poder Judiciário de Pernambuco. Além de remunerar os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais pelos atos gratuitos praticados, o FERC-PE ainda terá outros dois destinos. O primeiro é o pagamento

mensal de um salário mínimo ao oficial do cartório e o outro é para arcar com as despesas operacionais e administrativas do fundo, que não deverão ultrapassar 6% do valor total do FERC-PE.

A Resolução 220 criou ainda um Comitê Gestor, que irá gerir todo o dinheiro arrecadado para o Fundo Especial do Registro Civil. O grupo é composto por um representante da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Pernambuco, um representante do Colégio Notarial do Estado de Pernambuco e três representantes da Associação dos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais de Pernambuco. O grupo deverá prestar contas mensalmente à Diretoria Financeira do TJPE, que, assim como a Corregedoria Geral da Justiça, irá fiscalizar o funcionamento e os recursos patrimoniais do FERC-PE.

Histórico

A Constituição Federal garante a gratuidade para a primeira via das

certidões de nascimento, óbito e casamento para pessoas reconhecidamente pobres. No entanto, em nenhuma de seus artigos, ela determina quem vai arcar com esse ônus, que, durante anos ficou sendo

arcado pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Por isso, a Lei Estadual nº. 11.404/1996, criou o Fundo Especial do Registro Civil para remunerar esses atos gratuitos.

Mesmo assim, "de acordo com essa lei, a taxa incidente por cada ato praticado por cartórios para compor o FERC-PE era de apenas 1%, fazendo com que a remuneração dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais ainda ficasse abaixo do valor que eles gastavam para emitir os documentos gratuitos. Para resolver esse problema, o Tribunal de Justiça de Pernambuco elaborou um projeto de lei que resultou na Lei Estadual 12.978/2005, aumentando essa taxa de 1% para 10%.

Para conferir os prazos de recolhimento e repasse das verbas referentes ao FERC-PE, consulte a Resolução nº. 220, de 4 de julho de 2007.



AUDITORIA INTERNA

CICÉLIA PEREIRA

Links sobre Cotas e Notas disponíveis na intranet

legalidade de passagens aéreas, termos aditivos de obras, aposentadorias de servidores não satisfeitos com o acórdão vindo do Tribunal de Contas do Estado, dentre outros.

"Fazemos o controle preventivo interno e uma preparação para o controle externo. Trabalhamos diretamente com os órgãos subordinados ao TJPE e a Secretaria de Administração do Estado". Quem tiver dúvidas contábeis ou quiser saber mais sobre a Auditoria, sua legislação e como proceder pode entrar no nosso link da Intranet", explicou o auditor adjunto.

CONSULTA

Para ter acesso as Cotas e Notas da Auditoria Interna acesse www.tjpe.gov.br. Em seguida clique sobre o link "Intranet" no canto esquerdo da página. Depois de digitar o login e senha, entre em Auditoria Interna. Os links Cotas e Notas estão logo em cima, no lado direito da tela. A pesquisa pode ser efetuada por ano ou assunto. Para assunto use letras maiúsculas. No link Assunto, logo abaixo da pesquisa você encontrará o conteúdo desejado.

A Auditoria Interna (Audin) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) disponibilizou desde o último dia 16, o sistema de pesquisa das Cotas e Notas na Intranet do Poder Judiciário.

Segundo o auditor interno adjunto, Max de Souza Corrêa os novos links servem para facilitar a consulta de servidores interessados nos posicionamentos e sugestões formuladas pela Auditoria Interna. Funciona como controle preventivo de assuntos referentes a



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 159

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 30 de agosto de 2007

AVISO

Considerando que o Tribunal de Justiça colocou à disposição dos usuários a emissão de DARJ via internet, bem como, disponibilizou o DARJ pré-impresso na intranet a fim de atender aos locais que possuem atendimento bancário deficiente;

Considerando que a quantidade de DARJ sem código de barras continua bastante expressiva, trazendo prejuízos a operacionalização da receita Judiciária;

Determino a todos os Cartórios Judiciais e Extra-judiciais que, a partir de 1º de Outubro de 2007, não seja aceito DARJ sem código de barras, devendo cada serventia adotar as providências necessárias objetivando o pleno cumprimento desta Decisão.

Fausto Valença de Freitas
Desembargador Presidente

Faculdade de Direito do Recife 180 anos

IZABELA RAPOSO

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e o Centro de Estudos Rotarianos (CER) homenagearam, na última sexta-feira, os 180 anos da Faculdade de Direito do Recife. A homenagem ao órgão da Universidade Federal de Pernambuco foi feita através da realização do painel de debates

A Ética no Direito. Coube ao professor Silvio Neves Baptista mediar o debate entre o diretor da Esmape, desembargador Jones Figueirêdo, o procurador de Justiça Francisco Sales e o advogado Joaquim Correa de Carvalho Junior.

Em seus pronunciamentos, cada um dos debatedores expôs sua visão do que é ser ético como operador do direito. Também foram apontados caminhos para

que a sociedade, as instituições e autoridades combatam desvios de finalidade pública, que ferem a ética do Estado Democrático de Direito e da Constituição brasileira.

Ao final do encontro, a vice-diretora da Faculdade de Direito do Recife, Fabíola Santos Albuquerque, agradeceu a homenagem e anunciou o lançamento de um selo comemorativo. A campanha *O Direito passa por*

aqui que pretende viabilizar as obras de conservação do prédio da faculdade e de seu acervo de obras raras, também foi apresentada ao público. O painel *A Ética no Direito* foi iniciado pelo presidente do CER, Valério Rodrigues e finalizado, com debate aberto, pelo diretor da Esmape Jones Figueirêdo, entre os painelistas e a audiência. Mario Antonino também compôs a mesa de honra do evento.

TJPE e ESMAPE capacitam jovens universitários

ARIANE CRUZ

O programa de capacitação de universitários, promovido pelo TJPE e pela Escola Superior de Magistratura (ESMAPE), teve continuidade na última terça-feira 28, desta vez com a participação dos alunos do DAMAS e da AESO. O Projeto de Acompanhamento de Medidas Socio-educativas em Meio Aberto tem como objetivo principal promover socialmente os adolescentes sentenciados e, simultaneamente, oferecer oportunidade ao trabalho voluntário.

O Programa visa, como explicou o Juiz da 3ª Vara da Infância e da Juventude Humberto Vasconcelos, um processo de acolhimento afetivo e de inclusão social realizado pelos universitários capacitados, que terão a chance de ganhar, além de experiência prática, um curso de extensão reconhecido pela Esmape. As crianças e os adolescentes, ajudados pelo projeto, per-

manecerão sendo acompanhados por um prazo mínimo de seis meses. O objetivo é estender o acompanhamento não apenas à família, como também à comunidade, até quando for necessário.

O Projeto também irá ao interior do Estado, chegando a atingir 24 municípios. Para a realização das capacitações nos demais municípios, são realizadas reuniões que trabalham as características regionais ou municipais. A psicóloga e expositora Elsa da Mata, avisa que essa é uma forma de adequação do programa ao local. A programação incluiu visitas dos universitários aos estabelecimentos do Juizado/Ministério Público da Infância e Juventude e a presença de expositores especializados nos temas abordados.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 158

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 29 de agosto de 2007

Campanha vai **beneficiar** todo o Estado

CICÍLIA PEREIRA

A campanha de reconhecimento paterno chega a sua segunda fase com nome novo. Chamado ano passado de *Ele é meu pai*, o projeto volta como *Seja um pai legal. Reconheça*, e vai abranger área muito maior que o anterior. Em uma reunião, realizada no último dia 23, na Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJPE) representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), do Ministério Público Estadual, da Organização não-governamental Plan, da Associação Nacional dos Registradores de Pes-

soas Naturais (ARPEN-PE) e do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) discutiram as diretrizes do projeto.

O projeto irá abranger todo o estado, ampliando o número de locais, dias, parcerias e voluntários do TJPE. A divulgação envolve 297 cartórios de registro civil, 148 comarcas e 1.150 escolas estaduais. Juizes, promotores e voluntários vão trabalhar gratuitamente na iniciativa de 1 a 12 de outubro. O lançamento oficial acontece no dia 20 de setembro, na

Praça da República, como forma simbólica de representar a união dos Poderes Judiciário e Executivo. A abertura fica

por conta da Orquestra Criança Cidadã - Meninos do Coque.

Segundo a coordenadora da campanha juíza Ka-

rina Lins, os juizes de Família do Estado irão comandar suas comarcas e os juizes Corregedores Auxiliares serão responsáveis pela organização regional. "Toda a ação é voluntária, inclusive a do pai, mesmo porque o foco da campanha é o de resgatar a cidadania", explicou a magistrada que também conta com o apoio da Agência Martpet para todo o trabalho de divulgação publicitária. Ainda segundo a juíza, as peças publicitárias vão enfatizar a importância do nome e o que ele representa para resgatar a dignidade humana.



HISTÓRICO DA CAMPANHA

A idéia surgiu pela carência da população de baixa renda que buscava informações na Corregedoria sobre a regularização de paternidade para aqueles que não a tinham. Em seis dias de campanha, no mês de novembro do ano passado, 1.700 crianças tiveram seus assentos de nascimento registrados nos Cartórios de Registro Civil das

cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Para promover a ação de forma gratuita, o TJPE deixou de lado o recolhimento da taxa de Serviço Notarial e de Registro, cobradas à todas as averbações de paternidade. Os Cartórios de Registro Civil dispensaram os emolumentos. Após a campanha a procura pelo serviço continuou, princi-

palmente por pessoas de locais não contemplados.

Com a ampliação para o Estado, a expectativa é que o número de atendimentos chegue a 10 mil. A CGJ disponibiliza o e-mail pai-legal@tjpe.gov.br para quem quiser tirar dúvidas ou ser mais um voluntário. A Campanha *Seja um pai legal. Reconheça*, também está sendo apoiada pelo Fun-

do das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Associação dos Notários e Registradores de Pernambuco (ANOREG-PE), Associação Pernambucana das Mães Solteiras (Apemas), Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e Moore Formulários LTDA - empresa multinacional que vai disponibilizar as certidões feitas em papel moeda.

MARIA da PENHA

Aplicabilidade da lei é discutida em palestra



MANUELA VERAS

Completando um ano no mês de agosto, a Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/2006) foi tema de um curso de extensão. Realizadas dos dias 20 a 24 de agosto, as aulas aconteceram no auditório da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). O objetivo da capacitação foi tratar da aplicabilidade

dessa lei, considerada nacionalmente uma evolução dentre as medidas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

"A violência contra a mulher não é originada da miséria, mas construída lentamente pela cultura e pela educação, ambas baseadas numa perspectiva patriarcal", observa a secretária especial da Mulher de Pernambuco e primeira palestrante do curso de extensão, Cristina Buarque. Ela sustenta que nenhuma entidade ou

órgão público é capaz de elaborar uma política eficaz de combate à violência contra a mulher de forma solitária, mas apenas articulando-se com os diversos setores da sociedade.

Para a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Maria Berenice Dias, a possibilidade de aplicação de medidas protetivas é uma grande inovação da Lei Maria da Penha. "Antes, bastava que o agressor se comprometesse em comparecer à audiência que

ele não ia preso. Além disso, muitas vezes a pena por uma agressão era o pagamento de uma cesta básica, comprada, ironicamente, com o dinheiro da renda familiar".

Outro avanço na Lei Maria da Penha, segundo Berenice Dias, é que ela não é de matéria penal, mas trata de Direito de Família - provas disso são a não criação do tipo penal da agressão doméstica e a aplicação das medidas protetivas, oriundas do Direito de Família. "O agressor é parte integrante do núcleo familiar e a lei compreende a complexidade dessa relação quando tenta reabilitá-lo", justifica.

Durante o curso de extensão, ainda foram discutidos os aspectos da violência contra a mulher nos espaços público e privado e houve também a identificação dos documentos legais, nacionais e internacionais, de proteção à mulher. A Lei Maria

da Penha foi abordada sob os aspectos penais e civis, estes últimos numa palestra do diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo.

PARCERIA

O curso de extensão de aplicabilidade da Lei Maria da Penha foi possível graças a uma parceria entre a Escola Superior da Advocacia de Pernambuco Professor Ruy Antunes, a OAB/PE, a Esmape, a Escola Superior do Ministério Público, o Governo de Pernambuco e a Comissão Permanente de Políticas Integradas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexista. O evento teve apoio da Prefeitura do Recife, da Companhia Editora de Pernambuco e da Faculdade Maurício de Nassau.

Radionovela discute Lei Maria da Penha e Juizados de Conciliação

A Rádio Justiça estreou, na última segunda-feira 27, a radionovela Bola Fora. Inspirada em um bolão de loteria que quase chegou aos tribunais, a trama também reforça a Lei Maria da Penha e os Juizados de Conciliação.

Com roteiro de Guilherme Macedo e direção de Viviane Yanagui, Bola Fora é veiculada em oito horários, de segunda a sexta-feira: às 9h55, 12h55, 14h55, 18h55, 21h55, 1h55, 3h55 e 5h55. Nos sábados às 20h e domingos às 18h, a Rádio apresenta o compacto com a história completa, dividida em

cinco capítulos com cinco minutos de duração cada.

A novela conta a história de Argemiro, Natércio e Gomide, moradores do município fictício de Laranjal, que sempre apostam juntos na loteria esportiva, mas nunca ganham. Desta vez, Argemiro tem o palpite do bolão premiado. Na hora de pegar o dinheiro, Natércio e Gomide lembram que Argemiro não pagou a parte dele na aposta e, por isso, não merece ficar com o prêmio. Assim, a única forma que Argemiro encontra para ter direito ao dinheiro é buscando a ajuda da Justiça.

O projeto conta com a colaboração de técnicos, editores e repórteres da Rádio e da TV Justiça. Bola Fora tem vozes de Cícero Brito, Guilherme Macedo, Jane Costa, Mahêva Campos, Miguelzinho Martins, Odete Rocha, Rimack Souto, Roberto Rosenberg e Viviane Yanagui.

A Rádio Justiça é sintonizada em 104,7 MHz em Brasília, via satélite ou através do site www.radiojustica.gov.br.

CURSO

Direito da Energia Elétrica é o tema do curso que a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) promove do dia 24 de setembro a 30 de novembro, em parceria com a Faculdade de Direito Cândido Mendes. As aulas serão direcionadas a advogados e outros profissionais atuantes em empresas de

energia elétrica e demais áreas afins. Com vagas estão disponíveis para as matrículas.

Para mais informações, os interessados devem ligar para (21) 2509-7349, (021) 2351-2000 (ramal 280), (021) 2222-0275 (fax) ou acessar o site www.mendes.edu.br/cpgb. O e-mail de contato é cpqb@candidomendes.edu.br.



OK



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA

Ano LXXXIV • Nº 157

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 28 de agosto de 2007

Tribunal de Justiça de Pernambuco



AVISO

Com o objetivo de disciplinar e controlar o uso da garagem interna do Fórum Des. Rodolfo Aureliano, o Diretor do Foro da Capital AVISA que o acesso pela guarita interna (térreo/oeste) dar-se-á, a partir de 17 de setembro de 2007, exclusivamente por sistema de cancelas automatizadas.

Por isso, solicita-se ao senhor magistrado com atuação na Capital a entrega na Diretoria do Foro até o dia 05 de setembro de 2007 o cartão magnético de acesso que lhe foi entregue pela Staefa para a necessária habilitação. Na hipótese de não ter recebido esse cartão magnético de acesso, deve ser solicitado um novo à Secretaria da Diretoria do Foro da Capital.

A Diretoria do Foro da Capital



CM

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 156

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 25 de agosto de 2007

TJPE PROMOVE MEGAMUTIRÃO

IZABELA RAPOSO

Um megamutirão, agendado para os dias 24 a 28 do próximo mês, das 7h às 19h, envolvendo ações de Juizados Especiais, está mobilizando todos os setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O projeto foi apresentado na última quinta-feira (23 de agosto), à tarde, ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, que garantiu prioridade na organização das atribuições das diretorias e assessorias do órgão para o evento. "Sem dúvida, será um marco no âmbito do serviço público e haverá de atender as expectativas das pessoas que aguardam pela agilização de seus processos. A partir da segunda-feira, estaremos definindo tarefas de cada setor do TJPE", disse o presidente.

Em números, o megamutirão atenderá a um público estimado em 20 mil pessoas, promoverá cerca de 10.628 audiências de instrução e julgamento de 12 juizados da Região Metropolitana. Nos 8.000 m² do Pavilhão do Centro de Convenções, espaço cedido pelo governo do Estado, serão instaladas 100 salas de audiências onde atuarão 490 integrantes. Serão 40 juizes, 200 conciliadores, 50 militares, 62 funcionários, 40 atendentes, 16 coordenadores e 8 estatísticos, entre outros profissionais. Setecentos estudantes, todos voluntários da Faculdade Maurício de Nassau, já estão inscritos para atenderem no megamutirão, supervisionados pela Coordenadoria do Serviço Voluntário do TJPE.

De acordo com o juiz coordenador dos Juizados Especiais, Luís Mário Moutinho, "o objetivo é zerar a pauta de julgamentos de processos marca-

dos para audiência a partir de janeiro de 2008, agendadas até o mês de julho deste ano nos juizados". Ele explicou que a partir do mutirão, a pauta será mais desafogada e outras audiências serão naturalmente adiantadas. No evento, antes da instrução pelo juiz, será realizada uma segunda tentativa de conciliação. Caso não haja acordo, o magistrado ouvirá as partes e vai elaborar a sentença na hora. No local serão instalados postos de atendimento da Centralização dos Serviços Bancários S/A (SERASA) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) para que a retirada dos nomes das partes destes registros seja imediata, caso essa seja a determinação judicial.

Na apresentação de hoje, o coordenador dos juizados também apresentou números sobre a demanda atual dos juizados especiais. "Em 2007, houve um aumento de 25% do número de queixas e a estrutura dos juizados de Pernambuco ainda é a de 15 anos atrás. A população está sentindo os efeitos desse descompasso". Para combater o acúmulo nos juizados, o TJPE já promoveu oito mutirões, movimentan-

do cerca de 18.237 processos no ano passado até aqui.

O megamutirão do TJPE também contará com Corpo de Bombeiros e serviço Médico no local. Na realização do evento, além da Faculdade Maurício de Nassau, são parceiros do TJPE a SERASA, o Clube dos Diretores Lojistas (CDL), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PE) e a fábrica Schincariol. Governo do Estado, Prefeitura do Recife, Ministério Público estadual, OAB-PE, Comando Militar do Nordeste e Defensoria Pública de Pernambuco também apoiam a iniciativa.



Maurício Costa/TJPE

A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO - ESMape E O CENTRO DE ESTUDOS ROTÁRIOS

apresentam o FÓRUM "A ÉTICA NO DIREITO" - em homenagem à Faculdade de Direito do Recife

Data: 27 de agosto de 2007

Horário: 18 horas

Local: Auditório ESMape

Inscrições: 3224.0086

MUTIRÕES

Ao todo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) já promoveu 21 mutirões para agilizar julgamentos e audiências. O mais recente deles aconteceu entre os dias 15 de junho e 15 de julho. A iniciativa contou com 60 juizes voluntários. Os resultados ainda estão sendo reunidos e devem ser divulgados no

mês de setembro. Em outra edição, realizada no dia 1º de junho deste ano, o alvo foi as ações de consumidores contra companhias telefônicas. Até agora, o saldo dos mutirões é de 18 mil processos. Após o megamutirão, agendado para acontecer entre 24 e 28 de agosto, esse número vai chegar perto dos 30 mil.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 155

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 24 de agosto de 2007

TJPE ANALISA INTEGRAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO EXTRAJUDICIAL



Comissão de Defesa da Cidadania e os delegatários do Extrajudicial pediram à Presidência do TJPE a inclusão de 250 funcionários no quadro do Judiciário

REBECA ROCHA

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, recebeu, na última terça-feira, uma representação de delegatários de cartórios extrajudiciais e os deputados Terezinha Nunes e Augusto Coutinho, integrantes da Comissão de Defesa da Cidadania da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O grupo veio solicitar a inclusão de 250 funcionários de cartórios extrajudiciais nos quadros efetivos do Poder Judiciário estadual.

A deputada Terezinha Nunes defendeu o que ela chama de "reintegração" dos trabalhadores do extrajudicial ao quadro funcional do TJPE para que eles possam usufruir dos mesmos

direitos dos servidores públicos. "É uma injustiça com os funcionários judiciais. O nosso objetivo é pedir apoio ao Tribunal para os servidores que fizeram concurso e não recebem nenhuma assistência do estado sejam colocados no quadro do TJPE", argumentou a deputada e presidente da Comissão de Defesa da Cidadania.

O chefe do Poder Judiciário estadual determinou à sua assessoria uma análise dos aspectos legais e um levantamento sobre o impacto financeiro que resultaria da medida. "Sem amparo legal e sem dotação orçamentária não poderemos atender o pleito", alertou o presidente.

Na reunião também participaram o Corregedor Geral da Justiça estadual, desembargador Ozael Vellozo e o juiz assessor da Presidência, Ruy Patu.

Concurso Público

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais está com inscrições abertas para o Concurso Público de Ingresso de Provas e Títulos para a Delegação dos Serviços de Tabelionato e de Registro do Estado de Minas Gerais. As inscrições devem ser feitas nas agências dos Correios ou no endereço eletrônico www.fundep.br.

Na internet, o prazo para inscrições é até o dia 10 de setembro. Já nos Correios ele se estende para o dia 12. Estão pre-

vistas cerca de 265 vagas para todo o Estado de Minas Gerais. Para se inscrever, é necessário ser bacharel em Direito ou comprovar 10 anos de exercício em serviço de tabelionato ou de registro além de apresentar a quitação com as obrigações eleitorais e militares.

Mais informações através dos telefones (31) 3247 8739 (Ejef) ou (31) 3496 6827 (Fundep). E-mails: concurso@tjmg.gov.br ou concursos@fundep.ufmg.br.

Petrolina

No dia 31 de agosto, será inaugurado, em Petrolina, o Núcleo Regional da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape) e da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O espaço funcionará no Fórum local, oferecendo capacitações da DRH e cursos de pós-graduação da Esmape.

A cerimônia de inauguração será realizada às 10h, com as presenças do

presidente do TJPE, Fausto Freitas, e do diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo.

A programação inaugural inclui uma palestra com o recurso de vídeo-conferência com transmissão simultânea para Garanhuns (a platéia se reunirá no Núcleo Regional de Capacitação) e Recife (no auditório da Esmape). O público dos três núcleos poderá interagir.

OK



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 154

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 23 de agosto de 2007

Pernambuco recebe escolas de magistratura

MAMUELA VIEIRA

Pernambuco sediou, de 16 a 19 de agosto, o X Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem). O evento, realizado em Porto de Galinhas, Ipojuca, tratou de questões como o disciplinamento do processo eleitoral do Copedem e a elaboração de um regimento interno para o Colégio.

Segundo o anfitrião do encontro e diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), o desembargador Jones Figueiredo, esses eventos se destinam a promover uma maior integração e a troca de experiências. "Esses sentimentos de fraternidade e autonomia devem guiar também as instituições da Justiça brasileira", ressaltou o magistrado.

No encerramento, o secretário geral do Copedem, desembargador José Carlos Maldonado, leu a Carta de Ipojuca, com as conclusões retiradas do encontro. O presidente do Copedem, desembargador Carlos Augusto Guimarães e Souza, falou sobre a necessidade das escolas de magistratura receberem apoio dos tribunais de justiça de seus respectivos estados.

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, a magistratura só tem a ganhar com essa união. "Em nosso Estado, o maior exemplo dessa parceria foi a elaboração do projeto de lei do novo Código de Organização Judiciária

de Pernambuco (COJ-PE), um trabalho realizado pelo TIPE com o apoio da Esmape", destacou. O COJ-PE está em tramitação na Assembleia Legislativa, com previsão para ser aprovado ainda neste mês.



HOMENAGENS

No último dia do encontro, foi realizada a entrega da Medalha Ministro Franciulli Neto do Copedem, criada para homenagear personalidades com serviços prestados à cultura jurídica e ao Poder Judiciário. Os pernambucanos agraciados foram o presidente do TIPE, desembargador Fausto Freitas, o supervisor da Esmape, juiz Jorge Américo de Lira, e

o fundador da Esmape, desembargador aposentado Nildo Nery do Santos, que foi representado pelo juiz Virgínio Carneiro Leão, coordenador dos cursos de aperfeiçoamento para servidores e magistrados da Esmape.

Também foi realizada a entrega da Medalha de Mérito da Esmape aos desembargadores Carlos Augusto Guimarães e Souza, presidente do Copedem; Paulo Roberto Leite Ventura, diretor da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro; e Bartolomeu Bueno, coordenador de eventos científicos e culturais da Esmape. As medalhas foram entregues pelo diretor da Esmape, o desembargador Jones Figueiredo.

ACMEPE promove Semana da Saúde

CÍCILA PEREIRA

Funcionários terceirizados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TIPE) poderão fazer exames médicos gratuitos até o próximo dia 24, na Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe). A Semana da Saúde, promovida pela associação, vai oferecer consultas e exames oftalmológicos, preventivo ginecológico, glicemia, dermatologia, aferição da pressão arterial, cardiologia e vacinas contra o tétano.

Para disponibilizar o serviço, uma parceria foi feita com o Pronto-Socorro Cardiológico de Pernambuco (Procape), a Secretaria de Saúde, o Ambulatório do TIPE e com a Fundação Altino Ventura. "O Procape enviou dois cardiologistas e a Fundação Altino Ventura está atendendo uma média de 40 pessoas por dia", explicou a diretora de Saúde da Acmepe, Glória Cabral, entusias-



mada com a capacidade da estrutura que será disponibilizada.

Segundo a presidente da Acmepe, Valéria Freitas, o aumento da demanda para os exames

preventivos e ginecológicos levou a entidade a ampliar o atendimento. Antes previstos para os dias 20 e 21, esses exames agora serão realizados também no dia 24.

Orientações sobre o auto-exame da mama também estão sendo repassadas por agentes da Prefeitura do Recife - Distrito Sanitário I. As orientadoras realizam palestras e distribuem panfletos que falam sobre a importância e a periodicidade dos exames. Também são transmitidas informações sobre o câncer uterino e o material utilizado na hora do exame.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, parabenizou a ação da Acmepe e aproveitou para aferir a pressão logo após cumprimentar os pacientes e as pessoas envolvidas na campanha. A Semana da Saúde prossegue até a próxima sexta-feira 24, das 14h às 17h, na sede da Acmepe, Fórum Paula Baptista.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 153

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 22 de agosto de 2007

ELE É MEU PAI

ERICKA FARIAS

Garantir um dos mais elementares princípios de cidadania, ou seja, o direito de possuir o nome do pai na certidão de nascimento. Esse foi o objetivo da campanha "Ele é meu pai", realizada no ano passado nas comarcas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, por iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Neste ano, depois de ser premiado nacionalmente, o projeto entra na sua segunda fase e tem sua área de atuação ampliada.

A iniciativa de incentivar o reconhecimento espontâneo da paternidade, com a compensação da gratuidade, mereceu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal e, além disso, foi escolhida como a melhor ideia nacional de resgate à cidadania. Por isso, o projeto será apresentado para toda a América Latina na Conferência Regional Latino Americana Sobre o Direito à Identidade e Registro Universal do Nascimento.

O evento, que vai ser realizado no Paraguai, entre os dias 28 e 30 de agosto, contará com a presença juíza pernambucana Karina Lins, coordenadora do projeto Ele é Meu Pai. Ela será responsável por mostrar a nova etapa da campanha, que já tem data marcada para começar.

Além do TJPE, através da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, o projeto vai contar com apoio do Governo do Estado, da organização não governamental Plan e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). "O lançamento vai ocorrer no dia 20 de setembro, mas o início das ações acontece em 1º de outubro e seguem até o dia 12", informou a coordenadora.

A maior novidade da nova etapa é a ampliação da iniciativa. "As ações vão se espalhar por todo o Estado e vão unir forças dos juízes de todas as comarcas", explicou Karina Lins. A meta, portanto, é bem superior à do ano passado. Na primeira fase, foram atendidas 1.500 pessoas e, desta vez, se espera acrescentar o nome do pai a 10 mil certidões de nascimento.

"A população vai poder se dirigir aos fóruns ou aos cartórios das cidades onde moram. Nas locais onde não existem nenhum dos dois órgãos, a campanha vai se instalar nas escolas municipais", informou a primeira dama de Pernambuco, Renata Campos, que também estará engajada no trabalho.

O projeto vai ser divulgado através dos meios de comunicação e de cartazes nos ônibus e metrô. As secretarias estaduais da Mulher, de Educação e do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos vão estar envolvidas com a campanha.

O projeto vai ser divulgado através dos meios de comunicação e de cartazes nos ônibus e metrô. As secretarias estaduais da Mulher, de Educação e do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos vão estar envolvidas com a campanha.

Projeto será apresentado em ENCONTRO INTERNACIONAL



Reunião no Palácio do Governo definiu segunda fase da campanha

TJPE INICIA ADOÇÃO DE CRACHÁS PARA SERVIDORES E VISITANTES

REBECA ROLLA

Cerca de mil pessoas acessam todos os dias um dos principais prédios do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Edifício Paula Baptista. São servidores, estagiários, funcionários, advogados e visitantes circulando pelo local diariamente. A grande movimentação já é, por si, motivo suficiente para se colocar em pauta o fator segurança. É com essa preocupação que o TJPE está adotando definitivamente o sistema de crachás, garantindo melhor controle do fluxo.

Servidores e visitantes irão obedecer a sistemas diferentes de identificação. Os primeiros portarão o crachá institucional, com nome, foto e cargo. Já os visitantes, terão os crachás separados pela cor do

andar que desejam ir. "É uma forma de controlarmos a visita das pessoas ao prédio. Se ela está com um crachá de cor verde, eu já sei que vai para o terceiro andar", explicou o diretor de infra-estrutura do TJPE, Hênio Siqueira.

O projeto-piloto do sistema de segurança preventiva já está em fase de testes no Fórum Paula Baptista. "A partir dos resultados, iremos estendê-lo a outros prédios do Poder Judiciário estadual, como os fóruns Thomaz de Aquino e Rodolfo Aureliano, além do Palácio da Justiça", disse Hênio.

A campanha tem duas etapas: a primeira é a conscientização da utilização de crachás pelos servidores e, a segunda, é direcionada aos visitantes. A primeira

fase da campanha começou há um mês e os resultados já podem ser percebidos. "Os servidores do Paula Baptista tinham uma verdadeira aversão pelo uso dos crachás. Antes, cerca de 90% dos servidores não usavam. Hoje, eu já posso dizer que 70% deles usam", disse Hênio.

ATENDIMENTO - O Técnico administrativo do TJPE, Ricardo Banholzer, trabalha no Tribunal há oito anos e sempre utilizou a identificação. "Acho importante as pessoas poderem identificar quem está lhes prestando o atendimento. Sem falar que é bom sermos tratados pelo nome e o crachá possibilita isso", argumentou o servidor.

A segunda etapa do projeto será imple-

mentada em setembro. "Com o novo sistema, a pessoa ao chegar no Fórum fará um cadastro do nome e RG na recepção e só circulará com a identificação de visitante", esclareceu o diretor adjunto de Recursos Humanos, João Carlos Cavalcanti.

Embora o uso do crachá ainda não seja um hábito generalizado no âmbito do Poder Judiciário, a Diretoria de Infra-Estrutura acredita que não haverá resistência por parte dos servidores. "O crachá não é um instrumento de discriminação. Trata-se, antes de tudo, de um fator de segurança e, sendo disciplinado pela instituição, vale para todos por igual", pondera o diretor de Infra-estrutura.

O controle do crachá já começou a ser feito pela Assessoria do Policial Militar. Os servidores que não estiverem com crachá visível só poderão trabalhar com a autorização da chefia do setor.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 151

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 18 de agosto de 2007

LIBERDADE ASSISTIDA

Projeto **conclui** treinamento

ERICKA FARIAS

A capacitação de mais uma turma do Projeto de Acompanhamento de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto terminou na última quinta-feira. As palestras foram realizadas no auditório do Ministério Público, localizado na rua Fernandes Vieira, Boa Vista. Fruto de um convênio entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Escola Superior de Magistratura (ESMAPE), Associação Brasileira da Criança Cidadã (ABCC) e o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a iniciativa pretende qualificar universitários como orientadores de adolescentes submetidos à medida de liberdade assistida.

O projeto está sendo realizado há seis meses e surgiu a partir da necessidade de uma ação mais efetiva do problema do envolvimento de adolescentes com atos criminosos. "Devemos parar de jogar a culpa de tudo para o Estado. A Constituição diz que é dever também da sociedade assegurar os direitos desses jovens", explicou o coordenador da iniciativa e juiz da Vara da Infância e da Juventude Humberto Vasconcelos.

Apesar do pouco tempo de atuação, o projeto já tem mostrado resultados positivos. "Os meninos passaram a acreditar mais neles próprios e isso aumentou o interesse pela vida e a

vontade de progredir honestamente", disse Vasconcelos. São encaminhados para a orientação adolescentes que cometeram crimes de menor potencial ofensivo e os recém-saídos da internação. "O jovem e sua família assinam um termo de compromisso, garantindo a participação", falou a promotora Ana Carolina Magalhães, integrante da iniciativa há um mês.

Dessa vez, participam do projeto estudantes de Direito da faculdade Maurício de Nassau, que vão trabalhar em caráter voluntário. "Apesar de não serem remunerados, eles têm a chance de adquirir muita experiência", afirmou o vice-coordenador e juiz da Vara da Infância e da Juventude, Ademir Oliveira. O próximo passo é interiorizar e ampliar a iniciativa para as mais diversas áreas. "Vamos realizar uma capacitação em Caruaru. Já estamos trabalhando com estudantes de psicologia e pedagogia, em breve vamos incluir também o curso de enfermagem", finalizou Oliveira.



DRH realiza **treinamento** para servidores

REBECA ROCHA

Estão abertas as inscrições para o treinamento de utilização dos Sistemas de Controle de Correspondências (SISCO) e de Protocolo Eletrônico (SISPE). A capacitação, promovida pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH), será para as comarcas da Região Metropolitana - Recife, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camuragibe, Igaras-

su, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão. As aulas são destinadas a servidores que trabalham com esses sistemas, tanto na área administrativa quanto na jurídica, inclusive nos juzizados especiais.

A capacitação, exclusiva para servidores do quadro efetivo, será realizada em um dia, sendo abordado um sistema em cada turno. Para se inscrever, basta acessar a intranet do TJPE. Serão 11 turmas, com capacidade para 16 par-

ticipantes. As aulas serão de 17 a 31 de agosto, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, no 4º andar do Fórum Thomaz de Aquino, na sala 06.

Lembrando que, como são sistemas novos, a unidade que não inscrever representante ficará prejudicada na utilização deles, pois não haverá nova oportunidade de treinamento para as comarcas contempladas. Ainda não há data definida para os servidores das comarcas do interior. Outras informações pelo telefone: 3419-3534.



OK

CICLO DE CONFERÊNCIAS

O avanço tecnológico dos últimos 20 anos fez crescer a cooperação internacional no mundo e tornou as relações entre países mais complexas, possibilitando, por exemplo, que volumosas transações bancárias sejam realizadas em segundos. A criminalidade não ficou à parte dessa sofisticada teia de relações e se expandiu a ponto de fazer surgir novos conceitos, como o de Organizações Criminosas (Lei Federal 9.034/95).

O problema foi exposto pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, que veio ao Recife no último dia 7 para participar do Ciclo de Conferências que fez parte da comemoração dos 20 anos da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Realizada no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, a conferência também teve participação do desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Marco Cabral Maggi e do procurador Regional da República Wellington Saraiva.

Para Gilson Dipp, o estudo do Direito Penal deve se adaptar a essa nova realidade e o Poder Legislativo, por sua vez, precisa criar leis penais e processuais penais que tratem especificamente do Crime Organizado. Wellington Saraiva tem a mesma opinião e defende que, enquanto não houver mudanças legislativas, a Justiça pode e deve julgar esse tipo de crime fundamentando-se nos tratados internacionais, que, segundo a Constituição Federal, têm força de emenda constitucional.

"A mídia habituou-se a

chamar o crime organizado de Estado Paralelo, mas isso é uma deturpação. O mais correto, talvez fosse usar o termo Estado Transversal", concluiu Dipp afirmando que representantes do Poder Público são peças fundamentais para a prática do crime organizado. Sobre esse aspecto, Saraiva afirma que a contrapartida seria a infiltração de agentes da Polícia Federal e a aplicação de novos institutos, como a delação premiada e o confisco de bens.

QUESTÕES ATUAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O desembargador estadual paulista Carlos Roberto Gonçalves e o mestre em Direito Civil pela Faculdade de São Paulo José Fernando Simão foram as atrações do Ciclo de Conferências da Esmape no dia 9 de agosto.

Com o tema Responsabilidade Civil: Questões atuais, o desembargador falou sobre as inovações advindas com o Código Civil de 2002, demonstrando a evolução do direito civil brasileiro e analisando as questões mais atuais e controvertidas, à luz da doutrina nacional e estrangeira.

Já o professor José Fernando Simão baseou sua palestra na Responsabilidade Civil, diante do Código de Defesa do Consumidor. De forma clara e descontraída, ele explicou as diferenças entre as relações de consumo e de direito civil. Segundo Simão "o sistema do consumidor e o sistema do Código Civil dialogam entre si".

O desembargador Jones Fi-



gueirêdo diretor da Esmape, agradeceu a presença dos palestrantes civilistas e apresentou a coleção de 25 DVDs que guardam os grandes eventos realizados pela escola, durante o ano passado e este ano. O desembargador José Fernandes de Lemos presidiu a mesa.

PALESTRANTES DISCUTEM O DIREITO DA PERSONALIDADE NO NOVO CÓDIGO CIVIL

Direito da Personalidade no Novo Código Civil. Este foi o tema discutido no último dia 10, sexta-feira, nas palestras promovidas pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) em comemoração ao seu 20º aniversário. Dando continuidade a temas relativos ao novo Código Civil, os juizes Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona fizeram uma abordagem sobre a importância do Direito da Personalidade.

Segundo Pamplona o tema não é novo, mas ganhou uma nova cara com o novo código civil. "O novo código possui uma visão sistematizada, enquanto que o de 1916 era mais

técnico, de outra época e refletia outros costumes. Naquele tempo, um contrato servia para amarrar, oprimir e isso tudo vem sendo repensado".

Pamplona conceituou o Direito da Personalidade como um conjunto de atributos físicos e psíquicos (corpo, mente e espírito) do indivíduo que merece proteção. Ou seja, aqueles direitos inerentes à pessoa e à sua dignidade - vida/integridade física, honra, imagem, nome e intimidade. Falou também sobre a proteção que deve ser dada ao nascituro (ser humano já concebido e que se encontra, ainda, no ventre materno), que deve ser enquadrado como pessoa, tendo direito à vida, à integridade física, a alimentos, ao nome, à imagem.

Ao final da conferência, o diretor da Esmape, desembargador Jones Figueirêdo, agradeceu a presença e o apoio de todos que contribuíram com a realização do Ciclo de Conferências.

(CÍCILIA PEREIRA E MANUELA VERAS)





OK

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 149

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 16 de agosto de 2007

ESMAPE

presta homenagem

ao

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE
PERNAMBUCO**

IZABELA RAPOSO

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) realizou, no último dia 11, a segunda sessão solene de outorga de sua Medalha de Mérito, em uma solenidade concorrida no Arcádia Recepções, Boa Viagem. Na classe ouro, 19 personalidades e uma instituição, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), foram homenageadas.

O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, foi o primeiro a receber a

comenda das mãos do diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo. A medalha Esmape foi criada em 2006 para contemplar personalidades do meio jurídico que tenham se destacado na área educacional, bem como aos que colaboram com a entidade.

Para a Medalha na classe prata, doze juizes foram contemplados. Na classe bronze, três servidores do TJPE e dois da Esmape receberam a condecoração. Coube ao supervisor da Esmape, juiz Jorge Américo e ao coordenador de Cursos de Formação de Magistrados e Servidores, juiz Virgínio Marques Carneiro Leão, entregar a medalha e o diploma nestas classes.

Confira os outorgados com a
Medalha de Mérito Esmape por categoria:

Classe Ouro

Tribunal de Justiça de Pernambuco (Desembargador presidente **Fausto Freitas**)
Des. **Cristovam Daiello Moreira** (TJSP)
Des. **Luís Felipe Salomão** (TJRJ)
Des. **Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho** (TJPE)
Des. **Ozael Rodrigues Veloso** (TJPE)
Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres** (TJPE)
Des. **Frederico Ricardo de Almeida Neves** (TJPE)
Des. **Fernando Cerqueira Noberto dos Santos** (TJPE)
Des. **Marco Antônio de Cabral Maggi** (TJPE)
Des. **Luís Carlos de Barros Figueiredo** (TJPE)
Des. **Alexandre Guedes Alcoforado Assunção** (TJPE)
Des. **Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes** (TJPE)
Des. **Leopoldo de Arruda Raposo** (TJPE)
Desa. **Margarida Cantarelli** (Tribunal Regional Federal - 5ª Região)
Procurador Geral de Justiça **Paulo Varejão**
Presidente da OAB de Pernambuco **Jayme Asfora**
Presidente da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) **Flávio Chaves**
Conselheira do Tribunal de Contas do Estado **Maria Tereza Duere**
Procurador do Ministério Público do Trabalho **José Janguê Diniz**
Advogado e professor **Nílzardo Carneiro Leão**

Classe Prata

Juiz estadual **Sérgio Paulo Ribeiro da Silva**
Juiz estadual **Teodomiro Noronha Cardozo**
Juiza estadual **Blanche Maymone Pontes Matos**
Juiza estadual **Cintia Daniela Bezerra de Albuquerque**
Juiza estadual **Sônia Stamford Magalhães Melo**
Juiza estadual **Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira**
Juiz estadual **José Jorge de Amorim**
Juiz do Trabalho **Maria do Carmo Varejão Richlin**
Juiz estadual **Luís Carlos Vieira de Figueiredo**
Juiz estadual **Haroldo Carneiro Leão Sobrinho**
Juiz estadual **Felippe Augusto Gemir Guimarães**
Juiz estadual **André de Oliveira da Silva Guimarães**

Classe Bronze

Charles Acioli Serrano (Esmape)
Senhora Maria Margaretta Batista de Abreu (Esmape)
Senhora Iris Maria da Silva Macedo (chefe do setor da Taquigrafia do TJPE)
Senhor João Carlos Cavalcanti (vice-diretor de Recursos Humanos do TJPE)
Senhora Maria Valéria Pragana de Oliveira Dias (diretora de Recursos Humanos do TJPE)



OK



Diário Oficial



Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 148

Poder Judiciário Estadual - Seção • I

Recife, quarta-feira, 15 de agosto de 2007

Condecorações marcam SOLENIDADE

MANUELA VERAS



Representantes dos três poderes e da imprensa receberam homenagens diante de um Pleno lotado

Instaurado no último ano do período colonial (1821), em meio a inúmeros movimentos separatistas, o Judiciário pernambucano assistiu a acontecimentos marcantes da história do Estado. Agora, com seus 185 anos, comemorados no dia 13 de agosto, a Themis pernambucana revela uma face ao mesmo tempo madura e jovem. Por um lado, une a seriedade e o rigor necessários à execução de sua missão e, por outro, se adapta aos novos tempos, com adoção de novas tecnologias para uma melhor prestação jurisdicional.

"Não nos perdemos no passado, preservamos o que se fez há décadas, acompanhamos o tempo e satisfizemos nossa necessidade de espaços para atender à crescente demanda por Justiça", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, na Sessão Solene do Pleno do TJPE desta segunda-feira.

Durante a cerimônia, houve entregas de 28 medalhas, o lançamento oficial do Livro do TJPE e do selo dos 185 anos do Tribunal pelos Correios.

Mais alta comenda da Justiça pernambucana, a medalha de Honra ao Mérito Desembargador Joaquim Nunes Machado Grão Colar de alta distinção foi entregue a oito agraciados: o governador do Estado Eduardo Campos, o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado Guilherme



Uchôa, os seis mais novos desembargadores do TJPE - Antenor Cardozo, José Carlos Patriota, Alexandre Assunção, Eurico de Barros, Mauro Alencar e Fausto Campos.

"O Tribunal mantém uma forma correta e equilibrada de se relacionar com a atual gestão do Executivo e do Legislativo, resultando numa maior proximidade com a nossa população", destacou Eduardo Campos, ao discursar em nome de todos os agraciados.



DESPEDIDA

Sessão solene para Malta, Ivonaldo e Zamir

O Tribunal de Justiça de Pernambuco prestou, antes de ontem, uma homenagem aos três desembargadores que por último se aposentaram: Zamir Fernandes, Ivonaldo Miranda e Macêdo Malta. O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, presidiu a Sessão extraordinária de um Pleno lotado, prestigiado por diversas autoridades.

Em seu discurso, o chefe do Judiciário declarou que "o legado da fértil carreira dos

três desembargadores que deixam o Judiciário é uma referência imprescindível para todos que integram o Tribunal de Justiça de Pernambuco e para futuras gerações que tomarão assento nessa casa e buscarão paradigma ético na irreversível marcha da história".

Segundo o Fausto Freitas, o TJPE registrará a trajetória dos homenageados "em suas páginas mais nobres".

Primeiro a discursar, o desembargador Zamir Fernan-

des discorreu sobre os efeitos do tempo. "Tudo ficou para trás: o Tribunal, a minha atividade judicante, o poder".

Discorrendo sobre o exercício da magistratura, o desembargador Ivonaldo Miranda definiu a profissão como "nobre, porém difícil", e considerou ter cumprido a missão.

O desembargador Macêdo Malta, fez seu discurso "Da infância à maturidade: questionamento", baseado em citações de clássicos como o escritor Machado de Assis (*O menino e o pai do homem*) e do Pe. Antônio Vieira (*No nascimento, somos filhos dos nossos pais; na ressurreição, seremos filhos das nossas obras*).

Em uma cerimônia concorrida, servidores, magistrados, familiares e imprensa prestaram sua homenagem aos três desembargadores.



Convite

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco,
Desembargador Fausto Valença de Freitas,
tem a honra de convidar para a Sessão Solene de Posse do Excelentíssimo Senhor
Desembargador Fausto de Castro Campos,
às 17 horas do dia 24 de julho de 2007, na Sala de Sessões Des. Antônio de Brito Alves,
do Palácio da Justiça - Praça da República, s/n - Santo Antônio.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 128

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 18 de julho de 2007

Tribunal avalia 17 anos do ECA

MANUELA VERAS

Dezessete anos após sua sanção, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não garante direitos básicos, como educação, moradia, alimentação e acesso à cultura. Não porque ele seja mal elaborado, mas porque uma lei, qualquer que seja, jamais poderá encerrar problemas sociais sem políticas públicas consequentes e sem o engajamento da sociedade civil. Em síntese, essa é a avaliação do desembargador Luiz Carlos Figueiredo, em palestra sobre o tema, realizada no último dia

13 de julho no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica) e promovida pela 2ª Vara da Infância e Juventude.

Segundo o palestrante, embora os direitos da criança sejam prioridades previstas na Constituição Federal, nunca foram tratados como tal em nenhum governo. "Nem o melhor médico do mundo pode sarar um doente. Apenas seguindo as recomendações da receita, tomando o remédio necessário, é que poderá haver a possibilidade da cura", argumenta o magistrado.

Figueiredo ainda enfa-

tizou a importância de considerar, em todos os âmbitos sociais, a realidade sócio-cultural dos adolescentes, que, há dez anos, não consumiam tantas drogas como hoje. O desembargador lembra que, no período de 1992 a 2001, ele recebeu apenas dois processos em que havia adolescentes envolvidos com o crack. Atualmente, no entanto, é impossível mensurar a quantidade dos que consomem essa droga capaz de provocar dependência em apenas um dia de uso.

Diante dessa realidade, os locais de internação de



Foto: Lúcio Costa/ITAP

jovens infratores precisam se adaptar fisicamente para receber os infratores drogaditos e oferecer-lhes um núcleo eficiente de apoio psicossocial. Além disso, o magistrado defende a inclusão de uma disciplina que alerte a respeito dos riscos do consumo de drogas nas grades escolares.

ABERTURA

A palestra foi aberta com uma apresentação do Maracatu Nação Meninos de Ouro, formado por crianças do Centro de Atendimento à Criança (Ceac II), mantido pela Fundação da Criança e do Adolescente (Fundae). O grupo é um exemplo de ações sociais que podem transformar o destino de jovens carentes, oferecendo oportunidades de emprego e ensinando valores éticos e fraternos. Ao final do espetáculo, o mestre Clinger Vicente e os meninos e meninas do conjunto homenagearam o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Elio Braz, e o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, que, por 13 anos, também foi juiz da Infância e Juventude.

Para avaliar o Estatuto da Criança em seu 17º aniversário, a 2ª Vara da Infância realizou uma palestra (acima). O evento contou com a participação do Maracatu Nação Meninos de Ouro (ao lado).



Majoridade penal em debate

O Tribunal de Justiça de Pernambuco irá promover um júri simulado para decidir pela redução ou não da maioridade penal no Brasil para 16 anos. O evento vai ocorrer no Fórum Rodolfo Aureliano, no dia 8 de agosto e será presidido pelo presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã, desembargador aposentado Nildo Nery. Contra a redução da maioridade penal, debaterão o professor Nilzardo Carneiro Leão e o desembargador Luiz Carlos Figueiredo e, a favor, o presidente do Tribunal do Rio Grande do Sul, desembargador Marco Antônio Leal e o desembargador Federal Francisco Queiroz.



A convite de Elio Braz (E), o Des. Carlos Figueiredo falou sobre os avanços e retrocessos observados a partir do ECA.

História do Juizado da Infância e Juventude

Antes da palestra, o juiz Elio Braz fez um histórico do foro da Infância e Juventude em Recife, hoje situado no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica). O antigo Juizado de Menores Abandonados do Recife foi criado em 1936 e teve como primeiro titular o juiz Rodolfo Aureliano, nome que marcou a história da Infância e Juventude no estado determinante nas transformações legislativas do Brasil, como a consolidação do primeiro Código de Menores, em 1940.

do primeiro Código de Menores, em 1940. Pesquisando sobre a história do Juizado, Elio Braz descobriu, por exemplo, que a criação do curso de Serviço Social ocorreu por iniciativa de Rodolfo Aureliano, demonstrando o grau de comprometimento do magistrado com a causa da infância.

O Juizado teve papel determinante nas transformações legislativas do Brasil, como a consolidação do primeiro Código de Menores, em 1940.

Pesquisando sobre a história do Juizado, Elio Braz descobriu, por exemplo, que a criação do curso de Serviço Social ocorreu por iniciativa de Rodolfo Aureliano, demonstrando o grau de comprometimento do magistrado com a causa da infância. A graduação surgiu a partir das necessidades de os adolescentes infratores poderem contar com uma assistência social capacitada e as aulas eram ministradas no próprio Juizado.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 127

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 14 de julho de 2007

CURIOSIDADE JURÍDICA

QUEM É POBRE NA FORMA DA LEI ?

CELINA ARAÚJO

Quem pode ser considerado pobre na forma da lei? Em 5 de fevereiro de 1950, começou a vigorar no país a lei número 1060, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. É essa lei que define, até hoje, quem pode ser considerado juridicamente necessitado. O pobre na forma da lei, portanto, é aquele que declara não poder arcar com as custas, despesas processuais e honorários de advogado sem prejuízo de seu sustento e de sua família, segundo a lei.

O necessitado pode ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, desde que esteja residindo no Brasil. "Ao declarar-se incapaz de custear as despesas do processo, o autor não precisa levar certificados ou um documento comprobatório, basta informar ao juiz, que normalmente deferirá o pedido. Se não deferir, o magistrado deve justificar nos autos o indeferimento", explicou o desembargador Bartolomeu Bueno. A Defensoria Pública estadual pres-

ta assistência jurídica gratuita àqueles que não podem pagar advogado.

No âmbito do Poder Judiciário, funcionam varas de Assistência Judiciária, unidades responsáveis por receber toda a demanda processual da população carente, porém elas estão em processo de extinção. Atendendo as determinações do Código de Organização Judiciária do Estado (Coje), as varas de Assistência Judiciária terão fim, e

qualquer vara terá competência de receber ações de litigantes declarados pobres na forma da lei. "A extinção de varas específicas de assistência judiciária irá possibilitar uma ampliação e democratização do acesso à justiça e permitir uma apreciação, por parte das varas, de processos sem distinção quanto à necessidade e não-necessitados de assistência", esclareceu Bueno, que também é supervisor do Coje.

Assim (14/7/2007)



Des. Bartolomeu Bueno

Programa 10 minutos para mim amplia atuação

O programa *10 minutos para mim* agora tem um caráter itinerante. Os exercícios de respiração e relaxamento, *tai chi chuan* e danças circulares podem ser realizados nos diversos setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), não se restringindo mais ao edifício Paula Baptista.

As unidades de trabalho interessadas devem entrar em contato com a Seção de Readequação e Readaptação Funcional (Serad) e solicitar o programa de relaxamento que tem por finalidade levar maior qualidade de vida para servidores, magistrados e terceirizados do TJPE. Mais informações e agendamento através do número 3419-3550 ou pelo e-mail serad@tjpe.gov.br.

Saúde Legal

O Programa *Saúde Legal* promove a *Sexta da Massagem* - projeto de gerenciamento de estresse feito em parceria com profissionais de massoterapia da Quinta Solidária. As sessões vão durar de 15 a 20 minutos, todas as sextas, das 12h às 17h no 5º andar, ala norte do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. As modalidades de *shiatsu* e *quick massage* podem ser aplicadas em todos que trabalham no judiciário e custam R\$10, que podem ser pagos no local. Para marcar, é só ligar para Adriana Ferraz 3412-5058.

Novo endereço

A delegacia de polícia de Repressão aos Crimes Contra a Administração e Serviços Públicos está funcionando em novo endereço. Agora, a unidade está localizada na avenida Visconde de Suassuna, nº 164, no bairro da Boa Vista.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 126

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 13 de julho de 2007

Campanha *Ele é meu pai* tem novidades

A campanha *Ele é meu pai* - iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do TJPE, com o apoio do Ministério Público e outras entidades, para reconhecimento voluntário de paternidade - deve ser relançada em breve. Segundo a coordenadora da Campanha, a juíza Corregedora Auxiliar dos Serviços Extrajudiciais Karina Pinheiro D'Almeida Lima Karina, já estão sendo feitas reuniões para a sua realização. Assim

que houver uma data estabelecida, cronogramas e locais da campanha serão divulgados, através da Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário estadual, com a colaboração de outros meios de comunicação.

Na campanha, o pai reconhece o seu filho num processo administrativo, sem a necessidade de exame de DNA, já que o processo é voluntário. Para tal, os pais munidos de carteira de identidade

de e do original do registro de nascimento do(a) filho(a) comparecem ao local onde funcionará a campanha. No caso do filho ser maior de 18 anos, ele tem que autorizar o reconhecimento. A corregedora Karina D'Almeida salienta que a campanha não pretende investigar a paternidade, nem viabilizar a realização de exames de DNA, mas sim resgatar a cidadania pelo reconhecimento espontâneo dos pais.

TJPE investe em capacitação

MANUELA VERRAS

O planejamento estratégico aplicado no Tribunal de Justiça de Pernambuco para o biênio 2006-2007 permitiu uma maior descentralização na administração do Judiciário estadual, consolidando o atual modelo de gestão participativa. Essa postura aberta não só otimiza o funcionamento da Justiça, como também valoriza o trabalho do gestor público, que é estimulado a buscar, constantemente, o seu aperfeiçoamento profissional.

Exemplos disso foram duas capacitações realizadas de maio de 2006 a junho deste ano, ambas financiadas pelo Tribunal e ministradas pela INTG Consultoria. Os cursos, de Consultoria Interna e de Clínica Social na Organização, tiveram como alunos 34 servidores e magistrados do TJPE, a maioria deles atualmente exercendo algum cargo de gestor. Os encontros eram quinzenais e a carga horária foi de 80 horas/aula.

A temática dos dois cursos é a mesma, a diferença é que o de Clínica Social na Organização é mais aprofundado. Ambos tratam de questões de interesse do gestor, ensinando-o, por exemplo, a detectar problemas em seu setor e a dar o encaminhamento correto ao mesmo.

De acordo com o juiz diretor do Fórum de Paulista, Ottoniel Ferreira, capacitações co-

mo essas são fundamentais para dar qualidade aos serviços prestados pelo Tribunal. "Quando entramos na magistratura, temos a ilusão de que tudo que iremos fazer é aplicar o Direito. No entanto, nossa atividade é muito maior, pois temos de desempenhar o papel de um gestor público, que chefiar um setor e lidar com as questões burocráticas da instituição", justifica.

RELATÓRIO - A avaliação do curso foi tão positiva que a diretoria de Recursos Humanos, Valério Prigiani, se reuniu com o presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, para apresentar um relatório das capacitações e agradecer-lhe pela oportunidade.

O encontro, que ocorreu na tarde do último dia 10, no gabi-

nete de Freitas, ainda reuniu os juizes Ottoniel Ferreira, a coordenadora do Programa Saúde Legal, Clara Calado, Isaias Andrade, da 33ª Vara Cível da Capital, o diretor adjunto de Recursos Humanos, João Carlos e servidores.

TEORIA E PRÁTICA - O juiz Isaias Andrade realizou uma pesquisa na 33ª Vara Cível, pondo em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso de Clínica Social na Organização. O estado coordenado pelo magistrado, foi apresentado a Freitas durante o encontro.

Instituída Excelência no Atendimento, a pesquisa teve como objetivo verificar o nível de satisfação do público que se dirige à vara e avaliar o desempenho dos servidores.



OAB VISITA FÓRUM DE OLINDA



Fausto Freitas e Jayme Asfora visitam obras em Olinda

MARILANE MEIREZES

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, fez mais uma visita às obras do Fórum de Olinda, na última quarta-feira, dia 11. Dessa vez, o convidado especial foi o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pernambuco, Jayme Asfora. Acompanhado do chefe da subseccional de Olinda, Clóvis Bastos, Asfora observou as novas instalações - em particular, uma sala destinada aos advogados, que ficará no primeiro andar do edifício.

"Olinda concentra grande demanda de prestação jurisdicional no estado, por isso, muitos advogados transitam por aqui. Sempre houve pedidos por uma estrutura bem localizada, que oferecesse boas condições de trabalho. Acredito que a nova sala dos advogados vai suprir as expectativas", comentou Asfora.

O desembargador Fausto Freitas confirmou seu desejo de transformar o Fórum em um local acessível aos advogados. "Esse Fórum também diz respeito a eles. Por isso, além de disponibilizar a sala, também estamos primando pelo conforto, daí a escolha por uma instalação

com vista frontal", afirmou o presidente.

PADRÃO DE QUALIDADE - As obras já estão na fase de revestimento de fachada, seguindo o cronograma, que aponta o término para o final de outubro. "Duzentos e seis operários estão cobrindo a parte frontal da construção, que terá 7500 m², construídos num prazo de 10 meses", contou Freitas.

Segundo a diretora de Engenharia e Arquitetura do TJPE, Rogéria Magalhães, o Fórum de Olinda está seguindo todas as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, além de atender aos padrões de qualidade ambiental. "Além disso, a construção está sendo provida de equipamentos semelhantes aos do Fórum do Recife, que farão dela um prédio inteligente", afirmou. O controle de gastos de energia e água ficará mais fácil, devido das tendências de racionalização do consumo, assim como futuras manutenções.

"O projeto foi submetido aos juizes de Olinda e à Assessoria Policial Militar do TJPE, com vistas a potencializar o trabalho dos magistrados e a melhorar a qualidade de vida das pessoas que precisam recorrer à Justiça", disse Rogéria Magalhães.

A presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco informa que as taxas referentes ao registro de inventário e arrolamento encontram-se disponíveis no site do TJPE - www.tjpe.gov.br / link: Serviços / Emissão de Darf.

OK



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

NAME
JUD
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 125

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 12 de julho de 2007

Legislação Esportiva

Recife vai sediar seminário internacional

MANUELA VERAS

A legislação do torcedor será tema de um seminário internacional sediado no Recife, com data prevista para setembro deste ano. Para viabilização do encontro, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vem se articulando com o Ministério da Justiça do Brasil (MJ), que irá financiar a conferência. Intitulado *Violência Urbana nas Praças Desportivas*, o seminário terá como objetivo estudar medidas de combate aos atos violentos praticados, principalmente, por integrantes de torcidas organizadas de times de futebol.

O projeto foi apresentado ao presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, em seu gabinete, pelo coordenador do Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor, juiz

Ailton Alfredo de Sousa, e pela coordenadora geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do MJ, Márcia de Alencar, na última terça-feira. De acordo com a minuta do convênio de cooperação técnica, que deve ser assinado em agosto, o Tribunal dará apoio institucional ao evento, cedendo o espaço físico e disponibilizando o pessoal de apoio.

Os estudos acerca do problema da violência nos estádios foram iniciados em maio deste ano. O primeiro passo foi dado quando o Ministério da Justiça formou uma comissão composta pelos juizes Ailton Alfredo de Sousa, Luiz Mário Moutinho, Paulo Brandão e Andréa Cartaxo, pelo promotor Agnaldo Fenelon e pela advogada da Universidade Salgado Oliveira (onde funciona o projeto Futebol Cidadão, do Juizado do Torcedor), Fer-

nanda Fluhr. O grupo viajou à Espanha, Inglaterra e Itália, realizando um estudo comparado entre a legislação brasileira e as desses países no que se refere ao torcedor infrator.

A comitiva vai compor a mesa expositiva do seminário, na qual apresentará os resultados e os questionamentos retirados do estudo feito durante a viagem (leia no site tjpe.gov.br, no link notícias, a matéria "Juizado do Torcedor - juizes conhecem experiência europeia", de 30 de maio de 2007). Também participará do encontro representantes dos Ministérios da Justiça dos países visitados pelo grupo. Ao final do encontro, os palestrantes deverão elaborar um documento contendo as conclusões do evento, que será publicado no Diário Oficial da União.



Marcia de Alencar, Fausto Freitas e Ailton Alfredo: parceria TJPE e MJ

Futebol Cidadão é incluído em programa federal

O Programa Futebol Cidadão do Juizado do Torcedor será incluído no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronapci), elaborado pelo Ministério da Justiça e aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última segunda-feira, dia 9. O programa investirá R\$ 4,8 bilhões em projetos de inclusão social e em medidas de repressão à violência em todo o país.

Como vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas

Alternativas, o juiz Ailton Alfredo de Sousa, também responsável pelo Futebol Cidadão, já está tentando resolver o problema de cambistas que atuam no entorno dos estádios de futebol da Capital. Uma possibilidade - que está sendo estudada em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social - é a de serem doados aos cambistas kits de lavagem a seco de veículos - com verba do Pronaci - oferecendo-lhes uma oportunidade econômica dentro da legalidade.

Paula Baptista disciplina acesso de visitantes

O edifício Paula Baptista, anexo do Palácio da Justiça, conta com um novo sistema de identificação e credenciamento dos visitantes. A utilização do software tem a finalidade de garantir a segurança do prédio, além de facilitar o trânsito interno. A Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) e a Diretoria de Informática (Dinfo) foram os setores do Tri-

bunal de Justiça de Pernambuco responsáveis pela viabilização e implantação do sistema de identificação.

Agora, ao chegar ao Paula Baptista, o visitante deve se dirigir à recepção e fornecer um documento de identificação com foto. Após credenciamento, ele será informado em qual andar se encontra o setor a que deseja se dirigir. Os

funcionários do Tribunal e da empresa terceirizada também estão sendo orientados a utilizarem seus crachás de identificação.

A Diriest informou que o próximo passo será a identificação do visitante através de cartões com cores correspondentes a cada setor do edifício. "A utilização dos cartões ainda está em fase de idealização junto ao Navi (Núcleo de

AudioVisual), porém é importante salientar que a sua utilização é importante na medida em que garante uma rápida identificação do visitante", salientou Hélio Siqueira Santos, responsável pela Diriest. Os próximos passos a adotarem o sistema de identificação serão o Fórum Thomaz de Aquino e o Palácio da Justiça. (Cefina Aragão)



Os visitantes devem apresentar documento com foto ao se identificar na recepção do prédio



TJPE apóia nova campanha

Rodrigo Guedes

A campanha "Ele é meu pai", que em 2006 possibilitou o reconhecimento gratuito de paternidade, tem todo o apoio da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para ser reeditada em 2007. Em uma semana, 1.668 crianças do Recife, de Olinda e de Jaboatão dos Guararapes puderam incluir na certidão de nascimento o nome do genitor e dos avós paternos. "Estamos criando mecanismos para que ela se realize novamente este ano, mas agora em todo o Estado, com gratuidade dos exames de DNA para as pessoas que não podem pagar", adianta a presidente da Associação das Mães Solteiras de Pernambuco, Marli Márcia da Silva. A iniciativa da entidade, apoiada pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, conferido pelo Governo Federal ano passado.

"Nós somos pioneiras nessa luta no Brasil de colocar homens na Justiça para que eles assumam a paternida-

de", destaca Marli. Segundo ela, muitos pais concordavam em fazer o reconhecimento espontâneo do filho, mas nem sempre tinham dinheiro para isso. "Quando eles iam no cartório fazer a averbação de paternidade, os oficiais abusavam da tabela. O serviço custa R\$ 108, mas os cartórios chegavam a cobrar R\$ 300, R\$ 400, e o pai desistia", lembra. "Como essa denúncia estava se tomando comum, resolvemos fazer uma campanha para que as crianças filhas de mães solteiras tivessem de presente no dia das crianças o sobrenome do pai".

A proposta foi abraçada pelo hoje desembargador Alexandre Assunção, à época juiz corregedor-auxiliar para serviços extrajudiciais. "Eu atuei como coordenador da campanha. Interliguei todos os órgãos interessados", conta o magistrado. Tomaram parte na campanha o TJPE - dispensando uma das taxas exigidas -, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, as prefeituras de Olinda,

Recife e Jaboatão, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Instituto Papai e a ONG Plan International, além da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais e da Ashoka Empreendedores Sociais.

Para atingir o maior público possível, a chamada para a campanha "Ele é meu pai" não se limitou aos anúncios em televisão, rádio, outdoors ou cartazes espalhados pela cidade. "Preparamos agentes comunitários, que fizeram a divulgação junto às comunidades", detalhou Alexandre Assunção. Depois disso, o resultado: "Nós esperávamos um volume, e veio três vezes mais", afirmou o juiz Danilo Martiniano Lins, da 3ª Vara da Família da Capital, designado pelo Tribunal de Justiça, à época, para atuar na campanha.

"É de pleno conhecimento a carência do povo, não só a afetiva, mas também a financeira", observou o juiz,

Ele é meu PAI

Paternidade: reconheça esse direito

A criança ou adolescente registrado pode receber o reconhecimento de paternidade gratuito

de 6 a 10 de novembro
no Fórum Thomaz de Aquino
Salão do Juri

Para o Reconhecimento de Paternidade Espontânea, o pai e a mãe deverão comparecer com os seguintes documentos:

- Certidão de nascimento da criança ou adolescente
- Carteira de identidade do pai e mãe

Se o filho(a) for maior de 18 anos deve também comparecer juntamente com os pais.

Informações:
3267.8237



Graças à campanha, em 2006, 1.668 crianças puderam incluir na certidão de nascimento o nome do genitor e dos avós paternos

considerando a taxa de emolumentos necessária mais a taxa de serviços notariais e de registro ao reconhecimento: R\$ 108,96. "A camada pobre da população efetivamente não tem dinheiro para legalizar a documentação. Achei que essa atitude, que partiu do Tribunal de Justiça e da Correge-

doria Geral da Justiça é fundamental, até porque estávamos dando um pai para aquelas crianças, que estavam tendo um reconhecimento".

O corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ozael Velozo, que recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva a honraria em reconhecimento à campanha, mostrou-se favorável a uma reedição em 2007. "Se há necessidade de uma outra, teremos o maior prazer em tornar efetiva", sinalizou Ozael. "Tudo o que vem ao interesse da sociedade, a Corregedoria está pronta para apoiar".



TJPE empossa novo desembargador

CACILIA PEREIRA

O novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Fausto de Castro Campos, tomou posse na tarde do último dia 6, no gabinete da Presidência do Poder Judiciário estadual. Campos foi eleito em sessão do Pleno pelo critério de antiguidade, pois atua como juiz há 22 anos. Ele vai assumir a vaga do desembargador Antônio Macedo Malta, recentemente aposentado.

Depois de ter feito o



A posse de Fausto Campos (E) ocorreu no último dia 6, no Palácio da Justiça.

juramento regimental, o desembargador agradeceu a todos que compa-

receram à solenidade e ao presidente do TJPE, desembargador Fausto

Freitas, pela oportunidade dada através da ampliação do número

de desembargadores no Poder Judiciário.

O novo desembargador começou a carreira na comarca de Salgueiro, foi promovido para Afogados da Ingazeira e atuou em Caruaru, onde também lecionou na Faculdade de Direito. Foi titular da vara do Tribunal do Júri da Capital por 16 anos. É baiano de Salvador, mas foi criado em Casa Nova, interior da Bahia. "Sou de uma família de magistrados. Meu avô pater-

no, meu tio e meu irmão são magistrados. Na Bahia, tenho um tio e dois primos desembargadores. Está no sangue", concluiu.

Participaram da solenidade, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Jaime Asfora, o assessor de imprensa do Ministério Público Estadual, Elias Roma - representando o procurador da Justiça, Paulo Varejão - além do deputado estadual Bruno Rodrigues, familiares, amigos, desembargadores e juizes do TJPE.

MENINOS DA ORQUESTRA CIDADÃ SE APRESENTAM NO CABANGA

FARIANA CONSENTEIRO

A primeira turma da Orquestra Cidadã dos Meninos do Coque fez uma apresentação, ontem, na sede da escola, localizada no 7º Depósito de Suprimento do Exército (DSUP), no Cabanga. A ideia do projeto, realizada pela Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC) com apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é oferecer aos alunos uma educação por meio da música.

Os cem meninos, com

idade entre 7 e 15 anos, recebem aulas de viola, violino, violoncelo e contrabaixo. Na apresentação, as crianças foram regidas pelo maestro Curcy de Almeida. Antes da exposição o maestro apresentou alguns dos músicos e falou sobre o trabalho da escola que oferece três refeições diárias, reforço educativo e psicológico.

O evento contou com a participação do presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã, desembargador apo-

sentado Nildo Nery que destacou a importância do projeto. "Depositamos total confiança na transformação desses meninos ao mostrarmos para eles o verdadeiro caminho da cidadania", afirmou.

O coordenador geral da orquestra, juiz-corregedor João Targino falou sobre o trabalho do projeto que além de funcionar como um meio de ressocialização também investe no aspecto profissionalizante dos alu-

nos. "As crianças estão aprendendo música para que essa música sirva como um meio de vida para elas. Nosso trabalho se diferencia pelo fato de trazer uma perspectiva concreta de

profissionalização", destacou.

No evento, o presidente da Celpe, José Humberto Castro, fez a entrega de um cheque de 60 mil reais da Celpe via procuradoria do trabal-

ho, além de doar novos violoncelos para a orquestra. No dia 20 de agosto, em comemoração a um ano do projeto, a orquestra fará uma apresentação especial no Teatro Santa Isabel.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 122

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 7 de julho de 2007

TJPE COMBATE ALCOOLISMO INFANTIL EM SANTA CRUZ

Rodrigo Góes

Crianças e adolescentes do município de Santa Cruz do Capibaribe, a 192 quilômetros do Recife, no agreste de Pernambuco, são o público-alvo de uma campanha pela moderação no consumo de álcool, a ser lançada dia 25 de julho. A ideia de educar os jovens do município em relação à droga surgiu na última quarta-feira, dia 4, durante reunião no teatro municipal para debater uma pesquisa recente que preocupou os moradores da cidade: de acordo com o levantamento, coordenado pelo juiz Waldecy Gusmão, 49 dos 123 estu-

dantes entrevistados consome álcool. Desse, a maioria tem entre 12 e 18 anos.

Desde que assumiu a comarca de Santa Cruz, há um ano, o magistrado se reúne semanalmente com diferentes órgãos do município ligados à infância e juventude. "Nós iniciamos pela indicação dos principais problemas: prostituição, alcoolismo, trabalho infantil, estruturação da Liberdade Assistida e adoção", conta o juiz.

Realizada em maio deste ano, a pesquisa apontou que 76% dos estudantes já consumiram algum tipo de bebida alcoólica, sendo

que 70% antes dos 15 anos. A maioria dos entrevistados tinha pelo menos uma pessoa na família habituada a ingerir bebidas alcoólicas - o que pode explicar o fato de 57 alunos terem tomado o primeiro gole em casa ou festas de família.

"Os dados indicam que a família é permissiva em relação ao consumo de bebida alcoólica", considera o juiz. Por esse motivo, parte da campanha a ser lançada é educativa, junto às escolas. Outra parte será coercitiva, levada a cabo pelas polícias militar e civil, com apoio do Conselho Tutelar.

TJPE tem novo desembargador



O juiz Fausto de Castro Campos, da 1ª Vara do Juri da Capital, foi eleito desembargador nesta quinta-feira, dia 5, em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O cargo foi ocupado pelo critério de Antiguidade - Campos atua como juiz há 22 anos. Com a promoção, o magistrado se torna o 39º desembargador do estado. A solenidade de posse está marcada para esta sexta, dia 6, no gabinete da Presidência, no Palácio da Justiça, às 17h.

Nas palavras do novo desembargador, a promoção "é uma satisfação, um coroamento da minha carreira de magistrado". Campos assegurou que dará continuidade à função de magistrado "sem alterar uma vírgula".

Convite

O Exceletíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Fausto Valença de Freitas, tem a honra de convidar para a Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno em homenagem aos Desembargadores

Zamir Machado Fernandes
Ivonaldó Pereira de Miranda
José Antônio Macêdo Malta

em razão de suas aposentadorias, às 17:00 horas do dia 17 de julho de 2007, na Sala de Sessões Antonio de Brito Alves, do Palácio da Justiça.

Praça da República, s/n
Santa Antonia - Recife - Pernambuco

Traje: Passado Formal

Concurso de monografias tem datas prorrogadas

O II Concurso de Monografias Jurídicas Prêmio Desembargador Cláudio Américo de Miranda, realizado pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), teve as datas de entrega dos trabalhos e resultados modificados. O prazo de entrega dos trabalhos será até o dia 23 e a data de divulgação dos resultados foi

prorrogada para o dia 3 de agosto.

O concurso de monografias, cujo tema é A missão das escolas de magistratura na formação dos juizes em face da violência social, foi lançado em comemoração pelo 20º aniversário da Esmape. Para participar, os candidatos devem ser graduados no curso de Direito. As inscrições po-

dem ser feitas gratuitamente na própria Escola. O edital do concurso está disponível no site www.esmape.com.br.

Os três primeiros trabalhos classificados serão premiados com um estágio na Universidade da Geórgia (EUA), em novembro; um notebook e um microcomputador, respectivamente.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 121 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, sexta-feira, 6 de julho de 2001

Comunica foca em saúde do servidor

RODRIGO GUEDES

A Comunica, revista on-line da Diretoria de Recursos Humanos voltada à Comunicação Interna do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), publica desde sua edição número 61 a série mensal de reportagens "Corpo São", com perfis de servidores praticantes de algum tipo de esporte. A equipe de repórteres já encontra nos corredores do Judiciário estadual pelo menos um maratonista, um cavalgador e uma mergulhadora. A ideia partiu de uma pesquisa realizada pelo Comitê de Promoção de Saúde do programa Saúde Legal, que levantou nomes de servidores e magistrados habituados a praticar atividades físicas.

Na primeira edição, o servidor José Carlos Van der Linden Pontes revela que corre 10 quilômetros todos os dias, mesmo que sob chuva. No último dia 25 de março, Carlos ficou em 143º lugar na meia maratona Recife/Olinda, dentre os 3.000 inscritos. Na entrevista, o servidor encoraja outras pessoas a se exercitar.

Sérgio Marcos Feitosa, há 15



anos no TJPE e há dez na Assessoria de Comunicação Social, aparece na edição número 64 da revista on-line, falando das cavalgadas que o relaxam e trazem lembranças da infância. De acordo com o jornalista, "a cavalgada trabalha pernas, glúteo e barriga".

Simone Brandão Ferraz, da Divisão de Apoio ao Usuário da Diretoria de Informática, que não

praticava nenhum exercício físico antes de um amigo apresentá-la ao mergulho, também compartilhou sua experiência. Segundo ela, mesmo quem não sabe nadar pode mergulhar. Atualmente, Simone faz parte de um clube de mergulho aquático.

Confira abaixo trecho da matéria veiculada no *Comunica*, na edição 69.

No mar de Simone

Se tivéssemos que fazer uma metáfora sobre as atividades que Simone Brandão Ferraz realiza, diríamos que ela vive no "mar" há dez anos. Na Divisão de Apoio ao Usuário da Diretoria de Informática, onde trabalha, o "mar" é ca-

racterizado pelo número de chamados técnicos que a Região Metropolitana faz e que ela organiza. Já o outro mar, o do final de semana, é aquele que a leva, através do mergulho, para outro mundo. Simone desmistifica algumas questões comuns para os leigos em mergulho submarino. Explica que não é preciso saber nadar para se tornar mergulhador - até porque o mergulho consiste em afundar. Durante as primeiras aulas, na piscina, é ensinado, além do uso dos

equipamentos, o jeito certo de bater a perna e de respirar. Ela informa também que não é preciso ir a Fernando de Noronha para encontrar águas límpidas e com variedade de peixes. "Não precisa nem sair da cidade", assegura. "A seis milhas do Porto do Recife fica Pirapama. Onde se consegue ter 30 metros de visibilidade".

REPORTAGEM DE ANA LUIZA MACHADO - TEXTO EXTRAÍDO DA REVISTA ON-LINE COMUNICA

SAIBA MAIS SOBRE O COMUNICA

CILENA ARAÚJO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, através da Diretoria de Recursos Humanos, mantém uma revista on-line exclusivamente para os servidores do Poder Judiciário estadual. A *Comunica* é um espaço interativo, voltada à publicação de comunicados internos e disponibilização de serviços e dicas.

Através da revista, o servidor tem à disposição notícias do Poder Judiciário local, descontos em eventos culturais e promoções de lazer. Programação dos eventos do final de semana, dicas de saúde, cursos, palestras e dicas de português também são publicados no periódico. O *Comunica* também é um espaço interativo. Através da seção Espaço Aberto, por exemplo, o internauta pode anunciar gratuitamente ofertas de serviços e/ou produtos no espaço intitulado Classificados.

A revista on-line pode ser acessada através da intranet do Poder Judiciário estadual.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 120

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 5 de julho de 2007

Projeto de lei pode trazer **economia** para o TJPE

Rodolfo Guedes

O Projeto de Lei 199/2007, que pretende ampliar o número de Assessores Técnicos Judiciários nos 39 gabinetes de desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), poderá gerar uma economia mensal de R\$ 82 mil. O principal objetivo do projeto, no entanto, é possibilitar uma maior celeridade processual no 2º Grau. Atualmente, os gabinetes cíveis, por exemplo, recebem cerca de 65 processos por mês, provocando um acúmulo que só tende a aumentar. Por isso, o projeto 199/2007 propõe a conversão de parte dos atuais 198 cargos comissionados de Juizados Especiais (JEs) em assessores técnicos de desembargadores.

Pelo texto já em tramitação na Assembleia Legislativa de Pernambuco - proposto pelos desembargadores Antonio Camarotti, Alberto Virgínio, Ricardo Paes Barreto e Fernando Cerqueira - os cargos comissionados serão convertidos em 80 cargos de Assessor Técnico, sendo dois da Corregedoria Geral da Justiça e os demais distribuídos em número de dois para cada um dos gabinetes. A proposta também prevê a criação de 39 Chefes de Gabinete, 40 Analistas Judi-

ciários PJ-IV, 40 funções gratificadas de Chefe de Secretaria de Juizado, além de um Assessor de Articulação Política e Administrativa.

Com as conversões sugeridas, a despesa de R\$ 798.548,74 - gerada com os atuais cargos em comissão dos JEs - passará para R\$ 715.871,22. Isso vai resultar numa economia de R\$ 82.677,52 por mês, uma vez implementada a lei.

O pleito é antigo, de acordo com o desembargador Jovaldo Nunes, um dos defensores do projeto. "Há muito tempo pedimos ao presidente do TJ que eleve o número de assessores, atualmente de dois para cada gabinete. Na época do presidente Macêdo Malta, pleiteamos o acréscimo, mas não foi possível", observa o magistrado. "É isso que queremos: pelo menos nos igualarmos à maioria dos tribunais".

Segundo o desembargador, o Tribunal Regional Federal em Pernambuco possui quatro assessores para cada desembargador. Em Minas Gerais, o Tribunal do Trabalho disponibiliza oito assessores por desembargador, ainda de acordo com Jovaldo Nunes, que acumula em seu gabinete 1500 processos cíveis.

Obras da DEA

FERNANDO DE NORONHA

A construção do Fórum de Fernando de Noronha segue em ritmo acelerado. Toda a estrutura física deverá estar concluída no início de setembro, data da inauguração do fórum no arquipélago. No momento, o telhado está sendo substituído e, após a troca, será feita a divisão da estrutura interna do espaço, além do revestimento das paredes e pisos. O valor da obra está estimado em R\$189 mil.

O Fórum de Fernando de Noronha teve sua construção iniciada em maio deste ano, após convênio com a administração local, que cedeu o espaço físico para o prédio. Segundo a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), a construção do fórum de Noronha tem características especiais, devido à sua localização geográfica. "Optamos por utilizar materiais leves e duradouros. Dessa forma, o prédio não precisará se submeter a manutenções frequentes e estaremos contribuindo com a preservação ambiental do arquipélago", explicou a diretora da DEA, Rogéria Magalhães Silveira.

GLÓRIA DO GOITÁ

Nesta semana, será homologada a licitação da obra do Fórum de Glória do Goitá, no Agreste pernambucano, atualmente instalado num prédio cedido pela prefeitura da cidade. O fórum ficará pronto três meses após a assinatura do contrato com a empreiteira.

PESQUEIRA

A reforma do prédio onde funcionará o Fórum de Pesqueira foi iniciada em 21 de junho e deve ser finalizada em outubro deste ano. Os serviços realizados custam R\$ 1,701 milhão.

RECIFE

O auditório Oscar Pereira do Centro Integrado da Infância e Juventude da cidade do Recife foi reinaugurado no último dia 23 de junho. O espaço, com capacidade para 110 pessoas, estava interditado há cerca de dois anos, pois sua estrutura metálica estava oxidada, correndo o risco de desmoronar. A obra, iniciada em 25 de abril, custou R\$ 34 mil.

São João

O festejo de São João deste ano foi diferente no Fórum Rodolfo Aureliano, no Recife. Na quinta-feira 21 de junho, os funcionários da casa dançaram forró e degustaram da cozinha típica junina. O sanfoneiro foi contratado pelos próprios servidores, também responsáveis pela comida. De acordo com o coordenador do Themis Cultural, o servidor Bruno Araújo, a proposta difere daquela adotada nos anos anteriores, quando os grupos eram formados por colegas diretos de repartição. O modelo posto à prova deve ser repetido ano que vem.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 119

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 4 de julho de 2007

Esmape lança manuais de decisões jurídicas

IZABELA RAPOSO

O lançamento de dois livros - um destinado a decisões cíveis e outro às criminais - será um dos eventos comemorativos do aniversário de 20 anos da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), previstos para os dias 6 a 10 de agosto.

Neles, estão registrados os modelos principais de despachos, sentenças e rotinas procedimentais utilizados na Justiça de 1º Grau do Estado. A compilação dos volumes foi coordenada pelo diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo, e pelo supervisor da escola, juiz Jorge Américo.

Como autores do *Manual de Decisões Cíveis*, estão os juizes Blanche Maynone Pontes Matos, Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, Roberta Vas-

concelos Franco de Oliveira e Teodomiro Noronha Cardozo. Já no *Manual de Decisões Judiciais Criminais*, participam os juizes Sérgio Paulo Ribeiro da Silva, Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque, Felipe Augusto Gemir Guimarães e Haroldo Carneiro Leão Sobrinho.

A pesquisa para elaboração do manual durou seis meses e foi concluída em janeiro deste ano. Agora, a diretoria da Esmape está acertando com a editora os últimos detalhes no visual de capa dos volumes. As obras serão publicadas pela Editora Método.

AVANÇOS

Além desses e outros lançamentos que estão por vir, a gestão da Esmape está investindo também na melhoria de

sua biblioteca e colhendo resultados, como demonstra a última avaliação realizada pela sua diretoria. O documento contabiliza que, no 1º semestre deste ano, houve 10.597 locações de livros e um aumento de 14% no atendimento em relação ao mesmo período do ano passado.

O fechamento dos números, feito antes do recesso forense de junho, também aponta a efetivação de 4 mil e 700 empréstimos de livros nos últimos trinta dias. Hoje, a biblioteca da Esmape conta com um acervo de 3.381 títulos, 4.918 exemplares e 15.007 artigos de periódicos catalogados. Além do aumento do acervo, a diretoria da Esmape está implementando outras ações de melhoria, totalizando um investimento de 75 mil reais no setor.

Remoções e Permutas têm critérios objetivos

MAIRELA VERAS

As remoções voluntárias e as permutas de juizes agora só poderão ser realizadas em sessão pública do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com votos abertos e fundamentados. A novidade garante clareza e objetividade a essas movimentações de magistrados do Poder Judiciário estadual - feitas dentro de uma mesma entrância - e está prevista na Resolução nº 218, de 7 de junho deste ano.

A uniformização desses critérios atende a uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 32, de 10 de abril de 2007) e segue a mesma linha da uma resolução anterior (nº 194, de 15 de maio), que definia regras para a promoção e o acesso ao 2º Grau. "A Resolução 218 está em harmonia com o projeto de lei do novo Código de Organização Judiciária, que está sendo apreciado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco", afirma o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas.

A norma traz outra novidade: os juizes substitutos e os juizes de direito substitutos

terão as mesmas oportunidades de movimentação na carreira que os juizes de direito. Essa igualdade nos processos de concorrência se justifica porque nem a Lei Orgânica da Magistratura nem a Constituição Federal do Brasil fazem distinção entre eles.

Alguns dos casos que impedem a remoção e a permuta estimulam a qualidade no serviço judiciário. Por exemplo, o juiz punido, no último ano, com pena de censura; bem como aquele que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal não poderão ser removidos nem permutados. Os juizes substitutos ainda não vitaliciados - com menos de dois anos na carreira - não poderão ser removidos nem permutados. A permuta entre um juiz titular e um substituto também é proibida.

"A concorrência entre magistrados agora está garantida por critérios formais, que primam pelo interesse público. As movimentações de juizes já não dependem da mera vontade do administrador, conferindo direitos iguais e preestabelecidos a todos", conclui Fausto Freitas.

DOAÇÃO AO NACC

Uma tonelada e 115 quilos de leite foram doados ao Núcleo de Apoio à Criança com Câncer (Nacc). O ato foi fruto da campanha Cartórios em Ação, uma iniciativa da Associação de Notários e Registradores de Pernambuco (Anoreg-PE) apoiada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Durante dois meses, os 500 cartórios pernambucanos atuaram como Posto de Recolhimento de Doações. A ideia foi Coordenada pela Anoreg Brasil e pela Rede Anoreg de Responsabilidade Social (Rares). A doação aconteceu no dia 19 de junho.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 118

Poder Judiciário Estadual - Seção - I e II

Recife, terça-feira, 3 de julho de 2007

AVISO - Atualização On-Line de Dados

Conclamo magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco a participarem da Atualização On-Line de Dados, que se iniciou no dia 2 de julho e se estenderá até o próximo dia 31 de agosto. O preenchimento e envio do formulário, através da intranet, são totalmente eletrônicos, avanço que traz simplicidade e agilidade ao processo.

A atualização e correção dos dados cadastrais proporcionará consistência às informações gerenciais com base nas quais se procederá à distribuição dos novos servidores concursados que estão para ingressar no Poder. Além disso, cada um terá oportunidade de informar a Diretoria de Recursos Humanos sobre suas qualificações, talentos, habilidades e interesses, ajudando a traçar o próprio perfil junto à instituição e trazendo subsídios ao desenvolvimento e execução de uma política de pessoal cada vez mais sintonizada com aqueles que fazem o Tribunal.

Passado o período de 2 de julho a 31 de agosto, quando todos devem atualizar seus dados, o formulário permanecerá disponível, para que magistrados e servidores realizem novo preenchimento e envio de informações sempre que houver mudanças a serem registradas. Todos poderão gerenciar suas próprias informações funcionais sem o uso do papel e sem a necessidade de deslocamentos. Participem e abram novas frentes para seu próprio desenvolvimento profissional.

Fausto Valença de Freitas
Des. Presidente

RADIOJUSTIÇA

Pena de morte é tema de radionovela

A *Fera de Macabu* é a nova radionovela da Rádio Justiça. Dividida em cinco capítulos, cada um com cinco minutos, a trama retrata a história da pena de morte no Brasil. O roteiro é de Guilherme Macêdo e a direção de Viviane Yanagui. Inspirado no livro *Monte Coqueiro ou a pena de morte*, do jornalista José do Patrocínio, conhecido por combater a escravidão no século XIX, o roteiro narra a história do fazendeiro Manuel da Motta

Coqueiro, de Macabu, povoado de Macaé (RJ). Manuel é acusado de assassinar uma família, por volta de 1850. Condenado à forca, depois de 25 anos, foi descoberto que o fazendeiro era inocente, com a confissão do verdadeiro assassino. O episódio levou D. Pedro II a suspender a pena de morte no Brasil.

A radionovela é transmitida de segunda a sexta-feira, um capítulo por dia, nos seguintes horários: 9h55, 14h55, 18h55,

21h55, 1h55, 3h55, 5h55. No fim de semana, a Rádio Justiça transmite um compacto, com todos os capítulos, às 20h (sábado) e às 18h (domingo).

A emissora pode ser sintonizada na frequência 104,7 FM, em Brasília (DF), ou pela internet (www.radiojustica.gov.br).

A radionovela também estará disponível no site do Bicentário do Judiciário Independente no Brasil (www.stf.gov.br/bicentenario).

STF promove concursos de monografia e fotografia

O Supremo Tribunal Federal (STF) abre inscrições no próximo dia 26, para os concursos de monografia e fotografia. No concurso de monografia, foram definidas duas categorias - graduado e estudante. Na primeira, o prêmio será de R\$ 15 mil para o ganhador e R\$ 10 mil para o vice. Na categoria estudante, o prêmio será de R\$ 10 mil para o primeiro colocado e R\$ 8 mil para o segundo.

O prêmio do concurso de fotografia, cujo tema é *Um olhar sobre o Poder Judiciário no Brasil*, será no valor de R\$ 4 mil para cada categoria - infantil, jovem e adulto.

As monografias premiadas farão parte do acervo da biblioteca do STF e podem ser entregues até 30 de novembro, nos se-

guintes temas: *Os Tribunais da Relação no Brasil*, *A Justiça no Brasil: da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal de Justiça (1808-1828)*, *A história da Corte Suprema no Brasil, de 1828 até os dias atuais* e *Os 200 anos do Judiciário independente no Brasil: história e perspectivas*.

A iniciativa faz parte do projeto Bicentário do Judiciário Independente no Brasil, comemorado entre maio de 2007 e maio de 2008.

No concurso de fotografia, os critérios para avaliação serão baseados em criatividade, estética, qualidade artística e pertinência com o tema proposto. Ao final, serão selecionadas fotografias para compor o calendário de 2008 do

STF. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pessoalmente na Subcomissão de Concursos do STF, onde o candidato também deverá entregar o material que concorrerá no concurso até 30 de setembro.

Para os candidatos que moram em outros estados, o material poderá ser encaminhado pelos Correios. A ficha de inscrição está disponível no link "Concursos", do site www.stf.gov.br/bicentenario. Mais informações no telefone, (61) 3217-3500.

O endereço para enviar o material pelos Correios é Supremo Tribunal Federal / Secretaria de Documentação - SDO / Subcomissão de Concursos. Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo II-A, sala 154, CEP: 70175-900.

Documento de arrecadação pode ser tirado via internet

A página eletrônica do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desde o dia 13 de junho, disponibiliza a consulta e impressão do Daj - Documento de Arrecadação de Receitas Judiciais. Dessa maneira, os advogados poderão ter acesso ao documento via internet, sem precisar se dirigir à comarca em que o processo foi distribuído.

Através da internet, os advogados podem emitir

Daj's de processos de 1º e 2º grau, além das causas em Juizados, desde que a comarca tenha instalado o sistema Judwin. Antes, era obrigatória a ida até o local de distribuição do processo. Agora, a consulta e impressão são feitas on-line. "O advogado emite de seu escritório o Daj, efetua o pagamento e já pode impetrar a ação", explicou a chefe da Seção de 1º grau, Giovanna Schettini.

Além de beneficiar o trabalho de advogados, a medida desafoga o judiciário. "O serviço irá agilizar o atendimento nos distribuidores judiciais", afirmou Giovanna. A implementação e viabilização do sistema foram possíveis através de uma ação conjunta entre as seções de 1º e 2º graus, MPS - empresa que desenvolve o sistema Judwin, e Diretoria de Informática.



Tribunal de Justiça de Pernambuco

185 anos

Solenidades marcam O ANIVERSÁRIO



A missa em ação de graças aos 185 anos do TJPE aconteceu na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

ENTREGA DA MEDALHA

ERICKA FARIAS E ROSA MIRANDA

A entrega da medalha comemorativa dos 185 anos lotou o Pleno do TJPE na manhã de ontem. A condecoração é uma homenagem a personalidades especialmente destacadas pela instituição e que atuam em diversos segmentos profissionais na sociedade pernambucana. Na lista de 139 pessoas, constam também magistrados e servidores que se destacam pelos serviços prestados à justiça pernambucana. Os agraciados receberam a medalha das mãos do presidente da instituição, des. Fausto Freitas.

Em seu discurso, o

presidente do TJPE destacou a importância do reconhecimento. "Os agraciados aqui presentes emprestam reconhecidas contribuições em favor do desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Foram escolhidos pelos exemplos que oferecem em suas distintas atividades e pela forma com que sabem se conduzir, semeando lições que servem de paradigmas para as novas gerações", declarou. "Há também entre eles os que percorrem uma brilhante trajetória dedicada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, na busca incessante do equi-

líbrio e da paz social que tanto almejamos", completou.

Na ocasião foram lançados o *Livro do TJPE* e a primeira edição do informativo *O Judiciário Pernambucano*, ambos editados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. "Uma instituição quase bicentenária teve que se modernizar para otimizar a prestação da atividade jurisdicional. Essas publicações falam da história e das atividades atuais do Tribunal, fazendo uma interface entre o velho e o novo da justiça pernambucana", concluiu Freitas.

Aposição da fotografia do ex-presidente MACÊDO MALTA

Desembargadores, magistrados e servidores lotaram a galeria de fotos dos ex-presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco para a solenidade de aposição da fotografia do ex-presidente José Antonio Macêdo Malta. Familiares, amigos e a imprensa também fizeram parte de um público empolgado, que aplaudiu o ex-presidente diversas vezes durante um discurso objetivo e direto. Um dos postos altos foi quando Malta reclamou da falta de uma desembargadora na galeria: "Mulheres já fazem parte da galeria de ex-presidentes em outros Tribunais", destacou.

É a terceira etapa de solenidades con-

secutivas após a minha aposentadoria. Por coincidência é a mais singela, porém, a mais significativa, porque me inclui na memória daqueles que integram esse Tribunal, e de forma honrosa, estando ao lado dos ex-presidentes", declarou Macêdo Malta. O ex-presidente nasceu em 15 de junho de 1937 e se tornou bacharel em direito e ciências sociais. Aos 25 anos, já ingressava como promotor no Ministério Público estadual e no ano seguinte começou a atuar como juiz de direito, cargo que ocupou por três décadas, até ser nomeado, em 1993, desembargador do TJPE. Sem se desligar do trabalho na magistratura, em 1964, Malta resolveu trans-

mitir seu conhecimento a estudantes e lecionou na Universidade Federal de Pernambuco e na Escola de Magistratura, dentre outras instituições.

Desde que optou por trilhar o caminho do Direito, o desembargador José Antonio Macêdo Malta se empenhou em construir uma carreira sólida e respeitada. "Sempre cordial, gentil, é um exemplo de pessoa pública que sabe receber a imprensa", afirmou o jornalista Alex de Souza Alencar. "Malta é a tradução de um homem que soube fazer história no direito pernambucano", endossa o presidente da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Flávio Chaves.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 146

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 11 de agosto de 2007

185 anos

Erica Farias

TJPE publica sua história em livro

Resgate da história e valorização dos aspectos que ajudaram na evolução do Poder Judiciário. Esses foram os principais motivos que levaram o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Fausto Freitas, a idealizar um livro comemorativo aos 185 anos da instituição. A publicação será lançada nesta segunda-feira, 13, às 16h, na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves, 1º andar do Palácio da Justiça (Tribunal Pleno).

A pesquisa e edição do livro foi coordenada pelo jornalista e professor de história Fernando Menezes - que se diz honrado com o convite e satisfeito com o resultado final. "A realização dessa obra é sem dúvida um fato mar-



A foto da capa é de autoria de Leandro Lima

cante. Apesar de ser documental, o livro possui linguagem simples e as fotos se destacam pela beleza", explica Menezes. Destaque para os fotógrafos do livro - Luciano Costa, Leandro Lima, Assis Lima e Marcos Costa

- que fazem parte da equipe da assessoria de comunicação do TJPE.

A distribuição do livro será gratuita e direcionada, como informa o assessor de comunicação social do Tribunal de Justiça, Angelo Castelo Branco. "A publicação vai ser distribuída para autoridades, visitantes ilustres do TJPE e para as bibliotecas das redes municipal e estadual de ensino." Para o assessor, o livro vai ser uma importante fonte de informações para estudiosos e pesquisadores. "A obra não se restringe apenas ao Palácio, mas amplia o foco para o chamado corredor da Justiça estadual, que engloba também o Fórum Paula Batista e o Fórum Tomás de Aquino". Vizinhas do órgão, a Capela Dourada e a igreja de São Francisco também estão presentes da obra.

Curso de capacitação é realizado em Garanhuns

Fabiana Constantino

Terminou na última quarta-feira, dia 8 de agosto, mais um curso de capacitação de orientadores do Programa de Liberdade Assistida, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Realizado no auditório do Fórum de Garanhuns, o evento teve duração de dois dias e foi ministrado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE. Trinta e seis alunos de Direito da Autarquia de Ensino

Superior de Garanhuns (Aesga) receberam capacitação para atuar como orientadores do programa.

No primeiro dia da capacitação foram realizadas palestras, debates e dinâmicas com o objetivo de expor os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e seu sistema de garantias do direito. O Programa de Liberdade Assistida em Garanhuns está sendo coordenado pela juíza da

Vara de Família e da Criança e do Adolescente, Karla Fabíola.

Na quarta-feira, o dia foi reservado para a aprendizagem na prática. Foram apresentados as atribuições do orientador, os instrumentos técnicos e os modelos de relatórios. A Aesga é uma das dez instituições conveniadas com o Programa de Liberdade Assistida, que já atende 381 adolescentes em Pernambuco.

Corregedoria Geral participa de encontro nacional

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco participou do Encontro Nacional do Colégio dos Corregedores Gerais de Justiça (ENCOGE), que começou na última quarta e se estendeu até a sexta-feira, dia 10 de agosto, em São Paulo. A abertura do evento foi no Palácio da Justiça e a comitiva pernambucana contou com a presença do corregedor geral de Pernambuco, desembargador Ozael Veloso e dos juízes corregedores auxiliares Nalva Cristina Campelo, Karina D' Almeida Lins

e Cláudio Jean Nogueira. Na programação, foram apresentadas palestras com temas pertinentes aos novos desafios do Judiciário do Brasil.

Dentre as conferências, Ozael Veloso destaca "Ética e o Juiz do século XXI", proferida pelo desembargador de São Paulo José Renato Nalini e "Institucionalização do Sistema Gerencial", com os juízes Hermanno Souza e Carlos Poletti, que são corregedores auxiliares do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXIV • Nº 145

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 10 de agosto de 2007

MAIORIDADE PENAL



Izabela Raposo

O júri simulado que debateu a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, confirmou a polêmica da

Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) - e realizado na última quarta-feira, no Fórum Rodolfo Aureliano - foi formado por sete representantes da sociedade civil que aprovaram a redução por quatro votos a três.

Já em pesquisa realizada com

Júri simulado *debate* redução

a audiência, que superlotou o auditório do fórum, a proposta de redução foi rejeitada. Em um "placar" apertado, com apenas nove votos de diferença, foram computados 157 votos NÃO contra 148 votos SIM. O júri simulado foi presidido pelo desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Pernambuco Nildo Nery. Estatísticas sobre o tema, aspectos sócio-econômicos, jurídicos e psicológicos foram abordados.

O desembargador estadual Luiz Carlos Figueiredo, a procuradora Zulene Noberto, o desembargador federal Francisco de

Queiroz Cavalcanti e o professor criminalista Nilzardo Carneiro Leão tiveram participação de destaque no júri. Representantes da Academia Pernambucana de Letras, da Associação Comercial de Pernambuco, da Associação Pernambucana de Supermercados (APES), da Federação das Associações Comerciais do Estado de Pernambuco (FACEP), da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), da Sociedade dos Cirurgiões Dentistas de Pernambuco (ABOPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) também estiveram presentes.

ESMAPE *convida*

A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO - ESMAPE, EM COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS, TEM A HONRA DE CONVIDAR PARA O LANÇAMENTO DAS OBRAS

MANUAL DE DECISÕES JUDICIAIS CRIMINAIS
MANUAL DE DECISÕES JUDICIAIS CÍVEIS

QUE OCORRERÁ NO HALL DO AUDITÓRIO DO
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO, NO PRÓXIMO DIA 10 DO CORRENTE MÊS, ÀS 17 HORAS.

NA OPORTUNIDADE, OS MAGISTRADOS PRESENTES RECEBERÃO UM EXEMPLAR DE CADA OBRA AUTOGRAFADO PELOS AUTORES.

DRH *promove* curso de organização de arquivos

Cristina Pereira

Um curso de Organização de Arquivos Administrativos será promovido nos dias 20, 22, 27 e 29 deste mês, pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TIJE). As aulas serão ministradas na sala da corregedoria, no 6º andar do Fórum

Thomaz de Aquino.

O curso disponibiliza apenas 20 vagas e tem como objetivo desenvolver o conhecimento dos funcionários do TIJE na área de manutenção e organização dos documentos utilizados no dia-a-dia. A capacitação pode ser feita por servidores da área administrativa e judiciária e possui carga horária de 16 horas, que vão das 8h às 12h.

As inscrições foram abertas ontem, dia 9, e estão sendo feitas através da Intranet, na seção "Especiais", link "Capacitação", até o dia 16 ou quando as vagas forem totalmente preenchidas.

Mais informações através dos telefones (81) 3419.3534 ou 3419.3415 - Seção de Desenvolvimento Pessoal (Sedep), no horário das 11h30 às 17h30.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 144

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 9 de agosto de 2007

OK
PERNAMBUCO
Poder Judiciário
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROGRAMAÇÃO

- 09h *Missa em Ação de Graças - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco*
- 10h *Aposição da fotografia do ex-presidente Des. José Antônio Macêdo Malta - Galeria dos Presidentes do TJPE
1º andar do Palácio da Justiça*
- 11h *Solennidade da Entrega da Medalha Comemorativa dos 185 anos - Salão do Pleno desta Corte*
- 16h *Palestra da presidente do STF, ministra Ellen Gracie, e sessão solene no salão do Tribunal Pleno
Entrega da Medalha do Mérito Judiciário "Desembargador Joaquim Nunes Machado"
Lançamento do Livro do TJPE
Lançamento do Selo Comemorativo pelos Correios
(Local: Sala do Pleno desta Corte)*



OK

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

TEUC
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 143 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quarta-feira, 8 de agosto de 2007



CEJ LANÇA CD COM ACÓRDÃOS DO TJPE

CÉLIA ARAGÃO

Entre os anos de 2000 e 2006, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julgou mais de 79 mil processos. Com o objetivo de disponibilizar a jurisprudência do Tribunal a magistrados de todo o estado, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) lançou o CD-ROM Acórdãos e Decisões Terminativas do TJPE. O material é uma compilação de todas as decisões da 2ª instância da Justiça pernambu-

cana nos últimos seis anos. A entrega do CD aos desembargadores do TJPE ocorreu na última sexta-feira, dia 3, na sessão do Pleno. "O CD-ROM irá contribuir, de forma efetiva, como fonte de pesquisa e auxiliará os magistrados a proferirem suas sentenças de forma rápida e eficiente", ressaltou o diretor do CEJ, desembargador Frederico Neves. Além dos julgamentos, o CD já vem com uma ferramenta de busca: através da digitação de palavras-chaves é possível encontrar os julgamentos de forma mais

eficaz. O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, destacou que "a medida vem de encontro com a preocupação do Judiciário em fornecer aos pernambucanos uma prestação jurisdicional cada vez mais ágil". Além dos desembargadores, todos os juízes do estado receberam o CD-ROM dos julgamentos gratuitamente. A entrega para os magistrados será feita na data de inauguração da nova sede do CEJ, dia 24, no 4º andar do Fórum Rodolfo Aureliano, às 17h.

DRH informa

A Diretoria de Recursos Humanos avisa que não é necessário anexar currículo para participar da seleção, via Intranet, de curso de pós-graduação lato sensu MBA-Executivo em Gestão e Liderança (TJPE/UFPE). De acordo com o item IV.1 do edital de seleção, é necessário preencher apenas os dados requeridos na ficha de inscrição, disponibilizada no site www.tjpe.gov.br, já que apenas essas informações serão avaliadas na análise curricular. As inscrições são aceitas até o dia 10, próxima sexta-feira, e os interessados também podem fazê-las, presencialmente, no 3º andar do Edifício Paula Baptista, Recife, no horário das 13h às 16h; ou ainda via correspondência. Outras informações no telefone 3419-3534 (Divisão de Desenvolvimento Pessoal da Diretoria de Recursos Humanos do TJPE).

ESMAPE

Violência doméstica contra criança e adolescente

MANUELA VERAS

Para iniciar o ciclo de conferências que faz parte da comemoração do seu 20º aniversário, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) escolheu um assunto, ainda hoje, cercado de tabus e preconceitos. Violência doméstica contra crianças e adolescentes foi o tema da palestra da senadora cearense Patrícia Saboya, que sensibilizou os participantes do evento ao tratar de um problema delicado e difícil de ser detectado e resolvido. O ciclo de conferências da Esmape, que está acontecendo no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, começa nesta segunda e vai até sexta-feira, com entrada franca. Abuso, exploração e turismo sexual foram alguns dos assuntos comentados pela parlamentar, para quem a res-

olução desses problemas depende, não só de políticas públicas ousadas, como também do sentimento de indignação de todos. Ao lado de Saboya, debateram a juíza Maria Thereza Machado, responsável pelo Juizado da Mulher e o juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude, Humberto Vasconcelos. "Cerca de 52% dos crimes cometidos no Recife contra crianças e adolescentes são de natureza sexual", informou o magistrado. "A criança é o pai do homem", refletiu o diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo, citando o fundador da Psicanálise, Sigmund Freud. "Essas crianças abusadas, negligenciadas e oprimidas fazem do futuro da geração um cenário trágico, que só tende a se perpetuar", concluiu. Também participaram da mesa o



Para Patrícia Saboya, falta consistir nas políticas públicas do país

presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas e a desembargadora Alderita Ramos, que presidiu a palestra e os debates. Ao final do evento, os participantes receberam um certificado válido como atividade complementar de 5 horas/aula. Após a conferência, houve um coquetel de lançamento do livro Enunciados de 01 a 70 do Fórum Per-

manente dos Juizes das Varas Cíveis do Estado de Pernambuco. **REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.** Um júri simulado vai julgar hoje a redução da maioridade penal no Brasil de 18 para 16. O evento também faz parte da programação comemorativa ao aniversário da Esmape e terá início às 14h30 no auditório do Rodolfo Aureliano. O júri simulado será presidido pelo desembargador aposentado do TJPE Nildo Nery. Na defesa da redução, debaterão a procuradora de Justiça Zulene Noberto e o desembargador federal Francisco de Queiroz Cavalcanti e, no lado oposto, o desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo e o professor Nilzardo Carneiro Leão.



CENTRAIS E CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

A Nova Justiça



MANUELA VERAS

Conflitos referentes a direitos patrimoniais disponíveis - como partilhas e relações contratuais - poderão ser resolvidos em, no máximo, seis meses. A promessa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) será cumprida em outubro, através da instalação das Centrais e Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCCMA) em oito comarcas do Estado. Além da rapidez na solução de litígios, as novas unidades prometem economia e satisfação para as partes e, ainda, a diminuição do acúmulo processual nas varas cíveis.

"O Tribunal diagnosticou um problema ao qual não quis se adaptar. Pelo contrário, a postura do presidente, desembargador Fausto Freitas é bastante ativa e inteligente, pois ele resolveu transformar a realidade com os poucos recursos materiais que possuía", constata o coordenador geral das Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem, desembargador Leopoldo Raposo. O magistrado assumiu o cargo no último dia 20 de julho e irá cumprir um mandato de dois anos.

As primeiras comarcas a serem contempladas com Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem são Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Caruaru, Garanhuns e Petrolina. Já a instalação das

câmaras será possível com a assinatura de convênios a serem feitos entre o Tribunal e entidades privadas. Vinculadas às unidades jurisdicionais em que se encontram, as centrais e câmaras serão coordenadas, cada uma, por um juiz. Elas terão sua autonomia física e de pessoal, dispoem de uma secretaria própria.

Diferente do que sugere, a instalação das novas unidades é um projeto econômico para o Tribunal. Não será necessária a compra de imóveis para acomodar as CCCMA, pois elas serão abrigadas nos fóruns das cidades - exceto quando forem alocadas em lugares cedidos por outras entidades a partir de convênios. Além disso, grande parte dos trabalhos será realizada por

voluntários e as funções gratificadas necessárias ao funcionamento das centrais e câmaras já foram criadas pela Lei Estadual nº 13.170, de dezembro de 2006.

As centrais e câmaras também serão econômicas para seus usuários, pois não haverá custos processuais e a contratação de advogados será optativa. A agilidade é outro fator que vai contribuir para a procura das CCCMA, que deverão solucionar cada conflito em até seis meses, prazo máximo para a prolação da sentença arbitral, de acordo com a Lei Federal nº 9.307/1996. Além dessas vantagens, as partes terão a conveniência de dirimir seu conflito de uma maneira pacífica e definitiva, alcançada através do diálogo e do consenso, e não da imposição.

Movimento - As Centrais e Câmaras correspondem à Recomendação nº 8 do Conselho Nacional de Justiça, na qual o órgão sugere que os tribunais executem ações em prol do Movimento pela Conciliação. "Será um benefício inculir no Estado a cultura da arbitragem, que possui uma das leis mais modernas do Brasil", afirma Leopoldo Raposo.

As unidades foram criadas pela Resolução nº 222, elaborada pela Assessoria Especial da Presidência do TJPE e aprovada na sessão do Pleno de 4 de julho. As Centrais e Câmaras também estão previstas no projeto do novo Código de Organização Judiciária de Pernambuco, que deve ser aprovado ainda neste mês pelo Poder Legislativo estadual.

LIBERDADE ASSISTIDA

ORIENTADORES RECEBEM CAPACITAÇÃO

FABIANA CRISTANTINO

Dando continuidade ao processo de capacitação dos orientadores do programa Liberdade Assistida, 25 novos integrantes participaram de um curso realizado na primeira semana de agosto. Ministrado pela equipe da Coordenadoria da Infância e Juventude e com

duração de três dias, o curso foi realizado no auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente. O último dia da capacitação foi reservado para visita à Gerência de Proteção à Criança e ao Adolescente (GPCA), o Ministério Público e as varas da infância.

Os novos orientadores são alunos de direito da faculdade Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino

(Sopece). A faculdade é a décima instituição conveniada com o programa liberdade assistida. Na palestra inicial, o coordenador da Infância e Juventude, juiz Humberto Vasconcelos, discursou sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sua contextualização histórica, concepções e desafios. "É preciso acolher, incluir os jovens infratores na

sociedade, dando a eles a oportunidade de reinserção", afirmou. Com a capacitação dos novos orientadores, o número de jovens assistidos pelo programa chega a 345 no Recife.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 141

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 4 de agosto de 2007

TJPE comemora 185 anos

Presidente do STF, ministra **Ellen Gracie**, é a convidada especial

ÂNGELO CASTELO BRANCO

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, virá ao Recife, no próximo dia 13, para participar da solenidade comemorativa dos 185 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A ministra - atendendo um convite formulado pelo presidente da instituição, desembargador Fausto Freitas - irá compor a mesa de honra na Sala de Sessões do Pleno do TJPE, às 16 horas. Na oportunidade serão lançados um livro especialmente editado sobre a história do Poder

Judiciário pernambucano e um selo comemorativo dos Correios.

A programação alusiva aos 185 anos do TJPE começa às 9 horas, com uma missa de ação de graças na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, na rua do Imperador Pedro II. As autoridades e convidados do TJPE vão participar, às 10 horas, da exposição da fotografia oficial do ex-presidente do Tribunal, desembargador José Antonio Macêdo Malta, na galeria dos ex-presidentes, no primeiro andar do Palácio da Justiça. Em seguida, será descerrada a placa de aniversário do TJPE, na Sala

de Sessões Desembargador Nelson Santiago Reis.

A entrega da medalha comemorativa dos 185 anos acontece às 11 horas. A medalha é uma homenagem a personalidades especialmente destacadas pela instituição e que atuaram em diversos segmentos profissionais na comunidade pernambucana. O grande final acontece às 16 horas - uma sessão solene para a qual, além da presidente do STF, ministra Ellen Gracie, deve comparecer as mais importantes autoridades do Estado e de outras regiões do país.



Da ilusão do controle à construção de uma rede de convivência

ANA SANTORO

(Jornal: Comunicação)

"Ninguém melhor do que você para tomar conta daquilo que é seu", diz Valéria Pragana, diretora de Recursos Humanos, a propósito do formulário de Atualização On-Line de Dados disponibilizado na intranet desde a semana passada. Até o próximo dia 31 de agosto, todos os magistrados e servidores deverão acessar o formulário e atualizar o seu perfil, corrigindo os dados errados, incompletos ou desatualizados que constarem de seus assentamentos funcionais. Depois de 31 de agosto o formulário continuará disponível para que todos possam registrar as mudanças que forem acontecendo.

Segundo Valéria, o que a Diretoria de Recursos Humanos está propondo é o

estabelecimento de uma rede de convivência com magistrados e servidores. É importante manter a DRH atualizada sobre mudanças de endereço, de e-mail e de telefones para que cada um seja contactado e informado sobre questões de seu interesse. Valéria observa que os recadastramentos realizados anteriormente refletiam uma posição arcaica baseada na ilusão de controle dos da-

dos pela instituição. "Agora a DRH está validando o fato de você ser dono dos seus dados", diz. "Isso estava em mãos da DRH, era digitado pelas pessoas da DRH, mas a gente acha que isso não é nosso não, isso é de cada pessoa. E ninguém melhor do que cada pessoa para conferir".

Além de informações do cadastro pessoal, o formulário de Atualização On-Line de Dados abrange questões relativas a cursos realizados, atividades de responsabilidade social, lazer, religião, artes e esportes. Valéria diz que o objetivo é conhecer melhor o público da DRH para, a partir daí, desenvolver cursos e ações que tenham a ver com seus interesses. E oferecer um aten-

dimento personalizado. "Se eu não sei isso, eu vou lidar indiferentemente com as pessoas - você tem um universo e lida com todos de maneira igual. Mas quando você passa a se interessar pela pessoa, quer conhecer melhor para atender melhor", explica.

No que diz respeito às qualificações informadas, cada um só precisa apresentar os diplomas e certificados dos cursos relativos ao cargo que ocupa no Tribunal - isso no caso desses documentos ainda não terem sido apresentados. Os demais cursos devem ser apenas informados. A comprovação só será solicitada quando eventualmente a pessoa for requisitada em virtude daquela qualificação. A ideia é evitar o acúmulo de papel e economizar espaço.

Para preencher o formulário de Atualização On-Line de Dados, acesse a intranet do Tribunal e clique no link, que fica na seção Especiais, logo abaixo do Quadro de Avisos.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 140

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 3 de agosto de 2007

ESMAPE abre semestre e anuncia programação de aniversário



A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) iniciou o 2º semestre deste ano com a realização da aula inaugural do curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas. O público de mais de 100 pessoas que estava presente na solenidade, que aconteceu na última quarta-feira, assistiram à palestra "Símbolo Vinculante: Quebra da Lei", ministrada pelo professor doutor da Universidade de São Paulo (USP), José Rogério Tucci. Na plateia destaque para os 65 bacharéis

de Direito que iniciaram seu aprendizado na ocasião.

O evento foi aberto pelo diretor da Esmape, Jones Figueiredo: "Quero desejar boas vindas, principalmente, aos 'novos magistrados' e destacar a importância da missão jurisdicional e social do juiz no Brasil de hoje". Também compuseram a mesa de honra do evento, o coordenador do curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas, juiz Sérgio Paulo Ribeiro, e os desembargadores aposentados Magui Lins e Mário Mele.

Em seguida, os estudantes conheceram as novas instalações da Biblioteca Desembargador José Antônio de Souza Ferraz, localizada no andar térreo da escola. Na solenidade, foram distribuídos aos três primeiros colocados na prova de seleção para o curso exemplares da Revista da Esmape - Vol. 12, Tomos I e II - reunindo artigos de juristas e professores da entidade. Arthur Novaes Bezerra Cavalcanti, Fernando da Costa Barros e Maurício Nunes Marques foram os primeiros colocados.

PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO

Na abertura da aula inaugural, Jones Figueiredo anunciou o evento que irá comemorar os 20 anos da Esmape já na próxima semana. No auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, das 14h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, serão promovidas palestras com temas atuais, além de um inesquecível júri simulado que irá reunir defensores e opositores à redução da maioridade penal, na quarta-feira, dia 8. Além das palestras serão lançados livros inéditos e DVDs produzidos pela Esmape. Confira a agenda a seguir e programe-se:

Segunda-feira:

Senadora Patrícia Sabóya

Tema: Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes

Presidente: Des. Jovaldo Nunes (TJPE)

Debate: Juizes Tereza Machado e Humberto Vasconcelos

Lançamento: Livro dos Enunciados

Terça-feira:

Ministro Gilson Dipp

Tema: Organizações Criminosas e Políticas Públicas para seu Enfrentamento

Presidente: Des. Helena Cailla (TJPE)

Debate: Des. Marco Maggi (TJPE), juíza estadual Blanche Maymone e procurador regional da República Wellington Saraiva (MPF)

Entrega do Prêmio de Monografia

Quarta-feira:

Júri simulado - Réu: Redação da Maioridade Penal

Presidente do Júri: Des. Nildo Nery

Debate: Des. Francisco de Queiroz Cavalcanti (TRF-5ª Região)

Debate: Des. Luiz Carlos Figueiredo (TJPE) e Prof. Nílzardo Carneiro Leão

Quinta-feira:

Des. Carlos Roberto Gonçalves (BA) e Prof. José Fernando Simão (SP)

Tema: Responsabilidade Civil: Questões Atuais

Presidente: Des. José Fernandes de Lemos (TJPE)

Debate: Des. José Américo Pereira de Lira e Virgínio Marques Carneiro Leão

Lançamento: Coleção DVDs Esmape

Sexta-feira:

Juiz estadual Pablo Stolzer (BA) e juiz Rodolfo Pamplona (TRT-BA)

Tema: Direito da Personalidade no Novo Código Civil

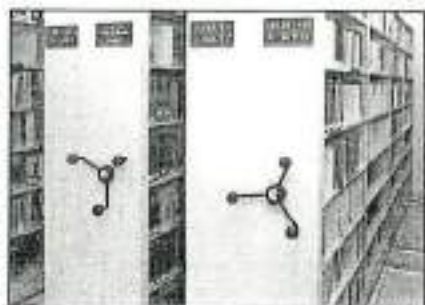
Presidente: Des. Jones Figueiredo Alves (TJPE)

Debate: Professores Mário Delgado e Ronnie Preuss

Lançamento: Modelos de Despachos e Decisões Cíveis e Modelos de Despachos e Decisões Criminais

BIBLIOTECA DA ESMAPE AUMENTA ACERVO E ATENDIMENTOS

Atualmente com 3.381 títulos, 4.918 exemplares e 15.007 artigos de periódicos catalogados, a biblioteca da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco almeja aprimorar mais seus serviços em prol de alunos, professores, magistrados e visitantes. Para isso, a atual gestão da Esmape investiu cerca de 75 mil reais, inclusive, com a aquisição recente de 364 exemplares de mais 190 obras jurídicas.





TV JUSTIÇA agora em canal aberto

Ângelo Castelo Branco

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Grace, vai inaugurar o sinal aberto da TV Justiça no próximo dia 15. O lançamento será feito durante uma das solenidades de comemoração ao "Bicentenário do Judiciário Independente do Brasil 1808-2008". Com a iniciativa, a programação da TV Justiça - que vem sendo transmitida através de canais pagos - passa a ser acessível através do canal 53 para todo o país, bastando que o telespectador adquira uma antena UHF (custa, em média, R\$ 30).

Em ofício ao Poder Judiciário de

Pernambuco, a ministra Ellen Grace comunicou que o STF está encaminhando ao TJPE um receptor de satélite digital com antena parabólica. A aparelhagem vai possibilitar a captação direta da programação da TV Justiça e da Rádio Justiça, com capacidade para redistribuir os sinais na rede de TV interna do Tribunal.

No documento, a presidente do STF ressalta que a utilização coordenada da nova ferramenta permitirá a produção de programas de educação continuada à distância. A magistrada ainda sugeriu que o TJPE envie sugestões de conteúdo.

TJPE investe em qualificação profissional



TJPE vai disponibilizar 35 vagas para o curso de Pós-Graduação lato sensu MBA Executivo em Gestão e Liderança

CELINA ARRÃO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está disponibilizando 35 vagas para o curso de Pós-Graduação lato sensu MBA Executivo em Gestão e Liderança, ministrado pela Universidade Federal

de Pernambuco (UFPE). Servidores efetivos e magistrados vitaliciados podem fazer suas inscrições apenas na próxima semana, entre os dias 9 e 10 de agosto, no auditório da Comissão Permanente de Licitação (3º andar do Paula Baptista), no horário das 13h às 16h, ou via correspondência, ou através da Intranet do TJPE.

SAIBA MAIS

Canal de televisão público e sem fins lucrativos, a TV Justiça é coordenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ela é um espaço de comunicação e aproximação entre os cidadãos e o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia.

A proposta do canal é possibilitar que o público acompanhe o dia-a-dia do Judiciário, ensinando as pessoas a defenderem seus direitos. A TV Justiça trabalha na perspectiva de

informar, esclarecer e ampliar o acesso à Justiça, buscando tornar transparentes suas ações e decisões.

Os programas têm caráter didático e empregam uma linguagem clara, ágil, confiável e contextualizada. Por meio da transmissão de julgamentos, debates, seminários e conferências, a TV Justiça enfrenta o desafio de traduzir a linguagem especializada do Direito para o público leigo, relacionando fatos e notícias com o cotidiano.

Fonte: site da TV Justiça

O curso de pós-graduação, que terá a duração aproximada de 11 meses, abordará aspectos comportamentais de gestão, administração contemporânea, modernidade organizacional, estratégias em organizações contemporâneas, entre outros. As aulas começam no dia 18 de setembro e serão realizadas todas as terças e quintas-feiras, das 8h às 12h.

A seleção, feita pela UFPE, será realizada através de análise

curricular e entrevista presencial. O resultado da análise dos currículos estará disponível na Intranet do Poder Judiciário estadual no dia 24 de agosto. A partir dessa data, os classificados passarão por uma entrevista. O resultado final será divulgado no dia 6 de setembro também na Intranet.

Para mais informações, ligar para a Seção de Desenvolvimento de Pessoal do TJPE, através do telefone 3419-3534.



Diário Oficial



Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

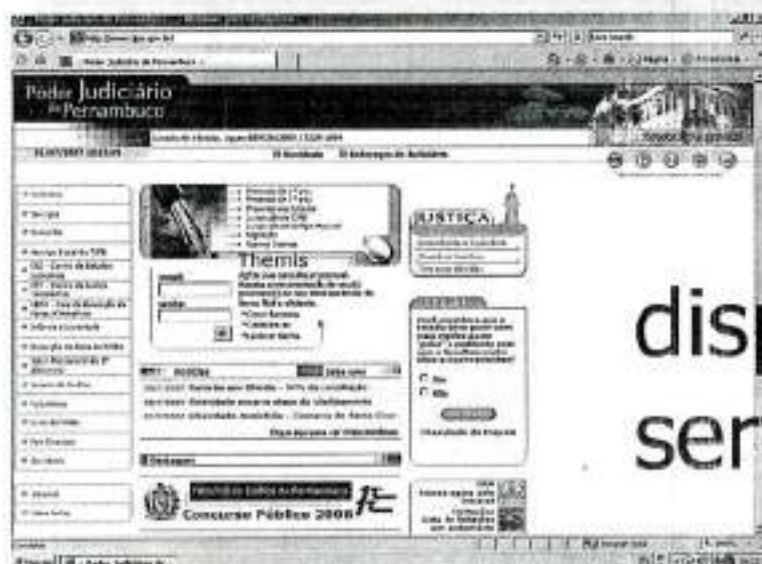
Ano LXXXIV • Nº 138

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quarta-feira, 1º de agosto de 2007

INTERNET

Colégios Recursais disponibilizam serviços na **REDE**



CELINA ARAGÃO

A partir de hoje, 1º de agosto, a página eletrônica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), disponibiliza aos seus usuários um espaço próprio para os Colégios Recursais de todo o Estado. Através de um link específico, o interessado em obter informações poderá ter acesso ao regimento interno, composição, localização e horários de funcionamento dos Colégios Recursais cíveis e criminais.

A novidade, idealizada pelo presidente do Colégio Recursal Cível da Capital, juiz Sérgio Paulo Ribeiro da Silva, visa manter um contato entre Judiciário e a sociedade de maneira mais direta, além de informar o usuário sobre a jurisprudência e a legislação dos Colégios. "Antes, os dados sobre os Colégios Recursais na página do TJPE estavam inseridos no link dos Juizados Especiais. Agora, com um espaço específico, elas ganham mais visibilidade e disponibilizam mais dados", ressaltou o magistrado.

Na página eletrônica, é possível ainda emitir os Documentos das Arrecadações Judiciais (Darjs) e fazer os cálculos dos depósitos referentes às taxas recursais. "É um serviço tecnicamente concebido para que o próprio usuário possa calcular o valor do depósito necessário para se recorrer de uma sentença", explicou o juiz Sérgio Paulo Ribeiro da Silva. A página, embora voltada exclusivamente para as atividades dos Colégios Recursais, também mantém um link no qual o usuário pode entrar em contato com as secretarias dos

Colégios e, se assim desejar, fazer solicitações e enviar sugestões e críticas.

A viabilização da nova página foi possível através de um trabalho conjunto do Colégio Recursal e da Diretoria de Informática. Cláudia Sanzochi, integrante da Seção de Suporte à Informática é a responsável pela execução do projeto. "Durante quase dois meses, trabalhamos na criação do link dos Colégios Recursais, visando um espaço com informações práticas num layout interativo", observou Cláudia.

INSTITUTO promove **13º Seminário Internacional**

O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) realiza, entre os próximos dias 8 e 11 de outubro, no Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo, o seu 13º Seminário Internacional. O evento irá reunir cerca de 800 profissionais da área de Ciências Criminais para

difundir conhecimentos e proporcionar atualização em Direito Penal e Processual Penal à comunidade jurídica. Os palestrantes pernambucanos Cláudio Brandão e Wellington Cabral Saraiva já confirmaram suas presenças no seminário. No encontro, serão debatidos temas como Ética e Justi-

ça na Vida Social, a Lei Maria da Penha, a nova Lei de Drogas e a Reforma do Judiciário.

As inscrições apresentam preços variados que vão de R\$ 280 a 650 reais e podem ser feitas no site, www.ibccrim.org.br.

Mais informações através do telefone, (11) 31-054607.





OK

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 137

Poder Judiciário Estadual - Seção -

Recife, terça-feira, 31 de julho de 2007

Solenidade encerra etapa do vitaliciamento

CICILIA PEREIRA

Mais uma turma de juízes encerrou seu curso de vitaliciamento no último dia 27. A solenidade de conclusão aconteceu na sala do 1º Tribunal do Júri do Fórum Thomas de Aquino e teve a participação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, do Corregedor Geral, Ozael Veloso, e do diretor da Esmape, des. Jones Figueiredo.

O vitaliciamento durou dois anos e teve como finalidades disciplinar a promoção de cursos e aperfeiçoar juízes em estágio probatório. As aulas foram ministradas na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) para um grupo de 34 magistrados.

O Presidente Fausto Freitas

falou para os novos juízes sobre a qualidade e o conceito que a magistratura tem perante a sociedade. Também lembrou a autoridade que um juiz exerce, principalmente, em uma comarca interiorana. Segundo o desembargador, um juiz deve cada vez mais se integrar a população que procura a justiça para resolução de conflitos.

"O magistrado é um agente social. Ele não só deve mediar conflitos, como também, ter boa produtividade, honestidade, paciência e não se isolar da sociedade. Vamos tentar dar as melhores condições de trabalho, pois estamos investindo em recursos humanos e obras físicas. Sejam brilhantes na profissão que escolheram e vamos trabalhar também, pela unidade do judiciário", concluiu.

O Corregedor Geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ozael Veloso parabenizou toda equipe responsável pela realização do curso e também deu as boas vindas aos novos magistrados. "Cabe a nova geração de juízes, primar à lei. Desejo aos novos juízes um exercício pleno da judicatura, para que sejam úteis à sociedade", afirmou.

O diretor da Esmape, desembargador Jones Figueiredo lembrou a competência dos cursos oferecidos pela escola e falou sobre a importância do trabalho de um juiz. "A Esmape

pe hoje está muito mais buscando um trabalho de justiça participativa e integrada a um pensamento crítico novo. O juiz serve como instrumento de transformação. Nele a instituição se aperfeiçoa. Por isso, um novo judiciário está incrementado no trabalho de vocês".

Também participaram da solenidade de encerramento, os desembargadores Leopoldo

Raposo, Eduardo Paiva Perez, Fausto Campos; além dos juízes Virgínio Carneiro Leão, Karina Pinheiro, Edaardo Guillard e João Maurício Alcoforado. A juíza Nalva Cristina Campello - coordenadora do curso - e os juízes Jorge Quadros, Humberto Inojosa e Honório Rego Filho foram palestrantes e representaram o corpo docente do curso na ocasião.



Durante o mutirão 120 audiências foram realizadas

Mutirão em Olinda

84% de conciliação

CELINA ARRABÃO

Na última quinta-feira, dia 26, a nona vara de Assistência Judiciária promoveu um mutirão no qual foram realizadas 120 audiências. Através de cinco mesas conciliatórias, o número de processos solucionados chegou a 84%. Investigações de paternidade e regulamentação de visita foram alguns dos processos apre-

ciados, que versaram principalmente sobre Direito de Família. Casos de separações e divórcios consensuais também foram julgados no mutirão, pois necessitam apenas de testemunhas e advogado, ou defensores públicos.

Organizado pelas juízas Célia Moraes (titular da 7ª Vara Cível) e Marlene Marques (titular da 9ª Vara

Cível), o mutirão teve o objetivo de agilizar o serviço jurisdicional e contou com a participação de dois promotores, Defensoria Pública, servidores, estagiários e voluntários do curso de Direito. A estrutura do evento foi montada na 9ª Vara de Assistência Judiciária, localizada no Fórum Provisório de Olinda.

TJPE convoca *aprovados* em *concurso*

Sérgio M. Farias

N a próxima semana, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai iniciar a convocação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em maio passado. O ato deverá ser publicado no Diário Oficial entre os dias 3 e 8 de agosto.

Segundo a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), inicialmente serão preenchidas todas 366 vagas disponibilizadas no edital do concurso para a Área Fun. Serão 207 Técnicos Judiciários PJ-III, 62 Analistas Judiciários PJ-IV, 13 Psicólogos (PJ-IV), 13 Assistentes Sociais (PJ-IV) e 71 Oficiais de Justiça PJ-IV.

Das 366 vagas, 21 são reservadas a portadores de deficiência

física. Neste caso, os convocados serão submetidos a uma perícia médica coordenada pela Fundação Carlos Chagas.

Segundo a chefe de Seção de Seleção de Pessoal, Dione Oliveira, ainda não há data definida para nomeação dos 91 cargos de atividade meio - áreas de Informática e Saúde. Com esses cargos, completam-se as 457 vagas previstas em edital para preenchimento efetivo.

PROCEDIMENTOS

A DRH prevê um prazo de 30 dias para convocação, nomeação e posse dos novos servidores, a contar da publicação do edital de convocação no Diário Oficial, prevista para a próxima semana. A Seção de Seleção de Pessoal

enviará aos concursados um telegrama indicando passo a passo os procedimentos para o cadastramento on-line, através do site do TJPE, e entrega de documentação.

CONFIRA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1- Acessar o site do TJPE (www.tjpe.gov.br) e preencher os dados no link Cadastro dos Nomeados;
- 2- Imprimir todos os formulários após preenchimento;
- 3- Comparecer com os resultados dos exames realizados e formulário de Exame Prévio de Saúde e Capacidade Física à Divisão Médica - IRH, na rua Henrique Dias, s/n, Derby, no dia e horário informados em telegrama;
- 4 - Comparecer para entrega de



formulários especificados acima e documentação comprobatória, no prédio da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco - ESMAPE - 2º andar, sala 04, na rua do Imperador D. Pedro II, nº 221, Santo Antônio, Recife, Pernambuco, no dia e horário informados em telegrama.

Informações:

3419.3443 - 3419.3494 - 3419.3544 e 3419.3546.

LIBERDADE ASSISTIDA

Comarca de Santa Cruz realiza primeira reunião conjunta

A Comarca de Santa Cruz do Capibaribe realiza na próxima terça-feira, dia 31 de julho, a primeira reunião conjunta de avaliação e progressão de medida dentro do programa de Liberdade Assistida. Membros do Conselho Tutelar, do Conselho de Direito, dirigentes da Fundac - Caruaru, Polícia Civil e Militar, profissionais de assistência social e representantes das Igrejas Evangélica e Católica. Os adolescentes submetidos às medidas sócio-educativa de internação e liber-

dade assistida e seus familiares também vão participar do encontro organizado pelo juiz Valdecy Gusmão.

Na ocasião será avaliado o desenvolvimento das medidas aplicadas, trazendo para os adolescentes e familiares um sentido de responsabilidade com relação às suas situações. "Acredito que essa reunião é relevante, além de ser um diferenciador na maneira de desenvolver os trabalhos do Juízo da Infância e Juventude" avalia o juiz.

ESMAPE CONVIDA

O Diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, desembargador Jones Figueiredo Alves, convida para:

1. Aula Inaugural do Curso de Preparação à Magistratura, com o tema "Súmula Vinculante: Quebra do Paradigma da Lei", a ser proferida pelo Professor Doutor José Rogério Cruz e Tucci.

2. Lançamento da Revista *Esmape*, vol.12, nº 25

3. Inauguração das novas instalações da Biblioteca des. José Antonio de Souza Ferraz

Data: 01 de agosto de 2007

Local: Auditório da ACMEPE (Fórum Paula Baptista)

Hora: 19 horas





Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 135

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 27 de julho de 2007

Corregedoria *efetiva* BANCO DE DADOS

ROSA MENDONÇA

INFÂNCIA e JUVENTUDE



INFOADOTE

O preenchimento e atualização dos formulários instituídos com as Instruções Normativas de nº 01 e 02, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, será feito por meio eletrônico, através do Sistema de Informação de Registro e Acompanhamento de Adoções Nacionais e Internacionais - Infoadote (www.infoadote.pe.gov.br). As Comarcas sem internet devem enviar os relatórios através dos Correios, com aviso de recebimento, para a Coordenadoria da Infância e Juventude, Avenida Martins de Barros nº 593, 2º andar - Santo Antônio - Recife - CEP 50.010-930.

O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) acaba de regulamentar duas novas orientações para efetivar um banco de dados sobre adoção e prática de atos infracionais em crianças e adolescentes. As Instruções Normativas de nº 01 e 02, editadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco (CGJ-PE), em 17 de julho de 2007, foram publicadas no Diário Oficial do Estado na última quarta-feira.

Através da Instrução nº 01/2007, os juízos da Infância e Juventude de todo o Estado de Pernambuco, a partir de 1º de setembro de 2007, deverão encaminhar mensalmente à Coordenadoria da

Infância e Juventude, por meio magnético, os relatórios "Cadastro de Pretendente", "Cadastro Criança Adolescente" e "Cadastro de Abrigo". Através desses relatórios, o Poder Judiciário vai ter conhecimento de todos os abrigos em funcionamento no Estado, terá como identificar todas as

estejam abrigadas sem o conhecimento da Justiça, permitindo que futuramente venham a ser adotadas. Será, ainda, a oportunidade para a criação de um banco de dados único, em todo o Estado de Pernambuco - relativo às crianças disponíveis e os seus pretendentes - racionalizando e

permitirá um acompanhamento constante da tramitação dos feitos, evitando sua morosidade e dando cumprimento à norma constitucional que concede prioridade absoluta à efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. "Os dados coletados permitirão, acima de tudo, o conhecimento efetivo da realidade pertinente às crianças abrigadas e adolescentes infratores, municiando, em consequência, a Administração Pública de elementos que permitam a construção de políticas públicas mais adequadas às reais necessidades", finaliza o Corregedor Geral da Justiça estadual, desembargador Ozael Velozo.

O Judiciário quer maior controle para todos os abrigos em funcionamento no Estado. A identificação de todas as crianças e adolescentes abrigados e informações sobre os pretendentes à adoção é o principal objetivo.

crianças e adolescentes abrigados, além de reunir informações sobre os pretendentes à adoção.

Com esses dados, espera-se regularizar a situação de crianças que eventualmente

agilizando os pedidos de adoção. Já a Instrução Normativa nº 02/2007 tem o objetivo de fazer o cadastramento dos adolescentes que cometeram ato infracional - incluindo os respectivos processos - o que

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 134

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, quinta-feira, 26 de julho de 2007

Posse no Salão do Pleno

Fausto Campos é o 39º desembargador do TJPE



Representantes da Justiça pernambucana, familiares e amigos do empossado lotaram o Salão do Pleno do TJPE



MANUELA VERAS

Fausto Campos, o novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), tomou posse na última terça-feira, dia 24. A Sessão Solene do Pleno do TJPE lotou o Salão Desembargador Antônio de Brito Alves e foi prestigiada por representantes dos três Poderes e da Imprensa pernambucana. O magistrado, promovido por unanimidade pelo critério de antiguidade, ocupa agora a vaga deixada pela aposentadoria do desembargador Antônio Macêdo Malta, ocorrida em junho deste ano.

O presidente do Tri-

bunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, fez um discurso de saudação ao novo desembargador, a quem se referiu como "uma pessoa de visão ética e de elevados conhecimentos jurídicos que pastam a sua conduta de magistrado". Campos ainda foi saudado por seu amigo e colega de concurso, desembargador Frederico Neves, que ressaltou a humildade e a temperança do empossado.

Ao alcançar o mais alto cargo na carreira da magistratura pernambucana, o baiano Fausto Campos se comoveu e fez um discus-

so que arrancou repetidos aplausos da plateia. Na ocasião, ele revelou um trecho de uma carta que seu pai escreveu para sua avó quando ele tinha apenas três meses de vida: "O nosso Fausto, graças a Deus, é muito forte. Tenho fé em Deus que irá estudar Direito no Recife e seguir a mesma carreira do avô, fazendo justiça para que, assim, possa perpetuar a memória do meu pai".

PRESENCAS

A mesa da Sessão Solene, presidida por Fausto Freitas, foi composta pelo subprocurador geral de

Justiça, Itabira de Brito Alves, pelo desembargador federal Francisco Queiroz, pela secretária geral da OAB/PE, Fernanda Calda e pelo secretário chefe da Assessoria Especial do Governador, Izael Nóbrega. A cerimônia ainda contou com a presença do presidente do grupo Associados Pernambuco, Jozil Barros, do diretor da Folha de Pernambuco Eduardo Moraes, do deputado federal Bruno Araújo e do deputado estadual André Campos, além de integrantes da Justiça pernambucana, amigos e familiares de Fausto Campos.

HISTÓRICO

FAUSTO DE CASTRO CAMPOS, nasceu em 29 de julho de 1952 na cidade de Salvador, estado da Bahia. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em agosto de 1977. Antes de ingressar na Magistratura militou na advocacia no município baiano de Casa Nova, foi Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa da Bahia e Assistente Judiciário de Pernambuco. Em 15 de Abril de 1985, foi nomeado Juiz Substituto de 1ª Entrância, sendo inicialmente designado para a Comarca de Salgueiro. Posteriormente, exerceu a judicatura nas Comarcas de Afogados da Ingazeira e Caruaru.

Foi Professor Assistente da disciplina de Prática Forense e Organização Judiciária do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Direito de Caruaru. Promovido para 3ª Entrância em 13 de Novembro de 1990, foi designado para a 1ª Vara do Júri como Juiz Auxiliar, tendo sido titularizado em 17 de Setembro de 1991. Desempenhou as funções de Juiz de Direito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 133

Poder Judiciário Estadual • Seção • I

Recife, quarta-feira, 25 de julho de 2007

Pesquisa da 33ª Cível aborda atendimento ao público

Buscando aperfeiçoar o atendimento ao público e o relacionamento entre os servidores, a 33ª Vara Cível da Capital realizou a pesquisa *Excelência no Atendimento*, entre maio e junho deste ano. O estudo foi idealizado pelo titular da vara, juiz Isaias de Andrade Lima, para pôr em prática os conhecimentos adquiridos no curso de Clínica Social na Organização, financiado pelo Tribunal de Justiça e Pernambuco e ministrado pela INTG Consultoria.

A pesquisa se dividia em duas etapas, uma direcionada para a equipe da vara e outra para o seu respectivo público. Na primeira parte, o magistrado quis descobrir o perfil de atendimento e de interação entre os servidores. Para isso, os integrantes da vara responderam a um questionário com perguntas objetivas e subjetivas. Das respostas, concluiu-se que existe uma harmonia entre os que trabalham na vara e que eles são rápidos e prestativos no atendimento ao público.

"Fiquei incrédulo com as respostas da equipe, pois todas elas foram muito positivas", confessa o magistrado. No entanto, 95% do público consultado confirmou a pesquisa feita com os servidores. O questionário direcionado ao público foi respondido, dentro de um período de 30 dias, por 84 pessoas, sendo 94% delas advogados.

CONSULTORIA INTERNA

A pesquisa foi feita com o apoio da Consultoria Interna da Diretoria de Recursos Hu-

manos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que acompanhou todo o processo e fez a leitura dos dados. "A Consultoria foi peça-chave na realização do estudo e garante legitimidade ao mesmo", observa Isaias.

A diretora de Recursos Humanos, Valéria Pragana, informa que quem deseja realizar estudos semelhantes pode solicitar a orientação da DRH. A responsável pela Consultoria Interna é Aílma Carvalho e o telefone do setor é 3419-3416.

(Manuela Veras)

TJPE aguarda parecer sobre estágio

Após a realização do concurso para a admissão de novos servidores, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) se prepara, agora, para a realização do processo seletivo para estágio no Poder Judiciário. No momento, o Tribunal aguarda parecer do Tribunal de Contas do Estado (TCE) em relação à necessidade ou não de realização de processo licitatório para definir a empresa responsável pela realização do con-

curso. Segundo o setor de Estágios, a partir da resposta do Tribunal de Contas é que se poderá elaborar o edital e estabelecer as datas de inscrição e realização das provas.

O último processo seletivo para compor o quadro de estagiários no Judiciário pernambucano ocorreu no ano de 2005. Na ocasião foram oferecidas 265 vagas de estágios para alunos de 17 cursos universitários.

(Celina Aragão)

Mutirão



O Tribunal de Justiça de Pernambuco promove, até sexta-feira, um mutirão criminal em Olinda. A iniciativa pretende solucionar 1.800 processos do Juizado Criminal do Fórum Universitário da Faculdade Aeso. O Fórum Universitário da Aeso fica na Rua Largo de São Bento, nº 200, Bairro Umuarama. "Os mutirões são realizados para evitar que muitos processos preescrevam, garantindo a satisfação na prestação do serviço jurisdicional", afirma o coordenador dos Juizados Especiais, Luiz Mário Moutinho.

FÓRUM DE PESQUEIRA

Mais espaço e melhor localização

Situado no Largo Bernardo Vieira, um dos pontos mais centrais da cidade, o endereço do futuro Fórum da Comarca de Pesqueira se destaca tanto pela localização central e

zada uma reforma no prédio da antiga escola do Sesi, desativada há cerca de dois anos. O imóvel foi adquirido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para esta finalidade. O projeto ar-

nambuco, Jaime Asfora. A Ordem dos Advogados contará com uma sala no novo fórum.

"O projeto de reforma leva em consideração os aspectos de segurança necessários nos prédios



Juizes da comarca, representantes da OAB e do Executivo municipal visitaram as obras do Fórum de Pesqueira, que comportará uma 3ª vara e juizado especial cível e criminal

de acesso fácil à população, quanto pela beleza paisagística do lugar, de onde se avista a Serra do Ororubá. O maior mérito do novo fórum, no entanto, será a disponibilidade de espaço - totalizando quase 1.600m² -, que permitirá a instalação de uma terceira vara e de um juizado especial cível e criminal.

"Atualmente, a comarca registra uma média mensal de 90 processos para cada uma das atuais duas varas. Hoje temos cerca de 4.700 processos em andamento. Com a inauguração do novo prédio, será possível a instalação da 3ª Vara - competência criminal - já prevista no Código de Organização Judiciária de Pernambuco", observa o juiz da 1ª Vara, André Santana.

Para acomodar o novo Fórum, está sendo reali-

zando, desenvolvendo pela arquiteta Adriana Albuquerque, do TJPE, dará uma face totalmente nova ao edifício, com um pano de vidro na fachada. Além de beleza, o recurso possibilitará uma melhor iluminação natural, representando economia nos gastos de energia elétrica.

As obras das futuras instalações foram visitadas pelo presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, na tarde da última sexta-feira. Acompanharam a visita o desembargador Og Fernandes, o juiz diretor do fórum e titular da 2ª Vara, Nevenias Tenório, e o titular da 1ª Vara, André Santana. Também estavam presentes o prefeito João Eudes e o presidente da OAB Seccional Pesqueira, Sílvia de Freitas - representando também o presidente da OAB Per-

do Judiciário. Por isso, foram fechados os brises e janelas da lateral do lado que dá para a rua do antigo auditório que deu lugar ao Tribunal do Júri. Além disso, o Fórum de Pesqueira será o primeiro a contar com sala de reconhecimento", esclarece Adriana.

O pavimento térreo será todo adaptado - inclusive um banheiro - para facilitar o acesso de pessoas com deficiência física. Além de rampas nas entradas, a calçada frontal contará com faixa tátil para deficientes visuais.

O sistema de climatização, de última geração, terá controle independente em cada ambiente e sistema de exaustão e ventilação natural para renovação do ar, de acordo com as normas da Anvisa.

por Sérgio M. Feitosa

Caruaru terá maior fórum do interior do Estado

Já está prevista no Código de Organização Judiciária do estado de Pernambuco a criação de três novas varas para a Comarca de Caruaru. No entanto, se o Poder Judiciário resolvesse instalar essas novas unidades hoje, o fórum local não teria como abrigá-las. O novo fórum em construção naquela comarca - com área total de quase 17.000 m², incluindo área construída, estacionamento e jardim - não só resolverá esse problema de imediato como também atenderá a futuras necessidades.

"Esta construção integra o conjunto de ações pensadas para propiciar aos órgãos do Judiciário as condições de funcionamen-

to de bom atendimento ao público", observou o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, em visita, na manhã da última segunda-feira, às obras do que será o maior fórum em comarcas do interior do Estado.

Prevista para ser inaugurada no final de outubro, a obra do novo fórum - orçada em R\$ 7,8 milhões - está andando em ritmo acelerado, impulsionado pela força de trabalho de 206 operários. Além das unidades próprias do Judiciário, o novo fórum também dará acomodação à Defensoria Pública estadual e à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A comitiva do TJPE - constituída pelos desembargadores Fausto Freitas, Og Fernandes, pelo secretário de administração Ricardo Lins e a adjunta Paola Freitas, pela diretora de engenharia e arquitetura, Rogéria Silveira - foi recepcionada por um grupo de juizes da comarca local, entre eles o diretor interno do fórum, Marupiraja Ribas, Gleydson Gleber e Pierre Souto Maior.

Também estiveram presentes a OAB, representada pelo advogado Saulo Amazonas, e o secretário municipal de governo Braga Sá, representando o prefeito Tony Gel, que se encontrava fora do Estado.

(S.M.E.)



O novo Fórum de Caruaru terá uma área total de quase 17.000 m², incluindo área construída, estacionamento e jardim





Diário Oficial

Estado de Pernambuco



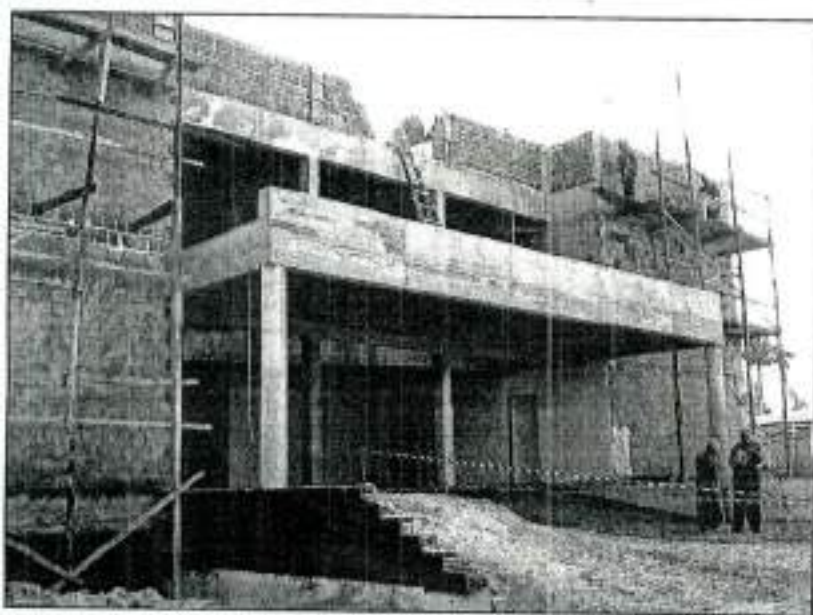
Ano LXXXIV • Nº 132

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, terça-feira, 24 de julho de 2007

Presidência do TJPE visita obras de fóruns

Equipe de engenharia prioriza a finalização de prédios em Gravatá, Caruaru e Pesqueira, confirmando o compromisso com a otimização também da Justiça no Interior



vou o desembargador Fausto Freitas, que espera entregar as obras concluídas e inauguradas ao seu sucessor no cargo de presidente. O chefe do Poder Judiciário estadual convidou os desembargadores Og Fernandes, Jones Figueiredo e José Fernandes, para acompanhá-lo no roteiro das visitas.

FÓRUM DE GRAVATÁ

Segundo a diretora de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Rogéria Silveira, o novo fórum de Gravatá, com 2.170m² de área construída, será inaugurado em outubro. O espaço é suficiente para ampliar, de imediato, o número de varas de três para sete. Além disso, o prédio contará com um depósito de 500m². "Hoje, o Tribunal de Justiça tem uma casa alugada na cidade apenas para abrigar o arquivo. Isso vai acabar a partir da nova construção", observa. (S.M.F.)

Construção do Fórum de Gravatá, que tem inauguração prevista para outubro deste ano, segundo a Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE

Sérgio M. Feres

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), desembargador Fausto Freitas, iniciou, na última quinta-feira, uma série de visitas a comarcas do agreste pernambucano cujos fóruns estão passando por reformas ou reconstrução. É o caso de Gravatá, Caruaru e Pesqueira (ver página 2). Algumas dessas obras

são consideradas quase emergenciais, dada a precariedade de funcionamento que os prédios atuais atravessam há muitos anos, sem espaço suficiente sequer para acomodar os processos acumulados.

Em Gravatá, uma das primeiras obras visitadas pela comitiva do TJPE, o fórum da comarca funciona há mais de um ano em prédio improvisado emer-

gencialmente, desde que o antigo fórum foi interditado sob ameaça de desabamento. Por situações como esta, a Presidência do TJPE está cuidando para que não haja atrasos em relação às datas previstas para conclusão das obras.

"Até agora, as empresas vencedoras das licitações estão tocando os trabalhos dentro do ritmo esperado", obser-



O presidente do TJPE, desembargador Fausto Freitas, e a diretora de Engenharia e Arquitetura, Rogéria Silveira, com a planta do Fórum de Gravatá

AGENDA DO CURSO

23/07/2007 - MÓDULOS DE FILOSOFIA DO DIREITO E ÉTICA

- 08h00 - Registro dos participantes e recebimento do material
 08h30 - Cerimônia de abertura
 09h00 - Módulo I - Dr. Márcio Pugliese
 10h00 - Intervalo p/ café
 10h30 - Módulo II - Dr. Márcio Pugliese e Dr. David Diniz Dantas
 11h30 - Módulo III - Dr. David Diniz Dantas
 12h30 - Almoço (evento pago à parte pelos participantes).
 14h30 - Módulo IV - Dr. Eduardo Rabenhorst
 15h30 - Módulo V - Dr. Marcelo Pelizzoli
 16h30 - Intervalo para café
 17h30 - Módulo VI - Dr. Marcelo Pelizzoli

24/07/2007 - MÓDULO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 09h00 - Módulo I - Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
 10h00 - Módulo II - Dr. Emílio D'Almeida Lins
 11h00 - Intervalo para café
 11h30 - Módulo III - Des. Macêdo Malta
 12h30 - Almoço
 14h30 - Módulo IV - Dr. Leonardo Carneiro da Cunha
 15h30 - Módulo V - Des. Eduardo Paurá
 16h30 - Intervalo para café
 17h00 - Módulo VI - Des. Bartolomeu Bueno

25/07/2007 - MÓDULO DIREITO CIVIL

- 09h00 - Módulo I - Dra. Nalva Cristina B. Campello
 10h00 - Módulo II - Des. Leopoldo Raposo
 11h00 - Intervalo para café
 11h30 - Módulo III - Dr. Jorge Américo P. de Lira
 12h30 - Almoço
 14h30 - Módulo IV - Dr. Anderson Schreiber
 15h30 - Módulo V - Dr. Anderson Schreiber
 16h30 - Intervalo para café
 17h00 - Módulo VI - Dr. Anderson Schreiber

26/07/2007 - DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO PENAL

- 09h00 - Módulo I - Des. Roberto Ferreira Lins
 10h00 - Módulo II - Dr. Flávio Fontes
 11h00 - Intervalo para café
 11h30 - Módulo III - Des. Fausto Campos
 12h30 - Almoço (evento pago à parte pelos participantes).
 14h30 - Módulo IV - Dr. Honório Gomes Rego Filho
 15h30 - Módulo V - Dra. Fernanda Moura
 16h30 - Intervalo para café
 17h00 - Módulo VI - Dr. Adeildo Nunes

27/07/2007 - MÓDULOS DIREITO DO MENOR, DIREITO DO CONSUMIDOR, DIREITO ELEITORAL, ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DIREITO CONSTITUCIONAL

- 09h00 - Módulo I - Dr. Humberto Vasconcelos
 10h00 - Módulo II - Dr. Jorge Quadros
 11h00 - Intervalo para café
 11h30 - Módulo III - Des. Mauro Alencar
 12h30 - Almoço
 14h30 - Módulo IV - Des. Eurico Barros
 15h30 - Módulo V - Dr. André Vicente Pires Rosa
 16h30 - Intervalo para café
 17h00 - Módulo VI

23/07/2007 - ÉTICA E FILOSOFIA DO DIREITO

- Módulo I - Dr. Márcio Pugliese - SP
 Módulo II - Dr. Márcio Pugliese e Dr. David Diniz Dantas - SP
 Módulo III - Dr. David Diniz Dantas - SP
 Módulo IV - Dr. Eduardo Rabenhorst - PE
 Módulo V - Dr. Marcelo Pelizzoli - PE
 Módulo VI - Dr. Marcelo Pelizzoli - PE

Temário:

- a) Ética - a vida boa e o cuidado de si
 b) Ética da alteridade e os problemas da relação cargo/pessoa
 c) O desafio ao juiz do direito como integridade
 d) Psicanálise - O Pai-Mãe e o peso da culpa
 e) Ética e justiça social na contemporaneidade. Entre o reconhecimento e a distribuição.
 f) Ética da Alteridade e Mediação de conflitos

24/07/2007 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Módulo I - Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves - PE
 Módulo II - Dr. Emílio D'Almeida Lins - PE
 Módulo III - Des. Macêdo Malta - PE
 Módulo IV - Dr. Leonardo Carneiro da Cunha - PE
 Módulo V - Des. Eduardo Paurá - PE
 Módulo VI - Des. Bartolomeu Bueno - PE

Temário:

- a) Cumprimento de sentença e impugnação.
 b) Execução Título Extrajudicial - Inovações
 c) Incompetência relativa, meios eletrônicos, distribuição por dependência e exceção de incompetência.
 d) Indeferimento substancial da petição inicial - Processos repetidos e poderes do Magistrado diante da Lei 11.277/06
 e) Das provas e atuação do magistrado.
 f) Apreciação dos Recursos pelo Tribunal - Principais equívocos

25/07/2007 - DIREITO CIVIL

- Módulo I - Dra. Nalva Cristina B. Campello - PE
 Módulo II - Des. Leopoldo Raposo - PE
 Módulo III - Dr. Jorge Américo Pereira de Lira - PE
 Módulo IV - Dr. Anderson Schreiber - RJ
 Módulo V - Dr. Anderson Schreiber - RJ
 Módulo VI - Dr. Anderson Schreiber - RJ

Temário:

- a) Direito Civil Constitucional - histórico de sua evolução
 b) Família e Sucessões - aspectos relevantes no novo Código Civil
 c) Parte Geral - aspectos relevantes no novo Código Civil
 d) Os Contratos na perspectiva Civil-Constitucional
 e) A Responsabilidade Civil na perspectiva Civil-Constitucional

26/07/2007 - PENAL E PROCESSO PENAL

- Módulo I - Des. Roberto Ferreira Lins - PE
 Módulo II - Dr. Fausto Campos - PE
 Módulo III - Dr. Flávio Fontes - PE
 Módulo IV - Dra. Fernanda Moura - PE
 Módulo V - Dr. Honório G. Rego Filho - PE
 Módulo VI - Dr. Adeildo Nunes - PE

Temário:

- a) Medidas Cautelares no Processo Penal
 b) Crimes Comuns e Leis Especiais (Lei Maria da Penha, Entorpecentes)
 c) Penas Alternativas
 d) Tribunal do Júri - Ritos Processuais.
 e) Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária
 f) Execução Penal - Execução Provisória da pena privativa de liberdade

27/07/2007 - DIREITO DO MENOR, DIREITO ELEITORAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E DIREITO CONSTITUCIONAL

- Módulo I - Humberto Vasconcelos - PE
 Módulo II - Des. Mauro Alencar - PE
 Módulo III - Dr. Jorge Quadros - SP
 Módulo IV - Des. Eurico Barros - PE
 Módulo V - Dr. André Vicente Rosas - PE

Temário:

- a) Menor - concretizando o ECA
 b) Direito Eleitoral - aspectos relevantes
 c) Direito do Consumidor - Cláusulas Abusivas
 d) Organização Judiciária - Aspectos relevantes
 e) Direito Constitucional - Direitos Fundamentais



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 131

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sábado, 21 de julho de 2007

Corregedoria promove curso para juiz vitaliciando

ROSA MERANDA

O Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Processo de Vitaliciamento acontece de 23 a 27 de julho e vai aprimorar e capacitar juízes com menos de dois anos de carreira. O curso é uma iniciativa da Supervisão do Vitaliciamento, órgão da Corregedoria de Justiça do Poder Judiciário estadual. As aulas serão dadas na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e a programação engloba aspectos técnicos e humanos da profissão.

"O curso tem a finalidade de discipli-

nar a promoção de cursos e o aperfeiçoamento para juízes em estágio probatório, o que está previsto na Resolução nº 74/94 deste Tribunal", define o corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Ozael Veloso. A Supervisão de Vitaliciamento monitora, durante os dois primeiros anos de carreira, a atuação e a capacitação dos juízes do Judiciário estadual.

"Essa supervisão pretende otimizar a atualização e o aperfeiçoamento dos juízes recém-ingressos, de modo a identificar

Ozael Veloso:
"Otimizar a capacitação dos juízes vitaliciandos é um dos objetivos primordiais da Corregedoria Geral da Justiça"



realmente a vocação que cada um possui para a atividade judicante", declara a supervisora do vitaliciamento, juíza Nalva Cristina Campello. Ela destaca que no ro-

teiro do curso foi destinado um dia para a reflexão da conduta do magistrado "frente aos princípios da ética e dos aspectos filosóficos do Direito", finaliza.

Mutirão de conciliação no Interior

CELINA ARAGÃO

Goiana, localizada a 60km da capital, é a primeira cidade do interior pernambucano a aderir ao movimento Conciliar é Legal. Nas últimas quarta e quinta-feira, a comarca realizou o 1º mutirão de conciliação no município, no qual foram apreciados cerca de 200 processos. Através da prática da conciliação, o movimento teve o objetivo de agilizar os atos processuais, conferindo celeridade à prestação jurisdicional.

Organizado com total autonomia da comarca, o mutirão foi possível após parceria firmada entre o Fórum de Goiana e a Faculdade de Direito de Timbaúba, que disponibilizou estudantes voluntários. Os universitários participaram como conciliadores, digitadores, e, até mesmo, como oficiais de justiça nomeados para o ato. Além da parceria, o movi-

mento conciliatório contou com a participação do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE). O Poder Judiciário estadual enviou à comarca, dois funcionários da Diretoria de Informática para prestarem assistência técnica.

O índice de conciliação entre os 200 processos apreciados em cinco mesas conciliatórias chegou a mais de 50%. "Ainda não é possível contabilizar com exatidão a quantidade de processos homologados, porém o movimento ultrapassou a média que esperávamos e a ideia é implantar na comarca a semente da conciliação", ressaltou a responsável pela 1ª Vara de Goiana e diretora do Fórum, juíza Marisa Borges. Um novo movimento conciliatório já está marcado para o mês de novembro, entre os dias 13 e 14.

CONGRESSO MUNDIAL

O 13º Congresso Mundial de Direito Processual será realizado, de 16 a 20 de setembro de 2007, em Salvador, Bahia. O encontro, que discutirá novas tendências da área, é promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Participação especialis-

tas de diversos países, como França, Uruguai, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Holanda, Reino Unido, Itália, Espanha e Austrália.

A inscrição custa R\$ 1.500. Para estudantes com



bacharelado em Direito, o valor cai para R\$ 1.000,00. Interessados devem acessar o site do Instituto www.direitoprocessual.org.br.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco

PRIMEIRA SEÇÃO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXIV • Nº 130

Poder Judiciário Estadual - Seção - I

Recife, sexta-feira, 20 de julho de 2007

INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS

Instrução modifica qualificação de taxa

MANUELA VERAS

A cobrança da taxa de registro dos processos de inventário e arrolamento agora é feita pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e não mais pela Receita estadual. Portanto, ao invés de efetuar o pagamento da taxa mundi do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), a parte deverá utilizar o Documento de Arrecadação de Receitas Judiciais (DARJ). A nova qualificação da receita foi feita a partir da Instrução Normativa nº 3, publicada no Diário Oficial de 14 de julho.

A mudança foi causada porque, quando as guias de recolhimento do Tribunal (os DARJs)

passaram a ser impressas com códigos de barras, os bancos se recusaram a receber os pagamentos com as guias da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco (os DAEs), que não possuem os códigos. Isso provocou, durante os últimos três meses, uma estagnação dos processos de arrolamento e inventário das varas de Sucessões e Registros Públicos e da Fazenda Pública da Comarca do Recife.

O problema foi levado por várias partes das ações à Assessoria Especial da Presidência e à Diretoria Financeira (Difin) do TJPE. Na busca por mecanismos legais que resolvessem a situação, a Difin en-

controu três leis estaduais (Lei nº 7.550/1977, Lei nº 10.384/1989 e Lei nº 10.852/1992) que tratam do tema. O caso foi levado à Consultoria Jurídica do Tribunal, que, ao estudar a legislação específica, concluiu que a competência do recolhimento da taxa é, sim, da Justiça estadual.

EMISSION DO DARJ

O novo código de receita para emissão do Darj da taxa de registro de inventário e arrolamento é o número 119. A codificação está definida na Instrução Normativa nº 3. As novas orientações, bem como a cobrança da receita, estão em conformidade com a Lei estadual nº

10.384/89. O Darj pode ser emitido na vara onde se encontra o processo ou pelo próprio usuário da Justiça, através do site www.tjpe.gov.br, no link Serviços/ Emissão de DARJ. A Diretoria de Informática disponibilizou a emissão online do Documento de Arrecadação de Receitas Judiciais desde o dia 14 de junho.

O novo código de receita para emissão do Darj da taxa de registro de inventário e arrolamento é o número 119. A codificação está definida na Instrução Normativa nº 3. As novas orientações, bem como a cobrança da receita, estão em conformidade com a Lei estadual nº

10.384/89. A emissão do Darj pode ser feita na vara onde se encontra o processo ou pelo próprio usuário da Justiça, através do site www.tjpe.gov.br, no link Serviços/ Emissão de DARJ. A Diretoria de Informática disponibilizou a emissão online do Documento de Arrecadação de Receitas Judiciais desde o dia 14 de junho.

A diretora financeira em exercício, Mary Anne Briano, informou que a Difin ainda não tem como avaliar a re-

percussão financeira decorrente da nova qualificação da cobrança. "Mas, com certeza, essa taxa será um importante aliado nos investimentos e melhoria da infraestrutura jurisdicional", adiantou.



Mary: "mais investimentos para o TJPE"

ATUALIZAÇÃO ON-LINE DE DADOS ATÉ 31 DE AGOSTO

A atualização On-Line de dados deve ser feita por todos os servidores e magistrados até o dia 31 de agosto. Depois desse período o formulário continuará disponível para modificações futuras, mas é indispensável a atuali-

zação de seus perfis fazendo o preenchimento e o envio dos dados até o final do próximo mês.

A atualização e a correção dos dados cadastrais vai dar consistência às informações gerenciais da Diretoria de Recursos Humanos

para melhor distribuição dos novos servidores concursados, que estão para ingressar no Poder Judiciário. Além do gerenciamento de informações funcionais, os servidores e magistrados poderão fornecer dados aca-

dêmicos e interesses relacionados a lazer e atividades artísticas.

O link para o formulário está disponível na intranet - é a primeira opção que aparece na seção Especiais, localizada abaixo do Quadro de Avisos.

TJPE PROMOVE MUTIRÃO CRIMINAL EM OLINDA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai promover um mutirão criminal em Olinda nos dias 24, 25 e 26 de julho, das 8h às 18h30. A iniciativa reunirá 1.800 processos do Juizado Criminal do Fórum Universitário da Faculdade Aeso. A coordenação dos Juizados Especiais pede a todos aqueles que possuem algu-

ma ação tramitando no Fórum que compareçam nesta sexta-feira ao local para confirmar a data de sua audiência. O pedido vai, inclusive, para aqueles que ainda não receberam sua carta de intimação. O Fórum Universitário da Aeso fica na Rua Largo de São Bento, nº 200, Bairro Umuarama.